

# BOLETIM DO PORTAL HISTÓRIA DA PSICOLOGIA 2

ORGANIZADORES

ANDRÉ ELIAS MORELLI RIBEIRO

GUNTHER MAFRA GUIMARÃES

MARCUS VINÍCIUS DO AMARAL GAMA SANTOS

YURI PEREIRA ANTUNES VIEIRA

ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA

LUIZ EDUARDO PRADO DA FONSECA



Organização:

André Elias Morelli Ribeiro

Gunther Mafra Guimarães

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

Yuri Pereira Antunes Vieira

Arthur Arruda Leal Ferreira

Luiz Eduardo Prado da Fonseca

# Boletim do Portal História da Psicologia 2

Editora do Portal História da Psicologia

Rio das Ostras/RJ

2023

Editora do Portal História da Psicologia

A editora do Portal História da Psicologia é parte integrante do  
Portal História da Psicologia

COORDENAÇÃO

André Elias Morelli Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

André Elias Morelli Ribeiro

Arthur Arruda Leal Ferreira

Luiz Eduardo Prado da Fonseca

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

Yuri Pereira Antunes Vieira

Gunther Mafra Guimarães

© 2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora do Portal História da Psicologia

Equipe de realização

**Editor Responsável:** André Elias Morelli Ribeiro

**Revisão final:** Gunther Mafra Guimarães

**Capa:** André Elias Morelli Ribeiro, com imagens geradas pelo Microsoft Designer AI

**Projeto gráfico e diagramação:** André Elias Morelli Ribeiro

#### Ficha Catalográfica

B688

Boletim do Portal História da Psicologia 2 [recurso eletrônico] / Organização: André Elias Morelli Ribeiro... [et al.]. – Rio das Ostras, RJ : Editora do Portal História da Psicologia, 2023. 325p.

ISBN: 978-65-997325-2-2

DOI: 10.5281/zenodo.8392599

1. História da Psicologia. 2. História da Psiquiatria I. Ribeiro, André Elias Morelli.

CDD 150.9

Ficha catalográfica elaborada por Janaine de Sá - CRB-7/7270

# Sumário

Apresentação VI

## Verbetes

A História da Psicologia no Brasil e suas Relações com o Contexto Sociocultural 16  
Manuel Bomfim 80  
Antonio Gomes Penna 93  
Lacan 136

## Artigo original

Vida, Obras e Ideias de Wilhelm Maximilian Wundt 163

## Traduções

O Que é uma História Policêntrica da Psicologia? 191  
Rumo a uma História Policêntrica da Psicologia 214  
Presentismo e Diversidade na História da Psicologia 230

## Tradução de Clássico

Definição de idiotia e imbecilidade 258  
Comentários ao texto “Definição de idiotia e imbecilidade”, de Binet e Simon 280

## Relatos

XV Encontro Clio-Psyché e VI Congresso Brasileiro de História da Psicologia: memórias, reencontros e afetos... 294

Entre a solidão e os encontros nas pesquisas em História dos  
Saberes Psi 297

Lista de Autores 317

Contribuições para o Boletim do Portal História da Psicologia 322

## Apresentação

É com grande satisfação que os editores da Editora do Portal História da Psicologia apresentam o segundo volume do Boletim do Portal História da Psicologia. O primeiro volume do Boletim mostrou-se bastante frutífero e bem-sucedido em seus objetivos. Além de ter sido acessado na nuvem por mais de 150 IP's diferentes, o Boletim 1, como passou a ser chamado entre os seus organizadores, conseguiu mesclar diferentes gêneros textuais que dificilmente teriam espaço em outros tipos de publicação, bem como a participação de autores de diferentes perfis.

A boa recepção deste primeiro volume encorajou os organizadores a continuarem a trajetória dos Boletins, mantendo o modelo bem-sucedido, mas com alguns ajustes e modificações. O Boletim 2 nasce também em um novo contexto, que é continuidade do anterior, mas com diferenças importantes que respondem às demandas dos leitores.

Desde a publicação da primeira edição do Boletim, o ecossistema do Portal História da Psicologia evoluiu. O primeiro item a se destacar é a criação do site da Editora do Portal História da Psicologia, dentro do domínio principal do Portal. Neste novo site, as publicações aparecem de forma mais organizada, como numa loja – ainda que todos os volumes publicados sejam gratuitos. Os Boletins receberam um espaço diferenciado, especial, capaz de receber o primeiro Boletim, este segundo e os vindouros volumes. Foi adicionado um botão que conduz o usuário a um formulário eletrônico, onde ele poderá propor capítulos para os Boletins. O site também foi pensado para ser bem ajustado a

dispositivos móveis, pois grande parte dos acessos ao Portal tem esta origem.

Outro desenvolvimento importante do Portal, e que chega junto deste novo volume do Boletim, são os avanços no processo de indexação dos seus produtos. Agora todos as páginas da Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia (WikiHP), bem como o site da editora, os livros publicados, o site do Portal e os vídeos do Canal História da Psicologia TV estão devidamente registrados nos grandes mecanismos de busca na internet – Google e Bing – o que aumenta a visibilidade desta produção. Trata-se de uma era de progressiva digitalização e virtualização dos acervos, o que traz benefícios bem como malefícios, colocando autores e pesquisadores perante novos desafios. É necessário enfrentá-los, e o Portal prepara-se constantemente para isso.

Assim, uma busca dos assuntos tratados pelos produtos gerados no âmbito do Portal nestes mecanismos de busca frequentemente conduzirá os usuários ao seu ecossistema. Após essas melhorias, o aumento na quantidade de acessos é tamanho que foi necessário adquirir mais espaço e mais capacidade de processamento em nuvem – todo o conteúdo do Portal está hospedado em sistemas privados – para dar conta dessa expansão. Os verbetes, as páginas, os vídeos, os livros, todos os produtos experimentaram aumento nos acessos.

Um outro ponto a se destacar está no Canal História da Psicologia TV, o braço audiovisual do Portal e que está disponível gratuitamente na plataforma de vídeos online YouTube. A expansão do uso de tecnologias gerativas de imagem por meio de inteligência

artificial melhorou a capacidade de produção e edição de vídeos, trazendo uma experiência mais agradável aos expectadores.

Ademais, os vídeos passaram a dialogar melhor com os outros produtos do Portal, principalmente a Enciclopédia, de modo que o conteúdo escrito se complementa e é ilustrado pela imagem em movimento. Os principais ganhos são de ordem didática e de divulgação da ciência. Os verbetes, junto dos vídeos, podem ser utilizados por professores como materiais complementares em suas aulas. Ao mesmo tempo, os vídeos possuem uma linguagem própria, mais leve e convidativa para os interessados na história da psicologia e que não necessariamente estão dentro do sistema acadêmico tradicional, aproximando este público da universidade e conectando-o a uma produção acadêmica mais rigorosa e completa.

Por fim, o Boletim 2 nasce com mais um irmão no ecossistema do Portal. Trata-se do Sirehp (Sistema de Referências em História da Psicologia). Desenvolvido a partir do sistema Kerko, que por sua vez é baseado em Zotero, o Sirehp é uma base de referências em história da psicologia. O projeto é novo. Foi ao ar em 26 de agosto de 2023 e ainda conta com poucas referências. Porém, sua aliança estrutural com o Zotero possibilita que aconteça uma mudança dramática no cenário, visto que incorporar novos elementos ao Sirehp é uma tarefa bastante fácil.

O Boletim 2 emerge em um momento favorável do ecossistema do Portal História da Psicologia, numa perspectiva de melhora qualitativa e quantitativa, consolidando este projeto.

Neste novo volume do Boletim apresenta-se doze textos, sendo quatro verbetes, um texto original, três artigos traduzidos, um

texto clássico traduzido e comentado à parte e dois relatos, sendo um de evento e um de pesquisa.

O primeiro verbete, que orgulhosamente abre o Boletim 2, é o texto de Regina Helena de Freitas Campos, *A história da psicologia no Brasil e suas relações com o contexto sociocultural*, escrito originalmente em inglês e traduzido para o nosso idioma por Gunther Mafra Guimarães. Trata-se de um verbete que, de imediato, torna-se um clássico da história da psicologia brasileira. Além da escrita brilhante de sua autora, a articulação entre os contextos políticos e sociais na composição da história da psicologia proporciona uma compreensão muito mais aprofundada desta história, ultrapassando por muito as velhas e tradicionais celebrações acríticas de eventos e pessoas. Regina Helena Campos conhece muito bem a história do Brasil e utiliza destes conhecimentos para recompor a história da psicologia brasileira. O material é de leitura obrigatória nos cursos de história da psicologia no Brasil.

O segundo verbete é sobre Manoel Bomfim, escrito a seis mãos em contexto de ensino de graduação em psicologia. O material, disponível na WikiHP muito antes da publicação do Boletim 2, celebra os esforços concentrados de seus autores em manterem o rigor histórico, mesmo estando ainda em processo de formação, de modo que esta publicação é um prêmio merecido.

Antonio Gomes Penna é o tema do terceiro texto e verbete do Boletim 2. O material foi escrito por encomenda, com grande cuidado e esmero por Gunther Mafra Guimarães, que se esforçou em comparar minuciosamente as informações disponíveis sobre o biografado na literatura disponível. Essa revisão exaustiva resultou em um texto onde se busca resolver incongruências da vida e obra

do biografado em todos os pontos onde isso foi possível. Devido ao tamanho do esforço e da qualidade do resultado, pode-se dizer que se trata de um dos melhores materiais sobre Penna já publicados.

O último verbete deste volume aborda a complexa vida e obra do psicanalista francês Jacques-Marie Émile Lacan, sob a pena de seis autores. Trata-se de uma biografia detalhada que conta com um ótimo levantamento de suas obras, sendo útil como referência para pesquisadores.

Este volume do Boletim conta com apenas um único artigo original, sobre o fundador da psicologia experimental, Wilhelm Wundt. O tema em si já tem grande relevância, mas neste caso o material possui características especiais, por conta de seu modo de escrita. Aproveitando a recente onda das novas inteligências artificiais, gerativas de toda sorte de produções, este texto sobre Wundt foi escrito totalmente pelo ChatGPT, o mais famoso mecanismo de inteligência artificial gerativo de texto. Os detalhes sobre sua concepção, produção, revisão e finalização deverão ser abordados em obra específica, mas pode-se adiantar em muitos pontos, com a leitura do texto, o que se avizinha na relação entre IA, educação e ensino superior.

Na primeira leitura, ficam claros equívocos cometidos pela ferramenta na elaboração do material – e não sem razão alerta-se o leitor, logo de início, do caráter experimental, quase aventureiro, do que se propõe. Porém, mesmo errando agora, as ferramentas de inteligência artificial continuarão evoluindo, e já recebem investimentos calculados na casa dos bilhões de dólares. Assim, devido ao crescente uso destas tecnologias, tanto por pesquisadores

quanto por discentes, bem como sua rápida evolução, a discussão sobre o assunto não pode se limitar à simples afirmação de que eles “produzem erros”. Por essas razões, convida-se o leitor a deitar um olhar atento sobre este material, com vistas ao seu processo de criação, para fomentar o debate sobre esta revolução inevitável, incluindo tanto seus potenciais quanto os problemas que a acompanham.

Este volume também apresenta um conjunto de traduções sob o mesmo tema: a história policêntrica da psicologia. Expressão cunhada pelo grande historiador da psicologia Kurt Danziger, trata-se de um olhar sobre os problemas da internacionalização da psicologia e como sua história pode ter um papel importante neste processo.

O tema não é novo, mas sempre está se atualizando, principalmente com o aumento da circulação internacional de pesquisas e pesquisadores no campo da história da psicologia. A presença brasileira em eventos internacionais tem aumentado e o Brasil cresce em destaque e relevância no assunto. Novos desafios emergem, e as propostas de Danziger, longe de serem simples, merecem receber traduções para o português que facilite a circulação de conhecimentos e a discussão sobre o assunto.

O primeiro texto apresentado é *O que é uma história policêntrica da psicologia*, de Adrian Brock, famoso aluno de Danziger. A escrita fluida de Brock e seu conhecimento sobre o assunto permitem uma visão ampla da história policêntrica, desde sua concepção até sua discussão, limitações e problemas. Apesar de já ter sido publicado no Brasil, em inglês, sua tradução inédita permite que o artigo possa

ser usado como uma introdução ao tema, servindo a propósitos pedagógicos e de pesquisa.

Em seguida, apresenta-se um texto do próprio Danziger sobre o assunto. Trata-se da primeira conferência em que o tema foi abordado, durante uma conferência no Canadá sob o título *Rumo a uma história policêntrica da psicologia*. O material é inédito e permite observar a forma como Danziger formulou a questão pela primeira vez, com as articulações teóricas iniciais e as perspectivas que via para seu desenvolvimento à época. É um texto panorâmico e inicial, então é rápido e um tanto breve, mas também de importância histórica.

Por fim, outro artigo de Brock, mais recente, desta vez com reflexões sobre as consequências desta história e suas relações com questões historiográficas contemporâneas, *Presentismo e diversidade na história da psicologia*. Apesar de a história policêntrica da psicologia não ser objeto central da discussão, as consequências da reflexão de uma internacionalização policêntrica são analisadas a partir de um debate ocorrido na enciclopédia eletrônica Wikipédia entre usuários deste site e o historiador canadense da psicologia Christopher Green. Os desdobramentos e os vários exemplos do professor Brock trazem um posicionamento importante e que precisa ser considerado, sendo um trabalho mais recente e com uma temática em ebulição.

Neste volume do Boletim do Portal é apresentado também a tradução de um clássico da psicologia. Trata-se da conferência *Definição de idiotia e imbecilidade*, de Binet e Simon, numa tradução de André Elias Morelli Ribeiro. O texto está acompanhado dos comentários de Regina Helena de Freitas Campos e Carolina Silva

Bandeira de Melo que, de forma incisiva e brilhante, contextualizam e atualizam o texto para o leitor contemporâneo. É muito importante que a tradução de textos clássicos e antigos sejam acompanhados de anotações e reflexões sobre as condições de produção destes materiais. O Portal História da Psicologia, por meio de sua Editora, incentiva todos os colaboradores e pesquisadores da história da psicologia a se envolverem na tradução de clássicos e se dediquem à produção de notas e complementos para sua melhor compreensão.

A última seção deste Boletim é dedicada a relatos. Dois são apresentados. O primeiro é sobre o XV Encontro Clio-Psyché e VI Congresso Brasileiro de História da Psicologia, escrito por Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos. O evento aconteceu em setembro de 2022, no Rio de Janeiro, e congregou vários dos principais nomes da história da psicologia brasileira. O relato nos brinda com uma descrição e celebração do desenvolvimento do campo da história da psicologia.

Por fim, temos o relato da pesquisa de Wilma Fernandes Mascarenhas com a colaboração de Daniele Corrêa Ribeiro. Wilma Mascarenhas é mestrandia em história das ciências na Universidade Federal do Rio de Janeiro e trabalha no célebre Instituto Municipal Nise da Silveira. Já, Daniele Ribeiro é doutora em história pela Fiocruz, historiadora no mesmo instituto e co-orientadora de Wilma. Ambas trazem um texto com tonalidades poéticas e descritivas sobre as aflições e alegrias do trabalho de historiadoras e do que encontram nos arquivos do Nise, como é carinhosamente chamado.

Aos relatos reserva-se um lugar especial no modo da escrita, que envolve a narrativa em primeira pessoa, a reflexão mais apaixonada, carregada de afetos e emoções envolvidos no trabalho tão empolgante e interessante que é o de historiador da psicologia. Além disso, os relatos funcionam também como registro histórico, produção de memória da pesquisa e da área.

O segundo volume do Boletim do Portal História da Psicologia, novamente distribuído de forma gratuita – uma das missões do Portal – é um presente de seus colaboradores para todos os envolvidos e interessados em refletir e contar a história da psicologia.

Rio das Ostras, RJ  
Organizadores

**Verbetes**

# A História da Psicologia no Brasil e suas Relações com o Contexto Sociocultural

*Regina Helena de Freitas Campos*

*Tradução de Gunther Mafra Guimarães*

*Publicado originalmente em: Campos, R. H. de F. History of Psychology in Brazil, publicado em 2021 na Oxford Research Encyclopedia of Psychology.*

*Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.753>*

## **Resumo**

Os estudos sobre a história da psicologia brasileira geralmente se concentram na recepção e circulação de teorias e técnicas psicológicas elaboradas na Europa e na América do Norte, e nas suas aplicações em pesquisas e práticas psicológicas no país. Essa abordagem deve ser complementada com o estudo da transformação e produção do conhecimento psicológico proveniente da cultura brasileira, incluindo de suas camadas populares, e sua interação com as ideias importadas de outros países. Existem ao menos quatro raízes que estão presentes na formação da cultura brasileira: as ideias dos indígenas sobre a natureza e desenvolvimento humano; as contribuições da cultura africana para a compreensão do mundo psicológico, trazidas pelos africanos vendidos como escravos e transferidos ao Brasil entre os séculos XVI e XIX; as perspectivas europeias recebidas através do ensino da psicologia filosófica, introduzidas em instituições educacionais católicas no período colonial; e a psicologia científica, introduzida nas faculdades públicas de medicina e em instituições de formação

de professores a partir do século XIX. A profissão de psicólogo, nascida do encontro entre as profissões de médico e de educador, foi regulamentada em 1962. As tarefas do psicólogo foram definidas na época: avaliação psicológica através de testes mentais, diagnóstico de problemas mentais e comportamentais, orientação psicológica e psicoterapia. A profissão foi principalmente concebida para as elites intelectuais e sociais. A partir da década de 1990, com o crescente número de graduados, a participação dos psicólogos nas instituições de saúde pública, educação e de serviços sociais expandiu rapidamente. Consequentemente, os psicólogos começaram a desenvolver práticas e técnicas de intervenção mais adequadas às exigências das populações de baixa renda, imersas nas crenças e práticas da cultura popular brasileira. Esse diálogo colaborou para o surgimento de inovações na psicologia, tornando-a mais sensível às visões de mundo das culturas que compõem o panorama cultural brasileiro, e produzindo contribuições originais com um profundo impacto na psicologia contemporânea. Atualmente, os psicólogos profissionais brasileiros constituem uma das maiores comunidades de psicólogos no mundo, com uma forte presença nas redes de saúde mental, educação e serviços sociais. O trabalho dos psicólogos, fortemente influenciado por perspectivas teóricas que enfatizam a relação entre as dinâmicas socioculturais e a elaboração psicológica, é considerado relevante para a efetivação dos ideais dos direitos humanos neste momento.

Palavras-chave: história da psicologia no Brasil, cultura brasileira, higiene mental, educação, profissão de psicólogo, psicologia nas políticas públicas

## **Introdução - História da Psicologia e o Contexto Cultural**

O conhecimento sobre a psique humana tem longa data (Robinson, 2013). As sociedades humanas são compostas por pessoas dotadas de reflexividade (Morawski, 2020), logo, refletem sobre si mesmas, suas vidas, pensamentos, sentimentos e ações, elaborando suas próprias concepções sobre a natureza e práticas humanas. A psicologia enquanto campo do conhecimento pode ser vista como “um conjunto de teorias e práticas enraizadas socialmente que tanto reificam quanto refletem os contextos de onde se originam e para onde retornam” (Pickren & Rutherford, 2010, p. xvii). Essas ideias e práticas ligadas à dimensão psicológica da existência humana podem ser, de maneira geral, incluídas dentro do campo de estudos da história das ideias psicológicas (Massimi, 2020). Elas também podem ser consideradas como parte da história social, quando vistas de uma perspectiva historiográfica externalista (Lakatos, 1989), focando em suas relações com o contexto social e cultural nas quais são produzidas ou apropriadas, em um processo denominado “indigenização”, quando são combinadas com ideias e demandas locais (Danziger, 2006; Kelley, 2002). Além disso, o conhecimento produzido por seres humanos sobre si mesmos pode influenciar a maneira como vivem e interpretam suas próprias ações em sociedade, um processo descrito por Hacking (1999) como “efeito looping”. Nesse sentido, a construção do conhecimento psicológico, compreendido como o conjunto de visões e interpretações dos pensamentos, sentimentos e ações humanas, está profundamente enraizado no contexto social e cultural onde é inventado, difundido e apropriado através da interação humana. Por

esse motivo, o conhecimento psicológico está fortemente ligado à sua realidade geográfica e histórica.

Neste artigo, a história da psicologia no Brasil é abordada. Aqui, entende-se que a palavra “psicologia” se refere à história de um campo de conhecimentos culturais, filosóficos, científicos e profissionais, e de práticas sobre pensamentos, sentimentos e ações humanas, desenvolvidas no país desde o início da colonização portuguesa em 1500.

Os historiadores da psicologia geralmente descrevem o campo do pensamento psicológico em termos de ideias e explicações sobre a natureza humana produzidas por culturas e sociedades humanas em diferentes períodos históricos, a partir de um ponto de vista cultural ou filosófico, ou como um campo de investigação científica que faz parte da ciência moderna. Ideias psicológicas podem ser relacionadas à evolução do pensamento filosófico, destacando reflexões sobre a natureza humana e as estruturas psicológicas exploradas por antigos pensadores, na tentativa de estabelecer continuidade na história do pensamento (por exemplo, Allport, 1968; Boring, 1950; entre outros). Outros historiadores enxergam uma ruptura nessa história com o nascimento da ciência moderna, do século XVI em diante, principalmente a partir do século XIX, quando os primeiros laboratórios de psicologia foram inaugurados (Danziger, 2013; Hilgard, 1987; Reuchlin, 1999, entre outros). De acordo com Brožek (1999, p. 179), “o termo *‘psychologia’* apareceu no século XVI, na Europa, como um termo erudito equivalente ao título dos tratados tradicionalmente nomeados em latim como *De anima* (Da Alma)”, na tradição aristotélica. Vidal (2011) data o século XVIII como o

período de institucionalização do campo da psicologia na modernidade.

A história da psicologia no Brasil também pode ser dividida em períodos, cada um deles dominado por perspectivas culturais ou filosóficas da compreensão humana, ou por abordagens científicas, empíricas, das mentes, sentimentos e comportamentos humanos, começando com a descoberta feita pelos navegadores portugueses, em 1500, do território da América do Sul onde o país se localiza. Esses períodos são: (1) o período colonial, entre 1500 e 1822, quando a região foi colonizada pelo império português e, brevemente, pelo império espanhol, que dominou Portugal entre 1580 e 1640 enquanto colonizava regiões da América Central e da América do Sul. Durante esse período, a população do país foi formada, miscigenando indígenas, colonizadores portugueses, missionários e comerciantes estrangeiros que vieram de outras regiões do globo, e escravos trazidos da África. Naquela época, a composição da população teve um impacto considerável no desenvolvimento das ideias psicológicas. Pode-se diferenciar as concepções dos indígenas sobre a natureza humana, os ensinamentos de padres católicos e missionários sobre as ideias da psique, derivadas da tradição aristotélico-tomista da filosofia, e as influências das mitologias e religiões populares da África. Como nenhuma universidade foi criada no país durante esse período, as elites brancas eram majoritariamente educadas em Portugal, na Universidade de Coimbra, ou em colégios jesuítas fundados nos maiores centros urbanos (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo), onde circulavam as ideias da clássica tradição filosófica da Europa. (2) O período imperial, que começou com a declaração de independência

de Portugal, em 1822, e terminou com a proclamação da república brasileira em 1889. Durante esse período, abordagens filosóficas e científicas da psique humana, que originaram na Europa, circularam nas recém criadas faculdades de medicina e direito, e contribuíram para a formação do higienismo e para a orientação moral da população por médicos em contato com as universidades europeias, um movimento que promoveu maior circulação da ciência moderna no interior do país. (3) O período republicano, de 1889 em diante, quando a circulação e o desenvolvimento da psicologia científica começaram nas recém criadas escolas de formação de professores, universidades e instituições de saúde mental, promovendo produções originais no campo da psicologia científica e a expansão dos serviços psicológicos. (4) De 1962 até o presente, quando a profissão de psicólogo foi regulamentada, e quando a formação de psicólogos a nível universitário foi expandida e contribuiu para a composição de uma das maiores comunidades de psicólogos no mundo, com uma forte conexão e diálogo com a cultura brasileira (Antunes, 1999; Massimi, 1990). Durante esse período, pode-se observar também uma contínua institucionalização dos programas de pesquisa e pós-graduação na área, com ênfase na relação entre psicologia e processos socioculturais.

Neste artigo, o termo “psicologia” será compreendido com diferentes significados, a depender do período histórico analisado. Reflexões sobre a psique humana e práticas sociais referentes às emoções e à esfera moral, durante o período colonial, serão compreendidas como parte da história das ideias psicológicas. Do século XIX em diante, com o estabelecimento dentro do país das instituições de ensino superior nas áreas da medicina e do direito,

das escolas de formação de professores e o início de um sistema de saúde mental gerido por médicos, a palavra “psicologia” referenciará as produções intelectuais relativas à ciência moderna. Começando pela segunda metade do século XX, com a regulamentação legal da profissão de psicólogo e o aumento do número de atuantes no campo, na sua maioria mulheres, a palavra referenciará tanto as produções científicas quanto a aplicação do conhecimento psicológico nas instituições de educação, trabalho e saúde mental, assim como na prática privada. Durante esse período posterior, uma característica já observada nos períodos anteriores e reconhecida como uma contribuição original da psicologia produzida na América Latina, especialmente no Brasil (Campos, 2006; Jodelet, 2015) — a ênfase na dimensão sociocultural da experiência humana dentro do campo da psicologia, com uma notória presença da psicologia social na educação dos psicólogos no país —, será explorada e documentada no processo de profissionalização dos psicólogos brasileiros.

Este artigo se baseia em uma leitura metateórica da literatura mais recente sobre a história da psicologia no Brasil, desde o estabelecimento do grupo de pesquisa sobre história da psicologia na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Campos, Jacó-Vilela, & Massimi, 2010). Diversos trabalhos investigaram fontes originais encontradas em arquivos históricos brasileiros (Antunes, 1999; Assis & Peres, 2016; Bomfim, 2003; Facchinetti & Jacó-Vilela, 2019; Massimi, 1990; Massimi & Guedes, 2004; Rocha, 2004; entre outros). Outros estudos foram desenvolvidos, alguns com auxílio do Conselho Federal de Psicologia, fundado em 1971, documentando a história e avanços

recentes na profissão de psicólogo no país (Bastos & Gondim, 2010; Bock, 1999; Campos, 2001; Conselho Federal de Psicologia, 1988, 1992, 1995; Yamamoto & Costa, 2010). Vários desses estudos documentam a interação entre a diversidade sociocultural do Brasil e o desenvolvimento da psicologia no país, seja como um campo de pensamentos filosóficos e culturais, de investigação científica ou de práticas profissionais.

### **Ideias Psicológicas no Período Colonial (1500-1908) – Encontros e Contradições entre Culturas**

A cultura brasileira, que começou a ser formar em 1500 com a descoberta e colonização do imenso território da América do Sul pelo reino de Portugal, desenvolveu-se progressivamente a partir da miscigenação de diferentes povos: os indígenas, habitantes originários do território; os africanos, levados ao país para trabalharem como escravos nas grandes plantações e no meio urbano entre os séculos XVI e XIX; os próprios portugueses, que criaram organizações econômicas, políticas e culturais durante o longo período colonial entre o século XVI e o início do XIX; e também viajantes, comerciantes e imigrantes de diferentes partes do mundo que se estabeleceram no país ao longo de sua história (Azevedo, 1996; Ribeiro, 2015).

A contribuição desses grupos, das mais variadas origens, para a construção dos filamentos socioculturais que constituem a principal característica na formação do povo brasileiro, resultou em encontros entre diferentes visões de mundo e formas de vida social, acompanhados tanto pela empatia quanto pelo conflito. Para

explicitar isso, as características psicológicas e psicossociais dos indígenas, europeus e africanos, que formaram essa cultura brasileira majoritariamente sincrética, serão brevemente apresentadas, tendo todas deixado profundas marcas ao longo do tempo. Uma destas, ainda presente na sociedade brasileira contemporânea, é a extrema desigualdade social e cultural estabelecida no país, com as elites tradicionais, detentoras do poder econômico e político, de um lado, e os outros grupos étnicos vivendo predominantemente na pobreza, do outro (Skidmore, 2004; Souza, 2018). A participação destes na distribuição de riquezas sempre foi limitada, apesar das contribuições bastante sofisticadas que incorporaram à diversificada composição social e cultural do Brasil.

### **Cultura indígena**

Quando os colonizadores portugueses desembarcaram pela primeira vez na parte leste da América do Sul, eles encontraram os habitantes originários, os aborígenes, os quais chamaram de “os povos indígenas”. Aproximadamente 1.000.000 de indígenas viviam espalhados ao longo do território em comunidades autônomas, ramificadas a partir de um tronco principal chamado Tupi-Guarani, o qual havia habitado a região por inúmeras gerações (Ribeiro, 2015). Esses povos tradicionais foram divididos em aldeias independentes uma das outras, que viviam sob um regime descrito como “comunismo primitivo” (Saviani, 2010), em comunidades que compartilhavam seus meios de subsistência. Eventualmente, as aldeias iriam entrar em conflito pela exploração do melhor pedaço de terra ou por outros motivos. A história dessas aldeias e de suas

culturas foi transmitida oralmente, no interior de um sistema social baseado em laços familiares e comunitários.

As informações sobre os estilos de vida, representações do mundo, crenças e línguas dos povos indígenas na época da descoberta e durante o período colonial, estão apenas disponíveis em relatos de viajantes, colonizadores e missionários que estiveram no território que chamamos de Brasil hoje em dia. Esses relatos fornecem evidências dos diferentes pontos de vista dos visitantes em relação aos aspectos psicológicos e psicossociais da cultura aborígene.

Existem relatos que descrevem os povos indígenas vivendo em uma relação quase paradisíaca com a natureza, suas famílias, crianças e com a comunidade, consonante ao mito do *bon sauvage* de Rousseau, o qual alguns autores consideram ter sido inspirado por esses povos ancestrais encontrados na América (Dent, 1996). Nesses relatos, os habitantes da terra são retratados como pacíficos, e amorosos para com suas crianças (Massimi, 1990).

Outros relatos, como aqueles produzidos por Manoel da Nóbrega, que também foi um jesuíta e o primeiro líder provincial da Companhia de Jesus no Brasil, escritos entre 1549 (data do começo das missões jesuíticas no país) e 1561, fornecem uma visão mais pessimista da relação com os povos indígenas. Em seus relatos sobre o contato com os indígenas, Nóbrega relata tanto experiências positivas (a cordialidade dos indígenas ao receberem os missionários) quanto negativas, quando se depara com a resistência ao seu projeto de evangelização causado pelas crenças e costumes aborígenes (Massimi, 1990; Nóbrega, 2006).

O antropólogo Claude Lévi-Strauss (2007), ao descrever a estrutura de uma aldeia indígena no Brasil da década de 1930, percebeu o seguinte: o ser humano, para os nativos, não era considerado um indivíduo autônomo, mas uma pessoa, que faz parte de um universo sociológico existente desde tempos imemoriais, dentro do qual os papéis dele ou dela teriam sido desde sempre prescritos. Essa atribuição prévia de funções estaria inscrita na própria estrutura da aldeia, onde a localização das moradias e as regras para habitá-las determinariam os papéis sociais e as visões de mundo dos habitantes. Essa concepção, genericamente denominada “perspectivismo” na antropologia (Viveiros de Castro, 2002), enxerga o mundo como habitado por diferentes espécies de sujeitos (humanos e não humanos), os quais o apreendem a partir de diferentes pontos de vista. Nesse mosaico de perspectivas, tanto humanos quanto não humanos podem enxergar-se como pessoas, dotadas de espírito, e por vezes com intencionalidade. O universo seria então povoado com intencionalidades humanas e não humanas dotadas com suas próprias perspectivas. Essa cosmologia parece expressar uma certa fragilidade do humano diante das forças da natureza.

### **Cultura europeia**

A colonização do território brasileiro pelos portugueses começou em 1500, com sua descoberta feita por uma frota portuguesa que descia a costa africana a caminho das então chamadas Índias Orientais. Segundo Saviani (2010), tal processo foi realizado em três dimensões: tomando a posse da terra e

explorando-a, o que implicava a subjugação dos habitantes locais (os moradores originais); sua educação na forma de aculturação, isto é, a imposição ao colonizado das práticas, técnicas, símbolos e valores dos colonizadores; e a catequização, compreendida como a busca de conversão do colonizado à religião do colonizador e sua disseminação. Nesse sentido, e como o estado português estava associado à religião católica, os primeiros missionários ligados à Igreja Católica Romana desempenharam um importante papel na primeira formatação das dimensões psicológica e psicossocial do ser humano no contexto colonial.

Os jesuítas, orientados diretamente por Inácio de Loyola e pela Companhia de Jesus, fundada por ele com o objetivo de levar a religião católica aos novos impérios coloniais sendo formados no Novo Mundo e na Ásia, inauguraram várias escolas nas primeiras cidades brasileiras, onde implantaram o método educacional do *Ratio Studiorum* e o ensino da psicologia filosófica (Saviani, 2010).

A psicologia ensinada no ciclo de estudos superiores das escolas jesuítas concentrava-se no estudo dos processos psicológicos descritos na matriz filosófica de Aristóteles e São Tomás de Aquino, e na leitura de tratados escritos em Coimbra, Portugal. Estes foram utilizados no ensino de filosofia da Universidade de Coimbra, e chegaram ao Brasil na bagagem dos missionários a partir do século XVI. Eles buscavam reconciliar a filosofia clássica com problemas do cotidiano, para que os padres pudessem transmitir conhecimento e valores em suas missões de evangelização (Massimi, 2020).

Essa psicologia ensinada nas escolas jesuíticas era utilizada por padres nas missas realizadas em inúmeras paróquias espalhadas

por todo território brasileiro. Assim, enquanto as escolas promoviam uma formação de elite para os noviços, filhos de grandes proprietários de terras e de funcionários públicos, que moravam nas cidades maiores espalhadas ao longo da costa brasileira, a educação básica era dada nas residências das classes mais ricas e nas paróquias. Nessas paróquias, o sermão era proferido nas missas de domingo e em outras festividades; muitos dos famosos sermões foram publicados posteriormente. Essas falas dos religiosos tinham uma função educativa, sendo seus objetivos evangelizar a população e transmitir as histórias sagradas com seu significado moral. Nesse processo, eles ocuparam um lugar importante na transmissão da cultura cristã ocidental à população local, tanto urbana quanto rural (esta última sendo a maioria) (Massimi, 2020).

### **Cultura africana**

Outra fonte de conhecimento psicológico e de sincretismo cultural pode ser encontrada nas raízes africanas, as quais vieram a compor parte da cultura brasileira através da chegada de trabalhadores escravos, que contribuíram para a geração de riquezas na agricultura, criação de gado e mineração, constituindo o panorama econômico do período colonial a partir da metade do século XVI. Os africanos eram vendidos como escravos para trabalharem nas grandes propriedades rurais e, no ambiente urbano, nos lares das famílias mais prósperas. Por meio desse tráfico, o Brasil recebeu aproximadamente 5 milhões de africanos, representando 40% dos 12.5 milhões que embarcaram à América ao longo de três

séculos e meio. Por esse motivo, hoje o país apresenta a segunda maior população negra do planeta, atrás apenas da Nigéria. Também foi, entre os países do Novo Mundo, o que mais demorou para abolir o tráfico de escravos (interrompido em 1850) e o último a proibir a própria escravidão, através da Lei Áurea de 1888, que proibiu o trabalho escravo em território brasileiro de maneira definitiva (Gomes, 2019).

O antropólogo Gilberto Freyre (1900-1987), que realizou estudos aprofundados sobre a composição da sociedade brasileira durante o período colonial, afirma que, a partir de 1532, tal composição era predominantemente formada por famílias rurais ou semi rurais, dependentes da agricultura e da escravidão, junto da influência intelectual da Companhia de Jesus. A família teria sido o fator colonizador por excelência, tanto como matriz econômica responsável pelas produtivas terras agrícolas — as plantations — bem como pela organização política, governada com mão de ferro pela aristocracia rural, sendo, portanto uma fonte de normas culturais. Foi justamente a necessidade de trabalhadores nas grandes plantações que promoveu o tráfico de africanos escravizados, trazidos através do Oceano Atlântico por três séculos. Os africanos trouxeram consigo suas crenças e tradições culturais, e gradualmente fizeram suas contribuições para a formação da cultura brasileira. Eles pertenciam a diversos povos africanos, especialmente aos grupos Bantu e Sudanês (Freyre, 1958).

O sistema escravocrata apresenta influências positivas e negativas na composição social brasileira. Pelo lado negativo, as características psicológicas e psicossociais que a escravidão promove não podem ser negadas: a disparidade social e política criada entre

seres humanos (Schwarcz, 1993). A primeira tendência dos colonizadores havia sido, obviamente, tentar escravizar os indígenas, mas essa tendência se deparou com a implacável resistência dos catequistas, o que levou os donos de terra e comerciantes a buscarem a alternativa do tráfico negreiro, com todos os problemas e insuficiências que decorreram desse processo. Entre eles, houve principalmente a separação social entre pessoas livres e escravizados, e os hábitos nem um pouco humanitários que a situação provocou entre aqueles que estavam do lado privilegiado da relação senhor-escravo. Esse desequilíbrio de poder causado pela escravatura é o que teria gerado o preconceito de cor na cultura brasileira (uma maneira tendenciosa e antiética de justificar a escravidão dos africanos). Também foi responsável pela presença daquilo que o antropólogo Gilberto Freyre (1958) chamou de relações sadomasoquistas, junto das outras formas de autoritarismo exacerbado e desumano entre brancos e negros, numa dialética destrutiva.

Por outro lado, a presença dos africanos trouxe influências culturais e práticas com um forte impacto na mente popular, e na organização espontânea de um sistema comunitário de ajuda e aconselhamento em relação a questões psicológicas e psicossociais.

Religiões de origem africana foram a fonte, por exemplo, do dito candomblé, na Bahia, ou da macumba, no Rio de Janeiro, religiões sincréticas com raízes no período colonial que misturam influências africanas, ameríndias, católicas e espíritas em sistemas religiosos de crenças e práticas panteístas, com muitos seguidores nas classes populares do Brasil (Bastide, 2001).

A presença de religiões e cultos de origem africana, portanto, como a macumba e o candomblé, tem marcado a sociedade brasileira desde o período colonial. Essa presença contribuiu para a disseminação de conhecimentos psicológicos e de práticas socioculturais entre as populações mais pobres, resultantes da mistura de elementos das culturas africana, ameríndia e cristã ocidental, com um forte impacto na cultura tradicional brasileira. A partir dessas misturas emergem novas formas de conceber os fenômenos psicológicos e psicossociais, e também a organização de uma extensa rede voltada para a reflexão sobre questões ligadas ao desenvolvimento humano, à regulação da coexistência entre as pessoas e grupos sociais e à vida familiar. Essas questões persistiram na sociedade brasileira, e seriam abordadas pelo conhecimento científico e psicológico que circulou no país a partir do final do século XVIII, sobretudo nas áreas médica e educacional.

### **Século XIX – O Período Imperial e a Inserção da Cultura Científica no Brasil**

Para entender como a ciência moderna chegou ao Brasil, é necessário compreender as transformações que ocorreram no sistema educacional português e brasileiro ao final do século XVIII. Naquela época, uma profunda reforma educacional foi iniciada em Portugal, na tentativa de superar os ensinamentos ministrados pelos jesuítas e outras congregações, e promover:

o desenvolvimento da cultura geral, o incremento das indústrias, o progresso das artes, o progresso das letras,

o progresso científico, a vitalidade do comércio interno, a riqueza do comércio externo, a paz política, a elevação do nível de riqueza e bem-estar. (Pombal, citado por Saviani, 2010, p. 81).

Essencialmente, o projeto da Coroa Portuguesa (que incluía o Brasil, sua maior e mais importante colônia) era claramente promover a modernização da sociedade, por meio de reformas educacionais que tornariam o ensino mais prático e compatível com a ciência moderna. A reforma social também incluiu a extinção dos privilégios da nobreza, a expulsão dos jesuítas do território português e a união da igreja ao estado (tornando-a independente de Roma). As escolas jesuítas, tanto na metrópole como nas colônias, foram fechadas, substituindo seu ensino ministrado às elites por um sistema de “aulas régias” mantido pela monarquia. Nesse sistema, o qual levou alguns anos para ser estabelecido em todo o império, os professores pagos pela Coroa Portuguesa deveriam ensinar a leitura, escrita, aritmética, noções do latim, grego, retórica, e filosofia em escolas chamadas “inferiores” ou em suas casas. Ao mesmo tempo, uma ampla reforma no ensino universitário foi levada a cabo, aplicada na Universidade de Coimbra (a mais importante do Império Português, fundada em 1290) e em outras instituições de ensino superior existentes em Portugal.

A criação dessas primeiras escolas profissionais no Brasil foi uma das consequências da transferência da capital do Império Português ao Rio de Janeiro em 1808, e a instituição, em 1816, do Reino Unido, o qual congregou os territórios de Portugal, Brasil, e das outras colônias portuguesas na África e Ásia. A transferência da

corte, resultante da invasão de Napoleão à Península Ibérica, impulsionou a criação, em 1808, da Escola de Cirurgia da Bahia, e da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Ambas foram fundadas junto aos hospitais militares reais nessas cidades, os maiores centros urbanos brasileiros da época.

Em 1822, o país tornou-se politicamente independente com o imperador Pedro I (1798-1834), filho do rei de Portugal, D. João VI (1767-1826), que havia retornado à metrópole alguns anos antes, assumindo o poder. A independência promoveu a reorganização política, social e cultural do país, numa perspectiva mais pragmática. A nova elite dominante, liderada por intelectuais e profissionais formados na Europa (Coimbra, França, Bélgica), e inspirada pelas teorias mecanicistas e sensualistas, assumiu o controle do projeto de modernização do país. Nesse processo, escolas de nível superior, academias, sociedades científicas e bibliotecas foram criadas. Em 1832, as Faculdades de Medicina e de Direito foram efetivamente organizadas. As teses defendidas nessas novas faculdades de medicina constituem uma importante fonte para o desenvolvimento das primeiras abordagens científicas da psicologia no país. Estudos já realizados sobre esse conjunto de trabalhos e sobre as práticas médicas do período fornecem evidências de que a formação em psiquiatria, no decorrer do século XIX, foi construída principalmente sob a influência da medicina francesa e, em menor medida, sob as escolas alemãs e inglesas. Os profissionais da medicina, no geral um pequeno número quando comparados ao tamanho da população, eram generalistas, dando prioridade à chamada medicina familiar. Nessa posição, tratavam os membros do grupo familiar como clínicos, cirurgiões ou parteiros, e também

exerciam a função de conselheiros, sendo consultados sobre dificuldades domésticas, problemas de saúde física, bem como questões de saúde mental. Assim, eles desempenharam um importante papel, não apenas como profissionais da saúde, mas também como veículos de transmissão da cultura científica e na orientação da população acerca dos hábitos de higiene, física ou mental. Algumas das teses, defendidas tanto na Faculdade de Medicina da Bahia quanto no Rio de Janeiro, lidam com os aspectos psicológicos e psicossociais da saúde, e foram situadas na esfera da medicina social a partir da perspectiva da matriz higienista. O projeto médico da época foi efetivamente civilizar a população, considerada um tanto ignorante das técnicas modernas de saneamento e de higiene, física e/ou mental. As ideias do psiquismo também reaparecem renovadas nessas teses. A abordagem psiquiátrica de caráter mais organicista iria prevalecer, principalmente após a inauguração do primeiro hospital psiquiátrico do Brasil, o Hospício Pedro II, iniciado em 1852 no Rio de Janeiro. A partir desse momento, as cátedras de psiquiatria higiênica, psiquiatria clínica e de doenças mentais foram criadas, as quais, em associação às cátedras já existentes de medicina forense, marcaram o começo da organização do campo da psiquiatria tanto em termos teóricos quanto práticos. Os principais autores estudados foram os psiquiatras franceses Philippe Pinel (1745–1826), Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772–1840) e Bénédict-Augustin Morel (1809–1873). Esses teóricos, adeptos do internamento em hospícios para os indivíduos que sofrem de doenças mentais, consideravam que a loucura tinha causas tanto físicas quanto morais. O tratamento que eles apoiavam incluía a disciplinarização do doente, rotinas

rigorosas nos hospitais, e atividades para controlar as emoções e os sentimentos. Entre os doentes mentais, estavam incluídos os chamados idiotas e retardados. A teoria da degeneração de Esquirol postulava ainda que a alienação mental seria causada por predisposições inatas, agravadas por influências ambientais tanto físicas (clima, condições não higiênicas de alojamento ou de nutrição) como morais (ignorância, fanatismo, perturbação dos costumes). Nesse caso, o tratamento também incluiria a mudança de hábitos, uma questão psicológica (Jacó-Vilela, Esch, Coelho, & Rezende, 2004; Lourenço Filho, 2004; Pessotti, 1975; Rocha, 2004).

Outros autores que influenciaram a psiquiatria brasileira, mais próximo ao final do século XIX e início do século XX, foram Wilhelm Wundt (1832–1920), o fundador do laboratório de psicologia da Universidade de Leipzig, na Alemanha, em 1879, também conhecido como o fundador da psicologia científica, e Théodule Ribot (1839–1916), fundador da Sociedade de Psicologia Fisiológica na França, em 1885. Tanto Wundt quanto Ribot influenciaram o desenvolvimento da psiquiatria no Brasil na busca de apoiar a psicologia em estudos empíricos, rompendo com a tradição de especulações filosóficas (Lourenço Filho, 2004).

Essas novas fontes teóricas, na medida em que buscavam definições experimentais em psicopatologia, também foram importantes pelas suas propostas de intervenções práticas na gestão da vida humana em cidades brasileiras, as quais estavam iniciando o processo de expansão que se intensificaria ao longo do século XX. Essas intervenções visavam promover o contato mais direto dos profissionais da saúde mental com a realidade das famílias brasileiras, sobretudo a das periferias urbanas, que sofriam com a

falta de oportunidades educacionais e eram fortemente influenciadas pelas crenças da cultura tradicional, ameríndia ou afro-brasileira (Machado, Loureiro, Luz, & Muricy, 1978).

Um documento interessante que fornece evidências do nível de informação sobre as tendências europeias na psicologia científica, que circulou no Brasil em meados do século XIX, é o livro publicado por Dr. Eduardo Ferreira França (1809-1857) na Bahia, em 1854. França graduou-se com um diploma de medicina na Universidade de Paris em 1834, e tornou-se professor na Faculdade de Medicina da Bahia. Enquanto foi estudante em Paris, ele estudou as obras do filósofo francês Étienne Condillac (1714–1780), que defendia que todas as ideias provêm das sensações e propôs um método para analisar as ideias, reduzindo-as aos seus elementos mais simples. Estudou também as obras de Maine de Biran (1766-1824), um filósofo espiritualista que propôs a análise da consciência através da introspecção; os dois autores fizeram parte da história da psicologia na França (Nicolas, 2001).

A principal obra de França, *Investigações em Psychologia*, publicada em 1973, é apresentada em dois volumes, um com 284 páginas e outro com 424 páginas. Considerado por Rocha (2004) um dos primeiros livros escritos nas Américas que contém a palavra “psicologia” no título, a obra está dividida em seis seções, abordando os seguintes assuntos: (a) a consciência e suas faculdades; (b) modificabilidade (sensibilidade, afetividade); (c) motividade (movimentos); (d) faculdades intelectuais I (percepção interna e externa, relações entre suas qualidades e hábitos); (e) faculdades intelectuais II (sensibilidade cerebral, sono, sonhos, consciência, razão, memória, imaginação, abstração, composição, generalização,

juízo, faculdade do futuro, faculdade da fé, ideia), instintos (físicos, intelectuais, sociais e morais); e (f) vontade. O autor refere-se à psicologia como uma ciência moral, e postula que:

há no homem duas ordens bem distintas de fenômenos, os fisiológicos e os psicológicos; que a separação entre a fisiologia e a psicologia firma-se em uma base sólida. [...] Estas duas ciências esclarecem-se mutuamente, mas não deixam por isso de ser distintas e hoje não é lícito confundir a psicologia com a fisiologia sem mostrar que se desconhece o que é o homem. (França, 1973, p. 50).

Nesse livro, escrito em 1854, França estava certamente anunciando o interesse pela psicologia científica que seria observado nos anos posteriores.

Ao final do século XIX, a influência do positivismo fortaleceu o movimento pela modernização do país. Para os intelectuais e políticos, influenciados pelo darwinismo social,

a forte presença de descendentes africanos e da miscigenação se tornou a principal justificativa para o atraso do país. A transformação da diferença biológica em justificativa da desigualdade social — como proposta pela teoria da degeneração na psiquiatria francesa — levou à conclusão de que, com o tipo de população que habitava o Brasil, o objetivo de construir uma nação civilizada como as da Europa era

praticamente impossível. (Facchinetti & Jacó-Vilela, 2019, p. 3).

Entretanto, nos próximos anos, novas medidas seriam tomadas pelos intelectuais brasileiros na tentativa de superar os problemas sociais do país.

### **Psicologia Científica e a Criação dos Primeiros Laboratórios e Serviços de Saúde Mental**

Com o estabelecimento do regime republicano (1889), ampliou-se a consciência, entre as elites brasileiras, da necessidade de expandir e modernizar os sistemas públicos de educação e saúde no país. Alguns médicos e professores das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, interessados pela nova ciência da psicologia, entre eles Maurício de Medeiros (1885–1966) e Manoel Bomfim (1868–1932), visitaram laboratórios europeus, como o Laboratório de Psicologia da Faculdade de Medicina da Sorbonne, dirigido por Georges Dumas (1866-1946), e o Laboratório de Psicologia associado à *École Pratique des Hautes Études*, também vinculado à Sorbonne, dirigido por Alfred Binet (1857-1911). Também sabiam da existência do Laboratório de Psicologia da Universidade de Genebra, inaugurado por Théodore Flournoy (1854–1920) e posteriormente dirigido por Édouard Claparède (1873–1940). Retornando ao Brasil, alguns desses profissionais inauguraram os primeiros laboratórios de psicologia do país, associados a instituições de saúde mental e de educação. Sob a influência do positivismo, eles pensavam que a ciência seria uma

importante ferramenta para solucionar os problemas sociais e promover o desenvolvimento social e econômico do país. Seus trabalhos ajudaram a consolidar a psicologia enquanto uma disciplina acadêmica e um campo de aplicação entre nós (Campos, 2006; Lourenço Filho, 2004; Olinto, 2004).

A criação do primeiro laboratório de psicologia ocorreu no Rio de Janeiro, no Pedagogium, uma instituição criada em 1890 com a finalidade de oferecer cursos, promover o desenvolvimento de materiais pedagógicos avançados baseados em trabalhos experimentais nas áreas da física e das ciências naturais, e de publicar um periódico, a Revista Pedagógica. Em 1897, Medeiros e Albuquerque (1867-1934), diretor da instrução pública no Distrito Federal (na época, Rio de Janeiro, capital do país), promoveu no Pedagogium uma série de conferências sobre a fisiologia do sistema nervoso. As conferências foram dadas por Antonio Austregésilo (1876-1961), um dos primeiros médicos a se interessar pela psicanálise no Brasil. Ao mesmo tempo, o médico Maurício de Medeiros (1885-1966), voltado para estudos experimentais na psicologia (Medeiros, 1907), iniciou as atividades de um laboratório psicológico que tinha sido planejado com a ajuda de Alfred Binet, em Paris. Em 1906, Manoel Bomfim (1868-1932) tomou posse da direção do Pedagogium e assumiu a coordenação desse Laboratório de Psicologia, onde expandiu os estudos em psicologia e educação, e sobre o uso de testes mentais nas escolas (Antunes, 1999; Jacó-Vilela, 2014). Esse autor opôs-se às teorias racistas sobre a constituição do povo brasileiro, e participou ativamente no movimento pelos avanços na educação popular, que em sua opinião,

era a melhor forma de desenvolver a consciência de cidadania da população e a democracia no país (Bomfim, 1905).

Um segundo Laboratório de Psicologia (inicialmente denominado Laboratório de Pedagogia Experimental) foi criado em 1913, na Escola Normal de São Paulo, sob a direção de Ugo Pizzoli (1863-1934), um especialista italiano formado em Modena, na Itália. Pesquisas sobre o raciocínio, grafismo, memória, cinética, tipos intelectuais e associação de ideias em crianças foram realizadas nesse laboratório. Os cursos lecionados por Pizzoli abordavam exames físicos, antropológicos, fisiológicos e psicológicos (Centofanti & Tomasini, 2014). Após Pizzoli ter retornado à Itália, os professores Lourenço Filho (1897-1970) e Noemy Silveira (1902-1988) assumiram a direção do laboratório, e promoveram pesquisas sobre testes de desenvolvimento mental, investigações sobre o brincar, a leitura, a influência dos filmes nas crianças e a mensuração da aprendizagem infantil. Um novo teste para avaliar a maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita — o ABC — foi desenvolvido pela dupla na época, para ser utilizado no ensino primário. Esse teste consistia em uma adaptação da escala de inteligência Binet-Simon, e foi amplamente utilizado nas escolas brasileiras ao longo do século XX. Ao mesmo tempo, Lourenço Filho desenvolveu estudos experimentais de processos psicológicos e publicou um artigo bem conhecido sobre o estudo experimental do hábito, definido como a constante de dada reação ao mesmo estímulo. A curva obtida em diversos estudos com seus alunos na Escola Normal de São Paulo foi considerada pelo autor um protótipo da curva de aprendizagem do ser humano, com:

um alto valor prático do ponto de vista das aplicações pedagógicas, e assim também um valor teórico fundamental, como esquema interpretativo da conduta humana, consciente ou automática (Lourenço Filho, 1971, p. 32).

O historiador da psicologia, Isaías Pessotti, considera essa curva como uma antecipação da curva de aprendizagem obtida por B. F. Skinner (1904-1990) alguns anos depois em seus estudos sobre o processo de aprendizagem (Pessotti, 1975).

Durante as décadas de 1920 e 1930, Lourenço Filho se tornou um dos líderes mais importantes do movimento da Escola Nova no Brasil. Em 1929, ele publicou um clássico estudo sobre a conexão desse movimento com as ciências da educação, o livro intitulado *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, revisto e reimpresso 14 vezes (Lourenço Filho, 2002). Nesse livro, a psicologia científica é apresentada como um conhecimento essencial para os educadores, suas contribuições sendo: o estudo das variações psicológicas com a idade, a diferenciação entre as características psicológicas de crianças e adultos, a descrição das semelhanças humanas e das diferenças individuais e a elaboração de um modelo genético-funcional para explicar o desenvolvimento psicológico.

O interesse em aspectos específicos da cultura brasileira foi também despertado entre os médicos que receberam estudantes brasileiros na França. Entre 1901 e 1905, médicos franceses visitaram o Brasil para estudar as doenças tropicais. O interesse do governo francês em fortalecer a representatividade da cultura francesa na América Latina levou à criação, em 1908, do

“Agrupamento de universidades e grandes escolas na França para relações com a América Latina”, dirigido pelo psiquiatra Georges Dumas, catedrático de psicologia no *Collège de France*, professor na Sorbonne desde 1902, e um dos fundadores da Sociedade Francesa de Psicologia. Entre 1908 e 1947, essa associação de instituições de ensino superior promoveu a realização de várias conferências no Brasil ministradas por professores universitários franceses envolvidos com a área da psicologia, entre eles os psiquiatras Henri Wallon (1879–1962), Pierre Janet (1859–1947), Théodore Simon (1873–1961) e Henri Piéron (1881–1964) (Melo & Campos, 2014). Wallon e Janet eram professores de psiquiatria na Sorbonne, enquanto Simon e Piéron eram especialistas em psicologia aplicada e testes mentais. Simon foi o parceiro de Alfred Binet na invenção dos testes de inteligência, e se tornou o diretor do Laboratório de Psicologia na Sorbonne após a morte de Binet, em 1911. Piéron foi o fundador do Instituto de Psicologia de Paris em 1920, e em 1928 criou o Instituto Nacional de Orientação Profissional na França, tendo sido um grande defensor da psicologia aplicada (Melo & Campos, 2014; Reuchlin, 1999).

As conferências de Georges Dumas abordavam principalmente o campo da psicologia patológica, com explicações científicas para os fenômenos místicos do espiritismo e das possessões observadas nas religiões populares do Brasil, comparando-as às manifestações patológicas observadas na França da Idade Média. Psiquiatras brasileiros estavam interessados pelos estudos de Dumas por conta de suas experiências, com dificuldades parecidas, entre os seguidores do espiritismo de Allan Kardec (bastante popular no Brasil naquela época) e das religiões populares

de origem africana (Melo, 2016). O Código Penal Brasileiro de 1890 havia tentado proibir “a prática do espiritismo, magia e seus sortilégios” (...) que afetavam a “credulidade” das pessoas, com prisão e multas, na tentativa de civilizar a população urbana e libertá-la das superstições místicas e fetichistas (Brasil, 1890). Ao mesmo tempo, psiquiatras estavam promovendo a legitimação da psicologia científica. Dumas também foi responsável pela organização do grupo francês de cientistas que estabeleceu as áreas de estudo da psicologia, antropologia e ciências sociais nas Universidades do Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo, fundadas respectivamente em 1920 e 1934, duas das primeiras universidades brasileiras (Cunha, 2007; Melo & Campos, 2014).

Naquela época, a maioria dos professores e praticantes da psicologia vinham das áreas da medicina, educação e direito. O Dicionário biográfico da psicologia no Brasil—Pioneiros (Campos, 2001) enumera 200 figuras que teriam iniciado estudos e práticas da psicologia desde o século XVI. Enquanto nos três primeiros séculos (XVI, XVII, XVIII) dezoito pioneiros foram identificados, a maioria das áreas de teologia e filosofia (os antigos missionários e professores de colégios jesuítas e de outras escolas), no século XIX eles eram graduados das áreas de medicina (36) e direito (19), interessados pela psiquiatria e medicina legal. Durante a primeira metade do século XX, a maioria dos profissionais e acadêmicos que se especializaram na área da psicologia eram graduados em medicina (28, sendo 25 homens e 3 mulheres) ou em educação (38, 10 homens e 28 mulheres). O Dicionário apresenta 20 especialistas com formação específica em psicologia ou psicanálise obtida em outros países, onde tais especializações estavam disponíveis (França,

Alemanha, Áustria, Suíça, Estados Unidos, Canadá). A maioria dos graduados nas áreas da educação e da psicologia eram mulheres, uma tendência que continuará a prevalecer na profissão após sua regulamentação legal (Bastos & Gondim, 2010; Yamamoto & Costa, 2010).

### **A Psicologia Ensinada nas Instituições de Ensino Superior e suas Aplicações nas Instituições de Educação, Saúde Mental e do Trabalho**

Durante a década de 1920, o ensino da psicologia começou como uma disciplina independente nas instituições de ensino superior na área da educação, como na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, em 1929, e no Instituto Pedagógico de São Paulo, em 1931. Essas escolas ofereciam a formação nas ciências da educação, tanto teórica quanto prática, com o propósito de promover a racionalização da administração escolar, inspirada pelo progressivismo e pelas ideias escolanovistas (Campos, 2012a; Lourenço Filho, 2004). Os serviços psicológicos foram estabelecidos na época, associados às instituições educacionais. Dentre esses serviços, destaca-se o Laboratório de Psicologia instalado em 1929 na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, com a presença do psiquiatra francês Théodore Simon (1873–1961), na época visitando o Brasil para uma série de conferências sobre o uso de testes mentais para a organização do ensino primário e na orientação profissional. O laboratório foi posteriormente dirigido por dois ex-alunos e ex-assistentes de Édouard Claparède no

Instituto Rousseau em Genebra, a primeira instituição de ensino e pesquisa da Europa dedicada às ciências da educação em nível universitário (Hofstetter, 2010): Léon Walther (1889–1963) e Helena Antipoff (1892–1974). Um Serviço de Psicologia Aplicada (posteriormente denominado Laboratório de Psicologia Educacional), associado à Direção Geral do Ensino, em São Paulo, foi instalado em 1931 sob a direção de Noemy Silveira Rudolfer (1902–1988) com propósitos similares.

Helena Antipoff e Noemy Rudolfer foram exemplos de novas lideranças da educação no país que promoveram o papel da psicologia como a mais importante entre as ciências da educação, uma vez que essa ciência poderia fornecer aos educadores conhecimentos sobre seu principal objeto de estudo: a criança, o adolescente, o menino ou a menina para quem a educação fosse destinada. Seus trabalhos introduziram inovações na pesquisa e na prática da psicologia na educação. Com formação em Ciências da Educação em Paris e Genebra, entre 1911 e 1914, Antipoff havia trabalhado como psicóloga na União Soviética, entre 1917 e 1924, em instituições públicas projetadas para hospedar crianças abandonadas e jovens que haviam perdido suas famílias durante aqueles anos de guerra e instabilidade social, e também trabalhou como assistente de Claparède na Universidade de Genebra entre 1926 e 1929 (Campos, 2012b). Quando assumiu a direção do Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, promoveu um estudo minucioso do nível de desenvolvimento mental das crianças em idade escolar e observou a forte relação entre o nível socioeconômico e os resultados dos testes de QI. Para explicar essa questão, ela propôs

sua própria definição para a inteligência medida pelos testes como “inteligência civilizada”, isto é, a:

inteligência revelada por meio desses testes é menos uma inteligência natural (como o quis Binet) que uma inteligência civilizada, mostrando, assim, que os testes se dirigem à natureza mental do indivíduo, polido pela ação da sociedade em que vive e desenvolvendo-se em função da experiência, que adquire com o tempo. (Antipoff, 1931, pp. 131–132).

Noemy Rudolfer, aluna de Lourenço Filho na Escola Normal de São Paulo, estudou com John Dewey e outros progressivistas no *Teachers' College* (escola de formação de professores) da Universidade de Columbia, em Nova York. Suas ligações ao movimento da Educação Nova na Europa e ao progressivismo educacional nos Estados Unidos, e sua dedicação ao sistema de ensino público no Brasil, as levaram a promover a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente, e das diferenças individuais, para melhorar o planejamento da educação. Com esse propósito em mente, elas dirigiram, em Minas Gerais e em São Paulo, pesquisas em psicologia educacional ao longo das décadas de 1930 e 1940, focalizadas no desenvolvimento mental, atitudes e interesses das crianças em idade escolar. Ambas defenderam também a organização de salas de aula homogêneas (em termos do nível intelectual das crianças, medido por testes de QI) nas escolas elementares, e o atendimento psicológico de crianças com

dificuldades escolares ou excepcionais em clínicas de orientação infantil (Antipoff, 1931; Rudolfer, 1931). Os fundamentos teóricos desses estudos fornecem evidências do pensamento das duas expoentes: as perspectivas genético-funcional e sociocultural de Helena Antipoff derivam da psicologia genebrina e da psicologia soviética, e as perspectivas pragmatista e funcionalista de Noemy Rudolfer foram inspiradas pelo trabalho dos intelectuais norte-americanos da Universidade de Columbia. Os laboratórios de psicologia que dirigiram foram ao mesmo tempo entidades de pesquisa, cujos trabalhos dariam continuidade à tendência já observada de produzir novos conhecimentos a respeito das características psicológicas e psicossociais das crianças e da juventude urbana brasileira, e instituições prestadoras de aconselhamento psicológico às suas famílias. O significado da expressão “laboratório de psicologia” englobava esses dois elementos (Campos, 2006).

Estabelecimentos médico-pedagógicos, onde serviços de acolhimento e de cuidado com a saúde física e psicológica de crianças e adolescentes eram oferecidos por psiquiatras e educadores, foram criados em vários estados brasileiros na época. Em Recife, Pernambuco, no ano de 1925, o psiquiatra Ulisses Pernambucano (1892-1943) criou um serviço público dedicado à orientação psicológica e seleção profissional, o Instituto de Psicologia do Recife, vinculado Departamento de Saúde e Assistência do governo estadual, onde foram realizadas adaptações de testes mentais à população brasileira. Nesse serviço, foram também realizados estudos sobre o vocabulário das crianças em idade escolar, sobre o desenvolvimento de técnicas projetivas, e

outros estudos experimentais, vários deles publicados nos Arquivos de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco, periódico editado por Pernambucano e sua equipe. Uma Escola para Crianças Anormais foi também criada, ligada à Escola Normal de Recife, e no hospital de saúde mental da região, Pernambucano conduziu um estudo epidemiológico de doenças mentais prevalentes na população negra e mestiça (Antunes, 1999; Campos, 2006; Medeiros, 2001; Pernambucano & Campos, 1932).

Outros serviços psicológicos foram implementados em meados da década de 1920. Em Salvador, Bahia, Isaías Alves (1898-1968), que havia estudado com Edward Thorndike (1874-1949) e obtido um mestrado em psicologia na Faculdade de Professores da Universidade de Columbia, ensinou sobre psicologia educacional na escola de formação de professores da região e orientou professores do ensino primário no uso de testes mentais. Ele foi responsável pela primeira adaptação da escala de inteligência Binet-Simon (versão de Cyril Burt) para a população brasileira, e estudou a evolução psicológica de seus próprios filhos. Alguns anos depois, Alves se mudou para o Rio de Janeiro e assumiu a diretoria do Serviço de Testes e Medidas ligado à escola de formação de professores local, então renomeada Instituto de Educação, sob a liderança de Anísio Teixeira, outro expoente importante do movimento da Escola Nova (Alves, 1930; Antunes, 1999).

No Rio de Janeiro, em 1934, Artur Ramos (1903-1949), psiquiatra e psicanalista formado na Faculdade de Medicina da Bahia, criou uma Seção de Ortofrenia e Higiene Mental no Instituto de Pesquisa Educacional da região, para o diagnóstico e tratamento de problemas educacionais e psicológicos das crianças. Em 1939, ele

publicou um livro intitulado *A Criança-Problema: A higiene mental na escola primária* (Ramos, 1947), no qual problemas educacionais das crianças e da juventude são abordados a partir de uma abordagem ambientalista, culturalista. A ênfase de Ramos no papel desempenhado pelo ambiente cultural no desenvolvimento da criança e do adolescente contribuiu para a elaboração de uma explicação alternativa sobre as dificuldades da aprendizagem infantil, contrária às explicações “fatalmente biológicas” baseadas na eugenia, predominante entre os psiquiatras da época (Campos, 1991).

O encontro entre psiquiatras e educadores foi repleto de tensões e trocas de procedimentos para lidar com os problemas enfrentados por esses serviços psicológicos recém-estabelecidos. Essas dificuldades são descritas por Antipoff (1937, p. 42) com certa ironia, como a seguir:

educadores e psicólogos tinham certeza de que a melhoria da infância residia na medicina; os médicos, ao contrário, davam crédito principalmente à educação e à psicoterapia. A psicanálise, particularmente, se apresentava aos servos do *Aesculapĩus* como a verdadeira salvação. Havia uma tal divergência na variedade e complexidade dos casos que lotavam os serviços (...) que os educadores estavam prontos a prescrever vermífugos, pomadas de mercúrio e iodo, e os médicos achavam necessário recomendar cuidados pedagógicos aos pais, ensinando-lhes a arte de formar hábitos morais.

O resultado do trabalho desses pioneiros na psicologia aplicada foi então acompanhado, a partir da década de 1940, pela criação de cursos e cargos em psicologia nas universidades brasileiras. A partir do trabalho conjunto de educadores e psiquiatras nas instituições educacionais e de saúde mental, a profissão de psicólogo começou a se concretizar. Os psiquiatras contribuíram com o conhecimento das doenças mentais, de um ponto de vista psicopatológico. Eles também conheciam, como Antipoff aponta, os trabalhos de Sigmund Freud (1856-1939) que estavam circulando no Brasil desde o final do século XIX. A “cura através da fala” proposta pela psicanálise era muito estimada tanto entre os psiquiatras como entre os educadores. Por outro lado, os educadores contribuíram para o tratamento de transtornos psicológicos nas crianças usando técnicas educativas e de aconselhamento. A psicologia aplicada era, na época, uma combinação de diagnósticos e tratamentos da medicina, e de procedimentos educacionais que visavam promover a adaptação da criança com dificuldades cognitivas e emocionais à família, escola e ambientes sociais. No processo de realização dos seus estudos de casos e de grandes levantamentos, os especialistas em psicologia estavam expandindo seu conhecimento sobre as características psicológicas e psicossociais da população brasileira, especialmente da população urbana, e encontrando novas maneiras de abordar seus problemas de adaptação a uma sociedade cada vez mais complexa e desigual (Borges & Campos, 2012; Campos, 2012a; Jacó-Vilela, 2014).

É interessante observar que as primeiras teses de doutorado e estudos apresentados na área da psicologia na Universidade de São

Paulo (USP) se concentravam nos aspectos psicológicos e psicossociais das diferenças culturais e raciais no Brasil. Carolina Bori (1924-2004), professora da USP e importante líder na divulgação da psicologia científica no Brasil, publicou estudos sobre as crenças populares em comunidades rurais e urbanas (Bori, 1969). Dante Moreira Leite (1927-1954), autor da primeira tese de doutorado em psicologia na mesma universidade, estudou as características psicológicas atribuídas aos brasileiros sob a ideologia da suposta existência de um “caráter nacional brasileiro” universal (Leite, 1959). Ele concluiu que essa ideologia corrobora preconceitos e exigências sociais que comprometem a consciência das contradições vigentes na sociedade brasileira. Anieli Ginsberg (1902-1986), professora de psicologia social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, estudou os interesses de crianças e adolescentes de diferentes camadas sociais, discutindo o enviesamento social dos tradicionais testes de inteligência em relação aos diferentes grupos étnicos (Bomfim, 2003; Ginsberg, 1966).

Durante as décadas de 1950 e 1960, um número expressivo de traduções de livros de referência e manuais de psicologia publicados nos Estados Unidos foram feitas no Brasil, sob a supervisão de professores universitários de psicologia que trabalhavam no Rio de Janeiro (a capital do país na época) e em São Paulo, o estado industrializado mais importante. Naquele período, a circulação das produções norte-americanas sobre psicologia e psicologia social predominaram no país, tendo tomado parte do espaço ocupado pelas teorias europeias, anteriormente dominantes (Bomfim, 2003).

A mudança da Europa para a América do Norte promoveu a circulação de teorias comportamentais, e fortaleceu a psicologia social como um campo que melhor explicaria as desigualdades sociais e os conflitos da sociedade brasileira, os quais estavam prestes a se tornar mais visíveis com a urbanização desenfreada que acompanhou o desenvolvimento dos setores industrial e terciário nas grandes cidades. Ao mesmo tempo, foi exigido que os trabalhadores fossem mais bem qualificados, por conta da maior complexidade das indústrias e dos serviços. Os serviços de psicologia aplicada foram expandidos nos centros urbanos, e o uso de técnicas psicológicas de intervenção nas relações humanas cresceu de forma constante, nas instituições trabalhistas, educacionais e de saúde mental (Bomfim, 2003).

### **A Psicologia se torna uma Profissão**

Em 1953, um grupo de profissionais que já trabalhavam na área da psicologia (dentre eles, Lourenço Filho e Mira Y López [1896-1964]) enviou uma mensagem ao ministro da educação, argumentando a favor da regulamentação da profissão de psicólogo. Eles justificaram seu pedido tendo como referência as crescentes demandas pela aplicação do conhecimento psicológico aos problemas de desajustamento das sociedades modernas, por conta das rápidas mudanças sociais. A mensagem foi seguida por um proposta de criar diplomas universitários em psicologia (um diploma de bacharelado e uma licença em psicologia), com estudos em áreas correlatas, como biologia, sociologia, antropologia cultural e higiene mental, e estudos em áreas específicas da psicologia

científica, como psicologia do desenvolvimento, psicologia diferencial, psicologia da personalidade e psicologia social. Também foi recomendado que os programas de graduação incluíssem estudos em estatística e a prática com testes e medições (Autor Desconhecido, 1954).

O psiquiatra cubano-espanhol Emilio Mira y López participou ativamente no movimento pela regulamentação da profissão. Exilado da Espanha em 1939, após a Guerra Civil, ele imigrou ao Brasil em 1945, quando foi convidado a dar cursos sobre psicologia aplicada para trabalhar em São Paulo (no Instituto de Organização Racional do Trabalho da Universidade de São Paulo — IDORT), e no Rio de Janeiro, no Instituto de Seleção e Orientação Profissional — ISOP), criado em 1947 e dirigido por Mira Y López desde 1947 a 1964. Essas duas instituições foram muito importantes para a especialização em seleção e capacitação profissional nas instituições públicas e privadas do Brasil. Mira Y López foi um grande defensor da aplicação de técnicas psicológicas nas áreas da justiça, saúde, educação, organizações de trabalho, indústrias, segurança nacional, diplomacia e no exército. No seu ponto de vista:

o Estado é um aparelho dentro do corpo nacional, que cada dia mais se vê na obrigação de intervir nas vidas dos indivíduos que constituem a nação, em aspectos os mais diversos: para a defesa de sua saúde, para a formação do seu espírito, para permitir-lhes uma organização racional da produção, para orientá-los na defesa do patrimônio nacional contra estrangeiros, para dar-lhes, enfim, uma orientação social. (...) No setor da

administração pública, a psicologia aplicada deve ser a ciência mais importante. (Mira y López, 1955, pp. 115-117).

Em 1962, após dez anos de debates no Congresso Nacional, a Lei 4.119 foi aprovada (Brasil, 1962), e a profissão de psicólogo foi instituída. Essa institucionalização não foi realizada sem conflitos: psiquiatras se opuseram à prática da psicoterapia por psicólogos, humanistas católicos e filósofos pensavam que os fenômenos psicológicos não deveriam ser encarados cientificamente. Apesar dessas críticas, a regulamentação da profissão foi bem-sucedida, e os psicólogos foram autorizados a utilizar métodos e técnicas psicológicas para a realização de diagnósticos psicológicos, fornecer seleção e orientação profissional, aconselhamento psicopedagógico, e trabalhar pela solução dos problemas de adaptação vivenciados por crianças, adolescentes e adultos. A direção dos serviços psicológicos, tanto em instituições públicas quanto privadas, também foi designada aos psicólogos formados nas universidades, assim como o ensino da psicologia nos diversos níveis do sistema educacional e a supervisão de profissionais e estudantes em tais serviços. Além disso, os psicólogos foram autorizados a trabalhar como consultores técnicos em instituições públicas e privadas, como peritos em assuntos psicológicos (Pereira & Neto, 2003).

A Lei 4.119 promoveu o estabelecimento de vários programas universitários para a formação de psicólogos no país, e o número de psicólogos graduados cresceu rapidamente, como se vê na Tabela 1.

Tabela 1. Número de Psicólogos Registrados no Brasil em Relação à População — 1971–2020

Ano	Número de psicólogos registrados	População brasileira (milhões)	Número de psicólogos relativo à população (psicólogos/habitante)
1971	4.248	97,48	1/22.947
1981	26.662	112,6	1/5.454
1991	120.000	151,6	1/1.263
2001	148.000	177,2	1/1.197
2016	272.214	206,2	1/751
2020	360.577	209 (est.)	1/579

Fonte: Conselho Federal de Psicologia (2020); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020)

Atualmente, existem cerca de 500 programas universitários para a formação de psicólogos no país, que concedem o diploma de psicólogo após um curso de cinco anos de estudos nas áreas de história e sistemas da psicologia, psicologia experimental, psicologia do desenvolvimento, psicologia social, psicologia clínica, e seleção e orientação profissional. Também é exigido a realização de atividades práticas nos campos da psicologia clínica, psicologia da educação,

psicologia organizacional e psicologia comunitária. A psicanálise é estudada a fundo nesses programas, principalmente sob a interpretação de Jacques Lacan (1901-1981), o psicanalista francês que propôs uma leitura psicossocial dos conceitos de Freud (Roudinesco, 2011). Outras teorias psicológicas com uma notória presença na formação dos psicólogos são a análise experimental do comportamento de Skinner (Miranda, Torres, Alves, & Cirino, 2020), a abordagem histórico-cultural da cognição humana, a abordagem cognitiva, e a abordagem humanista, centrada na pessoa, proposta por Carl Rogers (1902-1987). A psicologia social numa perspectiva histórico-cultural, com um profundo engajamento em práticas participativas para o desenvolvimento da conscientização social, no empoderamento das comunidades de baixa renda e no estudo sobre grupos minoritários brasileiros, também figura de forma bastante proeminente no currículo (Hutz, McCarthy, & Gomes, 2004).

A organização jurídica da profissão de psicólogo no Brasil foi concluída com a criação do Conselho Federal de Psicologia, pela Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971 (Brasil, 1971). A principal função do novo órgão foi definida pela “orientação, disciplinamento e controle do exercício da profissão” no país. Um código de ética para a profissão foi aprovado pelo Conselho em 1975, e posteriormente modificado em 1978, 1987 e 2005. A última versão do Código enfatiza o compromisso do profissional com a sociedade, e com os valores contrários à exclusão e discriminação social (Amendola, 2014).

Nos anos seguintes, um número crescente de programas de pós-graduação em psicologia foram criados nas principais

universidades brasileiras, conseqüentemente promovendo o desenvolvimento da pesquisa em assuntos psicológicos e a profissionalização de pesquisadores no campo da psicologia, especialmente nas áreas de psicologia social, psicologia do trabalho, e políticas públicas (33%); saúde mental (18%); desenvolvimento humano, e psicologia da educação (16%); avaliação psicológica, psicologia clínica, e psicanálise (16%); psicobiologia, processos psicológicos básicos, análise comportamental, neurociências, e processos cognitivos (14%); e outras áreas como psicologia jurídica, gerontologia, psicologia ambiental, e psicologia da família (3%). Nesses programas de pós-graduação, o estudo das características psicológicas e psicossociais da população brasileira continua a ocorrer, junto com estudos experimentais que exploram os processos psicológicos básicos, em diálogo com instituições estrangeiras (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2020). A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, fundada em 1983, promove o diálogo e a organização de grupos de pesquisa interinstitucionais, com uma forte influência nas orientações políticas para a área em nível acadêmico (Gomes & Fradkin, 2015).

Em 1987, 25 anos após a regulamentação da profissão, o Conselho Federal de Psicologia promoveu um levantamento direcionado aos psicólogos brasileiros: Quem são? Onde estavam trabalhando? Quais referências teóricas e práticas guiavam seus trabalhos? O resultado do levantamento demonstrou que, naquela época, existiam 58.277 psicólogos atuando profissionalmente no país, dos quais 75% estavam trabalhando principalmente nos maiores centros urbanos da região Sudeste (Rio de Janeiro, São

Paulo, Belo Horizonte). O levantamento forneceu evidências de que 86% dos psicólogos eram mulheres, entre 22 e 39 anos de idade, a maioria casada, trabalhando meio período em serviços clínicos ou sociais, nos quais “ajudar os outros” era a característica mais importante. Entretanto, os autores observaram que essa tendência era predominantemente voltada para o indivíduo, e não para o grupo social. Os entrevistados indicaram a facilidade de se relacionar com os outros, a capacidade de ser um bom ouvinte, de resolver problemas pessoais e de oferecer conselhos como características relevantes dos psicólogos. A preocupação com o indivíduo que vivencia uma situação problemática é um aspecto valioso do comportamento de oferecer ajuda. O foco na psicologia clínica como a principal função dos psicólogos era considerada uma limitação do profissional, e a profissão era considerada elitista. Outras funções, como o trabalho em escolas, comunidades ou organizações sociais eram desvalorizadas, e os psicólogos tendiam a enxergar os problemas individuais isolados do contexto social. Por outro lado, 52% dos entrevistados se lamentaram em saber pouco sobre a função social do psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 1988).

A pesquisa fez parte de um movimento de psicólogos que começou durante a década de 1980, com o estabelecimento das primeiras organizações sindicais de psicólogos, junto da expansão de sua participação em organizações de assistência social, e da subsequente redemocratização das instituições políticas do país, em um período caracterizado, no Brasil, pela queda de um regime militar que havia dominado o país entre 1964 e 1984 (Bock, 1999). A nova constituição foi adotada em 1988, expandindo o sistema

público de bem-estar social nas áreas da educação, saúde e serviços sociais, visando promover a inclusão e a melhor qualidade de vida da população como um todo (Brasil, 1988; Carvalho, 2008).

Durante a década de 1990, a crescente percepção da necessidade de enfrentar os problemas da desigualdade social e cultural na sociedade brasileira levou ao desenvolvimento, entre os psicólogos, de um programa político que visava fortalecer o “compromisso social” dos profissionais. O “compromisso social” foi definido como uma prioridade dada à resolução dos problemas enfrentados pela maioria da população, e a extensão dos serviços psicológicos a parcelas maiores dos povos historicamente excluídos dos benefícios do estado de bem-estar social — os grupos pobres, negros, marginalizados e oprimidos (Bock, 1999). Ao mesmo tempo, a abertura de cargos nos serviços públicos para um número cada vez maior de psicólogos forçou o desenvolvimento de novas abordagens na psicologia aplicada. No contexto de expansão das políticas públicas, concebidas para cuidar e promover uma melhor qualidade de vida aos pobres, os psicólogos começaram a ser vistos como técnicos cujo papel era fundamental para a aplicação dessas políticas (Conselho Federal de Psicologia, 1992; Yamamoto & Costa, 2010). Os psicólogos ligados aos movimentos sociais e associações profissionais que fundaram, em 1986, a Federação Nacional dos Psicólogos, assumiram a defesa da democratização dos serviços psicológicos oferecidos à população.

Nos anos seguintes, os profissionais eleitos à diretoria do Conselho Federal de Psicologia aderiram ao movimento do “compromisso social”. O Conselho assumiu cada vez mais a função de orientar as práticas dos psicólogos em instituições públicas nas

áreas de saúde mental, educação, e de zelar pelos grupos marginalizados e de risco, como as crianças e jovens de rua, as pessoas vivendo em comunidades de baixa renda e nas favelas, os idosos, e assim por diante. Diretrizes para a atuação dos psicólogos em instituições públicas de bem-estar social foram emitidas pelo Conselho Federal para orientar o seu trabalho. Em 2006, o CREPOP (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas) foi criado como um departamento no Conselho Federal de Psicologia, com o propósito de promover uma melhor qualificação do trabalho de psicólogos nas instituições públicas, que lidam com a implementação das políticas públicas. Além de seu papel técnico, o CREPOP assumiu uma orientação ética e política, visando a promoção do psicólogo enquanto profissional comprometido com a garantia dos direitos humanos e a transformação social. Desde então, vários documentos de referência para a atuação de psicólogos nas políticas públicas têm sido publicados nas áreas de saúde pública, saúde do trabalhador, jurisdição familiar, esporte, dependência química, educação, trânsito, trabalhadores rurais, relações raciais e comunidades tradicionais (Bock, 1999; Conselho Federal de Psicologia, 1992; CREPOP [Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas], 2020; Ferreri, 2011). Um recente levantamento sobre a atuação dos psicólogos no Brasil (Bastos & Gondim, 2010) mostrou tendências para uma melhor distribuição dos profissionais nas várias regiões do país, e um aumento da sua participação no setor público e em organizações não governamentais (ONGs). Quase um terço dos psicólogos, após sua graduação, encontram seu primeiro emprego no setor público, dentro da rede de instituições públicas

nas áreas da saúde, educação e serviços sociais (Malvezzi, Souza, & Zanelli, 2010).

As recentes transformações da profissão podem estar promovendo o desenvolvimento de novas práticas e técnicas de intervenção mais adequadas às demandas da população de baixa renda, enraizadas nas crenças e práticas da cultura popular brasileira. O diálogo com diferentes aspectos da cultura brasileira, que é notoriamente sincrética, parece contribuir para o surgimento de inovações na área da psicologia, tornando-a mais sensível às diversas visões de mundo e de identidades sociais que a compõem, e produzindo contribuições originais com um profundo impacto na profissão. Essa tendência pode ser verificada nas publicações da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, editada pelo Conselho Federal de Psicologia desde 1982, um dos principais periódicos na área da psicologia no Brasil desde então. Uma revisão da publicação analisou os conteúdos das edições de 1979 a 2004, e observou que:

*Psicologia: Ciência e Profissão* revela-nos os psicólogos como profissionais que escutam a sociedade onde vivem, produtores de práticas que têm, cada vez mais, referência nesta sociedade. Nesses 25 anos, a revista registrou a produção de uma nova identidade para a Psicologia brasileira, construída a partir tanto do diálogo com os diversos campos de atuação quanto da produção de outros olhares sobre esses diversos campos, mostrando como a profissão se deslocou de uma posição mais elitista para uma outra comprometida com a ampliação dos espaços de atuação do psicólogo

junto a camadas desprivilegiadas da população brasileira, conhecida como de um maior compromisso social. (Campos & Bernardes, 2005, p. 509). Edições recentes da revista focam na pesquisa e em propostas sobre como lidar com questões psicológicas e psicossociais relativas aos povos tradicionais e indígenas (Pizzinato, Guimarães, & Leite, 2019), subjetividade em comunidades urbanas de baixa renda (Hüning, Bernardes, & Reis, 2019) e orientações sexuais e identidades de gênero (Cavalcanti, Bicalho, & Sposito, 2019). A produção de pesquisa apresentada nessas edições recentes fornece provas da tendência em escutar e empoderar os povos e comunidades em questão (Alves & Delmondez, 2015; Ferreira, 2009).

## **Conclusão**

Neste artigo, o desenvolvimento e a circulação do conhecimento psicológico no Brasil, desde os tempos coloniais, foram percorridos, enfatizando sua relação com o contexto social e cultural. A cultura brasileira foi exibida como o resultado da interação de diversos povos — os habitantes originários da região, os indígenas, e os povos que migraram para o país e o colonizaram — os portugueses e os africanos, formando uma sociedade diversificada e desigual. Foi argumentado que essa formação diversificada da população teve um grande impacto na organização do campo da psicologia no país, principalmente no período mais recente. Os conflitos entre as culturas, e a necessidade de

compreender essa formação diversificada da população e de organizá-la em padrões culturais comuns, tornaram-se uma preocupação e um enfoque para as investigações e práticas psicológicas. Essas preocupações contribuíram para moldar o conhecimento psicológico no país e na organização da profissão de psicólogo, em diálogo com a psicologia produzida na Europa e na América do Norte.

Durante o período colonial, a introdução de conceitos psicológicos da tradição aristotélico-tomista pelos missionários tinha o propósito de educar a população e de integrá-la à cultura europeia. Durante o século XIX, essa função foi parcialmente transferida aos especialistas que ensinavam psicologia nas faculdades de medicina e de direito. No século XX, a psicologia se tornou um importante assunto na formação de professores, e a profissão de psicólogo nasceu como resultado da colaboração entre psiquiatras e educadores. A regulamentação legal e a expansão da profissão de psicólogo, durante a segunda metade do século XX, trouxeram novos desafios, e a pesquisa e as práticas em psicologia foram direcionadas para a construção do conhecimento capaz de lidar com a subjetividade da população brasileira, culturalmente diversificada.

Atualmente, os profissionais da psicologia no Brasil constituem uma das maiores comunidades de psicólogos no mundo. Percebe-se seu trabalho como fortemente influenciado por perspectivas teóricas que enfatizam a relação entre as dinâmicas socioculturais e a elaboração psicológica, visto por muitos como uma ferramenta poderosa na realização dos ideais dos direitos humanos. Entretanto, investimentos mais baixos nos serviços

públicos, propostas liberais ou conflitos sobre políticas sociais podem prejudicar essa perspectiva. Novas pesquisas devem ser feitas para acompanhar o desenvolvimento dessas tendências nos próximos anos, um tema para os futuros historiadores da psicologia.

## Referências

Allport, G. W. (1968). The historical background of modern social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology* (2nd ed., vol. 1, pp. 1–80). Reading, MA: Addison-Wesley.

Alves, C. B., & Delmondez, P. (2015). Contribuições do pensamento decolonial à psicologia *política*. *Revista Psicologia Política*, 15(34), 647-661.

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&tlng=pt)

Alves, I. (1930). *Os testes e a reorganização escolar*. Bahia, Brasil: A Nova Graphica.

Amendola, M. F. (2014). *História da construção do Código de Ética Profissional do Psicólogo*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 660–685. <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/issue/view/787>>

Antipoff, H. (1931). *O desenvolvimento mental das crianças de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Brasil: Secretaria de Educação e Saúde Pública (Boletim 7).

Antipoff, H. (1937). *Círculo de estudos médico-pedagógicos. Infância Excepcional 3*. Belo Horizonte, Brasil: Belo Horizonte.

Antunes, M. A. M. (1999). *A psicologia no Brasil: Leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo, Brasil: EDUC/Unimarco.

Assis, R. M., & Peres, S. P. (Eds.). (2016). *História da psicologia: Tendências contemporâneas*. Belo Horizonte, Brasil: Artesã.

Autor desconhecido. (1954). O problema da regulamentação da profissão de psicologista e da *formação regular de profissionais nesse gênero*. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 6(2), 45–50.  
<<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/issue/view/1044>>

Azevedo, F. de. (1996). *A cultura Brasileira* (6a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Editora UFRJ. (Edição original de 1943, reedição da 3a edição, revista e modificada em 1958).

Bastide, R. (2001). *O candomblé da Bahia*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. (Eds.). (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.

Bock, A. M. B. (1999). A psicologia a caminho do novo século: Identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 4(2), 315–329. <<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>>

Bomfim, E. (2003). *Psicologia social no Brasil*. Belo Horizonte, Brasil: Edições do Campo Social.

Bomfim, E., Carneiro, T. F., Campos, R. H. F., & Dias, M. G. (1995). Pós-graduação em psicologia no Brasil. In Conselho Federal de Psicologia, *Psicologia no Brasil: Direções epistemológicas* (pp. 111–149). Brasília, Brasil: Conselho Federal de Psicologia.

Bomfim, M. (1905). *América Latina: Males de origem*. Rio de Janeiro, Brasil: Garnier.

Borges, A. A. P., & Campos, R. H. F. (2012). La confluence des pratiques médicales et pédagogiques dans la construction de la psychologie appliquée au Brésil: L'exemple du Cabinet Médico-pédagogique de la Société Pestalozzi de Minas Gerais (1933–1943). *Interamerican Journal of Psychology*, 46(1), 123–134. <<https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/187/pdf>>

Bori, C. M. (1969). Famílias de categoria baixa e média de status social de centros urbanos. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo.

Boring, E. G. (1950). *A history of experimental psychology* (2a ed.). New York, NY: Appleton Century Crofts. (Trabalho original publicado em 1929.)

Brasil. (1890). Código penal 1890. Decreto no 847, de 11 de outubro de 1890.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm)>

Brasil. (1962). Lei n. 4119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm)>.

Brasil. (1971). Lei n. 5.766, de 20 de dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15766.htm)>.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

Brožek, J. M. (1999). From “psichiologia” to “psychologia”: A graphically documented archival study across three centuries. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 35(2), 177–180.

Campos, R. H. F. (1991). Contexto socio-cultural e tendências da pedagogia psicanalítica na *Europa Central e no Brasil (1900–1940)*. Belo Horizonte, Brasil: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Campos, R. H. F. (2006). Scientific psychology in Brazil in the 20th century: The dialogue with European researchers, a look at Brazilian culture and a successful process of professionalization. *Physis - Rivista Internazionale di Storia Della Scienza*, 43(1–2), 301–317.

Campos, R. H. F. (2012a). *Helena Antipoff: Uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Miguel de Cervantes.

Campos, R. H. F. (2012b). Helena Antipoff: A quest for democracy and human rights with the help of psychological science. In W. Pickren, D. A. Dewsbury, & M. Wertheimer (Eds.), *Portraits of pioneers of developmental psychology* (pp. 51–65). New York, NY: Psychology Press.

Campos, R. H. F. (Ed.). (2001). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: Pioneiros*. Brasília, Brasil: Conselho Federal de Psicologia.

Campos, R. H. F., & Bernardes, L. H. G. (2005). A revista Psicologia: Ciência e Profissão: Um registro da história recente da psicologia brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 508–525. <<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932005000400002>>

Campos, R. H. F., Jacó-Vilela, A. M., & Massimi, M. (2010). Historiography of psychology in Brazil: Pioneer works, recent developments. *History of Psychology*, 13, 250–276.

Carvalho, J. M. (2008). *Cidadania no Brasil: O longo caminho* (11a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.

Cavalcanti, C. S., Bicalho, P. P. G., & Sposito, S. E. (2019). O lugar da psicologia frente às orientações sexuais e identidades de gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe. 3), e062019.  
<<https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000062019>>.

Centofanti, R., & Tomasini, M. B. (2014). O livro dos cem anos do Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal Secundária de São Paulo. São Paulo, Brasil: Edição do autor.

Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas. (2020). CREPOP <<http://crepop.pol.org.br/cat/publicacoes/referencias-tecnicas>>.

Cirino, S. D., & Miranda, R. L. (2015). The role of a laboratory of experimental psychology in the Brazilian education renewal of the 1930s. *History of Psychology*, 18(1), 69–77.  
<<https://doi.org/10.1037/a0038446>>

Conselho Federal de Psicologia. (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo, Brasil: EDICON.

Conselho Federal de Psicologia. (1992). *Psicólogo brasileiro: Construção de novos espaços*. Campinas, Brasil: Editora Átomo.

Conselho Federal de Psicologia. (1995). *Psicologia no Brasil: Direções epistemológicas*. Brasília, Brasil: Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Federal de Psicologia. (2020). Conselho Federal de Psicologia <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2020). Ministério da Educação <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=37&areaConhecimento=70700001>>.

Cunha, L. A. C. R. (2007). *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas* (3a ed.). São Paulo, Brasil: UNESP. <<https://play.google.com/store/books/details?id=Y9AjCgAAQB-AJ&pli=1>>

Danziger, K. (2006). Universalism and indigenization in the history of modern psychology. In A. C. Brock (Ed.), *Internationalizing the history of psychology* (pp. 208–225). New York: New York University Press.

Danziger, K. (2013). Psychology and its history. *Theory & Psychology*, 23(6), 829–839.  
<<http://dx.doi.org/10.1177/0959354313502746>>.

Dent, N. J. H. (1996). *Dicionário Rousseau*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Facchinetti, C., & Jacó-Vilela, A. M. (2019). Psychology in Brazilian assistance to the insane: First half of the 20th century. *Universitas Psychologica*, 18(5), 1–15.  
<<http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.upsy18-5.pbai>>

Fávero, M. L. de Albuquerque. (2006). A universidade no Brasil: Das origens à Reforma *Universitária de 1968*. *Educar em Revista*, (28), 17–36. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>>

Fernandes, F. (1963). *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo, Brasil: Difusão Europeia do Livro.

Ferreira, M. R. (2009). Inventamos ou erramos: Sobre a necessidade de combater o colonialismo cultural e promover uma Psicologia brasileira e latino-americana. In A. M. B. Bock (Ed.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 255–275). São Paulo, Brasil: Cortez.

Ferreri, M. F. (2011). *Psicologia e direitos da infância: Esboço para uma história recente da profissão no Brasil*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

França, E. F. (1973). *Investigações de psicologia* (2a ed.). São Paulo, Brasil: Grijalbo, Ed. Universidade de São Paulo. (Trabalho original de 1854.)

Freyre, G. (1958). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de F. H. Cardoso. 48a edição. São Paulo, Brasil: Global.

Ginsberg, A. (1966). *Psicologia da sociedade*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Gomes, L. (2019). *Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro, Brasil: Globo.

Gomes, W. B., & Fradkin, C. (2015). Historical notes on psychology in Brazil: The creation, growth and sustenance of postgraduate education. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(S), 2–13. <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.2015284002>>

Hacking, I. (1999). *The social construction of what?* Cambridge, MA: Harvard University Press.

Hilgard, E. R. (1987). *Psychology in America: A historical survey*. New York, NY: Hartcourt Brace Jovanovich.

Hofstetter, R. (2010). *Genève: Creuset des sciences de l'éducation*. Geneva, Switzerland: Droz.

Hüning, S. M., Bernardes, A. G., & Reis, C. (2019). Psicologia, territorialidades e violências. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe. 2), e042019. <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000042019>>

Hutz, C. S., McCarthy, S., & Gomes, W. (2004). Psychology in Brazil: The road behind and the road ahead. In M. J. Stevens & D. Wedding (Eds.), *Handbook of international psychology* (pp. 151–168). New York, NY: Brunner-Routledge.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>>

Jacó-Vilela, A. M. (2014). Psychological measurement in Brazil in the 1920s and 1930s. *History of Psychology*, 17(3), 237–248. <<http://dx.doi.org/10.1037/a0035333>>

Jacó-Vilela, A. M., Esch, C. F., Coelho, D. A. M., & Rezende, M. S. (2004). Os estudos médicos no Brasil do século XIX. Contribuições à Psicologia, *Memorandum*, 7, 138–150.

Jodelet, D. (2015). *Représentations sociales et modes de vie*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines.

Kelley, D. R. (2002). Intellectual history and cultural history: The inside and the outside. *History of the Human Sciences*, 15(2), 1–19.

Lakatos, I. (1989). *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid, Spain: Alianza Ed.

Leite, D. M. (1959). *O caráter nacional do brasileiro* (tese de Doutorado). São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo.

Lévi-Strauss, C. (2007). *Tristes tropiques*. Paris, France: Plon. (1a ed. 1955.)

Lourenço Filho, M. B. (1971). Contribuição ao estudo experimental do hábito. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 23(3), 21–32. (Original 1927.)

Lourenço Filho, M. B. (2002). *Introdução ao estudo da Escola Nova* (14a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (1a ed. 1929.)

Lourenço Filho, M. B. (2004). A psicologia no Brasil (1955). In M. Antunes (Ed.), *A psicologia no Brasil: Primeiros ensaios* (pp. 71–108). Rio de Janeiro, Brasil: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Machado, R., Loureiro, A., Luz, R., & Muricy, K. (1978). *Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.

Malvezzi, S., Souza, J. A., & Zanelli, J. C. (2010). Inserção no mercado de trabalho: Os psicólogos recém-formados. In A. V. B. Bastos & S. M. Gondim (Eds.), *O trabalho do psicólogo no Brasil* (pp. 85–106). Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.

Massimi, M. (1990). História da psicologia brasileira: Da época colonial até 1934. São Paulo, Brasil: EPU.

Massimi, M. (2020). Psychological knowledge in Brazilian culture. *Oxford research encyclopedia of psychology*.  
<<http://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.658>>

Massimi, M., & Guedes, M. do Carmo. (Eds.). (2004). *História da psicologia no Brasil: Novos estudos*. São Paulo, Brasil: EDUC & Cortez Ed.

Medeiros, J. A. (2001). *Ulisses Pernambucano*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago, CFP.

Medeiros, M. de. (1907). *Métodos em psicologia* (tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Melo, C. S. B. (2016). Légitimation, application et formation: Les missions scientifiques françaises au Brésil dans le domaine de la

*psychologie (1908–1947)* (tese de Doutorado, orientada por J. Carroy & R. H. F. Campos). Paris, France: École des Hautes Études em Sciences Sociales.

Melo, C. S. B., & Campos, R. H. F. (2014). Scientific exchanges between France and Brazil in the history of psychology: The role of Georges Dumas between 1908 and 1946. *Universitas Psychologica*, 13(5), 1681–1695.

Mira y López, E. (1955). Aplicações da psicologia no campo das atividades estatais. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 7(2), 115–126. <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13664/12565>>

Miranda, R. L., Torres, J. A., Alves, R. G., & Cirino, S. D. (2020). Indigenization of behavior analysis in Brazil. *Oxford research encyclopedia of psychology*. <<http://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.688>>

Morawski, J. (2020). Reflexivity and the history of psychology. *Oxford research encyclopedia of psychology*. <<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.469>>

Nicolas, S. (2001). *Histoire de la psychologie*. Paris, França: Dunod.

Nóbrega, P. M. da. (2006). Diálogo sobre a conversão do gentio. *MetaLibri*. Reproduzido por Sálvio Marcelo Soares.

Olinto, P. (2004). A psicologia experimental no Brasil (1944). In M. Antunes & A. M. Mitsuko (Eds.), *História da psicologia no Brasil: Primeiros ensaios* (pp. 25-32). Rio de Janeiro, Brasil: EDUERJ, Conselho Federal de Psicologia.

Pereira, F., & Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 19–27.  
<<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722003000200003>>

Pernambucano, U., & Campos, H. (1932). As doenças mentais entre os negros de Pernambuco. *Arquivos de Assistência a Psicopatas de Pernambuco*, 2(1), 120–127.

Pessotti, I. (1975). Dados para uma história da psicologia no Brasil. *Psicologia*, 1(1), 1–14.

Pickren, W., & Rutherford, A. (2010). *A history of modern psychology in context*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Pizzinato, A., Guimarães, D. S., & Leite, J. F. (2019). Psicologia, povos e comunidades tradicionais e diversidade etnocultural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe.), e032019.  
<<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000032019>>

Ramos, A. (1947). *A criança-problema: A higiene mental na escola primária* (3a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Casa do Estudante do Brasil.

Reuchlin, M. (1999). *Histoire de la psychologie* (18a ed.). Paris: Presses Universitaires de France.

Ribeiro, D. (2015). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Global.

Robinson, D. N. (2013). Historiography in psychology: A note on ignorance. *Theory & Psychology*, 23(6), 819–828.  
<<http://dx.doi.org/10.1177/0959354313499426>>

Rocha, N. M. D. (2004). A Faculdade de Medicina da Bahia e a preocupação com questões de ordem psicológica no oitocentos. In M. Massimi & M. do Carmo Guedes (Eds.), *História da psicologia no Brasil: Novos estudos* (pp. 89–108). São Paulo, Brasil: EDUC, Cortez.

Roudinesco, E. (2011). *Lacan, envers et contre tout*. Paris, France: Seuil.

Rudolfer, N. S. (1931). *Introdução à psicologia educacional*. São Paulo, Brasil: Nacional.

Saviani, D. (2010). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, Brasil: Autores Associados.

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870–1930)*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Skidmore, T. (2004). Brazil's persistent income inequality: Lessons from history. *Latin American Politics and Society*, 46(2), 133–150. <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1548-2456.2004.tb00278>>

Souza, P. H. G. F. (2018). A history of inequality: Top incomes in Brazil, 1926–2015. *Research in Social Stratification and Mobility*, 57, 35–45. <<https://doi.org/10.1016/j.rssm.2018.07.003>>

Vidal, F. (2011). *The sciences of the soul: The early modern origins of psychology*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Viveiros de Castro, E. (2002). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Brasil: Cosac Naify.

Yamamoto, O. H., & Costa, A. L. F. (Eds.). (2010). *Escritos sobre a profissão do psicólogo no Brasil*. Natal, Brasil: EDUFRN. [http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo\\_files/Escritos-prof-psicologo-no\\_Brasil.pdf](http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/Escritos-prof-psicologo-no_Brasil.pdf).

# Manuel Bomfim

*Isadora Melquiades Santos Costa*

*Júlia Fernandes da Silva*

*Clara Lyra Santos*

Manoel José Bomfim nasceu em 1868 em Aracaju e foi um importante intelectual brasileiro, atuando como médico, psicólogo e educador. Ele destacou-se com seus livros e teorias acerca da formação socioeconômica brasileira, caracterizada posteriormente como decolonial latino-americana, e por sua defesa de uma educação libertária, evidenciando ideias que iam contra o pensamento dominante da época. Encerrou sua carreira apenas quando faleceu, em 1932, aos 63 anos, no Rio de Janeiro.

## **Biografia**

### **Início da vida e da carreira**

Manuel Bomfim nasceu no dia oito de agosto de 1868, no município de Aracaju em Sergipe. Foi o sexto dentre os treze filhos do casal Maria Joaquina Bomfim, filha de comerciantes portugueses, e Paulino José do Bomfim, um vaqueiro que, posteriormente, tornou-se bem-sucedido no ramo comercial, e foi dono de um engenho de açúcar.

No ano de 1886, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia. Neste período, tornou-se amigo de Alcindo Guanabara (1865-1918), uma figura importante para o jornalismo carioca. Em 1888, migrou para o Rio de Janeiro, onde concluiu os estudos de

medicina dois anos depois. Após obter seu diploma, tornou-se médico da Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro, o que possibilitou que acompanhasse a expedição ao Rio Doce, que procurava remanescentes dos índios botocudos. Ele foi promovido a tenente-cirurgião da Brigada Policial.

Em 1891, casou-se com a jovem portuguesa Natividade Aurora de Oliveira. O casal teve dois filhos, Maria e Aníbal. Para fugir da perseguição política que sofria no Rio de Janeiro, mudou-se para Mococa, no interior de São Paulo, em 1893, onde já vivia um de seus irmãos. Bomfim possuía posições políticas antimilitaristas e ia contra a permanência no poder do Presidente da República Floriano Peixoto.

O ano de 1894 foi difícil para Bomfim, duas pessoas próximas a ela faleceram: seu pai e sua filha Maria. Ele retornou ao Rio mas decidiu abandonar a medicina, abalado com os falecimentos em sua família. Foi demitido da Secretaria de Polícia e resolveu se dedicar ao ramo do jornalismo. Publicou artigos nos jornais Correio do Povo e O Republicano. Além disso, participava da Roda Boêmia de Coelho Neto (1864-1934), um espaço formado por intelectuais das letras e do jornalismo.

Foi nomeado diretor do Pedagogium, uma instituição que administrava as questões pedagógicas brasileiras e que buscava reformas na educação pública. Permaneceu no cargo entre os anos de 1896 e 1905, e de 1911 a 1919. Foi nessa época que Bomfim fortaleceu a sua relação com a luta a favor das melhorias para a educação do Brasil e a democratização educacional no país. Em 1898, começou a lecionar educação moral e cívica, pedagogia e português na Escola Normal do Distrito Federal, no Rio de Janeiro.

Em 1902, foi à capital da França, Paris, para estudar Psicologia. Durante este período, foi aluno de Alfred Binet e Georges Dumas. Sua experiência na Europa contribuiu para que ele instalasse o primeiro laboratório de Psicologia Experimental do Brasil, aos moldes de Binet.

Bomfim se envolveu na política de Sergipe, chegando a ocupar o cargo de deputado federal. Com o alcance político e intelectual oferecidos pelo cargo, ele conseguiu expor suas ideias relativas à educação e produção de material didático para o ensino infantil. Além disso, começou a lecionar Psicologia Aplicada e Educação na Escola Normal e contribuiu para a implantação de testes de inteligência no ensino primário. Em geral, durante toda a sua trajetória, Bomfim dedicou-se à produção de escritos direcionados a medicina, psicologia, sociologia, zoologia, educação, história do Brasil e da América Latina.

Em 1932, no dia 19 de abril, Manuel Bomfim faleceu acometido pelo câncer de próstata enquanto residia no Rio de Janeiro.

### **Atuação na educação e saúde mental**

Em 1904, auxiliou na fundação da Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL), juntamente de Elysio de Carvalho, José Veríssimo, Rocha Pombo e outros pensadores da época. A instituição visava oferecer, além do curso superior, outros meios públicos focados na instrução dos trabalhadores, como museus e bibliotecas sociais. Entretanto, a universidade fechou ainda neste mesmo ano por dificuldades financeiras.

Bomfim participou da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada no Rio de Janeiro no ano de 1920. A Liga tinha como objetivo integrar a problemática da saúde mental no sistema educacional, utilizando-o como meio para sanar corpo e mente simultaneamente. A LBHM propôs como alternativas de cuidado à saúde mental: a educação física, educação sanitária que incentiva hábitos higiênicos nos meios de convivência (tais quais a rua, o lar, a escola e o trabalho). Enfatizava também a necessidade de serviços de saúde pública.

Teve duas participações marcantes na Liga em 1925, tanto na Seção de Deficiência Mental e na Seção de Psicologia Aplicada e Psychanalyse.

### **Criação do Laboratório de Psicologia Experimental**

Sob a inspiração de um de seus professores de Paris, Alfred Binet, que foi um dos criadores da pedagogia experimental, Bomfim fundou o Laboratório de Psicologia Experimental no Pedagogium em 1906. Num período de forte expansão do cientificismo, incluindo a educação, a função do laboratório era realizar estudos que pudessem ser aplicáveis à pedagogia, elaborando métodos práticos que fossem capazes de avaliar objetivamente fatores como aprendizagem, inteligência e aptidões.

Contudo, Manuel frustrou-se com os resultados obtidos no laboratório e recusou as práticas e visões que enxergavam o funcionamento da sociedade como algo mecânico, semelhante a outros organismos biológicos. Em seu livro *Pensar e Dizer*, Bomfim

constata que há uma crise da “Psicologia de Laboratório” entre seus adeptos da época.

O Laboratório de Psicologia Experimental, local onde Manuel Bomfim atuou por doze anos, caracterizou-se como um marco por ter sido um dos primeiros do país e por ter ajudado a impulsionar a Psicologia no Brasil.

## **Teorias**

### **Psicologia**

Manoel Bomfim analisa dois aspectos das relações humanas: o pensamento e a linguagem. Segundo ele, a criação de símbolos, ou seja, conceitos minimizados, serve para representar ideias comuns no meio social. Esses símbolos passam pelos processos de apreensão do que seria o objeto a que se refere e pelo processo de generalização, que parte da capacidade de incluir a noção do objeto a qualquer situação.

Ele afirma que os símbolos proporcionam um encontro entre consciências, de forma que mesmo que a linguagem seja internalizada, ela é efetuada durante a comunicação social. Nesse sentido, ele define a psicologia humana como resultado do viver em sociedade, por intermédio das experiências individuais. Sua concepção de psicologia calcava-se sobre moldes sociais, e não de forma individualizada, como faziam muitos de seus contemporâneos.

## **Identidade nacional e luta antirracista**

Bomfim revelava um discurso antirracista que foi contra o pensamento dominante da época. Ele explica os problemas da América Latina pautados no regime exploratório entre metrópoles e colônias. Dessa forma, criou uma crítica ao processo de colonização dos europeus sobre os sul-americanos, enfatizando sua oposição diante do Darwinismo Social. Ele tratou a hierarquia de raças como uma ideia que entra em evidência para justificar o domínio dos fortes sobre os mais fracos. O autor combateu veemente o racismo, o positivismo e o evolucionismo. Além disso, Manoel Bomfim foi contra a posição imperialista dos Estados Unidos.

## **Educação libertária**

Manuel foi um pensador social, o que influenciou sua abordagem nas questões educacionais e pedagógicas do país. Ele dava extrema importância para a educação pública em seus ideais. Um de seus pontos principais foi a defesa da decolonização do pensamento brasileiro, como descrito atualmente. Ele acreditava que os métodos educacionais deveriam buscar se desvencilhar da episteme eurocêntrica, palavra que não chegou a soar, visto que a ação de uma população instruída seria um meio reformador fundamental das falhas nas estruturas sociais geradas por, em suas palavras, “parasitismo” das metrópoles.

Para ele, essa instrução em massa era necessária pois possibilitaria o avanço intelectual e científico que permitiriam, por sua vez, um claro entendimento dos problemas estruturais da

sociedade. Assim, o povo conseguiria encontrar soluções originais e mais adequadas para os seus problemas. Bomfim defende que não seria possível um povo ignorante construir por si só um conhecimento sofisticado que levaria ao progresso, porque a sociedade só pode ser elevada quando todas as suas partes, ou seja, os indivíduos, forem melhoradas.

Portanto, em sua visão, a educação deveria exercer o papel principal para a libertação dos povos dominados, de forma que a instrução popular seria o caminho para a mudança social. Ele aborda a falta de interesse das autoridades estatais brasileiras em priorizar a educação para toda a população, principalmente o desconhecimento sobre a instrução primária nas escolas.

### **América Latina**

Em 1905, Manuel Bomfim publicou um ensaio sob título *A América Latina: males de origem*, onde apresentava explicações acerca do subdesenvolvimento dos sul-americanos. De acordo com o autor, o atraso econômico dos países latinos viria do parasitismo das metrópoles sobre as colônias. Essa visão resultou em uma ampla reação do autor Sílvio Romero, pois ele acreditava que as falhas no desenvolvimento do Brasil provinham do fato de que o país era miscigenado e a única coisa que permitiria o progresso seria o “embranquecimento” da população.

Tendo em vista a total discordância entre as teorias, Romero fez duras críticas à visão de Bomfim, alegando principalmente que o pensador não realizava estudos imparciais. Este embate resultou em 25 artigos publicados nos jornais da época. Devido a essas

repercussões, esse livro é considerado o mais polêmico da carreira de Manuel, e possivelmente o mais importante.

### **Cronologia Biográfica**

1868 – Nascimento de Manoel José Bomfim, em 8 de agosto, em Aracaju, Sergipe.

1886 – Bomfim inicia os estudos na Faculdade de Medicina da Bahia.

1888 – Viaja para o Rio de Janeiro, onde transfere os estudos para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

1890 – Conclui a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro.

1891 – Torna-se médico da Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro.

1892 – Os primeiros artigos de Bomfim são publicados na imprensa e ele é designado à tenente-cirurgião da Brigada Policial.

1894 – Falecimento de Maria, filha de Bomfim e de seu pai.

1897 – Assume o cargo de diretor do Pedagogium e começa a lecionar na Escola Normal.

1902 – Vai para a França para estudar psicologia.

1905 – Publica o livro *A América Latina, males de origem*.

1906 – Implementa no Pedagogium o primeiro laboratório de Psicologia Experimental do Brasil.

1907 – Entra para o cargo de deputado federal de Sergipe.

1911 – Retorna ao cargo de diretor do Pedagogium.

1916 – Leciona Psicologia Aplicada e Educação na Escola Normal e publica o livro *Noções de psicologia*.

1924 – Contribui para a instituição dos testes de inteligência nos anos iniciais da escola.

1926 – Publica o livro *O Método dos Testes*.

1932 – Falece no dia 19 de abril.

## **Quem Influenciou**

As ideias de Bomfim que pautam a análise sobre o Brasil e os prejuízos da colonização contribuíram para as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Raymundo Faoro, Josué de Castro, Roberto Simonsen e Florestan Fernandes. Além disso, o escritor

José Antonio Azevedo Amaral é considerado o principal autor influenciado por Bomfim, de forma que o pensamento de Manoel é analisado em diferentes temas apresentados por Amaral.

## Obras

### Obras individuais

BOMFIM, Manoel. **Compêndio de zoologia geral**. Rio de Janeiro/Paris: Garnier, 1902.

BOMFIM, Manoel. **O fato psíquico**. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1904.

BOMFIM, Manoel. **América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro/Paris: Garnier, 1905.

BOMFIM, Manoel. **Lições de pedagogia**: teoria e prática da educação. Rio de Janeiro: Livro escolar, 1915.

BOMFIM, Manoel. **Noções de psicologia**. Rio de Janeiro: Sociedade de Publicações e Livros Escolares, 1916.

BOMFIM, Manoel. **Crianças e homens**. Rio de Janeiro: Casa Electros, 1922.

BOMFIM, Manoel. **Lições e leituras**: livro do mestre. Rio de Janeiro: Casa Electros, 1922.

BOMFIM, Manoel. **Lições e leituras para o primeiro ano.** Rio de Janeiro: Casa Electros, 1922.

BOMFIM, Manoel. **Pensar e dizer:** estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. Rio de Janeiro: Casa Electros, 1923.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América:** caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na história.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

BOMFIM, Manoel. **Cultura e educação do povo brasileiro.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1932.

### **Produções coletivas**

BOMFIM, Manoel; BILAC, Olavo. **Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1899.

BOMFIM, Manoel; BILAC, Olavo. **Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1901.

BOMFIM, Manoel; BILAC, Olavo. **Através do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.

BOMFIM, Manoel; FONTES, Ofélia; FONTES, Narbal. **O método dos testes**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

### **Relações com Outras Figuras Importantes**

Manoel José do Bomfim foi aluno de Alfred Binet e Georges Dumas quando estudou na França. Durante esse período, Bomfim também teve contato com Piaget. O uruguaio José Enrique Rodó e o cubano José Martí foram escritores que também tiveram relação com Bomfim, por abordarem na mesma época as problemáticas da América Latina e da colonização. Além disso, Silvio Romero aparece como contestador das obras de Bomfim, atribuindo diversas críticas a sua obra. Por fim, Olavo Bilac e Manoel Bomfim desenvolveram uma relação de amizade e produziram materiais relevantes dos campos da pedagogia e da literatura juntos.

### **Referências**

COSTA, Breno Augusto da; MARTINS Adriano Euripedes Medeiros. **Manoel Bomfim**: autêntico pensador latino-americano. Revista Brasileira de Educação [online], v. 24, 2019.

GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim**. 1. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MACHADO, C. J. dos S.; BARBOSA, D. de S. O pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra *América Latina: males de origem* (1905). **Educação e Formação**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 159–171, 2016.

NEGROMONTE, Fátima Bezerra; SOBRAL, Maria Neide. Uma breve arqueologia sobre o sergipano Manoel Bomfim. **Revista do IHGSE**, Aracaju, v. 1, n. 49, p. 23-40, set./2019.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Manuel Bomfim: Autor esquecido ou fora do tempo?. **Sociologia & Antropologia [online]**, v. 5, n. 3, pp. 771-797, 2015.

PAIVA, J. Um remédio para a América Latina: notas sobre a educação no pensamento de Manuel Bomfim. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], n. 4, 2013.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, n. 2, p.596-612, 2010.

SILVA, A. L. D. Por outra universidade: um projeto de educação popular na perspectiva de Rocha Pombo. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 35, p. 163-172, 2014.

# Antonio Gomes Penna

*Gunther Mafra Guimarães*

Antonio Gomes Penna nasceu em 13 de maio de 1917, na cidade do Rio de Janeiro. cursou Economia, Direito e Filosofia, além de ter adquirido os títulos de doutor em Psicologia Geral e Psicologia Educacional. Teve uma extensa carreira acadêmica, contabilizando mais de 50 anos de magistério em diversas instituições e cátedras, desde o ensino primário até a pós-graduação, destacando-se sua atuação como professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e sua condecoração como Professor Emérito na mesma instituição. Sua profícua produção bibliográfica conta com mais de 100 artigos publicados e cerca de 30 obras de estrita autoria, a maioria sobre diversos temas da psicologia. Contribuiu principalmente para o desenvolvimento da história da psicologia enquanto uma disciplina acadêmica no Brasil, através de suas aulas, obras e atividades de orientação sobre o tema, além de ter defendido sua inclusão nos cursos de graduação em psicologia. Foi também uma importante figura para a institucionalização da formação em psicologia no Brasil, tendo participado da criação de diversos cursos de graduação e pós-graduação no país, sendo principalmente responsável pela criação do Curso de Psicologia da UFRJ. Faleceu em 08 de setembro de 2010, com 93 anos de idade.

## Vida Familiar

Antonio Gomes Penna nasceu em 13 de maio de 1917, na cidade do Rio de Janeiro. Sua família é de origem portuguesa e fortemente ligada ao catolicismo, sendo o filho mais novo do segundo casamento de sua mãe, Maria Amélia Campos Penna, com um rico industrialista chamado João Gomes Penna. Foi o mais novo entre cinco irmãos, três irmãos e uma irmã do primeiro casamento de sua mãe e uma irmã do segundo.

A juventude de Penna foi marcada por certo conforto, desde sua infância até o início de sua vida adulta, não havendo maiores necessidades de começar a trabalhar por questões financeiras. O que não o impediu de exercer seu primeiro ofício relativamente cedo — aos 23 anos de idade — e sempre trabalhando de maneira intensa. Enquanto sua mãe desejava que o filho trilhasse a carreira intelectual, seu pai desejava que o sucedesse nos negócios da fábrica, embora nunca tenha deixado de garantir recursos financeiros para que pudesse estudar o que lhe interessava.

Penna se casou pela primeira vez em 1942, com uma vizinha do bairro em que morava e também neta do marechal Floriano Peixoto. Desse casamento, nasceram os seus dois filhos, o mais velho chamado Lincoln Abreu Penna e a mais nova Edna Penna, sendo que o primeiro se tornou historiador e a segunda, psicóloga. O casamento durou 12 anos, chegando ao seu término em 1954. Sua primeira esposa fora diagnosticada com um grave caso de esquizofrenia e, com a separação do casal, Penna ficou responsável pela tutela jurídica dela por vários anos, até o momento em que Lincoln passou a exercer tal função.

Ainda no ano de 1954, morreu o pai de Penna aos 78 anos de idade. Em 1956, também com 78 anos de idade, morreu a sua mãe, de quem sempre fora muito próximo. Por conta de uma cegueira oriunda de um glaucoma, ela sofreu uma queda fatal dentro de casa.

O segundo casamento de Penna ocorreu alguns anos após o término do primeiro, com uma ex-colega da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Entretanto, o casamento terminou de maneira abrupta, tendo em vista que sua segunda esposa foi acometida por um câncer de fígado que a matou no intervalo de um mês, mais especificamente no dia 11 de fevereiro de 1958.

Por fim, o terceiro e último casamento de Penna aconteceu em dezembro de 1959, ano em que reencontrou uma antiga aluna que agora era sua colega de trabalho no Instituto de Educação, Marion Merlone dos Santos. O casamento de ambos foi alvo de controvérsias na época, pois se tratava da união conjugal entre um recém-viúvo de 41 anos de idade com uma mulher consideravelmente mais jovem (23 anos de idade), que também acabara de se separar de seu antigo marido. Por conta disso, surgiram propostas de que os dois fossem expulsos da instituição, ou então, que fossem transferidos para evitar o “mau exemplo”. Não obstante esse episódio, o casal teve um longo e duradouro relacionamento de 50 anos, isto é, até a data em que Penna veio a falecer, no dia 8 de setembro de 2010.

## **Formação Acadêmica**

Penna concluiu seus estudos primários e secundários no Instituto La-Fayette, no Rio de Janeiro. Embora não tivesse interesse em seguir os passos do pai no ramo dos negócios, mas ainda querendo atender suas vontades, Penna ingressou na Escola do Comércio aos dezessete anos de idade, um dos primeiros cursos de Economia da cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, ingressou na Faculdade Nacional de Direito da antiga Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), recebendo assim o título de bacharel em Direito em 1944. Em 1945, ingressou no curso de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia da mesma universidade, participando de uma pequena turma de 4 alunos e graduando-se em 1948, adquirindo o título de licenciado em Filosofia. Foi a sua graduação na Filosofia que o levou a estudar fenomenologia, o método fenomenológico e, inclusive, a se aproximar da psicologia, a qual dedicou-se intensivamente após terminar o curso. Também completou dois doutorados, um em Psicologia Geral e outro em Psicologia Educacional, obtidas pelas livres docências que realizou na Universidade da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro) sobre os respectivos assuntos, a primeira em 1957 e a segunda em 1960.

## **Atuação profissional**

A carreira profissional de Penna é notoriamente marcada pelo magistério, tendo começado a lecionar em 1940 e aposentando-se compulsoriamente em 1987, quando estava prestes a completar 70 anos de idade. O que não lhe impediu de dar aulas por mais 5

anos e de continuar a participar de bancas de mestrado e doutorado em diversos estados, para além do Rio de Janeiro. Nesses mais de 50 anos de docência, Penna passou por várias instituições educativas, tanto privadas quanto públicas, desde o ensino primário à pós-graduação, sem contar sua passagem por instituições militares e nas Sociedades de Psicanálise do Rio de Janeiro. Lecionou sobre diversos assuntos nas áreas da Economia, Filosofia, Sociologia, História e Psicologia, sendo esta última a que mais se beneficiou com sua atuação, sobretudo no ensino de história da psicologia, assunto que abordou em sala de aula por mais de 15 anos. Também desempenhou diversas funções administrativas ao longo de sua carreira, e esteve presente na criação de vários programas de pós-graduação em Psicologia. A partir de 1949, tem começo sua extensa produção bibliográfica, que ao todo conta com 53 verbetes na Enciclopédia Mirador Internacional, mais de 100 artigos e cerca 30 livros publicados — muitos dos quais foram elaborados a partir dos conteúdos das aulas que ministrava —, a maioria na área da Psicologia. E a partir da década de 1970, passou a orientar diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado.

### **Instituto La-Fayette (1942-1947)**

Em 1942, Penna começou a trabalhar como professor no Instituto La-Fayette, colégio no qual havia realizado seus estudos primários e secundários. Nessa instituição, ministrou aulas sobre história, psicologia e filosofia, até que em 1944 passou a integrar na condição de assistente o Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ministrando a partir desse momento

a disciplina de Psicologia Geral. Continuou a exercer esse cargo até o ano de 1947, quando se afastou dele.

### **Colégio Andrews (1949-1957)**

Penna também foi professor no Colégio Andrews, desde 1949 até 1957, onde lecionou sobre economia, filosofia, sociologia e psicologia. A pedido do diretor do colégio, ministrou dois cursos para o corpo docente, tendo um deles contado com a presença de Anísio Teixeira. Em 1957, foi convidado para assumir a direção do colégio, mas por motivos de ordem pessoal, recusou o convite. Penna retornou a tal colégio quando houve a criação das classes experimentais, mas apenas permaneceu por um breve período.

### **Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1949-1967)**

Após ter concluído sua graduação em Filosofia, ainda em 1948, Penna recebeu dois convites de professores da própria Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil: um para integrar como assistente da cadeira de História da Filosofia, feito pelo professor Álvaro Vieira Pinto, e outro para integrar como assistente da cadeira de Psicologia, a pedido do professor Nilton Campos. Vale lembrar que, no Brasil, a Psicologia ainda não era uma disciplina autônoma e independente, e que a profissão de psicólogo não havia sido regulamentada até o momento, por isso o curso de Psicologia da antiga Universidade do Brasil estava submetido aos departamentos de Filosofia e de Pedagogia.

Penna aceitou o convite de Nilton Campos e assumiu a função em 1948, mas como sua nomeação apenas aconteceu em maio de 1949, passou o ano de 1948 sem receber qualquer remuneração por tal ofício. Ele ficou encarregado de dar aulas ao primeiro ano do curso de Psicologia, mas devido aos diversos problemas de saúde de Nilton Campos, acabava lecionando durante os seus três anos de duração. Além disso, Penna lecionou por um ano a disciplina de História da Filosofia, substituindo o professor Álvaro Vieira Pinto quando este tirou licença para exercer atividades docentes no Paraguai.

Passou a integrar o Instituto de Psicologia — que funcionava como um órgão complementar às cadeiras de Psicologia Geral e Psicologia Educacional, submetidas respectivamente aos departamentos de Filosofia e Pedagogia — em 1951 ao ser nomeado pelo seu diretor, Nilton Campos. No mesmo ano, propôs a criação de uma revista científica do próprio instituto, intitulada *Boletim do Instituto de Psicologia*, cuja publicação estendeu-se até 1974. Devido a um erro técnico que ocorreu no primeiro volume, a revista recebeu o título de *Anuário do Instituto de Psicologia*, o que fez com que o Boletim contabilizasse 22 volumes em vez de 23, como deveria ter sido. O *Boletim* funcionava como um meio para publicar textos dos docentes da Faculdade Nacional de Filosofia e do Instituto de Psicologia, sendo a maioria correspondente ao conteúdo das aulas que ministravam.

Permaneceu no instituto até o ano de 1958, quando pediu demissão após ter sido nomeado professor de Psicologia Educacional no Instituto de Educação, mediante aprovação em

concurso. Não obstante, continuou trabalhando como assistente de Nilton Campos desde 1949 até 1963, ano em que este veio a falecer.

Com a morte de Nilton Campos, Penna assumiu interinamente a cátedra que seu mestre ocupava na época, a de Psicologia Geral, e o Instituto de Psicologia também passou a ser dirigido temporariamente por Eliezer Schneider. Juntos, começaram a criar o Curso de Psicologia na Faculdade Nacional de Filosofia, cabendo ao Penna organizá-lo junto dos professores da faculdade e dos psicólogos do instituto.

Em 1964, foram criados tanto o Curso de Psicologia como o Departamento de Psicologia que deveria ministrá-lo, o qual Penna dirigiu — ainda na condição de interino — até 1967, quando ocorreu a extinção da Faculdade Nacional de Filosofia.

A criação do Curso foi marcada por diversos obstáculos, o que incluiu a oposição por parte de psiquiatras e a disponibilização de uma única sala de aula, localizada na sede do próprio Instituto de Psicologia. A princípio, estava prevista a entrada de 40 alunos, mas por conta de medidas judiciais tomadas por candidatos “excedentes” (que foram aprovados, mas excediam as vagas disponíveis) e de um decreto, 120 alunos foram aceitos. Diante desse número muito maior de alunos do que o esperado, e também da falta de espaço físico para acomodá-los, foi necessário alocar uma turma para o período da manhã e outra para o período da tarde, o que não impediu os corredores do instituto de serem utilizados como uma extensão da sala de aula para acomodar os excedentes. A primeira turma do curso contou com a presença de figuras como Luiz Alfredo Garcia-Roza, que veio a ser professor titular de Psicologia Geral da UFRJ, Franco Lo Presti Seminério, futuro

diretor do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), e Marion Merlone dos Santos Penna, esposa de Penna e futura diretora do Instituto de Psicologia da UFRJ (1981-1985).

Em 1965, Penna prestou concurso para se tornar professor catedrático efetivo de Psicologia Geral da Faculdade Nacional de Filosofia — anteriormente ocupada pelo seu mestre Nilton Campos. Na prova de aula, foi sorteado o tema sobre o método fenomenológico e suas aplicações na psicologia; Na prova prática, foi sorteado o tema sobre “Estudo da memória”; Na prova escrita, foi sorteado o tema “A influência do pensamento de Demócrito na evolução da Psicologia”; Por fim, a tese apresentada por Penna abordava o tema “Percepção e Comportamento Exploratório”. Ele foi aprovado no concurso com uma média superior a 9,50, conquistando assim a cátedra tão desejada em 27 de agosto. Mas com a extinção da Faculdade Nacional de Filosofia em 1967, o seu título de professor catedrático foi substituído pelo de professor titular.

### **Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967-1997)**

Com a extinção da Faculdade Nacional de Filosofia, o Curso de Psicologia passou a ser dirigido pelo Instituto de Psicologia. Mas como o instituto ainda era um órgão suplementar, ele não atendia aos critérios necessários para exercer as funções de uma faculdade. Assim, Penna atuou como interino na direção do instituto para garantir que tais critérios fossem atendidos, modificando seu regimento, criando uma congregação, organizando os

departamentos e, juntamente com sua esposa, professora Marion Merlone dos Santos Penna, organizando a Divisão de Psicologia Aplicada. Além disso, foi nesse período que o Instituto estabeleceu convênios com o Detran e o Colégio Santo Inácio.

Em 1978, Penna foi indicado para se tornar o diretor efetivo do Instituto de Psicologia, função que exerceu até 1981. Durante sua gestão, criou o primeiro programa de pós-graduação do Instituto de Psicologia da UFRJ, o qual teve uma curta duração devido à baixa produção científica de seus participantes.

Em 1987, quando completou 70 anos de idade, Penna teve que se aposentar compulsoriamente pela UFRJ. Logo após sua aposentadoria, em 1988, recebeu o título de Professor Emérito do Instituto de Psicologia da UFRJ, que o permitiu lecionar e exercer atividades de orientação por mais cinco anos em certos programas de pós-graduação do instituto. Nesse sentido, Penna concluiu sua atuação enquanto professor em 1992, tendo contabilizado ao todo 52 anos de atuação no magistério, dos quais 48 foram dedicados à docência na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### **Universidade do Estado da Guanabara (1950-1970)**

Em 1950, Penna assumiu a cátedra interina de Psicologia Educacional do Departamento de Pedagogia da antiga Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro), cujo catedrático efetivo era Lourenço Filho, substituindo-o temporariamente. No mesmo ano, também tomou posse da cátedra interina de Psicologia Geral do Departamento de Filosofia, a qual permaneceu até o ano de sua aposentadoria, em 1970.

Além disso, Penna realizou duas docências livres nessa universidade. A primeira foi feita ao final de 1957, na cátedra de Psicologia Geral, o que lhe concedeu um doutorado em Psicologia Geral. A segunda foi feita em 1960, na cátedra de Psicologia Educacional, o que lhe concedeu um doutorado em Psicologia Educacional.

Durante esse período, Penna também ministrou aulas de filosofia para um grupo seletivo de alunos em sua própria casa, tais como Luiz Alfredo Garcia-Roza, José Guilherme Merquior, Clauze Ronald de Abreu, Maniusia Mota de Oliveira, Helcio Mendonça e entre outros, muitos dos quais vieram a se tornar professores da UERJ e da UFRJ.

### **Escolas militares (1953-1968)**

Em 1953, Nilton Campos recebeu um convite da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR) para ministrar um curso sobre Psicologia Aplicada às Forças Armadas. Poucos dias antes do curso começar, pediu a Penna que o substituísse, visto que sua saúde havia piorado. Assim, Penna ministrou o curso em seu lugar, discorrendo sobre temas como liderança, disciplina, seleção, propaganda, e continuou sendo convidado a lecioná-lo até 1968, quando os convites pararam de ser feitos devido a suspeitas de suas supostas ações “subversivas”. Nesse ínterim, Penna desenvolveu o *Manual de Psicologia Aplicada às Forças Armadas*, que se tornou leitura obrigatória na Aeronáutica até 1970. Também foi professor fundador da disciplina Psicologia Aplicada às Forças Armadas na Escola de Aeronáutica no Campo

dos Afonsos, o que fez durante dois anos, até que pediu para um ex-aluno assumir o seu lugar.

Além de ter ministrado aulas para a aeronáutica, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960 Penna lecionou diversos cursos para oficiais do exército que visavam exercer a função do ensino, ensinando-os sobre psicologia da aprendizagem, psicologia da linguagem, psicologia da percepção etc.

### **Instituto de Educação (1958-1963)**

O Instituto de Educação, fundado por Anísio Teixeira e considerado a primeira escola de nível superior para a formação de professores, contou com a participação de Penna enquanto professor de Psicologia Educacional, entre 1958 a 1963. Em 1964, foi transferido dessa instituição para a recém-criada Escola Superior de Desenho Industrial.

### **Outras instituições**

Como um dos membros fundadores da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), Penna lecionou a disciplina intitulada “Teoria da Percepção” entre 1964 e 1967, tendo em vista seu profundo conhecimento sobre o assunto, sobretudo pela Psicologia da Gestalt.

Posteriormente, de 1964 a 1970, Penna ministrou a mesma disciplina no Instituto de Belas Artes e na Escola de Artes Visuais do Estado.

Além disso, Penna teve uma rápida passagem na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ para lecionar sobre o mesmo tema.

### **Fundação Getúlio Vargas (1971-1992)**

Em 1970, Penna foi convidado pelo diretor do então chamado Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV), Franco Lo Presti Seminério, para participar de uma comissão que criaria um programa de pós-graduação em Psicologia Aplicada. Tal comissão contou com a presença de Eliezer Schneider e seria presidida por Lourenço Filho, mas este faleceu antes das reuniões finalizarem. Em janeiro de 1971, Penna foi nomeado chefe do centro de pós-graduação e coordenador da pós-graduação em Psicologia, coordenando assim os cursos de mestrado e doutorado. Nesse ínterim, a sigla ISOP passou a significar Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais, ampliando assim o escopo da instituição.

Ao final da década de 1980, o Conselho Superior da Fundação Getúlio Vargas decidiu priorizar a formação e as pesquisas nas áreas da economia e da administração, o que gradualmente levou ao fim dos demais centros de pesquisas, estudos e pós-graduação. Com isso, o ISOP/FGV foi extinto, e a pós-graduação em Psicologia deixou de oferecer disciplinas e aceitar novos estudantes, mas suas atividades tiveram prosseguimento tendo em vista o número de alunos que ainda estavam elaborando suas dissertações e teses. Penna continuou exercendo a direção da

pós-graduação em Psicologia, mas que agora estava subordinada à Escola de Administração Pública. Por fim, com a titulação dos últimos alunos da pós-graduação em Psicologia, o curso foi extinto e Penna dispensado da Fundação em novembro de 1992. Em outras palavras, Penna coordenou os cursos de mestrado e doutorado em Psicologia dessa pós-graduação do início ao fim.

Com o desligamento gradual do programa de pós-graduação em psicologia ao final da década de 1980, certos acordos foram estabelecidos entre a própria FGV, a UFRJ e a CAPES. Isso fez com que o programa fosse transferido para o Instituto de Psicologia da UFRJ, onde Penna deu continuidade às suas atividades docentes e de orientação até 1997.

### **Universidade Gama Filho (1971-1980)**

Poucas semanas depois de sua nomeação no ISOP/FGV, Penna foi convidado a ocupar o cargo de Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Gama Filho, uma das primeiras grandes universidades particulares do Rio de Janeiro que surgiram na década de 1970, devido a expansão do sistema privado no ensino superior. Aceitou o cargo e, posteriormente, também atuou na Direção do Departamento de Psicologia, permanecendo em ambos até 1980. Além disso, foi responsável pela criação e coordenação do programa de mestrado em Psicologia dessa universidade, tendo projetado e colocado em funcionamento o curso de mestrado em Psicologia Educacional e outro em Psicologia Teórica, os quais começaram em 1973 e funcionaram até os primeiros anos da década de 1980.

## **Conflitos durante as ditaduras**

Ao longo de sua carreira profissional, Penna vivenciou diversos episódios turbulentos, a maioria devido às repressões que marcaram o período da ditadura militar brasileira (1964-1985).

Os primeiros episódios conflituosos ocorreram antes da ditadura militar, ao final da década de 1940, e teriam sido desencadeados por dois motivos. Em primeiro lugar, Penna estava participando de uma chapa para disputar a direção do Sindicato de Professores, e um dos seus colegas de chapa estava diretamente envolvido com o Partido Comunista. Em segundo lugar, Penna havia assinado um documento protestando contra o fechamento do Partido Comunista, ainda que jamais tivesse sido filiado ao próprio e a qualquer outro partido político em sua vida. Com isso, a chapa inteira foi considerada comunista, fazendo com que seus membros fossem registrados no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Já na época da ditadura militar, em 1968, Penna participou da Passeata dos Cem Mil, uma manifestação popular que se mostrou contrária às práticas ditatoriais do governo, estando também presentes outros professores da UFRJ, incluindo sua esposa. Logo após, houve uma reunião no Colégio André Maurois, onde foi produzido um documento protestando contra as agressões causadas aos estudantes. Penna foi um dos integrantes dessa reunião que assinou o documento, além de ter integrado o grupo de professores que levou tal documento ao Palácio da Cultura, entregando-o diretamente às autoridades do Ministério da Educação. Por causa

dessas ações, Penna e seus colegas professores foram fotografados por agentes do DOPS e de outros órgãos de segurança, para serem futuramente investigados.

Ainda em 1968, Penna prestou um concurso para concorrer à vaga de professor titular na cadeira de Psicologia Geral da Universidade da Guanabara. Foi o único candidato do concurso e, com a banca examinadora já formada, estava se preparando para realizar as provas do exame. Entretanto, na semana anterior à realização das provas, recebeu um comunicado de que o concurso havia sido suspenso, sem ser informado dos motivos que levaram à sua suspensão. Aparentemente, o reitor da universidade, irmão de um importante general do exército, recebeu um documento afirmando que Penna não poderia se tornar professor catedrático, tendo em vista a suspeita dos militares de suas ditas atividades “subversivas”. Diante do ocorrido, Penna pediu aposentadoria especial em 1970 para não ter mais contato com essa universidade estadual.

Em 1971, quando Penna foi nomeado chefe do centro de pós-graduação e coordenador dos programas de pós-graduação em Psicologia do ISOP/FGV, o presidente da instituição recebeu um pedido do representante do Ministério da Educação, na época um general, para que sua nomeação fosse desfeita, tendo em vista novamente sua condição de “subversivo”. A situação foi resolvida por um colega do presidente da FGV, que se dirigiu ao Palácio de Cultura para ser entrevistado pelo general. Nesse caso, as acusações dirigidas ao Penna afirmavam que este criticava os militares e que estava sempre conversando com os alunos. Quanto a sua relação com os alunos, foi respondido que se tratava de sua obrigação

devido aos cargos que desempenhava; quanto aos militares, coube também ao próprio general investigar mais a fundo. Não obstante esse episódio, Penna foi nomeado e continuou a exercer os cargos supracitados até novembro de 1992.

Tal como ocorreu com sua nomeação para os cargos do ISOP/FGV, situação similar aconteceu quando Penna foi nomeado para desempenhar cargos de direção na Universidade Gama Filho, no mesmo ano. Um documento idêntico que fora enviado para o ISOP/FGV também foi recebido pelo fundador da universidade, que decidiu manter a nomeação de Penna mediante a um termo de responsabilidade.

Além dos casos supracitados, a carreira acadêmica de Penna encontrou obstáculos durante sua trajetória no Instituto de Psicologia da UFRJ, abarcando o período em que também exerceu interinamente a função de diretor do instituto, marcado por ameaças de aposentadoria e punições.

Uma primeira punição foi decorrente de uma greve estudantil contra um professor do instituto. A greve realizada por duas turmas foi ocasionada por uma insatisfação diante da qualidade das aulas ministradas pelo dito, que estavam exigindo uma qualidade melhor de ensino. Diante disso, Penna convocou uma reunião que contou com a presença desse professor, na qual foi descoberta que este jamais havia redigido o programa da disciplina e que não havia conhecimento dos textos clássicos sobre o assunto, embasando as aulas em sua própria experiência profissional. Não obstante, o professor exigiu que os alunos fossem punidos, insistindo que a greve era de tom estritamente político. Penna tentou encontrar uma solução amistosa junto aos alunos com que tinha maior

proximidade, para evitar que o movimento fosse interpretado dessa forma e, conseqüentemente, as punições advindas. Penna não teve sucesso, visto que o professor em questão foi nomeado vice-diretor do instituto, impossibilitando-o de buscar a solução que desejava. Algum tempo depois, Penna foi punido por não ter aplicado punições aos grevistas, o que foi considerado falta de cumprimento de suas obrigações, e diversos alunos foram expulsos da UFRJ. Em virtude da punição que sofreu, Penna foi chamado ao DOPS para justificar os motivos que o levaram a não punir os grevistas.

Posteriormente, uma segunda punição foi decorrente de uma acusação anônima, afirmando que Penna faltava muitas das aulas que deveria lecionar. Como punição, Penna teve sua carga horária de 24 horas reduzida para 12 horas, acarretando em perdas salariais.

Uma terceira punição ocorreu em 1970, devido ao tema da redação escolhido para compor o vestibular do Instituto de Psicologia da UFRJ. Penna havia sido indicado para coordenar o vestibular do Instituto, e uma banca foi formada para aperfeiçoar a prova de português. A banca decidiu que o tema da redação daquele ano seria o questionamento proferido pelo Papa João XXIII (*Para onde caminha a humanidade?*), acompanhado de nomes de personagens e episódios históricos para causar reflexões aos vestibulandos (como Che Guevara, Martin Luther King, o poder negro etc.). Por conta disso, o teor da prova foi considerado “subversivo”, sendo Penna acusado de ter permitido sua realização. A punição sofrida por Penna foi escolhida pelos seus colegas de trabalho da UFRJ.

Mais um episódio conflituoso aconteceu no período em que Penna assumiu interinamente a direção do Instituto de Psicologia,

quando permitiu a realização de uma assembleia estudantil no auditório do próprio Instituto. Logo após esse evento, foi aberta uma Comissão de Inquérito, na qual foi convocado para prestar depoimentos sobre o ocorrido. O presidente da comissão exigiu que Penna identificasse os alunos envolvidos, pedindo-lhe que informasse nomes, mas este afirmou que não conhecia nenhum dos envolvidos e que a assembleia tinha apenas como objetivo discutir problemas de infraestrutura da universidade.

Em 1973, Penna foi convocado ao Palácio da Cultura para responder um processo quanto às suas atividades "subversivas", cujo andamento poderia levar à sua aposentadoria. Lá, ouviu as diversas acusações que foram registradas pelos órgãos de segurança, as quais poderia contestar. Dentre elas, estavam suspeitas sobre o prestígio que tinha em relação aos seus colegas do Instituto de Psicologia; suas muitas conversas com estudantes, que seriam provas de doutrinação ideológica; a filiação de seu filho ao Partido Comunista, que por extensão, o tornaria também um comunista; pregações de um marxismo disfarçado, através das aulas que lecionava sobre gestaltismo e fenomenologia; e que falaria mal dos militares. Além disso, foi trazido à tona o documento que assinou no Colégio André Maurois, logo após a Passeata dos Cem Mil, protestando contra a violência que os militares exerceram sob os estudantes. As acusações foram refutadas através de diversos atestados concedidos por amigos do professor.

## Contribuições

### História da psicologia no Brasil

Pode-se afirmar que Penna é um dos primeiros acadêmicos do Brasil que se interessou pela história da psicologia, não tendo apenas lecionado extensivamente sobre o assunto, como também publicou obras inteiras dedicadas ao tema já nas décadas de 1970 e 1980, o que contribuiu para o desenvolvimento da disciplina no país. Suas principais obras sobre o assunto são *Introdução à história da psicologia contemporânea*, de 1978, e *História das ideias psicológicas*, de 1981. Tais livros demonstram a preocupação de Penna com o passado da Psicologia, notórios por trazer uma visão interdisciplinar sobre a formação do campo enquanto disciplina científica, e foram objetos de comentário tanto no interior do país quanto no exterior. Além disso, são obras que se tornaram referências de importante consulta nos principais centros acadêmicos do Brasil, tanto para estudantes, professores e pesquisadores.

Assim como foi um dos primeiros brasileiros a se interessar pela história da psicologia de maneira geral, Penna também foi um dos primeiros a se debruçar sobre a história da psicologia brasileira, estudando o surgimento da psicologia no Rio de Janeiro e resgatando seus principais personagens. Nesse sentido, publicou diversos trabalhos sobre contribuições específicas de certos autores, assim como, em 1992, publicou o livro *História da psicologia no Rio de Janeiro*, que relata a história do Instituto de Psicologia da UFRJ e evidencia as contribuições de diversas figuras importantes para o desenvolvimento da psicologia brasileira, como Manoel Bomfim,

Plínio Olinto, Lourenço Filho, Nilton Campos, Maurício de Medeiros etc.

Para além de suas obras sobre história da psicologia, Penna foi um dos organizadores do primeiro seminário de história da psicologia na América Latina, que ocorreu nos dias 11 e 12 de abril de 1988. O evento recebeu patrocínio de importantes instituições, como do Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais, que pertencia à Fundação Getúlio Vargas, da Associação Brasileira de Psicologia (ABP) e da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABPA). O seminário teve como objetivo estudar figuras importantes no desenvolvimento da psicologia na América Latina, e contou com a participação de conferencistas estrangeiros, desde outros países da América Latina, dos Estados Unidos e da Europa. Além disso, Penna apresentou um trabalho sobre as contribuições de Nilton Campos.

Vale acrescentar que Penna foi um grande defensor do ensino da história da psicologia, defendendo a inclusão desta disciplina nos currículos dos cursos de graduação em psicologia desde 1964, quando organizou o Curso de Psicologia da antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Além disso, o professor também contribuiu para o surgimento de muitas produções acadêmicas sobre a história da psicologia, seja através de suas aulas, obras e orientações.

### **Institucionalização da formação em psicologia no Brasil**

A institucionalização da psicologia brasileira ocorreu a partir de 1962, quando houve a promulgação da Lei 4.119, que dispõe

sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Penna foi uma das figuras que contribuiu diretamente para a efetivação dessa lei por meio de inúmeras ações. Como através da organização e criação do Curso de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia (1964) e na sua posterior migração para o Instituto de Psicologia da UFRJ (1967); suas colaborações na criação de outros cursos de psicologia no Rio de Janeiro; as viagens que realizou para outras regiões do país para aprovar cursos de psicologia, a pedido do Ministério da Educação; além de ter sido coordenador da pós-graduação em psicologia no ISOP/FGV (1971-1992) e organizado a pós-graduação em psicologia da Universidade Gama Filho.

### **Cronologia Biográfica**

1917: Nascimento de Antonio Gomes Penna no dia 17 de maio.

1934: Ingressa na Escola do Comércio, um dos primeiros cursos de Economia do Rio de Janeiro.

1940: começa a trabalhar como professor, lecionando História da Economia.

1942: Primeiro casamento. Começa a trabalhar no Instituto Lafayette lecionando sobre história, psicologia e filosofia.

1944: Finaliza a graduação na Faculdade Nacional de Direito da antiga Universidade do Brasil (atual UFRJ), obtendo o

bacharelado em Direito. Torna-se assistente no Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette, onde leciona Psicologia Geral.

1945: Começa sua terceira graduação, desta vez no curso de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

1946 ou 1947: Encerra suas atividades docentes no Instituto La-Fayette.

1948: Finaliza a graduação em Filosofia. Aceita o convite de Nilton Campos para se tornar o seu assistente.

1949: Começa a trabalhar no Colégio Andrews, onde lecionou sobre filosofia, sociologia, economia e psicologia. No mês de maio, é oficializada sua nomeação como assistente de Nilton Campos.

1950: Assume na condição de interino a cátedra de Psicologia Educacional da antiga Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ), substituindo Lourenço Filho temporariamente. Também assume na condição de interino a cátedra de Psicologia Geral dessa mesma universidade.

1951: É nomeado por Nilton Campos para integrar o Instituto de Psicologia da antiga Universidade do Brasil. Propõe a criação de uma revista científica do próprio instituto, intitulada *Boletim do*

*Instituto de Psicologia*. Publicação do primeiro volume dessa revista, excepcionalmente nomeada *Anuário do Instituto de Psicologia*.

1953: Começa a ministrar um curso sobre Psicologia Aplicada às Forças Armadas na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

1954: Falecimento do pai, João Gomes Penna.

1956: Falecimento da mãe, Maria Amélia Campos Penna, ao sofrer uma queda fatal em casa.

1957: Realiza sua primeira livre docência em Psicologia Geral na Universidade da Guanabara, adquirindo o título de doutor na área. É convidado para assumir a direção do Colégio Andrews, mas recusa o convite. Encerra suas atividades docentes em tal colégio.

1958: Falecimento da segunda esposa de Penna, no dia 11 de fevereiro. Pede demissão do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, tendo em vista sua nomeação como professor de Psicologia Educacional no Instituto de Educação.

1959: Terceiro casamento de Penna em dezembro, com Marion Merlone dos Santos Penna .

1960: Realiza sua segunda livre docência em Psicologia Educacional na Universidade da Guanabara, adquirindo o título de doutor na área.

1963: Falecimento de Nilton Campos. Com isso, assume interinamente a cátedra ocupada pelo mestre, a de Psicologia Geral da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Último ano de sua atuação docente no Instituto de Educação.

1964: Junto de Eliezer Schneider, organizam e criam o Curso de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e o Departamento de Psicologia que deveria ministrá-lo, o qual Penna assume a direção na condição de interino. É transferido do Instituto de Educação para a recém-criada Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), onde leciona como professor fundador a disciplina Teoria da Percepção.

1965: Torna-se professor catedrático de Psicologia Geral da Universidade do Brasil.

1966: Publicação de seu primeiro livro, *Percepção e Aprendizagem*.

1967: Extinção da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Com isso, Penna deixa de assumir a direção do Departamento de Psicologia e o Curso de Psicologia passa a ser dirigido pelo Instituto de Psicologia, o qual assume

interinamente sua direção. Fim de suas atividades docentes na ESDI.

1968: Participa da Passeata dos Cem Mil. Fim de suas atividades docentes na ECEMAR, por suspeitas de suas atitudes “subversivas”. Presta concurso para concorrer à vaga de professor titular na cátedra de Psicologia Geral da Universidade da Guanabara, que acaba sendo suspenso na semana anterior à realização das provas, mesmo sendo candidato único e apresentado uma tese que fora previamente aceita. Publicação da obra *Percepção e Realidade: Introdução ao Estudo da Atividade Perceptiva*.

1970: É convidado por Franco Lo Presti Seminério, diretor do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV), para participar de uma comissão responsável pela criação de um programa de pós-graduação em Psicologia Aplicada. É punido pelos militares por ter permitido a realização do vestibular do Instituto de Psicologia da UFRJ com conteúdo “subversivo”. Aposenta-se da Universidade da Guanabara, em virtude do cancelamento do concurso que prestou para a cátedra de Psicologia Geral. Publicação da obra *Comunicação e Linguagem*.

1971: No mês de janeiro, é nomeado chefe do centro de pós-graduação e coordenador da pós-graduação em Psicologia do ISOP/FGV; tentativa por parte dos militares de suspender sua nomeação, mas sem êxito. Poucas semanas depois da nomeação,

é convidado para ocupar o cargo de Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Gama Filho; mais uma tentativa sem êxito por parte dos militares de impedir sua nomeação na Universidade Gama Filho.

1973: Coordena o programa de mestrado em Psicologia da Universidade Gama Filho, do qual participou da criação. É convocado ao Palácio da Cultura para responder um processo quanto às suas atividades “subversivas”; as acusações recebidas foram refutadas por meio de diversos atestados concedidos por amigos do professor.

1974: Publicação do último volume do *Boletim do Instituto de Psicologia*.

1975: Publicação da obra *Motivação e Emoção*.

1976: Publicação da obra *Linguagem, Personalidade e Terapia*.

1978: Torna-se diretor efetivo do Instituto de Psicologia da UFRJ. Publicação da obra *Introdução à História da Psicologia Contemporânea*.

1980: Publicação das obras *História das Ideias Psicológicas e Aprendizagem e Motivação*.

1981: Encerra suas atividades como diretor efetivo do Instituto de Psicologia da UFRJ. Publicação da obra *História das ideias psicológicas*.

1984: Publicação da obra *Introdução à Psicologia Cognitiva*.

1987: Aposenta-se compulsoriamente da UFRJ, quando estava prestes a completar 70 anos de idade. Publicação da obra *Cognitivismo, Consciência e Comportamento Político*.

1988: Nos dias 11 e 12 de abril, ocorre o primeiro seminário de história da psicologia na América Latina, sendo um dos responsáveis por sua organização e onde apresenta um trabalho sobre as contribuições de Nilton Campos para a psicologia. Recebe o título de Professor Emérito do Instituto de Psicologia da UFRJ, permitindo-o lecionar e exercer atividades de orientação no programa de pós-graduação dessa instituição.

1990: Publicação da obra *Filosofia da Mente: Introdução ao Estudo Crítico da Psicologia*.

1992: Publicação das obras *História da Psicologia* e *História da Psicologia no Rio de Janeiro*. No mês de novembro, é dispensado da FGV, em virtude da extinção da pós-graduação em Psicologia dessa instituição.

1994: Publicação da obra *Freud, as Ciências Sociais e a Filosofia*.

1995: Publicação da obra *Introdução à Psicologia Política*.

1997: Publicação da obra *Repensando a Psicologia*.

1999: Publicação das obras *Em Busca de Deus: Introdução à Filosofia da Religião* e *Introdução à Filosofia da Moral*.

2000: Publicação das obras *Introdução à Epistemologia* e *Introdução ao Gestaltismo*.

2001: Publicação das obras *Introdução à Psicologia Fenomenológica*, *Introdução à Psicologia Genética de Piaget*, *Introdução à Aprendizagem e Memória* e *Introdução à Motivação e Emoção*.

2003: Publicação da obra *Introdução à Psicologia da Linguagem e do Pensamento*.

2004: Publicação das obras *Introdução à Psicologia do Século XX* e *Introdução à Antropologia Filosófica*.

2006: Publicação da obra *Os Filósofos e a Psicologia*.

2010: Falece aos 93 anos de idade, no dia 08 de setembro.

### **Discípulos/Seguidores/Quem Influenciou**

Durante sua extensa trajetória acadêmica, Penna influenciou diretamente diversos alunos e/ou orientandos, muitos dos quais

vieram a se tornar professores acadêmicos e prestaram-lhe as mais elogiosas homenagens, como por exemplo: Arthur Arruda Leal Ferreira, professor titular do Instituto de Psicologia da UFRJ; Virginia Kastrup, professora titular do Instituto de Psicologia da UFRJ; Maria Lucia Seidl de Moura, professora titular do Instituto de Psicologia da UERJ; Eduardo Henrique Passos Pereira, professor titular do Instituto de Psicologia da UFF; Angélica Bastos de Freitas Rachid Grimberg, professora do Instituto de Psicologia da UFRJ; Helmuth Ricardo Krüger, professor titular da Universidade Católica de Petrópolis; Marcia Oliveira Moraes, professora titular do Departamento de Psicologia da UFF; Luiz Alfredo Garcia-Roza, que foi professor emérito da UFRJ; Nelson Antônio Alves Lucero, professor associado da UFES. E outros acadêmicos, além de prestarem homenagens, intitularam-se discípulos do professor.

A título de exemplo, Luís Cláudio Mendonça Figueiredo, psicanalista, professor aposentado da USP e professor da PUC-SP, foi aluno de Penna entre 1965 e 1968, fazendo parte da segunda turma do recém-criado Curso de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Ao final do terceiro ano do curso, foi convidado pelo próprio professor para se tornar o seu assistente quando terminasse o bacharelado, mas por motivos de outra ordem, isso não aconteceu. Não obstante a distância geográfica, tendo em vista que Figueiredo continuou sua vida acadêmica e profissional além do Rio de Janeiro, os dois jamais perderam o contato pessoal e intelectual. Dito isso, em sua obra *Matrizes do pensamento psicológico*, Figueiredo a dedicou inteiramente ao Penna como um gesto de retribuição a tudo que aprendeu com o professor, e em todos os concursos que prestou na USP, fez

questão de tê-lo como presença obrigatória nas bancas, pois considerava pertencer a mesma tradição de pensamento do seu mestre, em outras palavras, um de seus herdeiros.

## **Obras/fundações**

### **Livros**

Percepção e Aprendizagem. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.

Percepção e Realidade: Introdução ao Estudo da Atividade Perceptiva. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

Comunicação e Linguagem. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

Motivação e Emoção. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975.

Introdução à História da Psicologia Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Linguagem, Personalidade e Terapia. Rio de Janeiro: Eldorado, 1976.

Aprendizagem e Motivação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

História das Ideias Psicológicas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

Introdução à Psicologia Cognitiva. São Paulo: EPU, 1984.

Cognitivismo, Consciência e Comportamento Político. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

Psicologia e História. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

Filosofia da Mente: Introdução ao Estudo Crítico da Psicologia. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

História da Psicologia. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

História da Psicologia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

Freud, as Ciências Sociais e a Filosofia. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1994.

Introdução à Psicologia Política. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1995.

Repensando a Psicologia. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997.

Em Busca de Deus: Introdução à Filosofia da Religião. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1999.

Introdução à Filosofia da Moral. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1999.

Introdução à Epistemologia. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000.

Introdução ao Gestaltismo. Rio de Janeiro: Imago Editora RJ, 2000.

Introdução à Psicologia Fenomenológica. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.

Introdução à Psicologia Genética de Piaget. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.

Introdução à Aprendizagem e Memória. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.

Introdução à Motivação e Emoção. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.

Introdução à Psicologia da Linguagem e do Pensamento. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003.

Introdução à Psicologia do Século XX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2004.

Introdução à Antropologia Filosófica. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2004.

Os Filósofos e a Psicologia. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

### **Prêmios e Reconhecimentos**

Condecoração com a Medalha Santos Dumont, devido aos serviços prestados na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

Condecoração com a Medalha Pedro Ernesto, devido às suas contribuições docentes na cidade do Rio de Janeiro. Recebida na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

Título de Professor Emérito do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP-UFRJ), em 1988.

Inauguração do Centro de Estudos Antonio Gomes Penna no IP-UFRJ.

Homenagem aos 90 anos, pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

## Relação com outros personagens ou teorias

### Waclaw Radecki

Ainda que Penna jamais tivesse encontrado Radecki em pessoa, o professor considerava ter uma dívida intelectual com esta figura da psicologia. Uma dívida que não veio necessariamente do fato de ter sido discípulo de dois alunos do Radecki, no caso, Jaymes Grabois e Nilton Campos, visto que ambos comentavam pouco sobre as ideias do polonês e falavam mais sobre aspectos anedóticos e pessoais da figura em si. De todo modo, Penna comenta como uma versão resumida do *Tratado de Psicologia* do Radecki, a qual encontrou em uma livraria de livros usados no Rio de Janeiro, o fez reler tal obra inúmeras vezes ao longo de sua vida, inclusive, consultando-a novamente anos após sua aposentadoria compulsória pela UFRJ. Em uma de suas releituras da obra de Radecki, tentou compreender um conceito tanto obscuro utilizado pelo autor, o “discriminacionismo afetivo”, através da leitura cruzada sobre suas ideias acerca da discriminação perceptiva e da afetividade.

### Nilton Campos

Nilton Campos é mais uma figura a qual Penna afirmou estar em débito, ao ponto de dizer que devia sua cátedra conquistada em 1965 ao mestre. Penna fora aluno de Nilton em 1944, tanto no curso de Direito como no de Economia, e também quando cursou Filosofia na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Já em 1948, logo após ter concluído sua graduação em Filosofia, foi convidado por Nilton para ser o seu

assistente na cátedra de Psicologia do curso, dando início a uma longa e proveitosa relação de trabalho que durou até 1963.

Nilton foi um psiquiatra cujos interesses intelectuais estavam mais próximos da psicologia e da filosofia, tendo pouco contato com a prática clínica propriamente dita. Sua carreira foi bastante voltada à docência de aspectos teóricos da psicologia e do próprio campo da filosofia. Com algumas ressalvas, seu perfil intelectual é considerado um tanto próximo ao de Penna, e ambos compartilhavam um grande interesse pela psicologia fenomenológica e pelo gestaltismo.

Devido a diversos problemas de saúde do Nilton, Penna ficou encarregado de dar um número consideravelmente maior de aulas do que se esperava de um assistente - a princípio, ele deveria dar o primeiro ano do curso, mas por vezes lecionava durante os três anos de sua duração -, e também precisava auxiliar o seu mestre com situações cotidianas, como dar-lhe uma carona para casa após o expediente de trabalho, pois o psiquiatra não conseguia andar sozinho pela cidade sem ser acompanhado, inclusive para atravessar ruas.

Em 1948, Nilton assumiu a direção do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, e em 1951, Penna foi nomeado para colaborar no Instituto. Dessa forma, os dois também trabalharam juntos no Instituto de Psicologia até 1958, ano em que Penna pediu demissão após sua nomeação como professor de Psicologia Educacional no Instituto de Psicologia. Ainda em 1951, Penna sugeriu a Nilton a criação de uma revista científica do próprio Instituto, cuja primeira publicação saiu no mesmo ano e foi

idealizada como *Boletim do Instituto de Psicologia*, estendendo-se até 1974.

Em 1953, Nilton recebeu um convite da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR) para ministrar um curso sobre Psicologia Aplicada às Forças Armadas. Novamente, por questões de saúde, não se sentiu bem o suficiente para lecionar o curso, e pediu a Penna que o substituísse. Assim, Penna ministrou o curso em seu lugar e continuou a lecioná-lo até 1968.

Com a morte de Nilton em 1963, Penna assumiu interinamente a cátedra de Psicologia Geral da Universidade do Brasil, que fora conquistada pelo seu mestre em 1948. Além disso, apresentou diversos trabalhos sobre as contribuições de Nilton Campos para a psicologia brasileira, dedicando-lhe boas páginas em sua obra *História da Psicologia no Rio de Janeiro*, de 1992.

### **Lourenço Filho**

Outra figura com a qual Penna se sentiu endividado, Lourenço Filho foi responsável pela organização e direção do Instituto de Educação, onde Penna trabalhou como professor de Psicologia Educacional entre 1958 e 1963. Além disso, Lourenço Filho foi professor catedrático efetivo de Psicologia Educacional na Universidade da Guanabara (atual UERJ), onde Penna atuou como professor interino na mesma cátedra para substituí-lo temporariamente a partir de 1950.

Penna participou de uma reunião que contou com a presença de professores de São Paulo e do Rio de Janeiro para

discutir a regulamentação da profissão de psicólogo e da formação em psicologia, a qual se deu sob a direção de Lourenço Filho.

Além disso, Lourenço Filho foi responsável por indicar o nome de Penna ao Itamaraty para fundar, organizar e dirigir uma Faculdade de Filosofia no Paraguai, mais especificamente em Assunção, e assumiria também a cátedra de Psicologia da instituição. Penna rejeitou o convite por motivos familiares, e repassou a proposta para um de seus ex-alunos.

Lourenço Filho também o convidou para assumir a presidência da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada - a qual fundou junto de Myra y López -, tendo em vista o fim do mandato do antigo presidente, Padre Benko; assim, Penna presidiu tal Sociedade por dois anos. E pouco antes de falecer, aceitou o convite de Penna para prefaciar sua obra *Comunicação e Linguagem*, de 1970.

Ainda em 1970, Penna foi convidado pela direção do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV) para participar de uma comissão responsável por criar um programa de pós-graduação em Psicologia Aplicada, comissão esta que seria presidida por Lourenço Filho. Entretanto, com a morte de Lourenço Filho no dia 03 de agosto do mesmo ano, as reuniões prosseguiram sem a participação do mestre e sem ninguém ocupando sua função original, o que foi decidido por unanimidade pela comissão.

Após sua morte, Penna também dedicou ao mestre boas páginas no seu livro *História da Psicologia no Rio de Janeiro*, de 1992, e voltou a escrever sobre ele na saudosa obra *Lourenço Filho: Outros aspectos, mesma obra*, de 1997, organizada pelo professor Carlos Monarcha.

## **Jayme Grabois**

Jayme Grabois, junto de Nilton Campos, são as duas figuras com as quais Penna sentiu que devia sua cátedra conquistada em 1965. Penna o considerava seu primeiro grande professor de psicologia, tendo assistido suas aulas sobre o assunto durante o ensino secundário, além de considerá-lo muito erudito sobre Teoria do Conhecimento e dos principais sistemas psicológicos. Grabois foi um dos assistentes de Radecki e foi diretor do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil na década de 1940, mas não chegou a seguir uma carreira universitária. O que não lhe impediu de marcar profundamente o perfil intelectual de Penna, sem falar que ambos construíram uma forte amizade. Quanto a isso, após muitos anos sem se encontrarem, esbarram-se por acaso no centro do Rio de Janeiro e Penna confessou-lhe que foi o único discípulo que ele havia formado em sua vida, provocando certa emoção por parte do mestre.

## **Maurilio Teixeira Leite Penido**

Penna considera o padre Penido um dos professores mais importantes de sua formação, em suas palavras, “[...] a maior cabeça filosófica que o Brasil já teve [...]”, com quem efetivamente aprendeu a pensar (PENNA, 2004, p. 5). Ele foi um de seus professores na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Também foi professor da Universidade de Friburgo, na Suíça, onde lecionou sobre psicologia da religião, além de ser

considerado um importante teólogo que publicou diversas obras na Europa durante a década de 1930. Penna dedicou algumas de suas próprias obras ao mestre, como *História das ideias psicológicas*, de 1991, e a mais expressiva de sua relação intelectual com o padre, *Em Busca de Deus: Introdução à Filosofia da Religião*, de 1999.

### **David José Perez**

Perez foi professor de Economia Política quando Penna cursou Economia, curso que começou aos 17 anos de idade. Suas aulas, consideradas brilhantes e muito variadas, lhe causaram uma forte impressão, de tal forma que o influenciou a seguir os passos do professor. Assim, Penna iniciou suas atividades docentes seis anos depois, quando já havia terminado o curso de Economia, lecionando sobre História da Economia durante cinco anos.

### **Eliezer Schneider**

Eliezer Schneider foi colega de trabalho e um querido amigo de Penna. Eles se conheceram na década de 1940, e tornaram-se amigos mais próximos quando trabalharam juntos no Instituto de Psicologia, na época em que era apenas um órgão suplementar da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Logo na primeira edição do *Boletim do Instituto de Psicologia*, nomeado excepcionalmente *Anuário do Instituto*, os textos de Penna e Schneider ocuparam mais de 50% das páginas da publicação.

Com a morte de Nilton Campos em 1963, Schneider ocupou interinamente a direção do Instituto de Psicologia e Penna ocupou interinamente a cátedra de Psicologia Geral. Nesse ínterim,

foram encontrados nas gavetas do antigo diretor esboços de um projeto de criação do Curso de Psicologia na Faculdade Nacional de Filosofia. Assim, ambos começaram a planejar a criação do Curso de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia, marcada pela forte oposição de psiquiatras e por questões burocráticas, que se sucedeu em 1964.

Schneider e Penna também vivenciaram juntos diversos episódios turbulentos durante a ditadura militar, sofrendo ameaças e punições pelas suas atividades “subversivas” desempenhadas na UFRJ, por exemplo. No caso de Schneider, seu explícito posicionamento político e seu envolvimento em atividades de militância da esquerda, como sua participação na Juventude Comunista, o tornaram alvo de perseguição pela ditadura.

Já em 1970, os dois estiveram juntos na comissão responsável pela criação de um programa de pós-graduação em Psicologia Aplicada na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

## Referências

BROZEK, J; LÉON, R. Recentes desenvolvimentos na historiografia da psicologia no Brasil. In: BROZEK, J; MASSIMI, M (orgs). **Historiografia da psicologia moderna**: versão brasileira. São Paulo: Unimarco; Loyola, 1998. p. 223-228.

BROZEK, J. Brasileira: o final da década de 1980. In: BROZEK, J; MASSIMI, M (orgs). **Historiografia da psicologia moderna**: versão brasileira. São Paulo: Unimarco; Loyola, 1998. p. 229-235.

FERREIRA, A. A. L. Antônio Gomes Penna: estudante incondicional, cartógrafo e olheiro (ou como se contagiar com um desejo profuso). **Mnemosine**, v. 3, n. 1, p. 210-222, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41311>. Acesso em: 14 fev. 2023.

FERREIRA, A. A. L. & PENNA, M. M. S. (Orgs). **Antonio Gomes Penna: convivências, Histórias e Memórias**. Rio de Janeiro: Nau, 2015.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Antonio Gomes Penna: razão e história**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

FONSECA, Luiz Eduardo Prado. **Os (Des)caminhos da Psicologia no século XX: um estudo sobre a história do Instituto de Psicologia da UFRJ**. Tese de Doutorado (História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

GREGOL, E; DELMONDES, G. F. S; MIRANDA, R. L. Percorrendo a trajetória de um pioneiro. **Memorandum**, 31, p. 313-316, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/download/6443/4030/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

JACÓ-VILELA, A. M. Antonio Gomes Penna: psicologia, história e filosofia em uma trajetória dedicada ao ensino. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, [S. l.], v. 19, p. 239–248, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6570>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

KRÜGER, Helmuth. Contribuição de Antonio Gomes Penna para a História da Psicologia. In: GUEDES, Maria do Carmo (org.). **Historiografia e história da psicologia**. São Paulo: EDUC, 1998. p. 51-61.

KRÜGER, Helmuth. Antonio Gomes Penna. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 21 (1), p. 97–97, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/HKFRBdZ5ttKmdfDgxz6q8Wh/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PENNA, A. G. Entrevista Antonio Gomes Penna. **Estudos de Psicologia (Natal)**, 2 (1), 109-134, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/WFy7MLLFp6st9fXmT'ZF5YzM/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023

PENNA, A. G. Minha caminhada na psicologia. **Mnemosine**, v. 1, n. 0, p. 3-18, 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41332>. Acesso em: 13 fev. 2023.

# Lacan

*Alessandra Costa de Souza*

*Gabriel Siqueira Alves*

*Jessica de França Santana*

*Júlia Tavares Chabestian*

*Maria Clara Ribeiro Colli*

*Gunther Mafra Guimarães*

Jacques-Marie Émile Lacan, filho mais velho do casal Alfred Lacan e Émilie Baudry, nasceu em Paris no dia 13 de abril de 1901. Formou-se em medicina e concluiu sua especialização em psiquiatria no ano de 1931, atuando posteriormente como psiquiatra e psicanalista na capital francesa. Lacan dedicou seu trabalho a fazer uma releitura da obra de Freud, sendo responsável por uma reinterpretação de suas ideias, o que o tornou um dos nomes mais importantes da psicanálise. Faleceu em 9 de setembro de 1981, em Paris, vítima de um câncer no cólon.

## **Biografia**

### **1901 – 1932: infância, juventude e publicação da primeira tese**

#### *Infância e adolescência*

No dia 14 de abril de 1901, Jacques Marie Émile Lacan nasceu em uma família da alta burguesia de comerciantes de vinagre, sendo seus pais Alfred Lacan e Émilie Braudy. Além de Lacan, o casal também teve outros três filhos: Madeleine, Raymond e Marc-François. Sendo sua família muito religiosa, Jacques foi criado

segundo a tradição cristã, tendo inclusive o prenome “Marie” em homenagem à virgem Maria do catolicismo, prenome esse retirado por ele posteriormente.

A infância de Lacan foi marcada por uma necessidade de reconhecimento de sua posição como filho mais velho, expressa pela exigência de presentes e vantagens e por uma relação pouco amistosa com os avós paternos, em especial com seu avô Émile Lacan, visto que haviam conflitos entre este e seu pai, Alfred. Além disso, possuía uma relação muito paternal com Marc-François, seu irmão mais novo, apelidado de Marco.

Tendo estudado em uma instituição católica privada, o colégio Stanislas, Lacan teve uma formação extremamente clássica, centrada no cartesianismo cristão. A imagem atribuída a ele durante seus anos escolares, por seus professores e colegas, era de um aluno nutrido de certa arrogância, sem muito interesse pelas brincadeiras infantis. Quanto ao desempenho escolar, não era considerado um aluno excepcional na maioria das disciplinas, exceto em instrução religiosa em versões latinas, na qual tinha grande facilidade.

Em sua adolescência, Jacques inicia um rompimento com a tradição católica na qual foi criado, já que, nesse período, se interessa por obras de autores como Espinosa e Nietzsche, o que o abre para uma perspectiva além da ortodoxia religiosa que permeava sua família. Além disso, sua vida no colégio foi marcada por ausências frequentes nas aulas, acompanhadas de uma posição de pouco interesse que parecia partir do jovem Jacques.

### *Juventude: início na medicina até a primeira tese*

Após concluir seus estudos secundários no Stanislas, começa o curso de Medicina em 1919, iniciando-se na neurologia e posteriormente passando para a psiquiatria. A juventude de Lacan é marcada, para além de sua presença na medicina, pelo prosseguimento de seus interesses intelectuais da adolescência, como pelas vanguardas literárias e artísticas, em especial o surrealismo, com o qual teve o primeiro contato por meio da revista *Litterature*, nos anos 1920. Além disso, com seus 22 anos, ele conhece as teorias de Sigmund Freud e Charles Maurras. Ainda nesse período, começa a visitar uma célebre livraria de Paris, a de Adrienne Monnier, a qual se tornou um polo de leituras públicas com participação de célebres escritores.

Em relação à sua formação na medicina, de 1927 a 1931, Lacan estudou a clínica das doenças mentais e do encéfalo no hospital *Sainte-Anne*, considerado um centro do universo manicomial, além de ter estagiado na enfermaria especial da Chefatura de Polícia, onde atendia indivíduos considerados “perigosos”.

Em 1928, houve um caso de histeria, com o qual trabalhou em sua formação psiquiátrica, o “Abasia em uma traumatizada de guerra”. O caso tratava de uma mulher que teve sua casa destruída durante a Primeira Guerra e, após tal acontecimento, apresentou sintomas de histeria como resultado do trauma. Posteriormente, Lacan comenta esse caso como o que teria marcado sua transição da neurologia para a psiquiatria, já que era um caso que segundo ele, não apresentava quaisquer indícios neurológicos de organicidade.

Em 1930, Lacan toma conhecimento do texto *O asno podre* (original *L'âne pourri*) de Salvador Dalí, publicado na revista *Surréalisme au service de la Révolution* e, interessado pela tese do surrealista, chega a se encontrar com ele para discuti-la. Nesse texto, Dalí sustenta uma tese original sobre a paranoia, o que possibilitará a Lacan, envolvido também nesse período com a leitura de Freud, a efetuar uma síntese sobre a paranoia, unindo o conhecimento da clínica psiquiátrica com a doutrina freudiana e o segundo surrealismo, o que dará origem a sua tese de doutorado *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*, publicada em 1932.

Em 1931, Jacques tem contato com quem chamará de “Aimée”, cujo nome real era Marguerite Pantaine, uma mulher de 38 anos que tentou assassinar a atriz Huguette Duflos em abril do mesmo ano. Lacan se interessou pelo caso de Marguerite e a encontrou pela primeira vez em junho desse mesmo ano, chegando a fazer um primeiro relatório sobre ela, no qual afirmava que seu caso era de psicose paranoica, com um delírio recente que teria culminado na tentativa de homicídio e com interpretações agrupadas em torno de uma ideia de ameaça a seu filho. Após esse primeiro contato, “Aimée” se tornou paciente de Lacan por um ano, e ele se apropria da história dela para a construção de um caso, o “caso Aimée”, que se tornará o tema de uma monografia e utilizado para a formulação de sua tese de doutorado de 1932. É com esse caso que Lacan cunhou o conceito de “paranoia de autopunição”, criando a teoria de que ao atacar a atriz, na verdade, Marguerite desejava atacar a si mesma, o seu “ideal do Eu”.

Em 1932, é publicada sua tese de doutorado da faculdade de medicina *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*, na qual Lacan apresenta sua síntese sobre a paranoia, relacionando o conhecimento de sua experiência clínica psiquiátrica com a doutrina freudiana e o segundo surrealismo, utilizando-se do “caso Aimée” como objeto de estudo. Essa tese representa, ainda, um marco da passagem de Lacan da psiquiatria para a psicanálise, considerando as bases psicanalíticas utilizadas por ele na construção da tese. Esse trabalho não foi bem recebido na área da psiquiatria, entretanto, foi muito elogiado pelos intelectuais e pelos artistas surrealistas. Ainda nesse ano, Lacan começa a fazer análise com Rudolph Loewenstein, o que perdura por seis anos e meio, de junho de 1932 até dezembro de 1938, terminando devido a desavenças entre os dois.

### **1933 – 1953: caso irmãs Papin, primeiro seminário oficial e a ruptura com a Sociedade Psicanalítica de Paris**

Apesar das desavenças com Loewenstein, a intervenção de Édouard Pichon permitiu que Lacan entrasse, em 1934, para a Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), que até então ignorava seus trabalhos. Além disso, dois anos após o início de sua análise, ele casa com Marie-Louise Blondin (1906 – 1983), conhecida como Malou, e durante sua viagem de núpcias na Itália, apaixona-se pela cidade de Roma, assim como Freud. Logo no começo, o casamento foi insatisfatório, e não obstante, tiveram três filhos, Caroline (1937 – 1973), Thibault (1939) e Sibylle (1940 – 2013).

O ano de 1933 foi marcante para Jacques Lacan. Foi nesse contexto que realizou uma importante publicação, abordando o

delírio paranoico em seu artigo para a revista *Le Minotaure* sobre o caso das irmãs Papin. O crime, que ganhou destaque na França, ocorreu na cidade de Le Mans, onde duas domésticas assassinaram suas patroas. É nesse texto que Lacan reconheceu, em meio à selvageria, um caso de *folie à deux*, ou seja, delírio a dois, permeado por uma homossexualidade latente. Logo, Cristine e Lea Papin seriam culpadas de um crime paranoico.

Em 1936, ao frequentar seminários de Alexandre Kojève, o psicanalista entra em contato com a filosofia de Hegel. É assim que ele se envolve com a revista *Recherches Philosophiques* e participa das reuniões do *Collège de Sociologie*. Nesse mesmo ano, vai à Marienbad para o congresso da Associação Internacional de Psicanálise (IPA) e apresenta uma exposição sobre o estádio do espelho, no entanto, é cortado por Ernest Jones em apenas dez minutos de apresentação.

No ano seguinte, Lacan apaixona-se pela judia Sylvia Maklès-Bataille (1908 – 1993), esposa de Georges Bataille e, com o início da Segunda Guerra, realiza visitas a cada quinze dias na zona livre, ao passo que interrompe sua atividade pública mantendo apenas consultas com seus clientes particulares. Mesmo não aderindo a nenhum movimento de resistência, o psicanalista se mostra hostil a qualquer forma de anti-semitismo e ao regime de Vichy.

O divórcio com Malou chega em meio a gestação do terceiro filho do casal, Sibylle, após Lacan anunciar que Sylvia também esperava uma criança, Judith, que só pode usar o nome do pai em 1964, influenciando na elaboração do conceito de Nome-do-Pai. No mesmo ano do divórcio, 1941, ele se instala na rue de Lille número 5, onde permanece até sua morte, e em 1946 casa-se com Sylvia,

escondendo por muitos anos sua segunda família, pedido feito por Malou para preservar os filhos do casal.

Apenas no ano de 1950, Lacan inicia uma retomada às produções de Freud. Aliado às noções heideggerianas, questionou a concepção sobre a verdade e o ser; Pensando em Lévi-Strauss, apreende o simbólico e reinterpreta o complexo de Édipo; E com a linguística de Saussure, explora o inconsciente e o significante. É com base nesses estudos que dá início aos seus seminários, produzindo vinte e sete deles, e simultaneamente atua na SPP, atraindo o interesse de muitos alunos e sendo reconhecido como didata e clínico. O primeiro seminário oficial, dedicado aos escritos técnicos de Freud, foi realizado em 1952.

No ano seguinte, compra a Prévoté, uma casa de campo em Guitrancourt, onde além de realizar recepções ligadas à arte e ao teatro para seus amigos, também recebia pacientes aos domingos.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorre a primeira cisão francesa, resultado de tensões na SPP entre Sacha Nacht, aliado à ordem médica, e Daniel Lagache, com os universitários liberais. Criticado pela duração de suas sessões, que contradiziam o tempo padrão imposto pela IPA, Lacan se posiciona ao lado de Lagache e rompe com a SPP. Assim, Lacan e Lagache, junto de Dolto e Juliette Favez-Boutonier, fundam a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP) em 1953.

Foi em Roma que Lacan realizou seu primeiro congresso sobre *Função e campo da fala e da linguagem na psicanálise*, também conhecido como *Discurso de Roma*, apresentando suas ideias sobre a linguagem, o sujeito e o imaginário. Por 10 anos, realizou no Hospital Sainte-Anne, a convite de Jean Delay, o seminário que daria

origem à sua linha de pensamento: o lacanismo. Assim, o *Discurso de Roma* é escolhido para ser publicado na primeira edição da revista da SFP, a *La Psychanalyse*.

Ainda nessa época, como resultado da ruptura com a SPP, que fez com que Lacan e os outros fundadores da SFP deixassem de ser filiados à IPA, inicia-se as negociações com o comitê executivo. Por fim, Lacan tem o direito de se formar didata negado, justificado em razão de sua transgressão às regras, ou seja, o tempo de suas sessões.

### **1957 – 1966: da conferência na Sorbonne até a publicação dos Escritos**

Em 1957, Lacan realiza a conferência *Instância da letra no inconsciente ou a razão depois de Freud*. Considerada um marco, esse evento foi responsável por introduzir ideias sobre língua, linguagem e fala na faculdade de Sorbonne. Em maio de 1958, realizou mais uma conferência, desta vez no Instituto Max-Planck de Munique, sobre a *Significação do Falo*. Ainda no mesmo ano, fez uma comunicação no Colóquio de Royaumont sobre *A direção do tratamento e os princípios do seu poder*.

O ano de 1963 foi marcado pela segunda cisão no movimento psicanalítico da França, após Lacan e Françoise Dolto serem impedidos pelo comitê da IPA de exercerem suas funções de psicanalistas didatas, atitude essa que Lacan chamou de excomunhão.

Seguindo este padrão, em junho de 1964, após a dissolução da SFP, Lacan fundou a Escola Freudiana de Paris (EFP), a qual é

considerada a primeira instituição a estudar Freud conforme os princípios da academia tradicional. Ademais, no mesmo ano realizou o seminário sobre *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, na École Pratique des Hautes Études.

O livro *Escritos (Écrits)*, que consiste em um compilado dos seus textos e conferências desde 1936, foi publicado em 1966. A obra, de suma importância para a divulgação de suas ideias, apresenta 34 textos relacionados à *Teoria do espelho do estágio*, à *Carta Roubada*, à *Função e ao campo da fala e da linguagem*, dentre outros que contribuíram para a psicanálise contemporânea. Dessa forma, a primeira edição do exemplar foi vendida rapidamente na França. O livro de 937 páginas foi traduzido para o Brasil em 1988 por Vera Ribeiro.

### **1967 – 1981: Lacan na Itália até sua morte**

Em 1967, Lacan participa de conferências na Universidade de Roma e no Instituto Francês, e em outubro do mesmo ano, apresenta e propõe um novo dispositivo, a *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*, em que dizia: “O psicanalista só se autoriza de si mesmo. [...] Isso não impede que a Escola garanta que um analista depende de sua formação” (LACAN, 2003, p. 248). Essa proposição visava a substituição da análise didática, adotada pela IPA, para fornecer uma visão analógica de organização do universo profissional psicanalítico.

Lacan funda a revista *Scilicet* dentro da coleção do *Champ Freudien* em março de 1968, introduzindo-a como revista da EFP, visando publicar textos de sua autoria e dos membros de sua escola,

além de diferenciar quatro modalidades teóricas de articulação entre o sujeito, seu desejo e a relação com a verdade (o discurso do senhor, do universitário e o analítico, relacionados às tarefas de governar, educar e psicanalisar, e o da histérica, correspondente a amar e se fazer amar, todos sendo tarefas impossíveis).

No ano de 1969, houve a aplicação do "passe", que seria tanto o momento em que o psicanalista, em sua análise, vira analista quando desejar, quanto o mecanismo institucional e corporativo inventado para aferir essa passagem. No entanto, nem todos os membros da escola aceitaram a proposta, ocasionando a terceira cisão no movimento psicanalítico da França, feita por um grupo de dissidentes que fundaram o Quarto Grupo. No mês de março, Lacan recebe uma carta do diretor da École Normale Supérieure (ENS) comunicando que a sala Dussane não seria mais fornecida para a realização dos seus seminários. A partir de 26 de novembro, passa a realizá-los quinzenalmente em um anfiteatro da faculdade de direito, em frente ao *Pantheon*, que a partir daí, começa a integrar as atividades da École Pratique des Hautes Études.

Lacan retorna à Itália em 1974, por ocasião do Congresso da Escola Freudiana, em Roma. Ocorre a inauguração do ensino do Campo Freudiano no departamento de psicanálise criado por Serge Leclair, e Jacques-Alain Miller é escolhido por Lacan como coordenador desse ensino. A partir desse ano, o ensino de Lacan apoia-se principalmente em sua própria teoria, para defini-la melhor.

Em 1975, Lacan participa do simpósio sobre estruturalismo na Universidade de Baltimore, EUA, dizendo ser psicótico, acrescentando ainda, ser um fato de vigor. Retorna ao país no ano seguinte, para realizar uma série de conferências nas universidades

da Costa Leste, onde é questionado por psicanalistas norte-americanos sobre querer matematizar tudo. Sua resposta é negativa, pois se trata apenas de introduzir algumas fórmulas seguras para o trabalho dos psicanalistas e para a troca teórica entre eles.

Em janeiro de 1980, período que se destaca pela ênfase dada ao registro do Real e pelo fim dos esforços de Lacan sobre a EFP, houve a dissolução dessa instituição e a fundação da Escola da Causa Freudiana (ECF). Em julho, Lacan vai a Caracas, na Venezuela, para participar do Congresso da Fundação do Campo Freudiano, do qual é presidente. Em 13 de novembro, escreve seu testamento, escolhendo Judith como herdeira e tornando Jacques-Alain Miller (seu genro) o responsável legal por suas obras publicadas e inéditas.

Assim, pouco antes de morrer, Lacan sugere aos analistas que se mantenham fiéis a princípios e não a pessoas, que se juntem e se separem periodicamente, colocando os supostos políticos sempre em questão, de forma a evitar que as hierarquias se eternizem em seus cargos.

No dia 12 de agosto de 1981, Lacan é internado na Clínica *Hartmann de Neuilly*, em Paris, e em estado preocupante de retirada de um tumor maligno, é submetido a uma operação que resulta numa infecção generalizada que agrava o seu caso. Através de uma dose letal de morfina e pelo câncer de cólon, Jacques Lacan morre com 80 anos nesta mesma clínica que fora internado, tendo como sua última frase em seu leito de morte os seguintes dizeres: “Sou obstinado. Eu desapareço”.

## Contribuições

O trabalho de Jacques Lacan representou para a psicanálise um grande marco. Ao retirar o estudo de Freud das fundamentações biológicas, estruturando-o em torno de bases filosóficas que dialogavam com o campo da linguagem, ele permite uma retomada ao autor austríaco. Assim, Lacan retorna à Freud e é frequentemente apontado como o principal mestre da psicanálise francesa. É nesse ínterim que o psicanalista reinterpreta os conceitos freudianos, fundamentando o inconsciente na linguagem, e acrescentando conceitos próprios, como o simbólico, o imaginário e o real.

Mais do que realizar o diálogo entre a psicanálise e outras disciplinas contemporâneas, Lacan contribuiu para a fundação da Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP), e futuramente, após sua dissolução, funda a Escola Freudiana de Paris (EFP). Foi na EFP que o psicanalista introduziu o "passe", um procedimento adotado na análise didática. O dispositivo garantiria ao analisado um poder de decisão, ou seja, ele poderia recorrer à autoavaliação.

Além das influências da filosofia e da linguística, Lacan também se utilizou da matemática, com a construção de "matemas", os quais transmitem conceitos da psicanálise se utilizando de uma lógica matemática. É assim que se desenvolve a álgebra lacaniana, com símbolos como  $\$$ ,  $a$ ,  $S1$  e  $S2$ , que se articulam em fórmulas dos quatro discursos, do sintoma e da fantasia.

Apesar de não ser diretamente responsável por isso, Lacan influenciou o desenvolvimento do lacanismo. O lacanismo foi uma corrente criada pelos seguidores de Lacan, surgindo entre 1953 e 1963 na França com a institucionalização de sua obra na EFP. Foi

assim que os estudos do psicanalista sobre Freud contribuíram para o desenvolvimento de um novo sistema de pensamento, que em 1970 é incorporado como método clínico, sendo exportado para outros países como a Argentina e o Brasil.

## **Críticas**

Uma das principais críticas à teoria lacaniana está presente nas ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari em sua obra *O anti-Édipo*, já que ela se apresenta como uma espécie de resposta à psicanálise. Embora não a negue, as concepções de Deleuze e Guattari questionam suas limitações, especialmente no que se refere aos conceitos de inconsciente e desejo.

Nesse sentido, as respostas de Deleuze e Guattari aos simpatizantes de Lacan não podem ser resumidas em apenas oposição, pois, em sua obra, há lacanianos avaliados positivamente a depender do contexto, sendo a principal oposição no que se refere à teoria do desejo e do inconsciente. (DUTRA; COUTO, 2018)

Além disso, há críticas de outras áreas, como das ciências matemáticas, tais quais as estabelecidas por Alan Sokal e Jean Bricmont na obra *‘Imposturas Intelectuais’*. Os autores afirmam que Lacan teria usado equivocadamente o conceito de número irracional, tendo confundido-o com imaginário na topologia utilizada em sua teoria (DA SILVA, 2004). À essa crítica matemática, muitos simpatizantes do lacanismo respondem que seus detratores não compreendem adequadamente os conceitos que criticam (Cf. GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2006).

Por fim, constata-se que a relação de corpo e linguagem proposta pela psicanálise lacaniana, é amplamente criticada. Vários autores, como Joel Birman, afirmam que o destaque dado à linguagem apagara as particularidades do sujeito, prevalecendo um formalismo lógico. Segundo esse autor, por mais que Lacan não tivesse como objetivo excluir o corpo de seu esquema, fica evidente que em determinado momento de sua elaboração o simbólico foi priorizado. Como resposta às críticas relacionadas a essa questão, o psicanalista Jacques Miller afirma que, em um primeiro momento, o corpóreo e a libido são colocados como imaginários, contudo, no decorrer da teoria lacaniana, tal colocação torna-se insustentável, já que é necessária uma satisfação que vise o indivíduo. Dessa forma, o corpo seria gradualmente integrado.

### **Cronologia Biográfica**

1901: nascimento de Jacques Lacan no dia 13 de abril, em Paris, França.

1919: começa a estudar medicina.

1920: início do seu interesse pelas vanguardas artísticas e literárias, principalmente o Surrealismo.

1927: entrou na residência do hospital *Sainte-Anne*, dando início aos seus estudos na clínica das doenças mentais e do encéfalo.

1931: Caso Aimée.

1932: publicação da sua tese de doutorado da faculdade de medicina, “Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade”.

1933: publicação do seu artigo sobre o caso das irmãs Papin para a revista *Le Minotaure*. 1934: ingresso na Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP).

1936: participa do Congresso da Associação Internacional de Psicanálise (IPA) e discursa sobre o estádio do espelho.

1950: início do projeto de retorno aos textos freudianos.

1952: Primeiro seminário oficial, dedicado aos escritos técnicos de Freud.

1953: ruptura com a SPP e fundação da Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP) por Lagache e Lacan, com Françoise Dolto e Juliette Favez-Boutonier.

1957: conferência na Sorbonne, intitulada *Instância da letra no inconsciente ou a razão depois de Freud*.

1964: inauguração da Escola Freudiana de Paris (EFP).

1966: lançamento do livro *Escritos*.

1968: criação da revista *Scilicet*.

1980: dissolução da Escola Freudiana de Paris.

1981: 9 de setembro, Lacan falece devido a um câncer no cólon.

### **Discípulos, Seguidores e Quem Influenciou**

Desde sua época como membro da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), Jacques Lacan atraiu muitos seguidores, alunos que desejavam se desvincular do freudismo acadêmico e movidos por sua originalidade. Um exemplo da grande proporção tomada pela idolatria de seus seguidores foi o surgimento de uma hagiografia, ou seja, surge em torno de sua figura um dogmatismo ligado não apenas a sua teoria, como também a sua vida. Esse processo foi uma consequência direta do reconhecimento do lacanismo como escola de pensamento.

De fato, a influência de Lacan possibilitou o desenvolvimento de uma nova corrente da psicanálise, pois apesar de se reconhecer como parte da doutrina de Freud, ela se distingue na reinterpretação dessas ideias e desenvolvimento de novos conceitos. Além disso, é a partir do lacanismo que surgem diversos grupos, tendências e escolas. Mesmo que o destaque se dê na França, onde na década de 1990, surgem cinquenta grupos e escolas ligados ao lacanismo, a corrente teve influência direta na produção psicológica da Argentina e do Brasil.

Ademais, destaca-se o papel de Jacques-Alain Miller como disseminador do lacanismo e seu principal discípulo. Miller, que se

casa com Judith Lacan em 1966, foi seu executor testamentário, redator de seus seminários e responsável por iniciar uma corrente neolacanianana na Escola Freudiana de Paris (EFP) em 1975. O genro de Lacan é também o detentor dos direitos de publicação e transcrição dos seminários do psicanalista, tornando-se em 1974 responsável pelo ensino do Campo Freudiano na Universidade de Paris-VII, no departamento de psicanálise.

Por fim, além dos inúmeros filósofos que leram e comentaram a obra lacanianana, destaca-se entre eles Michel Foucault (1926 – 1984) e Gilles Deleuze (1925 – 1995). Apesar da relação controversa que Foucault mantinha com a psicanálise, estabeleceu com Lacan um objetivo de pesquisa em comum. Foi no trabalho do psicanalista que ele se inspirou para a compreensão da relação entre o sujeito e o saber, relação que ambos consideravam não natural. Assim, além da busca pelo sujeito do conhecimento, foi influenciado por Lacan que o filósofo iniciou seus estudos sobre o inconsciente.

Enquanto para Deleuze, seu pensamento se articula com o de Lacan ao apontar a relação entre linguagem, corpo e o acontecimento. A concepção do filósofo de corpo sem órgãos se relaciona diretamente com o “corpo saco” lacanianano, no qual a linguagem constitui o corpo, sendo através disso que ambos se opõem à instrumentalização do corpo. Além disso, a clínica de Lacan contribui para o desenvolvimento do conceito de *Évènement* de Deleuze.

## Relação com outros personagens e teorias

### Baruch Espinosa

A partir das leituras da *Ética* de Espinosa, Lacan irá conceber a personalidade numa totalidade entre corpo, alma e o social, como justificativa para sua nova proposta metodológica. Dentre os temas do filósofo, Lacan teve maior interesse pelo da mente e da razão, concluindo que mente e corpo não se distinguem, e fazem parte da alma que se relaciona com outras almas. A filosofia de Espinosa, para ele, era a única doutrina suscetível de justificar uma ciência da personalidade. A noção espinosana servia-lhe para combater uma outra concepção do paralelismo imposta na França sobre a inteligência, ao longo da grande saga da hereditariedade-degenerescência. Espinosa propunha a ideia de que só há realmente paralelismo se houver, não correspondência entre corpos e processos somáticos, mas união entre o mental e o físico, numa relação de tradução.

### Salvador Dalí e o surrealismo

Outra de suas referências intelectuais foi Salvador Dalí, do qual foi amigo até seus últimos anos de vida. Para Lacan, o mundo mental dos humanos se constrói segundo um conhecimento paranoico, o qual, para Dalí, resultava no mecanismo paranoico como a força e o poder ativo que dá sustentação à personalidade. O artigo *O asno podre* de Dalí, no qual este aborda sua concepção de paranoia, foi uma das inspirações para que Lacan efetuasse sua

própria síntese sobre a paranoia em sua tese de 1932, *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*.

No entanto, Lacan também teve contato com vários outros surrealistas, como é citado nos Escritos, sendo eles: Bréton, Crevel, Leiris, Queneau e Prévert, aproximando-se de suas ideias sobre sonhos, loucura e inconsciente.

A princípio, foram registradas duas citações sobre o surrealismo por Lacan, uma delas quando mencionou a “psicastenia lendária” de Roger Caillois, que eleva o mimetismo morfológico. Em resumo, ao invés do mimetismo ser uma defesa adaptativa do indivíduo, ele é uma forma do indivíduo transformar-se no próprio ambiente, se relacionando assim, com o conceito do eu com a realidade Lacaniano, que a insatisfação surrealista – também citada por ele – denuncia no processo de maturação do sujeito. Sua proposta era a elaboração da linguagem, a caracterizando como uma base ao caminho teórico linguístico, expondo a relação de afastamento e de aproximação, além da importância para a sua lógica psicanalítica.

## **Sigmund Freud**

Lacan foi o principal responsável pelo retorno da psicanálise pelas fontes deixadas por Freud após o Congresso de Roma, realizando a reformulação de suas ideias ao apontar a influência no ambiente contemporâneo da psicanálise, e pela não aceitação da deturpação do legado freudiano, redescobrimdo a “verdadeira psicanálise”. Lacan reflete sobre as questões epistemológicas de sua teoria do inconsciente, que se revela como indissociável da

linguagem e que tem uma sintaxe verbalógica, que também é estruturada pela linguagem (elemento fundamental que constitui e organiza os sujeitos) sobre o analista, que deve direcionar o tratamento; o desejo (que dá a oportunidade ao analisado de reconhecê-lo e dá-lo um sentido e destino) e por último, a ideia sobre a sobredeterminação psíquica (hipótese de que os efeitos sempre têm causas) que é mostrada em atuação pela análise.

### **Gaëtan Gatian de Clérambault**

Antecessor e o único mestre de Lacan em psiquiatria, Clérambault, com seu automatismo mental e sua ideologia mecanicista de metáfora, apresenta a construção de uma análise estrutural bem elaborada com relação à clínica psiquiátrica francesa, que, dessa forma, o influenciou a seguir a teoria freudiana. Em virtude disso, Lacan propõe uma metodologia específica e diferente de seu mestre, baseada na metodologia monista de Espinosa com a missão de analisar a personalidade, compreender as afecções e fixar o descentramento do eu em detrimento do domínio da alma.

### **Melanie Klein**

Lacan foi um dos promotores dos ideais kleinianos na França, com o caso do pequeno Dick, e chamava Melanie Klein de “Tripeira genial”, embora ela nunca o tenha mencionado. Para ele, a análise de crianças levou Melanie Klein a uma teorização empirista, sendo sua formalização baseada na atribuição de um valor absoluto de verdade à vivência concreta, e na interpretação exaustiva da transferência como objetivo da análise.

Diferindo na maneira de entender a clínica, Lacan e Klein, que são frequentemente comparados em conjunto com Freud, tiveram perspectivas, elaborações e conclusões próprias a respeito do inconsciente freudiano, porém, pelo fato dela não ter se dedicado a ação e ao campo da palavra, não há uma reflexão acerca da eficácia da linguagem, o que para Lacan, era questão fundamental na definição da clínica analítica.

### **Jean-Paul Sartre e o existencialismo**

Lacan e Sartre se encontraram pela primeira vez na primavera de 1944, no apartamento de Michel Leiris, para uma leitura pública de uma peça de Picasso e se tornaram amigos pessoais.

Pela recusa de Sartre à psicanálise "empírica" de Freud em prol de uma psicanálise existencial, Lacan tinha opiniões e críticas sobre o existencialismo de Sartre, pois tentava integrar uma filosofia não subjetiva do sujeito, ou, como ele dizia, uma "indeterminação existencial do 'je'". Para ele, somente o pertencimento funda a relação do sujeito com os seus semelhantes e também somente a virtude lógica leva o homem à verdade, pela aceitação do outro através do processo de reconhecimento e do desconhecimento. Ademais, dizia que a corrente filosófica adotada por Sartre se encontrava em impasses subjetivos, sendo uma versão atualizada do cartesianismo, como um racionalismo "trágico".

## **Henri Wallon e o estágio do espelho**

A noção de “estádio do espelho” apresentada por Lacan tem sua origem em Henri Wallon, que já havia formulado a ideia de “prova do espelho”. Porém, como para Wallon a “prova do espelho” é um momento de dialética natural vinda de uma concepção genética do desenvolvimento do psiquismo, esse estágio demonstra o crítico e o revelador no sujeito, da travessia da constituição do outro como outro e, por conseguinte, da diferenciação entre o eu e o outro. Já na concepção lacaniana, na matriz do ideal da estrutura do eu, o eu seria um “outro”.

## **Jacques-Alain Miller**

Jacques-Alain Miller se casou com a filha de Lacan, Judith Lacan, e tornou-se o herdeiro dos direitos de transcrição e de publicação dos seminários do psicanalista após a sua morte. Em 1974, Lacan passa a Miller a coordenação do Campo Freudiano no departamento de psicanálise, na Universidade de Paris VIII.

Tratando-se da interpretação milleriana da obra de Lacan, Miller é tido como o único a ir mais a fundo na representação "estruturalista" lacaniana, e a considerava de fato lacaniana, e não mais freudiana. Os conceitos deixados por Lacan foram, a partir desse momento, classificados, rotulados, ordenados e livres de sua multiplicidade de significação. Foi através da teorização de Miller que se tornou possível a disseminação da obra de Lacan como uma obra coerente e rigorosa.

## Fenomenologia

A fenomenologia foi uma proposta alternativa para se debater frente ao racionalismo científico instaurado na época, e Lacan descobriu a fenomenologia hegeliana por meio dos artigos de Koyré, além de outras fontes, sendo possível notar tal influência no artigo dedicado às irmãs Papin. Para Lacan, a fenomenologia mostra que o fenômeno já está estruturado pelas relações que constituem o registro simbólico, e inclui o sujeito no fenômeno, mas não unificado, nem objetivo, mas dividido e determinado pela linguagem.

## Referências

BARROSO, Adriane de Freitas. Sobre a concepção de sujeito em Freud e Lacan. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v.1, n.36, p.149-159, jun. 2012.

CAMARGO, Luis Francisco Espíndola; AGUIAR, Fernando. Foucault e Lacan: O sujeito, o saber e a verdade. **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 21, n. 29, p. 531-544, jul./dez. 2009

CESAROTTO, Oscar; LETTE, Márcio Peter de Souza. **Jacques Lacan: uma biografia intelectual**. São Paulo: Iluminuras, 2000

CUKIERT, Michele. Considerações sobre corpo e linguagem na clínica e na teoria lacaniana. **Psicologia USP**, São Paulo, v.15, n.1/2, p. 225-241, jun. 2004

DUNKER, Christian. Lacan: uma linguagem para o real. **Youtube**, 5 ago. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/AbHNb1C8znM>. Acesso em: 18 abr. 2022.

DUTRA, Wagner Honorato; COUTO, Luís Flávio Silva. Considerações acerca das críticas endereçadas ao lacanismo em “O Anti-Édipo”. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 23, n.2, p.93-103, abr. 2018.

FERREIRA, Saulo Durso. Estádio do espelho - Curso Lacan do Zero: Aula 1. **Youtube**, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/Yg3RWu0UljE>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FERREIRA, Saulo Durso. Linguagem e Alteridade - Curso Lacan do Zero: Aula 2. **Youtube**, 1 nov. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/Nq92oD9QoFY>. Acesso em: 25 abr. 2022.

GLYNOS, Jason; STAVRAKAKIS, Yannis. Posturas e imposturas: o estilo de Lacan e sua utilização da matemática. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p.111-130, dez. 2001.

GONÇALVES, Gesianni Amaral; RIBEIRO, Alexandre Simões. O corpo em Lacan e em Deleuze: um diálogo possível? **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 24, n.2, p.12-20, maio/ago. 2021

LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola. In: \_\_\_\_\_. **Outros escritos**. Tradução de

Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 248-264. (Campo Freudiano no Brasil)

JORGE, Marco Antonio Coutinho; FERREIRA; Nadiá Paulo. **Lacan, o grande freudiano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

LEITÃO, Igor Brum; MENDES, Flávio Martins de Souza. De que se trata ser freudiano pela psicanálise lacaniana? Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise em Freud e Lacan. **Estilos clín.**, São Paulo , v. 23, n. 2, p. 381-405, ago. 2018 .

NASIO, J-D. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto e Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

PORTILHO, Juliana Labatut. **Lacan e o surrealismo: inspirações para um conceito de objeto**. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PRADO, Luiz. Como Lacan renovou a psicanálise e a aproximou das ciências humanas. **Jornal da USP**, 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/como-lacan-renovou-a-psicanalise-e-a-aproximou-das-ciencias-humanas/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Jacques Lacan**: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SILVA, Jairo José da. Imposturas intelectuais: algumas reflexões. **Nat. hum.**, São Paulo, v. 6, n.1, p.87-99, jun.2004.

**Artigo original**

# Vida, Obras e Ideias de Wilhelm Maximilian Wundt

*André Elias Morelli Ribeiro*

## **Advertências e considerações iniciais**

Este texto foi escrito com auxílio da inteligência artificial ChatGPT (versão 3.5 de janeiro de 2023) e, conforme seus próprios desenvolvedores insistentemente advertem, suas respostas podem conter muitos erros e imprecisões.

O objetivo deste material é auxiliar no debate do uso da inteligência artificial na educação, principalmente no ensino superior.

O processo de criação e desenvolvimento deste texto, bem como análises sobre suas limitações e problemas, serão alvo de texto específico, mas pode-se antecipar alguns elementos deste processo. Em primeiro lugar, os comandos – ou *prompts* – utilizados informaram a ferramenta dos propósitos do texto, incluindo o tipo de linguagem a ser empregado. Em segundo lugar, utilizou-se um capítulo de livro já publicado sobre Wundt como guia para a criação das perguntas que foram feitas ao ChatGPT. São as respostas a estas perguntas que podem ser lidas no texto abaixo.

A grande parte do texto foi escrita por inteligência artificial, com o autor se limitando a fazer pequenas correções em nome da coesão e coerência ou para manter os padrões gráficos do Boletim do Portal História da Psicologia 2. Nos pontos em que a argumentação do texto utilizado como base tomava direções diferentes daquelas indicadas pela ferramenta eletrônica, a segunda

orientação foi escolhida. Alerta-se que nenhuma informação disposta no material a seguir foi conferida ou ajustada, de modo que elas podem conter vários erros.

Diante disso, pede-se aos leitores uma leitura cuidadosa e crítica deste conteúdo, e que enviem suas considerações, reflexões, críticas e apontamentos para o autor.

### **Elementos Biográficos Iniciais**

Wilhelm Wundt nasceu em 16 de agosto de 1832, em Neckarau, uma pequena aldeia na região de Baden, na Alemanha. Ele foi o filho mais velho de um advogado e começou sua educação formal em uma escola secundária local. Em 1851, ele ingressou na Universidade de Tübingen, onde estudou medicina e filosofia. Durante sua formação acadêmica, Wundt foi influenciado por filósofos como Johann Gottlieb Fichte e Georg Wilhelm Friedrich Hegel, e pelo médico e fisiologista Ernst Heinrich Weber.

Em 1856, Wundt concluiu sua formação médica e se tornou assistente no laboratório de anatomia do professor Franz Carl Müller, em Heidelberg. Neste período, ele começou a se interessar pela fisiologia do sistema nervoso e escreveu sua tese de doutorado sobre o assunto. Em 1860, ele se tornou professor assistente de fisiologia na mesma Universidade, onde ficou por três anos antes de se mudar para a Universidade de Zurique. Lá, ele foi professor de fisiologia e ciências naturais por seis anos antes de se mudar novamente para a Universidade de Heidelberg, onde trabalhou como professor de fisiologia até 1875.

Durante sua carreira como professor de fisiologia, Wundt desenvolveu uma forte paixão pelo estudo da mente humana e começou a estudar psicologia experimental. Em 1875, ele deixou a Universidade de Heidelberg e se mudou para a Universidade de Leipzig, onde se tornou o primeiro professor de psicologia do mundo. Ele fundou um laboratório de psicologia experimental, primeiro de seu gênero, e o utilizou para realizar pesquisas sobre diversos tópicos, incluindo a percepção, a consciência e a atenção.

Durante sua carreira na Universidade de Leipzig, Wundt também foi mentor de muitos estudantes e pesquisadores que se tornariam líderes importantes na psicologia. Alguns de seus alunos mais famosos incluem Edward Bradford Titchener, James McKeen Cattell, e Hugo Münsterberg. Além disso, Wundt publicou vários livros importantes sobre psicologia, incluindo *Princípios de Psicologia Fisiológica* (1873) e *Introdução à Psicologia* (1896).

## **Antecedentes**

### **Importância das ideias de Kant**

Immanuel Kant é considerado um dos filósofos mais importantes da história e suas ideias tiveram um impacto significativo na psicologia de Wilhelm Wundt. Durante sua formação acadêmica, Wundt foi exposto às obras de Kant e ficou particularmente interessado em sua filosofia da mente e da consciência.

A obra mais importante de Kant para a psicologia de Wundt é sua *Crítica da Razão Pura*, publicada em 1781. Neste livro, Kant argumenta que a mente humana possui estruturas inerentes,

conhecidas como *categories* (categorias) e *schemata* (esquemas), que organizam e interpretam a informação sensorial que recebemos. Wundt utilizou essa ideia de estruturas mentais pré-estabelecidas como base para sua teoria da percepção, argumentando que a mente humana organiza automaticamente a informação sensorial que recebe através de processos cognitivos.

Para Immanuel Kant, as "categorias" são as estruturas mentais básicas que a mente usa para organizar e interpretar a informação sensorial que recebemos. Ele argumenta que existem 12 categorias fundamentais, divididas em três classes: qualidades, relações e modos.

As primeiras categorias são as qualidades, que incluem coisas como substância, quantidade e qualidade. Por exemplo, uma pessoa pode usar a categoria de "substância" para entender que um objeto é uma coisa sólida e separada dos outros objetos. A categoria de "quantidade" é usada para entender a grandeza ou extensão de um objeto, como por exemplo se é grande ou pequeno. A categoria de qualidade é usada para entender as características mais gerais de um objeto, como por exemplo se é bonito ou feio.

A segunda classe de categorias é relações, que incluem coisas como causa e efeito, simetria e desigualdade. Por exemplo, uma pessoa pode usar a categoria de "causa e efeito" para entender como uma coisa leva à outra. A categoria de "simetria" é usada para entender se objetos tem características semelhantes ou diferentes. A categoria de "desigualdade" é usada para entender se objetos são similares ou diferentes.

Por fim, as terceiras categorias são os modos, que incluem coisas como possibilidade, existência e negação. Por exemplo, a

categoria de "possibilidade" é usada para entender se algo é possível ou impossível. A categoria de "existência" é usada para entender se algo realmente existe. A categoria de "negação" é usada para entender se algo é negado ou afirmado.

Em resumo, para Kant as categorias são estruturas mentais básicas que a mente usa para organizar e interpretar a informação sensorial, são divididas em três classes: qualidades, relações e modos. Cada classe possui um conjunto de categorias, que permitem a mente entender a realidade de forma aprofundada e organizada.

O conceito kantiano de "categoria" teve uma importância crucial na psicologia de Wilhelm Wundt. Ele viu essas estruturas mentais pré-estabelecidas como fundamentais para a compreensão da percepção humana e como a mente organiza a informação sensorial.

Wundt usou a ideia de categorias kantianas como base para sua teoria da percepção, argumentando que a mente organiza automaticamente a informação sensorial que recebe através de processos cognitivos. Ele afirmou que essas estruturas mentais pré-estabelecidas são necessárias para dar sentido às sensações e para dar sentido à realidade. Isso é semelhante ao entendimento de Kant, para quem as categorias organizam e interpretam a informação sensorial.

Além disso, Wundt usou as categorias kantianas para desenvolver sua teoria da consciência, afirmando que a mente une vários estímulos sensoriais através de processos de integração cognitiva para formar uma experiência coerente e significativa, similar à noção de "apercepção" de Kant.

Wundt também usou a distinção kantiana entre mente e mundo externo como base para sua compreensão da psicologia como disciplina científica, argumentando que a psicologia é a ciência da mente, e assim deve se concentrar no estudo subjetivo como objeto, esse é um ponto importante, pois ele defendeu que a mente é ativa e não passiva.

Para Immanuel Kant, os "esquemas" são mecanismos mentais que se relacionam com as categorias e servem para unificar as representações mentais das coisas. Eles permitem ao espírito representar coisas no tempo e espaço, dando assim aos conceitos uma configuração tridimensional. Essa noção foi desenvolvida por ele em sua *Critique of judgment* (Crítica do Juízo), publicada em 1790.

Kant argumenta que os esquemas são necessários para que possamos ter uma representação temporal e espacial das coisas. Por exemplo, um esquema temporal é necessário para que possamos ter uma representação de um evento como acontecendo antes ou depois de outro evento. De forma semelhante, um esquema espacial é necessário para que possamos representar um objeto como estando à esquerda ou à direita de outro objeto.

Os esquemas também servem para unificar as representações mentais das coisas, permitindo que possamos relacionar diferentes representações de uma coisa em nossa mente. Por exemplo, se você tem uma representação mental de um cachorro como sendo um animal com quatro patas, pelos e latindo, e depois vê um cachorro deitado, um esquema mental é necessário para relacionar as duas representações mentais e reconhecer que ambas são representações de um cachorro.

Em resumo, para Kant, os esquemas são mecanismos mentais relacionados com as categorias, que permitem à mente unificar e dar sentido às representações mentais das coisas. Eles são fundamentais para a compreensão da representação temporal e espacial e para unificar as representações mentais das coisas. Essa noção foi desenvolvida por ele na *Critique of judgment* e é importante para entendermos como nossa mente organiza e dá sentido as coisas.

A noção kantiana de "esquema" foi importante para a psicologia de Wilhelm Wundt, especialmente em sua teoria da percepção. Wundt argumentou que os esquemas são mecanismos mentais que permitem à mente organizar a informação sensorial e dar sentido às coisas. Ele viu os esquemas como sendo complementares às categorias kantianas e os usou para desenvolver sua teoria da percepção.

Wundt argumentou que os esquemas mentais são responsáveis por unificar a representação temporal e espacial da informação sensorial e, assim, permitem que a mente dê sentido à realidade. Ele afirmou que os esquemas mentais são necessários para que a mente possa relacionar diferentes representações sensoriais de uma coisa e reconhecê-las como sendo a mesma coisa. Ele argumentou que esse é o mecanismo fundamental da percepção, e sem ele, a mente não poderia dar sentido à realidade.

Além disso, Wundt argumentou que os esquemas mentais também são fundamentais para o processamento das informações e para o surgimento de conceitos, pois eles permitem a unificação de representações mentais de uma mesma coisa, formando conceitos

Outra ideia importante de Kant que influenciou Wundt foi sua noção de *apperception* (appercepção). Kant argumenta que a consciência é a capacidade da mente de unir vários estímulos sensoriais em uma experiência coerente e significativa. Wundt utilizou esta ideia como base para sua teoria da consciência, argumentando que a consciência é o resultado da "appercepção" [sic]<sup>1</sup> (ou integração) de vários estímulos sensoriais.

Para Immanuel Kant, *apperception* é o processo pelo qual a mente unifica diferentes estímulos sensoriais em uma experiência coerente e significativa. Ele descreveu essa ideia em sua *Critique of pure reason* (Crítica da Razão Pura), publicada em 1781, como sendo a base da consciência humana.

Kant argumenta que a consciência é a capacidade da mente de reconhecer a si mesma como sendo responsável por unir diferentes estímulos sensoriais. Ele argumenta que, sem a *apperception*, a mente seria uma série de estímulos sensoriais desconectados e sem sentido. A *apperception* permite à mente unir esses estímulos em uma experiência coerente e significativa, dando sentido à realidade.

Kant argumenta ainda que a *apperception* é uma função autônoma da mente, e não depende de nenhuma experiência anterior, isso significa que ela é ativa e prévia, e não passiva ou derivada. Ele defende que a *apperception* é a base da consciência e é a condição necessária para a existência de qualquer experiência.

---

<sup>1</sup> A grafia desta palavra foi mantida conforme as respostas do ChatGPT, seja em inglês ou nessa versão aporuguesada da palavra.

Em resumo, para Kant, *apperception* é o processo pelo qual a mente unifica diferentes estímulos sensoriais em uma experiência coerente e significativa, ele argumenta que essa é a base da consciência humana e é uma função autônoma e prévia da mente, e não depende de nenhuma experiência anterior.

A importância do conceito kantiano de "appercepção" para Wilhelm Wundt está em sua teoria da consciência. Wundt viu a "appercepção" como sendo a base da consciência humana e usou essa ideia como base para desenvolver sua teoria. Ele argumentou que a consciência é o resultado da integração de vários estímulos sensoriais e que a "apercepção" é a capacidade da mente de unir esses estímulos de forma coerente e significativa, dando sentido à realidade. Ele entende que essa capacidade é fundamental para a consciência e é uma condição necessária para qualquer tipo de experiência. Wundt segue também a ideia de Kant de que a "apercepção" é uma função autônoma, prévia e ativa, independentemente de qualquer experiência passada.

Além disso, Kant também argumentou que existe uma distinção fundamental entre a mente e o mundo externo e que a mente é ativa e não passiva, o que influenciou Wundt em sua teoria da ciência da mente e a concepção de estudo subjetivo como objeto da psicologia.

Para Immanuel Kant, a distinção entre mente e mundo externo é fundamental para compreender como a mente dá sentido à realidade. Ele argumenta que a mente e o mundo externo são coisas completamente diferentes e independentes.

O mundo externo é composto por objetos e eventos reais que existem independentemente da mente e que podem ser

percebidos por meio dos sentidos. É o mundo físico que existe fora de nós, e as coisas podem ser medidas e comprovadas cientificamente.

Por outro lado, a mente é composta por representações mentais, como conceitos, ideias, crenças e percepções, que são criados pela mente para dar sentido ao mundo externo. A mente organiza e interpreta a informação sensorial, dando sentido à realidade.

A distinção kantiana entre mente e mundo externo é crucial para compreender como a mente processa e dá sentido à realidade. De acordo com Kant, o mundo externo é composto por objetos e eventos reais, que existem independentemente da mente e que podem ser percebidos por meio dos sentidos. Já a mente é composta por representações mentais, como conceitos, ideias, crenças e percepções, que são criados pela mente para organizar e dar sentido à informação sensorial que recebemos do mundo externo. Essa distinção é importante pois nos permite entender que existe uma diferença entre o mundo real e como nós o percebemos. A mente não simplesmente reflete a realidade, mas trabalha com as informações que recebe e as processa de maneira ativa para nos permitir compreender e dar sentido à nossa realidade.

Em resumo, as ideias de Immanuel Kant tiveram uma influência significativa na psicologia de Wilhelm Wundt. Sua teoria sobre as estruturas mentais, a consciência e a natureza ativa da mente foram fundamentais para o desenvolvimento da psicologia experimental. Além disso, a distinção entre mente e mundo externo defendida por Kant foi muito importante para a psicologia como disciplina científica.

## **Importância das ideias de Fichte**

As ideias de Johann Gottlieb Fichte também foram importantes para a psicologia de Wilhelm Wundt, especialmente no desenvolvimento de sua teoria da consciência. Fichte foi um dos principais filósofos do Idealismo Alemão, e sua obra teve um impacto significativo na psicologia de Wundt.

A teoria da consciência de Fichte se baseia no conceito de *Eu* ou *eu-mesmo* como sendo a base da consciência. Ele defende que a mente é ativa e criativa, e é responsável por criar sua própria realidade. Fichte afirma que a consciência é um processo dinâmico e constante, e que o *Eu* é o principal mecanismo pelo qual a mente dá sentido à realidade. A mente, através do *Eu*, organiza e interpreta a informação sensorial, criando conceitos e ideias, dando sentido à realidade. Fichte acreditava que a mente é uma força criadora ativa, e que a consciência é fundamental para a existência da realidade.

Wundt foi fortemente influenciado por essas ideias, e incorporou-as em sua teoria da consciência, defendendo que a mente é ativa e não passiva, e que é responsável por organizar e dar sentido à realidade, e que a consciência tem uma dimensão ativa e criativa.

## **Importância das ideias de Hegel**

Georg Wilhelm Friedrich Hegel foi um filósofo alemão do século XIX, conhecido por sua obra em filosofia do espírito e história. Ele é considerado um dos principais pensadores do

Idealismo Alemão, um movimento filosófico que buscava compreender a natureza do mundo e da mente humana.

Hegel desenvolveu uma teoria dialética da história, na qual argumenta que a história é um processo contínuo de evolução e mudança, e que a mente humana evolui através dessa história. Ele acreditava que a mente humana passa por diferentes estágios, chamados de "estágios do espírito", que são caracterizados por uma crescente consciência de si mesma. Ele também argumentou que a mente humana atinge uma compreensão completa da realidade através do processo dialético.

Hegel também desenvolveu uma teoria da mente e da consciência, argumentando que a consciência é o resultado da interação entre a mente e o mundo externo. Ele acreditava que a mente é capaz de compreender a realidade através da razão e da reflexão, e que essa compreensão é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

Em resumo, Hegel foi um filósofo importante do século XIX, conhecido por sua teoria dialética da história e da mente humana. Ele defendia que a mente humana evolui através da história, e que a consciência é o resultado da interação entre a mente e o mundo externo. Sua teoria buscava entender a natureza da realidade e do ser humano.

A partir da teoria dialética da história de Hegel, Wundt também acreditava que a mente evolui através da história e usou essa ideia como base para desenvolver sua própria teoria da história da psicologia. Ele desenvolveu uma teoria da história da psicologia, na qual argumenta que a psicologia evoluiu através de diferentes estágios ou *epochs* ao longo da história. Ele divide essas *epochs* em

três fases principais: a fase intuitiva ou mística, a fase metafísica e a fase positiva ou científica.

A fase intuitiva ou mística é a mais antiga e se refere às crenças religiosas e místicas sobre a mente e a consciência. Wundt argumenta que essa fase é caracterizada pela falta de distinção clara entre mente e corpo, e que as crenças religiosas e místicas foram usadas para explicar os fenômenos mentais.

A fase metafísica é uma fase intermediária que se desenvolveu com a filosofia e se caracteriza pela tentativa de explicar a mente e a consciência por meio de conceitos metafísicos. Wundt argumenta que essa fase é marcada por uma tentativa de separar a mente do corpo e compreender a mente como uma entidade distinta.

A fase positiva ou científica da teoria de Wundt sobre a história da psicologia se refere ao desenvolvimento da psicologia científica moderna. Ele argumenta que essa fase é caracterizada pela abordagem científica e objetiva para estudar a mente e a consciência. Nessa fase, a psicologia se diferencia da filosofia e outras disciplinas, e passa a utilizar métodos empíricos, experimentais e estatísticos para coletar e analisar dados. Wundt acreditava que essa fase representava a verdadeira psicologia científica, e que os estudos dessa área precisavam seguir os princípios científicos para serem considerados válidos. Em resumo, a fase positiva ou científica é a fase mais recente de história da psicologia, sendo caracterizada pela abordagem científica e objetiva e pela utilização de métodos empíricos, experimentais e estatísticos para estudar a mente e a consciência.

Além disso, Hegel desenvolveu uma teoria da mente e da consciência, argumentando que a consciência é o resultado da interação entre a mente e o mundo externo e que a mente é capaz de compreender a realidade através da razão e da reflexão. Wundt foi influenciado por essas ideias, e incorporou-as em sua própria teoria da consciência, defendendo que a consciência é o resultado da interação entre a mente e o mundo externo e que é possível compreender a realidade através da reflexão.

### **A Fundação do Laboratório**

Wundt fundou o primeiro laboratório de psicologia no mundo em 1879, na Universidade de Leipzig, na Alemanha. Ele havia sido nomeado professor de filosofia na universidade em 1875 e, em seguida, começou a trabalhar em sua teoria psicológica. Ele acreditava que a psicologia deveria ser baseada em métodos experimentais, como os usados na fisiologia e nas ciências naturais, e que o estudo da consciência poderia ser ajudado por tais métodos. Ele também acreditava que a psicologia deveria ser uma disciplina independente, e não simplesmente uma parte da filosofia ou da medicina.

Com esse objetivo, ele usou sua posição na universidade para convencer os administradores da instituição a cederem um espaço para o seu laboratório. A princípio, o espaço era um tanto precário, mas lentamente ele equipou o laboratório com instrumentos científicos avançados, como cronômetros, dispositivos de medida da pressão arterial, e instrumentos de medida da sensação tátil, auditiva e visual. Wundt também contratou assistentes e convocou alunos

para colaborarem com seus estudos, formando uma equipe de pesquisadores para trabalhar no laboratório.

Com o estabelecimento do laboratório, Wundt começou a realizar experimentos, com o objetivo de medir as respostas do indivíduo a estímulos sensoriais. Ele propôs uma nova metodologia de estudo, chamado método de medida diferencial, que consistia em medir o tempo de resposta do indivíduo a diferentes estímulos. Ele também publicou muitos artigos e livros sobre seus estudos e teorias, e ajudou a estabelecer a psicologia como uma disciplina científica independente.

Assim, Wundt estabeleceu um laboratório de psicologia, onde ele poderia investigar os processos mentais e comportamentais através de métodos experimentais, dessa forma tendo sucesso na sua proposta de estabelecer a psicologia como uma disciplina independente, científica, e baseada em métodos experimentais.

## **A Psicologia de Wundt**

### **O que é a psicologia**

Para Wundt, a psicologia é uma das ciências do espírito, junto com a filosofia, a antropologia, a sociologia, a ética e a religião. Ele entendia que essas disciplinas têm como objeto de estudo o espírito humano, suas estruturas e seus processos, e compreendiam o homem em sua relação com o mundo.

A psicologia teria uma função específica dentre essas ciências, pois ela é responsável por estudar os processos mentais subjetivos, como as sensações, emoções e pensamentos, e buscar compreender como esses processos se relacionam entre si e com o

mundo externo. Ele argumentava que essa compreensão é fundamental para entender a natureza da mente e do comportamento humano, sendo fundamental para as demais ciências do espírito.

Conforme Wundt, a psicologia era uma ciência da mente e da consciência, e seu objetivo era compreender os processos mentais subjetivos como atenção, percepção, emoção, pensamento, linguagem e consciência. Ele defendia que a psicologia deve ser estudada através de métodos científicos, utilizando técnicas experimentais para medir e analisar as funções mentais. Wundt criou uma abordagem denominada "psicologia experimental da vida cotidiana", que buscava estudar os processos mentais no seu ambiente natural, e seu laboratório foi usado para estudar questões como tempo de reação, consciência e percepção, entre outros. Além disso, Wundt defendia a ideia de que a mente é composta de elementos simples, chamados de "estruturas mentais", que podem ser estudadas e medidas individualmente. Ele acreditava que a compreensão dessas estruturas simples poderia fornecer uma compreensão geral dos processos mentais mais complexos.

## **Experiência**

A experiência é um dos pilares fundamentais da sua teoria psicológica. Ele entende a experiência como o processo através do qual a mente processa e dá sentido à informação sensorial. Ele acreditava que a mente é capaz de transformar a informação sensorial bruta em conceitos e ideias, e que essa transformação é o que dá origem à experiência.

Wundt propôs que a experiência é composta por dois elementos principais: os elementos sensoriais e os elementos mentais. Os elementos sensoriais são os estímulos que chegam aos nossos sentidos, incluem as sensações como cor, forma, tamanho, som, pressão e temperatura, entre outros. Esses elementos sensoriais são simples e inatos, e são transmitidos pelos sentidos para a mente. Para Wundt, esta é a experiência imediata, ou seja, sem mediação.

Os elementos mentais são as representações mentais desses estímulos, como conceitos e ideias, incluem, por exemplo, a noção de objeto, espaço, tempo, entre outros. Esses elementos mentais são construídos através da fusão desses elementos sensoriais simples. Ele acreditava que a mente é capaz de combinar esses elementos para formar a experiência, que neste caso é chamada de experiência mediata, que é quando a mente utiliza suas crenças, expectativas, conhecimentos e outros elementos mentais para interpretar e dar sentido à informação sensorial. Os elementos da experiência mediata não estão no estímulo em si. Esse tipo de processamento é visto como um processo mais complexo e abstrato, comparado com o processamento da experiência imediata, e ele se dá a partir da associação e organização de elementos sensoriais e mentais.

### **Objetos e produtos mentais**

Para Wilhelm Wundt, os objetos mentais são as representações mentais das coisas e das ideias que existem no mundo externo. Ele acreditava que essas representações mentais são formadas através da interação entre a mente e o mundo externo e

que elas são usadas para dar significado e sentido às informações sensoriais.

Os objetos mentais incluem coisas como imagens mentais, ideias, conceitos, representações de pessoas e lugares, e outras representações mentais que ajudam a dar sentido ao mundo externo. Wundt argumentava que esses objetos mentais são criados através de uma combinação de processos mentais, tais como percepção, memorização, aprendizado e associação.

Wundt também argumentava que os objetos mentais são fundamentais para a compreensão das funções mentais superiores, tais como pensamento, linguagem, memória e consciência. Ele acreditava que essa compreensão é essencial para entender como as pessoas processam e dão sentido às informações sensoriais e como esses processos mentais estão relacionados com o comportamento humano.

Para Wilhelm Wundt, os produtos mentais são os resultados ou consequências de processos mentais, tais como pensamentos, ideias, conceitos, memórias, entre outros. Esses produtos mentais são criados através da interação entre os objetos mentais e as funções mentais, como a percepção, a consciência e a atenção.

Wundt acreditava que esses produtos mentais são o resultado de uma combinação de processos mentais, tais como percepção, memória, aprendizado e associação, e que eles são responsáveis por fornecer sentido e significado ao mundo externo. Ele argumentava que esses produtos mentais são fundamentais para a compreensão do comportamento humano, pois eles são usados pelas pessoas para compreender e responder ao mundo ao seu redor.

Ele também entendia que os produtos mentais são fundamentais para a compreensão das funções mentais superiores, tais como o pensamento, a linguagem e a memória. Os produtos mentais seriam criados através da combinação dos objetos mentais e das funções mentais, que é o que permite o pensamento e a consciência.

### **Metodologia de pesquisa**

O método experimental é um dos principais pilares da psicologia de Wilhelm Wundt. Ele acreditava que a psicologia deve ser estudada através de métodos científicos, como a experimentação, para medir e analisar as funções mentais e buscar entender como elas se relacionam entre si e com o mundo externo.

Para Wundt, o método experimental é uma ferramenta essencial para estudar a consciência e os processos mentais, pois ele permite medir e analisar os fenômenos mentais de forma precisa e objetiva. Ele entendia que a experimentação é a melhor forma de obter dados psicológicos, pois permite controlar variáveis independentes e dependentes e testar hipóteses de forma sistemática.

Wundt estabeleceu uma diferença fundamental entre a auto-observação (*Selbstbeobachtung*) e a percepção interna ou consciência imediata (*innere Wahrnehmung*). A primeira seria própria da filosofia, e não uma metodologia científica, já a segunda seria baseada no controle experimental, ou seja, científica. Wundt acreditava que a *innere Wahrnehmung* é uma forma de processamento da informação sensorial onde a mente tem acesso direto aos estímulos sensoriais

sem a intervenção de conceitos ou ideias. Essa percepção imediata é vista como uma forma de processamento da informação mais básica e menos complexa quando comparada com a "experiência mediata", onde a mente interpreta e dá sentido à informação sensorial com a intervenção de conceitos e ideias.

Wundt acreditava que a *innere Wahrnehmung* é a base para todas as funções mentais, e que ela é fundamental para compreender os processos mentais complexos, como o pensamento, a linguagem, a memória e a consciência. Ele argumentava que essa forma de processamento da informação sensorial é o que permite ao indivíduo ter consciência de suas sensações e reações psicofisiológicas.

O método experimental de Wundt se baseia em estudar as funções mentais a partir de suas reações elementares, para isso ele utilizou técnicas como a cronometria, que consistia em medir o tempo de reação a estímulos, e análise das sensações e das emoções, usando questionários e entrevistas. Este método é chamado de introspecção voluntária, no qual os indivíduos eram submetidos a estímulos e solicitados a descreverem suas reações mentais. Ele desenvolveu ou adaptou da psicofísica vários procedimentos experimentais para medir esses processos, como o método do tempo de reação e o método do limitar da sensação.

Para Wilhelm Wundt, introspecção é o processo pelo qual uma pessoa observa e descreve seus próprios pensamentos, sentimentos e sensações enquanto estão expostos a estímulos controlados. O objetivo era obter informações precisas e objetivas sobre a natureza dos processos mentais. Ele argumentava que a introspecção é uma ferramenta valiosa para estudar a consciência e

os processos mentais subjetivos, pois ela permite acessar diretamente a experiência subjetiva. Entretanto, a introspecção voluntária foi criticada por ser considerada subjetiva e não confiável.

Um exemplo de experimento conduzido por Wundt utilizando a introspecção voluntária é o estudo da duração da consciência das sensações. Nesse experimento, os participantes eram solicitados a pressionar um botão quando sentiam uma sensação e a soltá-lo quando a sensação acabava. A duração da sensação era medida pelo tempo entre a pressão e a liberação do botão.

Os participantes eram treinados para se concentrar na sensação e descrevê-la de forma detalhada. A eles era solicitado descrever a sensação em questão, incluindo sua localização, qualidade e intensidade. Esse experimento buscava entender como a mente percebe e duração das sensações, e como essa duração pode ser afetada por diferentes fatores, como a intensidade ou qualidade da sensação.

## **Percepção e apercepção**

Para Wilhelm Wundt, a percepção e a apercepção são processos mentais fundamentais para a compreensão do mundo externo. A percepção é o processo pelo qual a mente processa e interpreta as informações sensoriais, enquanto a apercepção é o processo pelo qual a mente organiza e dá sentido a essas informações.

Wundt argumentava que a percepção é o primeiro passo no processamento das informações sensoriais. Ele acreditava que as

informações sensoriais são organizadas em objetos mentais, que são as representações mentais das coisas e das ideias existentes no mundo externo. Esses objetos mentais são criados através da combinação de processos mentais, tais como percepção, memorização, aprendizado e associação.

A seguir, entra a apercepção, processo pelo qual a mente organiza e dá sentido a esses objetos mentais. Este processo seria o responsável pela forma como as pessoas compreendem e dão significado às informações sensoriais, sendo fundamental para a compreensão das funções mentais superiores, como o pensamento, a linguagem e a memória.

Para Wundt, a percepção e a apercepção eram elementos fundamentais da psicologia, e ele dedicou muito tempo e esforço para entender como esses processos mentais funcionavam e como eles estavam relacionados com o comportamento humano. Ele acreditava que a compreensão desses processos era essencial para a compreensão da mente humana e do mundo externo.

## **A Psicologia dos Povos**

A *Völkerpsychologie*, ou psicologia dos povos, é um campo de estudo desenvolvido por Wilhelm Wundt que busca compreender como as mentes individuais se relacionam e se influenciam umas às outras dentro de uma sociedade ou nação. Wundt acreditava que a psicologia deveria ser estudada não apenas em nível individual, mas também em nível coletivo, e que a compreensão das características psicológicas de uma nação ou sociedade é essencial para entender o comportamento humano.

A psicologia dos povos se volta ao estudo das características psicológicas que são comuns entre os membros de uma nação ou sociedade, como as crenças, valores, tradições e cultura. Wundt acreditava que essas características são transmitidas de geração em geração e que elas moldam a forma como as pessoas pensam, sentem e se comportam.

Ele também entendia que as características psicológicas de um povo ou sociedade têm implicações para a política, a economia e as relações internacionais. Por exemplo, ele argumentava que as diferenças nas crenças e valores entre as nações podem levar a conflitos e tensões políticas.

Para estudar a *Völkerpsychologie*, Wundt utilizou uma variedade de técnicas, incluindo a observação, a análise de textos literários e históricos e estatísticas sociais. Ele também comparou as características psicológicas de diferentes nações e sociedades para entender as semelhanças e diferenças entre elas.

Uma de suas principais contribuições foi o método comparativo, que consistia em comparar as características psicológicas de diferentes povos e sociedades, identificando semelhanças e diferenças entre ambos. Esse método permitiu que Wundt identificasse tendências e padrões de comportamento e compreender como essas características se relacionam com a política, a economia e as relações internacionais. Esse tipo de abordagem possibilitou uma compreensão mais ampla e profunda sobre as diferentes sociedades e as características psicológicas que as define e as influenciam.

## O Primeiro Periódico Científico de Psicologia

Em 1880, Wilhelm Wundt criou o *Philosophische Studien* (Estudos de Filosofia), um periódico científico que se concentrava em questões de psicologia e filosofia. A revista foi publicada continuamente até 1917 e foi o primeiro periódico científico dedicado exclusivamente à psicologia. Ali foram publicados vários trabalhos de Wundt e seus colaboradores do laboratório de Leipzig, bem como de outros pesquisadores de psicologia de toda a Europa.

O *Philosophische Studien*, que depois se tornou *Psychologische Studien*, tornou-se um importante meio de disseminação de informações científicas e teóricas na psicologia, e foi amplamente lido e respeitado por psicólogos e filósofos em toda a Europa. Os artigos publicados no periódico incluíram trabalhos empíricos sobre temas como a percepção, a consciência, a memória e a linguagem, bem como trabalhos teóricos sobre questões metodológicas e filosóficas relacionadas à psicologia.

Wundt também publicou uma série de artigos e ensaios no *Philosophische Studien* onde ele discutiu suas próprias ideias e teorias sobre a psicologia. Esses artigos forneceram uma visão geral da sua abordagem científica para a psicologia, e incluíram suas ideias sobre a introspecção voluntária, a psicologia fisiológica e a psicologia da consciência.

Além de sua importância como fonte de informação científica e teórica, o *Philosophische Studien* também teve um papel importante na formação e desenvolvimento da comunidade científica de psicologia, pois permitiu que os pesquisadores compartilhassem e discutissem suas descobertas e ideias.

## Obras de Wundt

Um dos principais livros de Wilhelm Wundt é *Grundzüge der physiologischen Psychologie* [Princípios de psicologia fisiológica], publicado em 1874. Neste livro, Wundt fornece uma visão geral da psicologia fisiológica, aplicando princípios e técnicas da fisiologia para a compreensão dos processos mentais. Ele discute temas como a estrutura e as funções do sistema nervoso, as relações entre o sistema nervoso e os processos mentais, e a importância da introspecção voluntária como método de pesquisa. Este livro é considerado como o marco inicial da psicologia científica e ajudou a estabelecer a psicologia como uma disciplina distinta das outras ciências naturais e filosofia.

Outro livro importante de Wundt é *System der Psychologie* [Sistema de Psicologia], publicado em 1880. Neste livro, Wundt fornece uma visão geral do sistema de psicologia que ele desenvolveu, discutindo temas como a estrutura e as funções da mente, a relação entre a mente e o mundo externo, e a natureza da consciência. Ele também discute as relações entre a psicologia e outras disciplinas, incluindo a filosofia, a lógica e a fisiologia. Este livro ajudou a estabelecer a psicologia como uma disciplina científica independente e forneceu um marco teórico para a pesquisa futura na área.

Um terceiro livro importante de Wundt é *Grundriss der Psychologie* [Esboços de Psicologia], publicado em 1896. Neste livro, Wundt fornece uma visão geral do sistema de psicologia que ele desenvolveu, incluindo temas como as funções mentais, os

processos mentais e as relações entre a mente e o mundo externo. Ele também discute o método experimental e a metodologia utilizada na psicologia científica e apresenta uma revisão da literatura e do estado da psicologia da época. Este livro é considerado como uma ferramenta valiosa para compreender a psicologia de Wundt e o legado de sua pesquisa e teoria para a psicologia como disciplina científica.

### **Considerações finais**

Wundt foi um dos fundadores da psicologia científica e sua contribuição para o desenvolvimento da psicologia como disciplina independente foi muito importante. Ele foi o primeiro a fundar um laboratório de psicologia, o que permitiu a realização de estudos experimentais sobre a consciência e os processos mentais. Ele propôs uma nova metodologia de estudo, o método de medida diferencial, que consistia em medir o tempo de resposta das pessoas a diferentes estímulos. Além disso, ele aperfeiçoou a introspecção, que havia sido criada por Fechner. Ele também publicou muitos livros e artigos sobre suas teorias e estudos, ajudando a estabelecer a psicologia como uma disciplina científica independente.

Além disso, Wundt também deixou uma marca duradoura na psicologia através de sua abordagem monística perspectivista, que argumenta que a existência é um fluxo único de tornar-se com muitos lados e muitas formas de ser descrito. Ele também sugeriu que essa abordagem permitiria a psicologia ter uma relação direta e importante com as ciências naturais e humanas.

Wundt teve uma concepção de psicologia altamente controversa. Isso resultou, na Alemanha, na exclusão do seu empirismo das universidades de filosofia e no estabelecimento institucional da psicologia experimental como disciplina independente. Wundt desejava reformar a filosofia, não como uma ciência sintética, mas com uma relação direta com as ciências naturais e humanas. Ele viu sua psicologia como uma parte da filosofia, necessária para que ela ocupasse o seu lugar correto na totalidade das ciências. No entanto, a resistência foi muito grande por parte de filósofos acadêmicos, especialmente entre os neo-kantianos e fenomenologistas, que viam a psicologia como ameaça para sua disciplina, e assim rejeitavam as contribuições que Wundt buscava introduzir.

# Traduções

# O Que é uma História Policêntrica da Psicologia?

*Adrian Brock*

*Tradução de Kamilly Gomes da Silva*

*Revisão da tradução de André Elias Morelli Ribeiro*

*Publicado originalmente em: Brock, A. (2014). What is a polycentric history of psychology? Estudos e Pesquisas em Psicologia, 14(2), 646-659.*

## **Resumo**

O conceito “história policêntrica da psicologia” foi originalmente utilizado por Kurt Danziger e, desde então, tem sido adotado por outros historiadores da psicologia. O artigo faz uma introdução a esta perspectiva. A tendência à internacionalização da psicologia implicou que a história da psicologia norte-americana pudesse ser complementada com outras histórias locais. A história policêntrica contrasta com esta abordagem, pois se preocupa com as inter-relações entre os centros, e não pelos centros considerados isoladamente. O artigo finaliza com alguns exemplos de história que têm sido escritos a partir de uma perspectiva policêntrica.

*Palavras-chave:* policêntrica, história, Danziger, internacionalização, Inter-relações.

## **Introdução**

A noção de uma história policêntrica da psicologia foi originalmente usada por Kurt Danziger em um editorial

encomendado que ele escreveu para uma edição especial da revista *História das Ciências Humanas* (Danziger, 1991). Foi posteriormente discutido mais detalhadamente em um artigo que ele apresentou no XXVI Congresso Internacional de Psicologia em Montreal, Canadá, em 1996, com o título, *Rumo a uma história policêntrica da psicologia* (Danziger, 1996). Embora esse artigo não tenha sido disponibilizado publicamente até 2010, foi discutido em um capítulo de livro que Irmingard Staeuble publicou em 2004 e grande parte dele foi incorporado em um capítulo de livro que Danziger publicou em 2006 (Danziger, 2006; Staeuble, 2004). É principalmente através deste último que o conceito se tornou bem conhecido.

Wade Pickren discutiu o conceito em um artigo publicado em 2009, e o livro didático que ele e Alexandra Rutherford publicaram em 2010 contribuiu significativamente para popularizar o termo (Pickren, 2009; Pickren e Rutherford, 2010) com um capítulo intitulado *Internacionalização e indigenização após a II Guerra Mundial* (p. 238). Os autores iniciam o capítulo com uma citação do texto do livro de Danziger de 2006, escrevendo: “Enquadramos o capítulo com o conceito de geografia intelectual de centro e periferia, que pegamos emprestado do historiador Kurt Danziger” (p. 238). Eles também escrevem: “nós oferecemos uma perspectiva histórica desses eventos com a intenção de contribuir para uma história policêntrica da psicologia” (p. 239).

Eu organizei um simpósio com o título *Rumo a uma história policêntrica da psicologia* para o XXX Congresso Internacional de Psicologia, na Cidade do Cabo em 2012, e este artigo tem as suas origens na introdução que escrevi para o simpósio (Brock et al., 2012). Um dos artigos do simpósio, *Ideias francesas no início da psicologia*

*na Argentina*, de Hugo Klappenbach, já foi publicado (Klappenbach, 2013). Klappenbach é o presidente eleito da Sociedade Interamericana de Psicologia. Em uma entrevista com ele, publicada no boletim informativo da Associação Internacional de Psicologia Aplicada, ele se refere duas vezes à noção de uma história policêntrica da psicologia (Klappenbach & Carpintero, 2013). Outros autores se referiram ao conceito em seus trabalhos (p.ex. Benjafield, 2012; Sensales & Dal Secco, 2014). Embora o conceito ainda não seja bem conhecido entre os historiadores da psicologia, ele foi claramente adotado por, pelo menos, alguns dos estudiosos neste campo.

Ao colocar a questão, "O que é uma história policêntrica da psicologia?", minha intenção não é substituir a própria perspectiva de Danziger sobre o conceito, que estão disponíveis gratuitamente no site dedicado ao seu trabalho ([www.kurtdanziger.com](http://www.kurtdanziger.com)). Trata-se, em parte, de tornar o conceito mais conhecido e, em parte, de chamar a atenção para um aspecto do programa de Danziger que corre o risco de ser esquecido. Antes de fazer isso, darei uma breve visão geral do conceito para aqueles que não estão familiarizados com ele. Aos leitores que queiram explorar mais o conceito, seria aconselhável consultar o próprio trabalho de Danziger sobre o assunto (Danziger, 1991; 1996; 2006).

## **Visão Geral do Conceito**

Ele começa colocando a questão de se pode haver algo como "a" história da psicologia; ou seja, uma única narrativa que abrange todo o campo. Esta é, certamente, a suposição que é feita

nos livros didáticos padronizados. A visão tradicional é que a psicologia teve origem no laboratório de Wilhelm Wundt na Universidade de Leipzig e foi depois transferida através dos estudantes americanos de Wundt para os Estados Unidos. Esta é a visão que foi promovida com sucesso por E. G. Boring em seu influente livro didático, *Uma História da Psicologia Experimental* (Boring, 1929; 1950). Danziger sugere que essa perspectiva só pode ser alcançada privilegiando certos desenvolvimentos locais. A Alemanha foi o centro da nova psicologia experimental no final do século 19, mas isso era, e continua a ser, apenas uma parte do assunto. Uma das ferramentas mais importantes do psicólogo moderno é o teste psicológico na forma de teste de inteligência, personalidade, aptidão etc. e isso tem suas origens na Inglaterra com o trabalho de Francis Galton, assim como muitas das estatísticas que os psicólogos usam atualmente. Houve também desenvolvimentos importantes na França, incluindo a transformação do hipnotismo em psicoterapia e a ascensão da psicologia das multidões, que muitos veem como a forma original da psicologia social. Por último, mas não menos importante, muitos dos ramos modernos da psicologia aplicada, incluindo a psicologia clínica, forense e do consumidor, foram pioneiros nos Estados Unidos. Assim, as perspectivas que centram a história inicial da psicologia na Alemanha nos fornecem uma visão seletiva das origens do campo.

Não é por acaso que Boring privilegiou estes desenvolvimentos. O seu livro foi intitulado, *História da Psicologia Experimental* e tem sido afirmado que foi uma tentativa de promover este campo à custa de outros ramos da disciplina (O'Donnell, 1979). Isso nos leva a outro aspecto da perspectiva de

Danziger: o privilégio de certos desenvolvimentos na psicologia não se aplica apenas à geografia da disciplina, mas também ao seu conteúdo conceitual. Assim como a Alemanha foi retratada como o centro geográfico da nova psicologia, a psicologia experimental foi retratada como o ramo central do campo. Só ela poderia produzir leis que foram consideradas de relevância universal. Coube aos psicólogos da psicologia aplicada usar suas descobertas a situações específicas. Como Danziger (1990) apontou em outro lugar, esse modelo de relação entre psicologia experimental e aplicada é igualmente equivocado. A psicologia aplicada tende a resolver seus problemas independentemente da psicologia experimental, e existem vários exemplos históricos de inovações na psicologia aplicada sendo adotadas pela psicologia experimental, como o uso do grupo de controle em estudos experimentais.

Danziger sugere que o modelo de centro e periferia, tanto em termos geográficos quanto em termos de conteúdo conceitual, surgiu em grande parte devido ao domínio da psicologia americana nos anos subsequentes à II Guerra Mundial, que gozou de um domínio que não existia antes, durante esses anos. Embora os Estados Unidos tenha sido o país mais importante para a psicologia no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, eles não tinham o tipo de domínio que tiveram quando grande parte da Europa foi devastada devido à Segunda Guerra Mundial. Também é relevante o fato de que a psicologia ainda não havia sido exportada em larga escala para outras partes do mundo. O principal órgão internacional de psicologia, a União Internacional de Ciências Psicológicas, foi fundado em 1951 com 12 membros fundadores, 10 deles na Europa Ocidental, além dos Estados Unidos e do Japão.

Os Estados Unidos tornaram-se o centro incontestado do campo e sua psicologia reivindicou uma universalidade que nenhum outro país poderia reivindicar. Foi a partir dessa situação que o modelo de centro e periferia emergiu e teve um impacto na história da psicologia, na medida em que a história da psicologia americana passou a ser vista como a história da psicologia em geral, ao mesmo tempo que a história da psicologia em outros países só podiam reivindicar relevância local (Brock, 2006a).

Essa situação não durou e não poderia durar para sempre. A Europa viria a se reerguer e a psicologia lá se expandiu significativamente da década de 1960 adiante. O mesmo se aplica a outros países desenvolvidos, como o Canadá e a Austrália. A psicologia também começou a crescer em muitos países em desenvolvimento após a II Guerra Mundial, retornando assim à situação policêntrica que existia nos primeiros anos da disciplina. De fato, ela é ainda mais policêntrica agora do que era nos primeiros anos da disciplina, quando todos os principais centros da psicologia estavam na Europa e nos Estados Unidos. Este não é mais o caso. O argumento de Danziger é, portanto, que o modelo de centro e periferia está agora obsoleto e deveria ser abandonado em favor de uma abordagem policêntrica.

## **Internacionalização**

A diversidade geográfica da psicologia levou a uma ênfase crescente na internacionalização do campo. A Associação Americana de Psicologia estabeleceu uma Divisão para a Psicologia Internacional em 1997, o que foi seguido por uma onda de literatura

que tentou fornecer uma visão mais internacional do campo, como por exemplo O Manual de Psicologia Internacional (Stevens e Wedding, 2004) e Rumo a uma Psicologia Global (Stevens e Gielen, 2007). Houve também literatura sobre a internacionalização do ensino de psicologia (Leong et al., 2012). Esses desenvolvimentos inevitavelmente tiveram um impacto na história da psicologia e eu fiz uma contribuição para a literatura relevante com o livro editado, *Internationalizing the History of Psychology*, onde também apareceu o capítulo de Danziger defendendo uma história policêntrica da psicologia (Brock, 2006b; Danziger, 2006).

Essa situação resultou em uma proliferação de histórias locais. Agora é comum ver alguém do Brasil escrevendo sobre a história da psicologia no Brasil, alguém da Índia escrevendo sobre a história da psicologia na Índia, alguém do Japão escrevendo sobre a história da psicologia no Japão e assim por diante. Também não se deve esquecer que, apesar de algumas notáveis exceções, a maioria dos historiadores de psicologia americanos se preocupam exclusivamente com a história da disciplina nos Estados Unidos. Essa situação é compreensível. As pessoas podem sentir que conhecem melhor a situação em seu próprio país do que em qualquer outro lugar, e as questões envolvidas podem ser de maior relevância para seus interesses e preocupações. Elas também terão melhor acesso ao material de arquivo e estarão em melhor posição para entrevistar os atores envolvidos.

Essa tendência também tem sido encorajada por certas práticas editoriais. Por exemplo, *O Manual de Oxford da História da Psicologia* tem o subtítulo, *Perspectivas Globais* e está preocupado com a internacionalização do campo (Baker, 2012). O subtítulo é,

de certo modo, impróprio, pois consiste em 27 capítulos, cada um sobre a história da psicologia em um determinado país, que foi escrito por alguém daquele país. A única exceção a essa regra é um capítulo sobre o Caribe, que, em vez de um país, é uma região. Este foi um modelo que eu rejeitei explicitamente no Internacionalizando a História da Psicologia, apesar da pressão para que eu o adotasse. Eu escrevi na introdução:

Uma vez que os potenciais autores foram identificados, eles podiam escrever sobre qualquer tópico que quisessem, desde que fosse compatível com os objetivos do livro. Se fosse pedido aos autores que se conformassem com um modelo pré-existente, como ter um capítulo por país escrito por um autor daquele país, como um revisor anônimo do projeto queria que eu fizesse, muita criatividade teria sido perdida. Felizmente, a editora de psicologia da New York University Press, Jennifer Hammer, entendeu minhas objeções a essa sugestão, e a ela sou grato pelo apoio.

Foi, principalmente, a influência do trabalho de Danziger que me levou a rejeitar este modelo. Em seu trabalho, Rumo a uma história policêntrica da psicologia, ele escreveu:

Há uma grande diferença entre uma historiografia policêntrica da disciplina e a mera adição, em capítulos desconexos, de uma história local após outra. O que é necessário agora não é uma série de visões paroquiais, mas um foco nas variáveis inter-relações entre os centros que constituíram a história mundial da disciplina no período moderno (Danziger, 1996, p. 4).

Portanto, quando Sensales e Dal Secco (2014) escrevem, “No âmbito de uma perspectiva histórica 'policêntrica' que valoriza as histórias locais, o presente estudo...” (p. 36), eles estão usando o termo de forma diferente de como foi originalmente planejado. “Valorização das histórias locais” não é o que uma história policêntrica deveria ser. Ao fazer este ponto, não estou dizendo que as histórias locais são inúteis ou uma perda de tempo. Tendo contribuído com o capítulo sobre a Irlanda no *Manual de Oxford*, seria hipocrisia da minha parte dizer isso (Brock, 2012). Há histórias interessantes a serem contadas sobre os eventos em países que tradicionalmente foram negligenciados na história da psicologia. Entretanto, há também histórias interessantes a serem contadas sobre as inter-relações entre esses países.

## **Inter-relações**

Danziger (1996) dá alguns exemplos dos tipos de inter-relações que existiram na psicologia no passado:

Quando estudantes de muitos países viajaram a Leipzig e a outros centros alemães no final do século XIX e início do século XX e depois voltaram para casa com novas ideias, eles estabeleceram um padrão que viria a ser repetido ao longo da história moderna da disciplina, embora a direção da viagem tenha mudado. Naturalmente, a busca de estudos formais no exterior foi apenas uma via através da qual foram estabelecidos

laços internacionais. Livros foram traduzidos e comercializados, dinheiro foi investido em fundos de bolsas de estudo, instrumentos foram exportados e importados, inúmeras conferências foram realizadas, e assim por diante. A longo prazo, nenhuma tradição local poderia ser imune a isso, mas o resultado também não foi uma homogeneização completa do discurso psicológico. (p. 4).

Uma história policêntrica deve permitir tanto a possibilidade de influência internacional quanto a existência de diferenças locais:

Uma historiografia policêntrica deve tentar fazer justiça à complexidade de tais fenômenos. Para isso, deve trabalhar com categorias que busquem capturar as inter-relações entre os centros ao invés das características dos centros considerados isoladamente. A migração intelectual é talvez a mais óbvia dessas categorias, não apenas em referência a pessoas mas, mais significativamente, em referência a conceitos e práticas. O que aconteceu com os conceitos, teorias e procedimentos psicológicos quando foram feitas tentativas de transplantá-los? Por que alguns deles provaram ser viajantes muito melhores do que outros? Como as viagens os mudaram, às vezes além do reconhecimento? Quem os achou úteis e por quê? Há histórias de transferências bem-sucedidas a serem contadas aqui, mas também histórias de mal-entendidos, erros de tradução, incompreensão total e completa hostilidade que são muitas vezes mais esclarecedoras (p. 4-5).

Essa abordagem é "internacional" no verdadeiro sentido da palavra, sendo o prefixo "inter" relacionado à palavra "entre". Uma

abordagem genuinamente internacional deveria, portanto, centrar-se nas inter-relações entre países ao invés de países individuais considerados isoladamente. É por isso que rejeitei o modelo “um país por capítulo” ao editar o livro em que o influente texto de Danziger apareceu.

### **Exemplos de História Policêntrica**

Esse ponto não se perde em Pickren e Rutherford que, como o próprio Danziger, se concentram no tema da indigenização (Danziger, 2006; Pickren, 2009; Pickren e Rutherford, 2010). O movimento de indigenização surgiu quando a psicologia foi exportada da Europa e dos Estados Unidos para outras partes do mundo nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial. Os psicólogos desses lugares começaram a reclamar que a psicologia que estava sendo importada para seus países era inadequada para suas necessidades e teria que ser modificada para se adequar à situação local. O movimento foi particularmente forte em países asiáticos como Índia, Filipinas e Taiwan (Kim e Berry, 1993; Kim, Hwang e Yang, 2006). A indigenização é um aspecto importante de qualquer abordagem policêntrica para a história da psicologia, uma vez que se preocupa com o que Danziger (1996) chama de "migração intelectual" (p. 4), isto é, a transferência de teorias e práticas psicológicas de um lugar para outro e as mudanças que ocorreram como resultado desta transferência.

O trabalho de Klappenbach sobre a influência da psicologia francesa na Argentina também preenche os requisitos de uma história policêntrica (Klappenbach, 2013). Pessoas de países latino-

americanos como Argentina e Brasil tendiam a ver a França como um outro país "latino", e entre esses países ser uma grande potência industrial e militar que fosse preeminente na ciência era incomum. Consequentemente, eles tendiam a ver a influência francesa de forma mais favorável do que a influência da Alemanha ou de países de língua inglesa, como o Reino Unido e os Estados Unidos. A França, por sua vez, estava muito interessada em espalhar a influência de sua língua e cultura em todo o mundo e, conseqüentemente, incentivou essa relação. O trabalho de Klappenbach mostra que é possível produzir um trabalho centrado no próprio país, mas ainda policêntrico em sua abordagem. O ponto crucial aqui é que [a obra] não considera a história da psicologia na Argentina isoladamente, mas em relação à psicologia em outros lugares.

Embora a quantidade de trabalho que foi conscientemente produzido como "história policêntrica da psicologia" ainda seja muito pequena, há muitos outros trabalhos que atendem aos critérios da história policêntrica sem serem rotulados como tal. Um exemplo é o trabalho de John Carson sobre a história dos testes de inteligência na França e nos Estados Unidos (Carson, 2007). A escolha desses dois países está longe de ser arbitrária. Naturalmente, foi Binet e Simon que produziram o primeiro teste de inteligência bem-sucedido e, posteriormente, o teste foi adotado em grande parte dos Estados Unidos. Uma das características mais curiosas desta situação é que os americanos estavam mais entusiasmados com os testes de inteligência do que os franceses. Havia uma ênfase muito maior nos chamados testes "objetivos" nos Estados Unidos do que na França, onde as pessoas estavam mais dispostas a confiar

no julgamento dos especialistas. Relacionado a essa diferença estava o fato de que a França tinha um sistema centralizado de educação, ao passo que o sistema americano era muito mais diversificado, [tendo em vista que] continha muitas escolas privadas, incluindo escolas que eram operadas por uma variedade de grupos religiosos. Os testes de inteligência forneceram um pilar de padronização que estava faltando no próprio sistema educacional. O cenário de tudo isso é uma característica comum das democracias liberais que têm um compromisso com a igualdade de oportunidades e um sistema de recompensas diferenciais. Isso leva ao problema de como essas recompensas diferenciais devem ser atribuídas. Em sua resenha do livro, Danziger (2008) aponta que uma comparação de dois contextos nacionais diferentes destaca a relação entre a psicologia e a ordem social muito mais claramente do que uma análise de um contexto nacional o faria. Ele também sugere que o livro pode servir como um exemplo desta abordagem.

A transferência de conhecimentos da Europa para os Estados Unidos foi uma característica do início da história da psicologia, mas essa transferência sofreu um declínio no início do século 20. Ela voltou a ocorrer em uma escala mais modesta na década de 1930, quando um grande número de refugiados chegou da Europa Central após a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha. Algumas das histórias envolvendo esses refugiados são tópicos apropriados para uma história policêntrica de psicologia. Uma figura que tem recebido muita atenção nos últimos anos é William Stern, em grande parte devido aos esforços de James Lamiell (p.ex. Lamiell, 2003; 2012). Lamiell aponta que o nome de Stern era inicialmente familiar para ele, como é para a maioria dos

psicólogos, como a pessoa que inventou o quociente de inteligência ou QI. Sua abordagem personalística da psicologia é menos conhecida. Quando Danziger (1996) escreveu as seguintes palavras, ele facilmente poderia ter a psicologia personalística de Stern em mente:

O que aconteceu com os conceitos, teorias e procedimentos psicológicos quando foram feitas tentativas de transplantá-los?... Há histórias de transferências bem-sucedidas a serem contadas aqui, mas também histórias de mal-entendidos, erros de tradução, incompreensão total e completa hostilidade que são muitas vezes mais esclarecedoras (p. 4-5).

As opiniões de Stern tiveram sua origem no *Methodenstreit* (disputa de métodos) que ocorreu na Alemanha na década de 1890. Isso se centrava na questão de se era mais apropriado para a psicologia e as outras disciplinas que se preocupam com as questões humanas usar o modelo das ciências naturais (*Naturwissenschaften*) ou das humanidades (*Geisteswissenschaften*). Stern defendia que, assim como os eventos históricos, as pessoas são únicas e, conseqüentemente, era inapropriado entendê-las por meio de leis gerais. Essas ideias se tornaram conhecidas pelos americanos em grande parte através do trabalho de Gordon Allport, que estudou com Stern na Alemanha e até alugou um quarto em sua casa. As opiniões de Allport foram menos radicais do que as de Stern. Enquanto Stern queria que a psicologia como um todo adotasse uma abordagem personalística, Allport se contentou em promover uma “psicologia de pessoas” que focalizasse na singularidade individual como uma forma de complementar a abordagem nomotética ou baseada na lei. Até isso provou ser controverso e

Allport foi criticado por ser “anticiência”. Eventualmente, ele percebeu que estava travando uma batalha perdida e jogou a toalha. Com pouquíssimas exceções, dentre as quais está Lamiell, a abordagem personalística foi abandonada pelos psicólogos americanos, situação que prossegue até os dias atuais.

Como mencionado anteriormente, nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos gozou de um período de domínio incomparável na psicologia e se tornou, mais que um importador, um exportador de psicologia. Foi essa situação que levou ao surgimento do movimento de indigenização. Tendo em vista que esse movimento está associado principalmente aos países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina, uma de suas primeiras manifestações tem uma origem surpreendente: a psicologia social europeia. Nas décadas de 1960 e 70, psicólogos sociais europeus como Serge Moscovici e Henri Tajfel começaram a argumentar que a psicologia social que estava sendo importada dos Estados Unidos para seus países era inadequada para suas necessidades. Em um argumento que agora se tornou familiar, eles sugeriram que a psicologia social americana não era apenas “americana” no sentido de que ela era produzida nos Estados Unidos; ela refletia a cultura e os valores americanos. Entre outras coisas, ela era excessivamente individualista, empírica em vez de teórica, e tendia a se afastar de temas socialmente significativos como desemprego e racismo. Eles precisavam desenvolver a própria abordagem e seus esforços levaram a importantes desenvolvimentos institucionais, como a criação do *Jornal Europeu de Psicologia Social*, um manual europeu e um livro didático que adotou uma abordagem europeia (Moscovici e Marková, 2006). Se eles tiveram

ou não sucesso em estabelecer uma abordagem verdadeiramente indígena tem sido um tema de controvérsia nos últimos anos, mas examinar esse episódio envolve uma abordagem policêntrica, independentemente da posição que assumamos sobre esta questão, uma vez que se trata da relação entre dois grandes centros de psicologia social (Hewstone et al., 2012; Markova, 2012; Schruijer, 2012).

A maioria dos historiadores da psicologia vivem e trabalham na Europa e na América do Norte e, por isso, não deve surpreender que a maioria do trabalho existente tenha se concentrado nestes dois continentes. Há, no entanto, algumas exceções à regra. Uma delas é o trabalho de Christiane Hartnack sobre psicanálise na Índia colonial (p.ex. Hartnack, 1987; 2001). Expatriados britânicos como Owen Berkeley-Hill recorreram à psicanálise para legitimar o domínio colonial britânico. Em um ensaio que ele publicou no *International Journal of Psychoanalysis* em 1921, ele atribuiu características negativas aos hindus e características muito mais positivas a seus compatriotas ingleses. Berkeley-Hill também concluiu que os hindus não têm uma disposição psicológica para a liderança e, portanto, precisam ser governados. Opiniões similares foram expressas por outro expatriado britânico, Claud Dangar Daly. Em um ensaio que ele publicou na *Imago* em 1927, ele comparou os traços de caráter dos hindus com os dos europeus neuróticos. Outra estratégia para justificar o domínio colonial britânico foi comparar os hindus às crianças, e isso foi feito tanto por Berkeley-Hill quanto por Daly. Em um ensaio que Daly publicou no *International Journal of Psychoanalysis* em 1930, ele escreveu que “o povo hindu teria que fazer um esforço para superar suas tendências

infantis e femininas... O papel do governo britânico deve ser o de pais sábios” (Hartnack 2001; p. 67). Enquanto isso, psicanalistas indianos como Girindrasekhar Bose, um médico hindu de Bengali que fundou a Sociedade Psicanalítica Indiana em 1921, tiveram contato com os líderes do movimento de independência e seus escritos continham uma postura anticolonialista. Bose também rompeu com as doutrinas ortodoxas freudianas quando ele as considerou culturalmente inadequadas. Diferentemente de Freud, seus pacientes eram predominantemente masculinos e, ao contrário da doutrina da inveja do pênis, ele notou um desejo de se tornar feminino entre muitos deles. Ele também sugeriu que, nas famílias indianas, o pai tinha mais inveja do filho por causa da atenção que [o filho] recebia da mãe, e não o contrário, como a teoria do Complexo de Édipo predizia. O trabalho de Hartnack é um estudo exemplar da migração intelectual na história da psicologia. Ele mostra como alguns aspectos da psicanálise apresentaram falha na transferência de Viena para a Índia e os que conseguiram mudaram significativamente como resultado da migração.

Estes exemplos não pretendem ser exaustivos. Muitos outros exemplos poderiam ter sido dados. Eles mostram que já existe uma grande quantidade de literatura que é escrita de uma perspectiva policêntrica, mesmo quando não é descrita conscientemente como tal. Eles também são indicativos da diversidade de tópicos que podem ser examinados usando uma perspectiva policêntrica.

## Conclusão

A prática de confundir a história da psicologia nos Estados Unidos com a história da psicologia em geral está, gradualmente, dando lugar a um quadro mais diversificado das origens internacionais do campo. Entretanto, dentro deste quadro há uma tendência infeliz de substituir uma história local por várias histórias locais. Isso resulta em uma visão imprecisa da história da psicologia. Psicólogos em diferentes países têm estado em contato uns com os outros desde os primórdios da disciplina e muitas de suas mais importantes características surgiram como resultado desse contato. Considerar países individuais isoladamente significa que tópicos importantes são deixados de fora. Uma história da psicologia que é adequada ao assunto em questão não pode ignorar tópicos como relações de poder e vieses e barreiras culturais.

## Referências

Baker, D. B. (2012). *The Oxford handbook of the history of psychology: Global Perspectives*. Oxford: Oxford University Press.

Benjafield, J. G. (2012). The long past and short history of the vocabulary of Anglophone psychology. *History of Psychology*, 15, 50-71. DOI 10.1037/a0030532

Boring, E. G. (1929). *A history of experimental psychology*. New York: Appleton-Century.

Boring, E. G. (1950). *A history of experimental psychology*. (2nd ed.) New York: Appleton-Century-Crofts.

Brock, A. C. (2006a). Introduction. In A. C. Brock (Ed.), *Internationalizing the history of psychology* (pp. 1-15). New York: New York University Press.

Brock, A. C. (2006). *Internationalizing the history of psychology*. New York: New York University Press.

Brock, A. C. (2012). Ireland. In D. B. Baker (Ed.), *Oxford handbook of the history of psychology* (pp. 289-306). New York: Oxford University Press.

Brock, A. C., Igarashi, Y., Jaco-Vilela, A. & Klappenbach, H. (2012). *Towards a polycentric history of psychology*. Symposium conducted at the XXX International Congress of Psychology in Cape Town, South Africa. Abstracts published in *History of Psychology, International Journal of Psychology*, 47:sup1, 459-466, DOI 10.1080/00207594.2012.709109

Carson, J. (2007). *The measure of merit: Talents, intelligence, and inequality in the French and American republics, 1750-1940*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.

Danziger, K. (1990). The autonomy of applied psychology. Paper presented at the XXII Congress of the International Association

of Applied Psychology in Kyoto, Japan. Available at  
<http://www.kurtdanziger.com/Paper%202.pdf>

Danziger, K. (1991). Introduction. *History of the Human Sciences*, 4, 327-333. DOI 10.1177/095269519100400301. Available at  
<http://www.kurtdanziger.com/editor%20introduction.pdf>

Danziger, K. (1996). Towards a polycentric history of psychology. Paper presented at the 26<sup>th</sup> International Congress of Psychology in Montréal, Canada. Available at  
<http://www.kurtdanziger.com/Paper%209.pdf>

Danziger, K. (2006). Universalism and indigenization in the history of modern psychology. In A. C. Brock (ed.), *Internationalizing the history of psychology* (pp. 208-225). New York: New York University Press. Available at <http://www.kurtdanziger.com/Brock2.pdf>

Danziger, K. (2008). Review of *The Measure of Merit* by John Carson. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 44, 180–18. DOI 10.1002/jhbs.20258

Hartnack, C. (1987). British psychoanalysts in colonial India. In M. G. Ash & W. R. Woodward (Eds.), *Psychology in twentieth-century thought and society* (pp. 233–253). Cambridge: Cambridge University Press.

Hartnack, C. (2001). *Psychoanalysis in colonial India*. New Delhi: Oxford University Press.

Hewstone, M., Liebkind, K., Lewicka, M., Laszlo, J., Voci, A., Contarello, A., & Petkova, K. (2012) An evaluation of the impact of the European Association of Social Psychology: A response to Schruijer (2012). *History of the Human Sciences*, 25, 117 - 126. DOI 10.1177/0952695111434464

Kim, U., & Berry, J. W. (1993). *Indigenous psychologies: Experience and research in cultural context*. Newbury Park, California: Sage.

Kim, U., Yang, K.-S., & Hwang, K.-K. (2006). *Indigenous and cultural psychology: Understanding people in context*. New York: Springer.

Klappenbach, H. (2013). French ideas in the beginnings of psychology in Argentina. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13, 1204-1219. Available at <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8613/6582>

Klappenbach, H. & Carpintero, H. (2013). An interview with Dr. Hugo Klappenbach (Interviewed by Prof. Helio Carpintero). *IAAP Bulletin*, 25, 51-55. Available at <http://www.iaapsy.org/uploads/newsletters/october2013iaapbulletin.pdf>

Lamiell, J. T. (2003). *Beyond individual and group differences: Human individuality, scientific psychology, and William Stern's critical personalism*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.

Lamiell, J. T. (2012). Introducing William Stern (1871-1938). *History of Psychology, 15*, 379-384. DOI 10.1037/a0027439

Leong, F. T. L., Pickren, W., Leach, M. M. & Marsella, A. J. (Eds.) (2012). *Internationalizing the psychology curriculum in the United States*. New York: Springer.

Marková, I. (2012). 'Americanization' of European Social Psychology *History of the Human Sciences, 25*, 108-116, DOI 10.1177/0952695111435066

Moscovici, S., & Marková, I. (2006). *The making of modern social psychology: The hidden story of how an international social science was created*. Cambridge: Polity Press.

O'Donnell, J. M. (1979). 'The crisis of experimentalism in the 1920's: E. G. Boring and his uses of history. *American Psychologist, 34*, 289-295. DOI 10.1037/0003066X.34.4.289

Pickren, W. E. (2009). Indigenization and the history of psychology. *Psychological Studies, 54*, 87-95. DOI 10.1007/s12646-0090012-7

Pickren W. E., & Rutherford, A. (2010). *A history of modern psychology in context*. Hoboken, New Jersey: Wiley.

Schruijer, S. G. L. (2012). Whatever happened to the 'European' in European social psychology? A study of the ambitions in founding the European Association of Experimental Social Psychology. *History of the Human Sciences*, 25, 88-107. DOI 10.1177/0952695111427365

Sensales, G., & Dal Secco, A. (2014). The rise of a science in the early twentieth century: The forgotten voice of Gualtiero Sarfatti and the first "social psychology" volumes in Italy. *History of Psychology*, 17, 36-49. DOI 10.1037/a0035336.

Staeuble, I. (2004). De-centering Western perspectives: Psychology and the disciplinary order in the First and Third World. In A. C. Brock, J. Louw, & W. van Hoorn (Eds.), *Rediscovering the history of psychology: Essays inspired by the work of Kurt Danziger* (pp. 183–205). New York: Kluwer.

Stevens, M. J., & Gielen, U. P. (2007). *Toward a global psychology: Theory, research, intervention and pedagogy*. Hove: Psychology Press.

Stevens, M. J., & Wedding, D. (2004). *Handbook of international psychology*. New York: Brunner-Routledge.

# Rumo a uma História Policêntrica da Psicologia

*Kurt Danziger*

*Tradução de Artur Medeiros Leite*

*Revisão da tradução de André Elias Morelli Ribeiro*

## Resumo

As histórias mais influentes da psicologia tendem a adotar a perspectiva de um centro específico de desenvolvimento psicológico, na maioria das vezes os EUA, com os desenvolvimentos em outros locais formando uma espécie de periferia. Conceitualizações e práticas favorecidas pelas condições sociais do centro são tratadas como princípios fundamentais universalmente válidos da disciplina, enquanto o conhecimento que emerge na periferia é frequentemente reconhecido apenas com significância local. Mais recentemente, este modelo tornou-se difícil de se sustentar, e a história do campo é mais facilmente observada se for em termos de uma interação entre vários centros focais. Tal perspectiva leva a uma análise da forma como a geração, transmissão e aplicação do conhecimento psicológico tem sido moldada pelas relações de poder, bem como por preconceitos e barreiras culturais. Uma história policêntrica tem uma relevância considerável para os desenvolvimentos atuais no âmbito da disciplina.

Existe uma história da psicologia? Será que existe uma narrativa linear definitiva começando com as origens da especulação psicológica na Grécia Antiga, seu longo aprisionamento no discurso

filosófico da Europa medieval e pós-medieval, a sua libertação pelos métodos laboratoriais do século XIX, e o seu florescimento na América do século XX? Muitos livros escolares americanos seguiram esse caminho histórico. No entanto, há várias razões pelas quais este caminho é enganador. Por um lado, a psicologia, no sentido disciplinar moderno, tem uma presença histórica relativamente breve - cerca de um século. Mesmo o uso do termo "psicologia" para distinguir um determinado assunto não é muito mais antigo do que isso - em inglês, apenas meio século mais velho. Cabe aos historiadores, portanto, escolher o que deve ser incluído e excluído da história de uma matéria que não foi reconhecida como tal durante a maior parte da sua história. As suas escolhas serão obviamente afetadas pelos seus interesses atuais, pelos seus horizontes intelectuais e pelos seus preconceitos. A narrativa linear da história da psicologia é criação dos historiadores - não é o reflexo de um curso inequívoco de acontecimentos. Por esta razão, um proeminente historiador britânico do assunto sugeriu que "a história da psicologia deveria ser abandonada" (Smith, 1988).

Existe outra razão pela qual não pode existir tal coisa como a história da psicologia, mesmo se nos restringirmos à psicologia moderna. Esta disciplina não se desenvolveu a partir de uma única semente que brotou em um local específico, e certamente não do laboratório de Wundt em Leipzig. A psicologia americana do século XX representa uma ruptura praticamente completa com tudo o que Wundt representava, a começar pela sua insistência em que a psicologia permanecesse filiada à filosofia. É preciso ir ao laboratório antropométrico de Galton em Londres, à clínica de Charcot em Paris, ao *Bureau of Salesmanship Research* do Instituto

Carnegie de Tecnologia em Pittsburgh, e a muitos outros lugares se quisermos realmente rastrear as raízes da psicologia moderna. Diferentes versões da psicologia moderna apareceram mais ou menos ao mesmo tempo em vários países. Estas versões também não foram objeto de uma fusão progressiva. Pelo contrário, durante as três décadas entre 1915 e 1945, a distância entre as diferentes psicologias nacionais não se estreitou, alargou-se. Portanto, é apenas privilegiando certos desenvolvimentos locais em detrimento de outros que é possível construir algo como a história da psicologia, mesmo para o século mais recente.

Mas quais desenvolvimentos locais serão destacados desta forma? Quais métodos determinarão essa escolha? No passado, dois critérios desempenharam um papel proeminente. Primeiro, havia a filiação do historiador com uma parte específica da disciplina, uma filiação que poderia facilmente levá-lo a atribuir um papel central, unificador, a essa parte, substituindo até mesmo a história dessa parte pela história do campo como um todo. Um exemplo bem conhecido é apresentado em *A History of Experimental Psychology* [Uma História da Psicologia Experimental] de Edwin Boring, publicado em 1950, onde os aspectos experimentais tradicionais da disciplina estão no centro das atenções e todo o resto se torna uma questão de interesse meramente periférico. Tem sido sugerido que este viés estava ligado ao envolvimento do autor em políticas intra-disciplinares, e que ele representava os interesses dos experimentalistas (O'Donnell, 1979).

Mas a ênfase numa parte da disciplina às custas do resto não forneceu o único nem o mais importante critério para privilegiar

certos desenvolvimentos históricos. Um segundo critério tem a sua fonte na diversidade nacional da psicologia, o que dá margem a relatos históricos organizados em torno de uma determinada tradição nacional. Desde que este viés seja explícito, não há nada de questionável nele.

Todavia, uma complicação grave é introduzida pelo desenvolvimento nacional extremamente desigual da psicologia moderna. Na maioria dos países, a disciplina teve dificuldades em se estabelecer. Uma grande exceção foram os EUA. Ao longo do século XX, a psicologia floresceu ali como em nenhum outro lugar. A emergência da predominância econômica e militar dos Estados Unidos, junto da devastação das guerras e dos desastres políticos na Europa e em outros locais, resultou em uma posição dominante da psicologia estadunidense em escala mundial. O fato de a disciplina parecer ter um centro geográfico reconhecível impôs uma estrutura particular à sua historiografia (Danziger, 1991). Os manuais americanos sobre a história da psicologia poderiam ignorar praticamente tudo fora dos EUA e ainda assim afirmar, com algum grau de plausibilidade, que estavam a apresentar não uma história da psicologia estadunidense, mas uma história da psicologia moderna enquanto tal. Outras histórias com base nacional teriam de aceitar suas posições de histórias meramente locais. Contudo, uma história de psicologia que sai da sua perspectiva dos desenvolvimentos americanos é tanto uma história local quanto uma história sem sua perspectiva dos desenvolvimentos como, por exemplo, no Japão ou na Índia.

O tempo em que isso poderia passar despercebido já passou. Isso se deve ao declínio gradual da predominância norte-americana

e à proeminência relativamente maior de vários outros centros de atividade disciplinar significativa. Como resultado, a imagem de uma disciplina que tem um centro geograficamente definido está desaparecendo rapidamente. O modelo de centro e periferia está sendo substituído por um modelo policêntrico (ver, por exemplo, Moghaddam, 1987).

De certa forma, a psicologia moderna está regressando ao lugar onde começou: uma posição policêntrica, na qual existem centros diversos, mas intercomunicantes, de trabalho psicológico que refletem uma diversidade de condições e tradições locais (Danziger, 1991). À medida que esses centros emergem contra um pano de fundo histórico recente de dominação de um centro, eles sentem, antes de tudo, a necessidade de definir sua própria identidade histórica. Isso assume frequentemente a forma de uma história "contribucionista", na qual figuras locais recebem o seu devido reconhecimento. A seu tempo, porém, ocorre algo análogo ao que Woodward (1994: 203), falando de historiografia feminista, tem referido como "uma mudança da Gestalt de buscar predecessores e modelos para construir a ciência de forma diferente". O que isso significa?

Primeiramente, é necessário reconhecer que a metáfora do centro e da periferia se aplicava não só a nível geográfico, mas também do conteúdo conceitual e da metodologia. Implicava um modelo particular da estrutura interna da disciplina. Desde que esse modelo prevalecesse, os desenvolvimentos na periferia poderiam ser vistos como sujeitos a influências sociais locais, enquanto o centro representaria valores universais ou mesmo a racionalidade enquanto tal.

Certas áreas da disciplina, geralmente envolvendo compromissos metodológicos particulares, foram designadas como áreas “básicas” ou “nucleares”, e outras como áreas “de aplicação”. Nas áreas nucleares, a investigação experimental consistia em descobrir princípios universais de funcionamento psicológico, enquanto nas áreas periféricas, procedimentos menos rigorosos poderiam ser suficientes para estudar as manifestações locais destes princípios. Os princípios básicos foram sempre concebidos como a-sociais e a-históricos, e a sua investigação foi tipicamente conduzida de forma descontextualizada. Exemplos de tais princípios são as chamadas leis da aprendizagem ou os princípios da cognição. Supõe-se que não haja nada intrinsecamente social nessas leis e princípios; pensa-se que se aplicam a organismos e mentes individuais, independentemente do conteúdo social da aprendizagem ou da cognição. Presume-se desde já que as leis da aprendizagem e os princípios da cognição são os mesmos em todos os lugares e em todos os momentos. Têm o mesmo tipo de universalidade que as leis e os princípios da química. No entanto, assim como na química, as condições locais podem afetar os resultados do seu funcionamento. Em psicologia, estas condições locais são frequentemente de natureza social. Por isso, obtemos um modelo dualista: por um lado, processos básicos, que são considerados como características inerentes de organismos individuais e mentes individuais e, por outro lado, condições sociais locais que afetam as manifestações específicas destes processos. O núcleo da ciência psicológica é constituído pela investigação de processos básicos universalmente válidos; o estudo da psicologia humana no contexto social e histórico, no entanto, é considerado periférico a este esforço

central, menos importante porque os seus resultados não são universalmente generalizáveis.

Houve sempre um paralelismo muito marcado entre o núcleo e a periferia a nível da geografia e a do conteúdo disciplinar. As pessoas da periferia geográfica normalmente não dispunham de recursos para montar grandes investigações de processos básicos. Esse tipo de coisa geralmente continuava sendo uma prerrogativa dos que se encontravam no centro geográfico. Os que se encontravam na periferia geográfica normalmente tinham de se contentar em estar também na periferia científica. Se reivindicassem a validade universal das suas descobertas, poderiam esperar que essas reivindicações fossem ignoradas. Mas mais frequentemente não fizeram tais afirmações; aceitando a liderança de um centro distante, atribuíram ao seu próprio trabalho um significado puramente periférico em termos da disciplina como um todo. Eles assumiam as categorias conceituais e os imperativos metodológicos do centro e tentavam o seu melhor para os aplicar em condições locais que diferiam profundamente das que prevaleciam no centro. Estavam sujeitos às limitações impostas por aquilo a que por vezes se chamou uma "consciência emprestada" (Easton, 1991).

Em anos mais recentes esta situação mudou a ponto de a estrutura da disciplina, tanto a nível conceitual quanto a nível geográfico, já não estar em conformidade com o modelo de um centro preeminente e da sua periferia. Eu já discuti a descentralização geográfica. Conceitualmente, a disciplina foi fracionada em numerosos subcampos que, na sua maioria, têm pouquíssimas ideias em comum. A era da "grande teoria", quando um único conjunto de princípios unificava a disciplina, já passou há

muito tempo. Mesmo ao nível da metodologia, que sempre uniu a disciplina de maneira muito mais eficaz do que qualquer teoria, há fortes sinais de um ecletismo em avanço e de uma crescente receptividade a procedimentos que outrora foram considerados inaceitáveis.

Creio que as mudanças na historiografia da psicologia devem ser vistas à luz destes desenvolvimentos. É dito que cada época tem de escrever o seu próprio tipo de história. Se for esse o caso, a historiografia policêntrica que agora emerge parece certamente apropriada para a nossa era de descentralização crescente, tanto a nível geográfico quanto conceitual. Esta mudança para uma compreensão policêntrica da história da disciplina favoreceu uma mudança para uma historiografia mais contextualista. Enquanto houvesse uma equação de uma verdade gerada localmente com a verdade enquanto tal, a questão das raízes sociais dessa verdade não era passível de ser colocada. Mas com o fim do privilégio, tanto a nível geográfico quanto conceitual, a inteligibilidade dos relatos alternativos repousa em vê-los nos termos do seu contexto social.

Para uma historiografia policêntrica, a questão de como caracterizar o contexto social torna-se, assim, crucial. Aqui há duas tentações, que são na realidade duas faces da mesma moeda, as quais penso que se deve resistir. Uma tentação é adotar o discurso popular da modernização e escrever a história da psicologia mundial em termos da marcha progressiva da psicologia científica, ou seja, modernista. O que este tipo de relato ignora é que a modernidade não vem num único modelo, que é sempre a versão de alguém moderno, seja estadunidense, japonês, alemão, russo, ou o que quer

que seja. Em cada caso, as características culturais locais foram incorporadas numa versão particular do modernismo. Não existe um tal moderno transcendente, que flutua acima de todas as culturas locais.

O outro lado desta moeda é formado por uma romantização das tradições locais, que ignora a interligação muito real das influências locais que sempre foi uma característica tão significativa da história da psicologia moderna. Existe uma grande diferença entre uma historiografia policêntrica da disciplina e a simples adição, em capítulos desconexos, de uma história local após outra. O que é necessário agora não é uma série de visões paroquiais, mas um enfoque nas inter-relações mutáveis entre os centros que constituíram a história mundial do sujeito no período moderno.

Devo salientar novamente que a "inter-relação entre centros" deve ser entendida tanto no sentido geográfico como no sentido de conteúdos particulares. Quando estudantes de muitos países migraram para Leipzig e para outros centros alemães no final do século XIX e início do século XX, e depois voltaram para casa com novas ideias, estabeleceram um padrão que deveria ser repetido ao longo da história moderna da disciplina, embora a direção da viagem tenha mudado. É claro que a busca de estudos formais no exterior era apenas uma via pela qual os vínculos internacionais eram estabelecidos.

Os livros eram traduzidos e comercializados, o dinheiro era investido em fundos para bolsas de estudo, os instrumentos eram exportados e importados, realizavam-se inúmeras conferências, e assim por diante. A longo prazo, nenhuma tradição local poderia ser

alheia a isto, mas o resultado também não foi uma homogeneização completa do discurso psicológico (Sloan, 1990).

Uma historiografia policêntrica deve tentar fazer justiça à complexidade de tais fenômenos. Para tal, deve trabalhar com categorias que procuram captar as inter-relações entre centros, em vez das características dos centros considerados isoladamente. A migração intelectual é talvez a mais óbvia destas categorias, não só em referência a pessoas, mas, mais significativamente, em referência a conceitos e práticas. O que aconteceu com os conceitos psicológicos, teorias, procedimentos, quando foram feitas tentativas de transplante? Por que é que alguns destes provaram ser viajantes muito melhores do que outros? Como é que viajar os mudou, por vezes para além do reconhecimento? Quem os considerou úteis e por quê? Há histórias de transferência bem-sucedidas para serem contadas aqui, mas também histórias de mal-entendidos, erros de tradução, incompreensão total e hostilidade direta que são muitas vezes mais esclarecedoras.

A ligação entre conhecimento e poder não pode ser ignorada ao considerar tais questões. Levantam-se questões sobre as circunstâncias em que a difusão de conhecimentos e práticas psicológicas modernistas pode ser vista como uma manifestação do imperialismo cultural. Tem-se observado que a proliferação da disciplina da psicologia em todo o mundo deve muito à "publicidade norte-americana do seu valor na sociedade" (Valsiner, 1996, p.129). Ao mesmo tempo, a conceitualização do contraste entre "nós", significando os modernizadores cientificamente iluminados, e "eles", significando os tradicionalistas atrasados, foi historicamente ligada ao papel desempenhado pela ciência social ocidental,

incluindo a psicologia, em projetos imperialistas (Staeuble, 1992). A forma como tais contrastes convergiram com certos padrões metodológicos nas ciências sociais começa agora a tornar-se aparente.

Outras questões referem-se a até que ponto a resistência a ideias importadas, uma espécie de protecionismo intelectual, moldou a história da psicologia moderna. Tal resistência desempenhou certamente um papel importante na história da psicologia moderna dos EUA. O seu primeiro meio século foi, afinal, um período de "indigenização" que resultou na americanização de conceitos e práticas originárias do clima intelectual e social muito diferente da Europa.

Nesta perspectiva, a história da psicologia moderna não pode ser considerada como um movimento unilinear do pré-moderno para o moderno (Mitchell & Abu-Lughod, 1993), onde o moderno é identificado como sendo científico, o pré-moderno como sendo pré-científico. As concepções do que significa ser científico em psicologia têm variado em diferentes momentos e em diferentes lugares (ver por exemplo Danziger, 1990; Dehue, 1995), e cada concepção do científico tem implicado uma concepção correspondente do não científico. É claro que é possível escrever um relato histórico em termos de desenvolvimentos lineares que conduzem a qualquer variante favorecida da cientificidade. Mas todos esses relatos sofrem de uma arbitrariedade fatal. Uma historiografia policêntrica os substituiria por estudos sobre o desenvolvimento de co-construções de diferentes versões da modernidade e da pré-modernidade.

Tais estudos teriam que romper com outra poderosa convenção da historiografia tradicional da psicologia, o seu marcante enfoque disciplinar. A história da psicologia moderna é geralmente identificada com a história da disciplina de psicologia, onde seus limites são definidos pelas estruturas organizacionais acadêmicas e profissionais, e não pelo assunto em si. Um tópico é considerado parte da história da psicologia moderna a depender de sua recepção por departamentos acadêmicos e associações profissionais. Mas isso também está sujeito a variações locais e temporais. Exemplos comuns de tópicos com estatuto variável são a psicanálise, a grafologia, a parapsicologia, e grande parte da psicologia social. No entanto, em vez de serem tomados como garantidas, as fronteiras organizacional e administrativamente impostas tornam-se um importante foco de investigação para uma historiografia policêntrica. As razões localmente variáveis para a construção de tais fronteiras e seus efeitos históricos constituem características importantes de desenvolvimentos variantes em diferentes partes do mundo. Claramente, quando a construção histórica de fronteiras disciplinares se torna objeto de investigação, a perspectiva de uma história puramente intradisciplinar tem de ser abandonada. Os estudos históricos poderão então contribuir para um resultado há muito esperado, nomeadamente, a "desparouquização das disciplinas" (Prewitt, 1996).

Isso levanta a questão da relação entre a disciplina e a sua história. É óbvio que a nova historiografia irá mudar esta relação. A historiografia linear mais antiga tomou as ciências naturais como modelo para a relação entre a história e o conteúdo disciplinar. Nas ciências naturais, realizações teóricas e práticas investigativas são

geralmente consideradas independentes da cultura local. Por conseguinte, a história de uma ciência, especialmente a sua história social, é vista como irrelevante para as questões atuais dessa ciência. Um físico não precisa de ser esclarecido sobre a história da física para ser um bom físico. Nas ciências sociais, contudo, a reivindicação da independência de categorias científicas de tradições culturais específicas é bastante menos plausível. O sujeito e o objeto de estudo estão geralmente ligados por entendimentos culturais comuns que são o produto de uma certa experiência histórica. A relação entre as ciências sociais atuais e os estudos históricos é, portanto, potencialmente mais próxima do que no caso das ciências naturais (Danziger, 1994).

Uma historiografia policêntrica da psicologia teria de explorar a dependência histórica das categorias e procedimentos da psicologia científica das crenças culturalmente enraizadas e das formas locais de prática institucionalizada (Danziger, 1997). É provável que isso reforce as tendências existentes na direção de uma forma de prática disciplinar menos autocrática e mais autorreflexiva. Mas a localização é apenas um lado do processo histórico. O outro lado envolve a interação de centros e a consequente emergência de entendimentos comuns, bem como uma diferenciação renovada. No passado, certas categorias de discurso psicológico geradas localmente eram frequentemente consideradas como as únicas descrições verdadeiras dos atributos universais de uma "natureza humana" atemporal. Na medida em que foram incorporadas na metodologia a-histórica da chamada "psicologia transcultural", eram imunes à refutação empírica. Uma abordagem diferente da história da psicologia, contudo, oferece a possibilidade de uma outra

perspectiva sobre a questão da universalidade dos fenômenos psicológicos. Embora seja errado começar por tomar tal universalidade como certa, pode-se tratá-la como um resultado possível de condições históricas específicas que estão abertas à investigação. "Os significados trans-sociais emergem não como resultado de truques metodológicos, mas de um processo histórico real" (Stompka, 1990). A psicologia moderna, com suas categorias e métodos universalizantes, pode muito bem receber um papel significativo nesse processo. A nova historiografia está bem-posicionada para investigar tais questões.

Assim, o afastamento de uma história linear unifocal para uma história policêntrica socialmente contextualizada não é uma questão de interesse apenas para os aficionados no estudo de antiguidades. Implica uma forte ligação entre a reflexão histórica e a prática atual, e irá aproximar muito mais a identificação da psicologia das ciências sócio-históricas do que das ciências naturais. Em última análise, isso envolve uma historicização há muito esperada do conhecimento psicológico.

## **Nota**

Versão revista e alargada de uma comunicação apresentada no 26º Congresso Internacional de Psicologia em Montreal, Agosto de 1996.

## **Referências**

Boring, E.G. (1950). *A history of experimental psychology*, 2nd ed. New York: Appleton-CenturyCrofts.

Danziger, K. (1990). *Constructing the subject: Historical origins of psychological research*. New York: Cambridge University Press.

Danziger, K. (1991). Introduction: Special issue on new developments in the history of psychology. *History of the Human Sciences*, 4, 327-333.

Danziger, K. (1994). Does the history of psychology have a future? *Theory & Psychology*, 4, 467-484.

Danziger, K. (1997). *Naming the mind: How psychology found its language*. London: Sage.

Dehue, T. (1995). *Changing the rules: Psychology in the Netherlands, 1900-1985*. New York: Cambridge University Press.

Easton, D. (1991). The division, integration and transfer of knowledge. In D. Easton and C.S. Schelling (Eds.), *Divided knowledge: Across disciplines, across cultures* (pp. 7-36). Newbury Park, CA: Sage.

Mitchell, T. and Abu-Lughod, L. (1993). Questions of modernity. *SSRC Items*, 47 (4), 79-83.

Moghaddam, F.M. (1987). Psychology in the three worlds: As reflected by the crisis in social psychology and the move toward

indigenous Third World psychology. *American Psychologist*, 42, 912-920.

O'Donnell, J.M. (1979). The crisis of experimentation in the 1920's: E.G. Boring and his uses of history. *American Psychologist*, 34, 289-295.

Prewitt, K. (1996). Presidential items. *SSHRC Items*, 50 (1), 15-18.

Sloan, T.S. (1990). Psychology for the Third World? *Journal of Social Issues*, 46, 1-20.

Smith, R. (1988). Does the history of psychology have a subject? *History of the Human Sciences*, 1, 147-177.

Staeuble, I. (1992). Wir und die Anderen: Ethnopsychologische Konstruktionen im Wandel. *Psychologie und Geschichte*, 4, 140-157.

Stompka, P. (1990). Conceptual frameworks in comparative inquiry: Divergent or convergent? In M. Albrow & E. King (Eds.), *Globalization, knowledge and society* (pp. 47-58). London: Sage.

Valsiner, J. (1996). An international journal from Africa. *Culture & Psychology*, 2, 129-134.

Woodward, W.R. (1994). Beyond the white male cannon: Teaching postcolonial history of psychology. *Psychologie und Geschichte*, 6, 200-211.

# Presentismo e Diversidade na História da Psicologia

*Adrian Brock*

*Tradução de Anna Clara Domingues Cabral de Andrade*

*Revisão da tradução de André Elias Morelli Ribeiro*

*Publicado originalmente em: Brock, A. (2015). Presentism and diversity in the history of psychology. Psychol Stud, 60(4), 373–379.*

## Resumo

Produzir um verbete sobre história da psicologia para a enciclopédia online, a Wikipédia, tem se mostrado mais problemático do que se poderia esperar. Especificamente, alguém que usa o nome “Jagged\_85” na internet inseriu afirmações no intuito de mostrar que a maior parte dos grandes desenvolvimentos da história da psicologia tem suas origens no mundo árabe medieval. Afirmações similares e pelo menos uma tentativa de desafiar estas afirmações apareceram na literatura profissional. Também foi publicada uma edição especial da *newsletter online, Advances in the History of Psychology* voltada para essa temática, sob o título *Presentismo a serviço da diversidade?* [tradução nossa]. O termo “presentismo” tem vários significados, mas usualmente se refere à ideia de indicar visões do presente sobre o passado, ao invés de fazer uma tentativa séria de entender como as próprias figuras históricas entendiam o mundo. O presente artigo endossa a visão de que as afirmações de autores como “Jagged\_85” constituem presentismo, conforme o entendimento do senso comum. O artigo também

oferece sugestões sobre como chegar à diversidade sem este tipo de presentismo.

*Palavras-chave:* afirmações de prioridade; presentismo; diversidade; historiografia, indigenização

A inspiração para este artigo veio de uma fonte inusitada: o verbete da “história da psicologia” na enciclopédia online Wikipédia. O historiador canadense especialista em psicologia Christopher Green dedicou muito do seu tempo para melhorar esta e outras publicações relacionadas na enciclopédia e descobriu, para sua grande frustração, que outra pessoa estava alterando as publicações que ele havia feito (Green, 2008). É bem conhecido o fato de que qualquer um pode fazer alterações nas publicações da Wikipédia, independentemente de seus conhecimentos ou qualificações, e isso torna sua confiabilidade problemática.

A identidade da pessoa que estava fazendo as alterações nunca foi revelada, mas ela usou o nome de Jagged\_85. Todas as mudanças tinham uma certa linha lógica: envolviam atribuir a maioria dos principais avanços na história da psicologia a estudiosos árabes ou muçulmanos da idade média. Aqui estão alguns exemplos:

- Os primeiros hospitais psiquiátricos e manicômios foram construídos no mundo Islâmico medieval no século VIII ....
- Os conceitos de saúde mental e “higiene mental” foram introduzidas pelo médico muçulmano Ahmed ibn Sahl al- Balkhi (850–934)...

- Nos anos de 1010, o cientista árabe iraquiano Ibn al-Haytham (Alhazen) introduziu o método experimental em diversas áreas que hoje fazem parte da psicologia experimental ....
- Avicena foi um pioneiro da psicofisiologia e da medicina psicossomática. Ele reconheceu a 'psicologia fisiológica' no tratamento de doenças envolvendo emoções

Até mesmo o profeta Maomé foi denominado como “um importante psicólogo da idade média”<sup>1</sup>.

Se esta fosse apenas uma discussão sobre o verbete da Wikipedia para a história da psicologia, não seria nada além de um espetáculo interessante, ou seja, algo sem tanta relevância. No entanto, as afirmações de Jaded\_85 eram baseadas em citações de fontes que realmente foram publicadas. Por exemplo, o psicólogo sudanês Omar Khaleefa (1999) publicou um artigo no *American Journal of Islamic Social Science* no qual ele afirma que o verdadeiro fundador da psicofísica e, por consequência, da psicologia experimental, não foi Gustav Fechner ou Wilhelm Wundt, mas Ibn al-Haytham, um estudioso islâmico que viveu no Cairo no século XI. Essas afirmações foram reproduzidas, citadas e mencionadas em dezenas de sites árabes ou muçulmanos.

Qual é a verdadeira base para essas afirmações? Al-Haytham realmente fez pesquisas sobre a visão e a percepção. Sua obra mais importante é intitulada *Livro da ótica* [tradução nossa]. Esse livro foi

---

<sup>1</sup> Esses comentários foram reproduzidos no boletim informativo on-line, *Advances in the History of Psychology* (Green 2008). Eles ainda estavam na enciclopédia quando a verifiquei em 9 de janeiro de 2010, mas, desde então, o verbete foi alterado novamente (Anônimo 2010, 2015).

originalmente escrito em árabe, mas foi traduzido para o latim no século XII ou XIII e influenciou muitos estudiosos europeus da época. A prensa foi inventada tempos depois, assim, a única edição impressa da tradução latina foi publicada em 1571 (Lindberg, 1967). Como muitos estudiosos árabes medievais, as contribuições de al-Haytham foram reconhecidas apenas tardiamente no Ocidente. Certamente isso tem relação com o eurocentrismo, todavia não se pode esquecer também da dificuldade prática de acessar seu trabalho. Ela estava disponível exclusivamente em árabe e latim, e cópias deste livro eram raras. Uma tradução em inglês do *Livro da Ótica* [tradução nossa] não esteve disponível até 1989, mas, assim que ficou, cientistas da área como Ian Howard foram rápidos em reconhecer a importância do trabalho (Howard, 1996).

Tudo isso aconteceu antes de Khaleefa (1999) publicar seu artigo, e a única coisa que ele acrescentou foi a alegação de que al-Haytham deveria ser considerado o fundador da psicofísica e da psicologia experimental. O psicofísico canadense Craig Aen-Stockdale publicou recentemente uma crítica a essas afirmações na revista *Perception* (Aen-Stockdale, 2008). Ninguém duvida de que al-Haytham seja uma figura importante na história da ciência e, mais especificamente, na história da pesquisa sobre visão e percepção. Além disso, não restam dúvidas de que seu trabalho tenha sido, de fato, injustamente negligenciado. No entanto, a alegação de que ele fundou a psicofísica e a psicologia experimental é bastante questionável. Khaleefa (1999) escreve:

Se Ibn al-Haytham tivesse vivido por mais dez anos, ele poderia ter escrito um oitavo e nono capítulo do *The Book of Optics* intitulado *Psychophysics* e *Experimental Psychology*, combinando a psicologia com a física, ou mente e corpo. (Khaleefa, 1999, p. 22)

Isso é pura especulação. Al-Haytham pode ter feito essas e muitas outras coisas, mas, como o próprio Khaleefa (1999) mesmo reconhece, ele não o fez. Aaen-Stockdale (2008) escreve, “Al-Haytham fez grandes contribuições para a visão” (p. 638) mas acrescenta que “ao sugerir que, devido às contribuições de Al-Haytham para visão, ele fundou a psicofísica, essa proposta acaba por menosprezar a notável contribuição de Fechner e outros” (Aaen-Stockdale, 2008, p.638).

Quanto à alegação de que Al-Haytham deve ser considerado o fundador da psicologia experimental, esse papel é geralmente dado a Wilhelm Wundt, talvez em reconhecimento ao fato de que a psicologia experimental é um campo muito mais amplo do que a psicofísica. Diz-se que Wundt fundou seu laboratório de psicologia experimental na Universidade de Leipzig em 1879. A maior organização de psicólogos do mundo, a American Psychological Association, declarou 1979 como o ano centenário da psicologia, e o XXII Congresso Internacional de Psicologia foi realizado em Leipzig para marcar a ocasião. Khaleefa (1999) não discute essa versão dos eventos. Ele simplesmente assume que o fundador da psicofísica é também, por implicação, o fundador da psicologia experimental.

Reivindicações de prioridade na história da psicologia não são algo novo. Por volta do “centenário de Wundt”, alguns americanos tiveram dificuldade em aceitar que o fundador da psicologia experimental não era americano e começaram a apresentar a reivindicação rival de que William James já tinha um laboratório de psicologia experimental na Universidade de Harvard em 1875, ou seja, antes de Wundt. De acordo com Hillix (1980), uma das edições da revista mensal da American Psychological Association, a *Monitor on Psychology*, daquela época, contém um desenho mostrando Wundt e James envolvidos em um duelo, aparentemente sobre qual deles tinha o primeiro laboratório. Embora a maioria dos psicólogos tenha decidido a questão em favor de Wundt, alguns autores americanos ainda consideram isso “controverso” (p.e. Hergenhahn 2008).

Outro exemplo diz respeito às origens da palavra “psicologia”. É geralmente aceito que o termo foi usado pela primeira vez em sua forma latina, *psychologia*, no século XVI, e que a obra mais antiga que sobreviveu com a palavra em seu título foi publicada pelo estudioso alemão Rudolf Göckel, em 1590 (Brock 2014a). No entanto, um autor croata afirmou que ela já tinha sido usada no título de uma obra anterior de um colega croata, Marko Marulić. O problema instaurado é que a única evidência de sua existência é uma bibliografia escrita à mão das publicações de Marulićs, cuja data é desconhecida. O trabalho por si só nunca foi encontrado.

Essas reivindicações frequentemente servem como meio para o nacionalismo ou algum outro tipo de chauvinismo. Certamente não é coincidência que a nacionalidade ou origem étnica

da pessoa para quem se reivindica e da pessoa que faz a reivindicação sejam sempre as mesmas.

Também é interessante observar que as reivindicações de prioridade na Wikipedia estão relacionadas ao mundo árabe ou muçulmano. Essa região possui uma antiga civilização, mas o mesmo ocorre com a China, Índia e outras partes do mundo. Por que esse argumento não está sendo debatido sobre o Budismo ou o Confucionismo? Isso pode ter algo a ver com as antigas tensões entre o mundo muçulmano e a Cristandade, que remontam pelo menos às Cruzadas, e as tensões modernas sobre o apoio ocidental a Israel, os islâmicos radicais e a intervenção militar em lugares como Iraque e Afeganistão. Como frequentemente acontece, conflitos que parecem ser sobre o passado têm suas origens no presente.

### **Presentismo e a Diversidade em Oposição**

Christopher Green edita um boletim *online* chamado *Advances in the History of Psychology*. Em resposta à frustração que ele experimentou com as mudanças que estavam sendo feitas em seus verbetes, ele dedicou uma edição especial a esse tópico. A edição especial é intitulada *Presentism in the service of diversity?* (Green 2008). O termo "diversidade" será prontamente compreendido. Ele está relacionado à incorporação de materiais não ocidentais na história da psicologia. O termo "presentismo" será familiar para historiadores profissionais, incluindo historiadores da psicologia. No entanto, dado que este periódico é direcionado a um amplo

público de psicólogos, pode exigir alguma explicação. Green (2008) explica da seguinte forma:

Para o historiador profissional, as atribuições de Jagged\_85 cheiram a presentismo: a imposição de categorias e valores epistêmicos modernos às ações de pessoas do passado distante; pessoas estas que não compartilhavam nossas categorias e valores e que podem ter estado envolvidas em projetos bastante diferentes, apesar de sua semelhança superficial com os nossos. Não existia uma disciplina de 'psicologia' no período medieval islâmico, e as pessoas citadas, quaisquer que tenham sido suas intenções, não poderiam ter como objetivo promover tal disciplina.

Green convidou Jagged\_85 a responder a esses comentários, o que ele prontamente fez. Ele admite voluntariamente que não é um psicólogo, mas afirma que define a psicologia como "o estudo dos processos mentais e comportamentos" e qualquer pessoa que estudou essas coisas é um psicólogo, conforme ele próprio (Jagged\_85, 2008). Imagino que essa visão parecerá razoável para muitos psicólogos, especialmente aqueles que se preocupam em tornar a disciplina mais diversa. Por trás dessas diferenças, existem preocupações diferentes. Green está preocupado em escrever uma boa história, algo que pouco ou nada interessa a muitos psicólogos. Assim como os antropólogos que estudam culturas diferentes das suas próprias, os historiadores estudam o passado porque ele é diferente do presente. Como ficou famoso nas primeiras linhas do

romance *The Go-Between*<sup>2</sup>: "O passado é um país estrangeiro: eles fazem as coisas de maneira diferente lá" (Hartley, 1953, p. 3). Se insistirmos em projetar as visões do presente sobre o passado, as diferenças sutis e as nuances entre o presente e o passado serão negligenciadas.

Deve-se observar que essa visão não se baseia em uma definição *a priori* da psicologia. Os historiadores têm plena consciência de que as palavras podem mudar de significado ao longo do tempo. Portanto, eles trabalham com as definições que os próprios atores históricos usaram. Wundt claramente entendia que seu trabalho era como uma contribuição para um assunto chamado "psicologia", mesmo que a psicologia ainda fosse considerada um ramo da filosofia na época. No entanto, como Green aponta, al-Haytham não poderia ter entendido seu trabalho como uma contribuição para um assunto chamado "psicologia", porque não havia tal assunto na época. Todavia, esse aspecto da situação não é a parte mais interessante. Al-Haytham deve ter tido alguma compreensão do que estava fazendo, e um historiador sério buscará descobrir qual era essa compreensão. Pressupor antecipadamente que era "psicologia" será uma barreira para uma compreensão genuína do pensamento de al-Haytham. O mesmo se aplica para os outros estudiosos islâmicos medievais para os quais se reivindicou prioridade na história da psicologia.

---

<sup>2</sup> [N. da T.] Publicado no Brasil como *O Mensageiro*, pela editora Nova Alexandria.

## A Breve História da Psicologia e Seu Longo Passado

Essas questões nos levam para além das reivindicações de prioridade com as quais começamos e para o assunto mais complicado que a história da psicologia deveria, de fato, conter. Esse tópico foi discutido por dois eminentes historiadores britânicos da psicologia no final da década de 1980, em artigos que agora são considerados clássicos da área. O primeiro é de autoria de Graham Richards e tem o título, *Of what is history of psychology a history* (1987). Um dos revisores do manuscrito foi Roger Smith, e lê-lo o inspirou a escrever um artigo relacionado com o título, *Does the history of psychology have a subject?* (1988). Ebbinghaus (1908) escreveu uma célebre afirmação que dizia que a psicologia era uma disciplina com "um longo passado, mas uma curta história" (p. 3), e ambos os autores estão preocupados com a forma como a história da psicologia deve se relacionar com esse passado.

Os escritores de livros didáticos tradicionalmente têm sido ambivalentes sobre esse assunto. Por um lado, eles buscaram estabelecer as credenciais científicas da disciplina, remontando-a até a criação do laboratório de psicologia experimental de Wundt em 1879. Por outro lado, eles buscaram legitimidade fornecendo-lhe uma longa e distinta linhagem. Um dos ancestrais que foi cooptado nesse sentido é Aristóteles, com base no fato de que ele escreveu uma obra que é geralmente conhecida pelo título em latim *De Anima* (Sobre a Alma) (ca. 350 a.C./2008). Assim, um dos livros didáticos mais populares da década de 1960 era intitulado *The Great Psychologists from Aristotle to Freud* (Watson 1963).

Tanto Graham Richards quanto Smith defendem a visão de que Aristóteles não pode ser legitimamente chamado de "psicólogo", uma vez que não havia tal profissão na época em que ele estava escrevendo. Isso é claramente semelhante ao ponto levantado por Green em relação a al-Haytham. Possivelmente, Aristóteles tinha alguma ideia de como seu trabalho sobre o assunto da alma estava relacionada aos campos de conhecimento que existiam na época, e a tarefa do historiador é descobrir exatamente o que era essa ideia. Supor antecipadamente que era "psicologia" seria uma barreira para entender as visões do passado.

Não precisamos voltar tão longe quanto a Aristóteles para ilustrar esse ponto. Autores dos séculos XVII e XVIII, como John Locke, Thomas Hobbes e Adam Smith, escreveram sobre tópicos relacionados à psicologia, mas também escreveram sobre tópicos relacionados à filosofia, ciência política, economia, educação e, pelo menos no caso de Hobbes, física. Eles não estavam vinculados a essas categorias disciplinares porque elas não existiam. Provavelmente, eles se entendiam como fazendo "filosofia", embora seu entendimento desse termo fosse muito mais amplo que o nosso, e englobasse o que considerariamos as ciências naturais e sociais. Esse significado mais antigo do termo sobrevive na prática de conceder o título de "Doutor em Filosofia", ou "PhD" a pessoas de diversas disciplinas.

Richards e Smith chegam à conclusão óbvia de que a história da psicologia começa na segunda metade do século XIX e qualquer coisa que aconteceu antes disso não deve ser considerada "psicologia". Richards (2010) posteriormente publicou um livro didático que engloba essas visões. O primeiro capítulo é uma

discussão geral sobre a história da psicologia, o segundo capítulo é intitulado *Before Psychology: 1600-1850* e o terceiro capítulo trata da fundação da psicologia após 1850. Ele prontamente reconhece que as pessoas tinham pensamentos sobre o que é ser humano antes de 1850, mas ele chama isso de "discurso reflexivo" (p.20). É reflexivo no sentido de que envolve seres humanos tentando entender o que é ser humano. A psicologia é, obviamente, uma forma de discurso reflexivo, mas apenas uma forma. O discurso reflexivo pode ser encontrado em toda a gama das ciências humanas ou sociais, sociologia, antropologia, linguística etc., e em disciplinas como filosofia, teologia, história, literatura e direito, para citar apenas algumas.

Além de apontar que considerar o discurso reflexivo anterior a 1850 como psicologia é historicamente impreciso, Richards oferece um argumento mais prático para apoiar seus pontos de vista. Se todo o discurso reflexivo fosse incluído na história da psicologia, o assunto seria tão vasto que seria impossível de cuidar. Por que parar em Aristóteles? Shakespeare é geralmente considerado um observador perspicaz da condição humana, e isso pode explicar o apelo universal e duradouro de suas peças. Deveríamos rotulá-lo retroativamente como "psicólogo" também? O mesmo poderia ser dito de Platão, Tomás de Aquino, Kant, Marx, Darwin e qualquer outra pessoa que já tenha escrito sobre a condição humana. Com uma definição tão ampla de "psicologia", rapidamente chegaríamos ao ponto em que a história da psicologia se torna coincidente com a história da civilização humana.

## **Implicações para o Pensamento Não-ocidental**

Richards e Smith estão preocupados apenas com o pensamento ocidental anterior a 1850 e que tenha relação com a história da psicologia, mas suas opiniões têm implicações óbvias para o pensamento não ocidental. Se recusarmos a considerar o trabalho de Aristóteles como "psicologia", a coerência exigiria que fizéssemos o mesmo com o trabalho de Buda, Confúcio, os Upanishads e Lao-Tsé. Eles pertencem ao que Richards chama de discurso reflexivo, e não à forma moderna desse discurso reflexivo a que chamamos de "psicologia". Esta última tem suas origens na Europa Ocidental e foi exportada de lá para o resto do mundo. Existem algumas histórias interessantes a serem contadas a esse respeito. Por exemplo, os chineses não tinham uma palavra para "psicologia" quando a literatura sobre o assunto começou a chegar do Ocidente no final do século XIX, então surgiram controvérsias sobre como o termo deveria ser traduzido. Eventualmente, decidiu-se expressá-lo usando um composto de três caracteres chineses que representavam "coração", "espírito" e "estudo" (Blowers 2006). Os problemas aqui não são diferentes dos problemas resultantes da aplicação das categorias epistêmicas do presente ao passado. Se assumirmos que a China tinha psicologia desde sempre, esse aspecto de sua história será negligenciado.

Alguns podem estar dispostos a reconhecer que a psicologia tem suas origens na Europa e que foi exportada de lá para o resto do mundo, mas irão categorizá-la como "psicologia ocidental". Surge então a questão de saber se existe algum outro tipo de psicologia. Nesse sentido, a expressão "psicologia indígena" poderia

ser considerada um paradoxo, já que a psicologia não é nativa dos lugares onde esse termo é normalmente empregado. Seria mais preciso falar de "psicologia indigenizada" (Brock 2014b).

A pessoa que mais escreveu sobre esse assunto foi a historiadora alemã da psicologia, Irmgard Staeuble (p.e. 2004, 2006). Ela destaca que as várias disciplinas que compõem as ciências humanas ou sociais não devem ser tomadas como certas. Elas são um produto de uma determinada época e lugar e refletem um conjunto particular de visões. Há certa ironia no fato de que psicólogos indianos, como Durganand Sinha, reclamarem da orientação individualista da psicologia ocidental, já que foi precisamente a visão de que os indivíduos poderiam ser compreendidos à parte da sociedade, cultura e história que levou à criação das várias disciplinas que se especializam nesses aspectos. Sua conclusão é que essas disciplinas devem ser abandonadas em favor de uma ciência social unificada, e ela faz esse ponto não apenas por motivos ideológicos, mas também por motivos práticos. Em países com recursos limitados, não faz sentido replicar a estrutura disciplinar do Ocidente, com seus departamentos separados, livros, conferências, periódicos e coisas do tipo.

Tenho minhas dúvidas quanto à viabilidade dessa sugestão. As diversas disciplinas que compõem as ciências humanas e sociais estão agora tão firmemente estabelecidas nas universidades e na sociedade em geral que será difícil renunciar a elas. Programas interdisciplinares existem, mas um dos problemas deles é que seus alunos frequentemente têm dificuldade em encontrar emprego em outros lugares. Dito isso, acredito ser importante manter a distinção entre o que Richards chama de "discurso reflexivo" e essa forma

específica de discurso reflexivo que chamamos de "psicologia". Psicólogos de países não ocidentais que insistem em considerar suas próprias tradições intelectuais como "psicologia" podem estar involuntariamente envolvidos em um ato de imperialismo cultural, pois estão interpretando-as através do filtro de um conceito que tem suas origens no Ocidente.

### **Diversidade sem Presentismo**

É possível ter diversidade sem presentismo? Tudo depende do que entendemos por presentismo. Um dos colaboradores para a edição especial de *Advances in the History of Psychology*, que usa o nome de usuário "Knitting Clio" na internet, acusou Green de presentismo ao tomar a psicologia como ela existe atualmente como ponto de partida para sua visão de sua história (Knitting Clio 2008). Os historiadores geralmente não têm problemas com essa compreensão do termo. É semelhante ao que o historiador francês Michel Foucault chamou de "uma história do presente" (p.e. Garland 2014) ou ao que Smith (1988) chamou de "presentismo ponderado" (p. 151). Os historiadores reconhecem que vivem no presente e que as questões que fazem à história são impulsionadas por preocupações atuais. O trabalho histórico só é presentista no sentido pejorativo do termo se as respostas a essas questões também tiverem suas origens no presente.

Um passo importante para alcançar diversidade na história da psicologia é seguir o conselho de Smith de que "a história da psicologia deve ser abandonada" (1988, p. 162). Narrativas de história da psicologia são inevitavelmente seletivas. Às vezes, o autor

pode não estar consciente de que está ocorrendo uma seleção. Você não pode decidir deixar algo de fora da história da psicologia se não estiver ciente de sua existência. Infelizmente, esse conselho vai contra a prática comum de oferecer um único curso de graduação sobre a história da psicologia, apoiado em um livro didático que pretende abranger toda a história do campo.

Muitos desses livros didáticos têm origem americana e o que acontece na prática é que eles oferecem uma história da psicologia americana, não uma história da psicologia em geral. Os desenvolvimentos da psicologia na Europa são abordados apenas na medida em que tiveram impacto nos Estados Unidos. Por exemplo, Wilhelm Wundt é uma figura importante porque teve muitos estudantes americanos, e Kurt Lewin é conhecido porque emigrou para os Estados Unidos e teve sucesso lá. No entanto, outros que tiveram um papel significativo na história da psicologia na Europa, mas que não tinham conexões com os Estados Unidos, são deixados de fora dessas narrativas. Quanto aos desenvolvimentos na Ásia, África, América Latina e Oceania, raramente são abordados (Brock 2006). O livro didático recente de Wade Pickren e Alexandra Rutherford (2010) inclui algum material sobre esses lugares, mas isso é incomum nesse aspecto, e a quantidade de material que contém é pequena. A necessidade de produzir uma história da psicologia que pretenda ser abrangente significa que esse material precisa competir por um espaço que é limitado.

Um ponto semelhante é levantado por Eugene Taylor (2008) na edição especial de *Advances in the History of Psychology*. Ele afirma que a publicação da Wikipédia sobre a história da psicologia mantém a ficção de que há apenas uma história da psicologia, seja intencional

ou não, e essa única história é uma visão particularmente a ocidental. Isso certamente é verdade, mas Taylor (2008) continua minando esse argumento válido ao sugerir que as alternativas incluem "ciência islâmica, psicologia hindu, psicologia budista, sistemas afro-centrados, visões confucionistas ou taoístas etc." Green (2008), previsivelmente, rejeita essa visão como presentista:

Acredito que chamar essas últimas formas de 'psicologia' é simplesmente um erro histórico. Muçulmanos, hindus, budistas, africanos etc. - os antigos gregos, aliás - tinham/não tinham uma disciplina chamada psicologia. Suas categorias epistêmicas são/eram estruturadas de maneira diferente daquelas do Ocidente (por exemplo, física, química, biologia, psicologia, sociologia, antropologia etc.), e rotular como formas de psicologia as partes que parecem superficialmente semelhantes às que colocamos sob o termo 'psicologia' é, a meu ver, distorcê-las e assimilá-las falsamente a um sistema de conhecimento que é estranho às suas origens. É, essencialmente, um análogo transcultural de presentismo. Eles deveriam, em vez disso, ser apresentados nos contextos de suas próprias origens culturais, em vez de serem forçados em categorias ocidentais como 'psicologia'.

Ao afirmar que "a história da psicologia deve ser abandonada", Smith (1988, p. 162) não estava sugerindo que o

discurso reflexivo fosse incluído na história da psicologia. O argumento para múltiplas histórias diz respeito à inclusão de aspectos da história da psicologia moderna ou científica que tradicionalmente foram deixados de fora das narrativas padrão. Esses aspectos podem incluir a história da psicologia fora da Europa e dos Estados Unidos.

### **O Lugar do Discurso Reflexivo**

Essas considerações tornam difícil incorporar tradições intelectuais de fora do Ocidente nas histórias padrão da psicologia. Os problemas podem ser vistos em um livro recente de Man Cheung Chung e Michael Hyland (2012). Eles apresentam o que é essencialmente uma história padrão da psicologia e, em seguida, incluem dois capítulos contendo material não-ocidental no final. Eles escrevem na introdução:

Nosso texto tem a característica incomum de incluir filosofia tanto de perspectivas ocidentais quanto orientais. Embora a psicologia acadêmica tenha se desenvolvido dentro de uma tradição intelectual ocidental, as ideias filosóficas originárias do Oriente são igualmente relevantes (p. 2).

Relevantes para quê? O conteúdo desses capítulos não tem relação com os capítulos anteriores. Não estou sugerindo que esse material não tenha interesse ou importância, mas todos os livros têm um certo tema e este livro pretende ser uma história da psicologia.

Os dois capítulos são simplesmente adicionados no final sem uma explicação adequada ou convincente sobre porque deveriam ser incluídos em um livro didático sobre esse assunto.

Existe alguma maneira de incluir o discurso reflexivo de culturas não-ocidentais na história da psicologia sem cair na armadilha do presentismo ou do imperialismo cultural? Felizmente, sim, e isso se deve a uma ressalva sugerida por Smith (1988):

Sugiro que os historiadores da psicologia possam legitimamente buscar em períodos anteriores para rastrear tradições de pensamento, o contexto social de indivíduos ou instituições, valores culturais ou circunstâncias econômicas e políticas que se tornam parte de uma psicologia posterior. Mas isso é uma pesquisa histórica no período anterior com um propósito e sobre um assunto definido pela psicologia posterior (p. 156-157).

Mesmo que aceitemos que a psicologia tenha surgido na segunda metade do século XIX, não há necessidade de assumir que os desenvolvimentos anteriores a esse período não são interessantes ou relevantes. A psicologia não surgiu do nada. O terreno já havia sido preparado por trabalhos em disciplinas, como filosofia, medicina e biologia.

A teoria da evolução de Darwin antecede o estabelecimento formal da psicologia e, no entanto, teve uma influência profunda na disciplina em seus primeiros anos e continua a ter. Portanto, faz parte da história da psicologia. O mesmo é válido para a

neurofisiologia sensorial associada a Helmholtz e a psicofísica de Weber e Fechner.

Essas conexões são fáceis de estabelecer, uma vez que os eventos em questão ocorreram imediatamente antes do estabelecimento da psicologia moderna. E quanto aos eventos históricos mais distantes do século XIX? O importante historiador da psicologia Kurt Danziger (2008a) questionou a descontinuidade radical implicada pela distinção de Ebbinghaus entre história curta e passado longo. Referindo-se ao seu próprio trabalho sobre a história da memória (Danziger 2008b), ele aponta que a metáfora do armazenamento ainda é amplamente usada por pesquisadores da memória e pode ser encontrada em alguns dos primeiros escritos da Grécia Antiga, incluindo os de Platão e Aristóteles. Assim, esses escritos também são uma parte legítima da história da psicologia, uma vez que influenciaram a disciplina moderna que leva esse nome. No entanto, deve-se observar que isso não nos dá licença para chamar seus escritos de "psicologia". Estamos nos referindo ao conteúdo ou objeto de estudo da psicologia, não à própria disciplina. Esse conteúdo ou objeto de estudo pode ter pertencido a uma disciplina diferente no passado.

Danziger ainda sustenta que a psicologia é uma criação historicamente recente e seus comentários são mais uma correção amigável ao trabalho de Richards e Smith do que uma crítica. Todos eles concordam que os eventos que ocorreram antes do estabelecimento da psicologia, mas que moldaram seu posterior desenvolvimento, são uma parte legítima de sua história. Ele apenas quer ressaltar que o grau de continuidade pode ter sido subestimado.

Danziger (2008a) também aponta que a distinção entre a história da psicologia e seu passado não era originalmente de Ebbinghaus. Ela pode ser encontrada em um trabalho que não é bem conhecido hoje em dia, mas que teria sido leitura padrão entre os psicólogos alemães por volta da época em que Ebbinghaus estava escrevendo. O trabalho em questão é *History of Modern German Psychology* (1902) de Max Dessoir. Embora Dessoir tenha feito a mesma distinção entre a história da psicologia e seu passado, ele utilizou estes termos de maneira diferente. Se algo teve uma influência duradoura na psicologia, faz parte de sua história. No entanto, algo que não teve uma influência duradoura na psicologia pertence ao seu passado. Assim, de acordo com Dessoir, o antigo pensamento indiano faz parte do passado da psicologia. Não é parte de sua história porque não há conexão histórica entre os dois. O pensamento antigo da Grécia, por outro lado, é parte da história da psicologia, uma vez que teve uma influência duradoura no campo.

Ao sugerir que o antigo pensamento da Índia não fazia parte da história da psicologia, Dessoir não poderia prever um dos desenvolvimentos mais interessantes na psicologia nos últimos anos: o surgimento do movimento de indigenização (Brock 2014b). Ele começou quando psicólogos da Ásia, África e América Latina argumentaram que a psicologia ocidental não era adequada para suas necessidades e que precisavam desenvolver suas próprias abordagens nativas. Muitos psicólogos na Índia já incorporaram o pensamento antigo da Índia em seus trabalhos (p.e. Rao et al. 2008, Cornellisson et al. 2011). Há também uma psicologia islâmica baseada nos ensinamentos do Alcorão e no trabalho de estudiosos islâmicos da idade média (p.e. Haque 2004; Husain 2008). Na

medida em que o pensamento indiano e o pensamento islâmico tiveram influência nessas formas de psicologia, eles fazem parte de sua história, assim como Platão e Aristóteles fazem parte da história da psicologia ocidental.

No cerne das afirmações de Jagged\_85, Khaleefa e outros como eles, existe uma contradição: eles abraçaram a psicologia ocidental e, no entanto, desejam fingir que suas origens históricas estão no Oriente Médio. Se eles desejam incorporar pensadores islâmicos da idade média na história da psicologia, eles devem estudar suas obras e buscar uma psicologia influenciada por eles. A solução está em abandonar a visão ingênua de que a psicologia ocidental tem validade universal e levar mais a sério o discurso reflexivo de sua própria cultura.

Não espero que esses comentários encerrem as reivindicações de prioridade. No entanto, eles oferecem uma maneira de introduzir maior diversidade na história da psicologia sem entrar em conflito com os padrões acadêmicos dos historiadores da psicologia. Felizmente, não estou sozinho em considerar ambos os fatos importantes. Coincidentemente, eles evitam o imperialismo cultural envolvido na reinterpretação do discurso reflexivo de culturas não ocidentais, em termos de uma disciplina que tem suas origens no Ocidente, e abrem espaço para pensar criticamente sobre os pressupostos que fundamentam a ordem disciplinar na qual ela se baseia.

## Referências

Aaen-Stockdale, C. (2008). Ibn al-Haytham and psychophysics. *Perception*, 37, 636–638. doi:10.1068/p5940.

Anonymous (2010, 2015). Wikipedia entry on history of psychology. Available at [http://en.wikipedia.org/wiki/History\\_of\\_psychology](http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_psychology). Accessed 09 Jan 2010 and 27 Jan 2015.

Aristotle (ca. 350 BCE/2008). *De anima*. (R.D. Hicks, trans.) New York: Cosimo Classics.

Blowers, G. (2006). Origins of scientific psychology in China, 1899–1949. In A. C. Brock (Ed.), *Internationalizing the history of psychology* (pp. 94–111). New York: New York University Press.

Brock, A. C. (Ed.) (2006). *Internationalizing the history of psychology*. New York: New York University Press.

Brock, A. C. (2014a). Psychology in the modern sense. *Theory & Psychology*, 24, 717–722. doi:10.1177/0959354314535513.

Brock, A. C. (2014b). Indigenous psychologies. In T. Teo (Ed.), *Encyclopedia of critical psychology* (pp. 949–955). New York: Springer.

Chung, M. C., & Hyland, M. E. (2012). *History and philosophy of psychology*. Chichester: Wiley-Blackwell.

Cornellisson, M., Misra, G., & Varma, S. (Eds.) (2011). *Foundations of Indian psychology, volume 1: Theories and concepts*. Delhi: Pearson Education.

Danziger, K. (2008a). Long past, short history: The case of memory. Invited address given at the annual meeting of Cheiron (International Society for the History of Behavioral and Social Sciences) in Toronto, June 2008. Available at [www.kurtdanziger.com/Paper%2010.htm](http://www.kurtdanziger.com/Paper%2010.htm). Accessed 27 Jan 2015.

Danziger, K. (2008b). *Marking the mind: A history of memory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Dessoir, M. (1902). *Geschichte der neueren deutschen Psychologie* (2nd ed.). Berlin: Duncker. Available at <https://archive.org/stream/geschichtederneu01dessoift>. Accessed 28 Jan 2015.

Ebbinghaus, H. (1908). *Psychology: An elementary textbook*. Boston: Heath.

Garland, D. (2014). What is Ba history of the present? On Foucault's genealogies and their critical preconditions. *Punishment & Society*, 16, 365–384. doi:10.1177/1462474514541711.

Green, C. (2008). Presentism in the service of diversity? *Advances in the History of Psychology*. Available at <http://ahp.apps01.yorku.ca/?p=299>. Accessed 27 Jan 2015.

Haque, A. (2004). Psychology from Islamic perspective: contributions of early Muslim scholars and challenges to contemporary Muslim psychologists. *Journal of Religion and Health*, 43, 357–377. doi:10.1007/s10943-004-4302-z.

Hartley, L. P. (1953). *The go-between*. London: Hamish Hamilton.

Hergenhahn, B. R. (2008). *An introduction to the history of psychology* (6th ed. ). Stamford: Wadsworth.

Hillix, W. (1980). Do half of America's psychologists descend from Wundt? A case study at one large university. In W. Meischner & A. Metge (Eds.), *Wilhelm Wundt: Progressives Erbe, Wissenschaftsentwicklung und Gegenwart*. (pp. 191–200) Leipzig: Karl-Marx-Universität. Available at <http://www.uni-leipzig.de/~psycho/wundt/hundred/HILLIX.htm>. Accessed 28 Jan 2015.

Howard, I. P. (1996). Alhazen's neglected discoveries of visual phenomena. *Perception*, 25, 1203–1217. doi:10.1068/p251203.

Husain, A. (2008). *Islamic psychology: Emergence of a new field*. New Delhi: Global Vision.

Jagged\_85 (2008). Comment. *Advances in the History of Psychology*. Available at <http://ahp.apps01.yorku.ca/?p=299>. Accessed 27 Jan 2015.

Khaleefa, O. (1999). Who is the founder of psychophysics and experimental psychology? *American Journal of Islamic Social Sciences*, 16, 1–26.

Knitting, Clio (2008). Comment. *Advances in the History of Psychology*. Available at <http://ahp.apps01.yorku.ca/?p=299>. Accessed 27 Jan 2015.

Krstić, K. (1964). Marko Marulić: The author of the term “psychology”. *Acta Instituti Psychologici Universitatis Zagrabensis*, 36, 7–13. Available at <http://psychclassics.yorku.ca/Krstic/marulic.htm>. Accessed 27 Jan 2015.

Lindberg, D. C. (1967). Alhazen’s theory of vision and its reception in the West. *Isis*, 58, 321–341.

Pickren, W. E., & Rutherford, A. (2010). *A history of modern psychology in context*. Hoboken: Wiley.

Rao, K. R., Paranjpe, A., & Dalal, A. K. (Eds.) (2008). *Handbook of Indian psychology*. New Delhi: Cambridge University Press.

Richards, G. (1987). Of what is history of psychology a history? *British Journal for the History of Science*, 20, 201–211. doi:10.1017/S0007087400023748.

Richards, G. (2010). Putting psychology in its place: Critical historical perspectives (3rd ed. ). London: Routledge.

Smith, R. (1988). Does the history of psychology have a subject? *History of the Human Sciences*, 1, 1 47– 177. doi: 10.1177/095269518800100201.

Staeuble, I. (2004). De-centering Western perspectives: Psychology and the disciplinary order in the first and third world. In A. C. Brock, J. Louw & W van Hoorn (Eds.), *Rediscovering the history of psychology: Essays inspired by the work of Kurt Danziger* (pp. 183–205). New York: Springer.

Staeuble, I. (2006). Psychology in the Eurocentric order of the social sciences: Colonial constitution, cultural imperialist expansion, postcolonial critique. In A. C. Brock (Ed.), *Internationalizing the history of psychology* (pp. 183–207). New York: New York University Press.

Taylor, E. (2008). Comment. *Advances in the History of Psychology*. Available at <http://ahp.apps01.yorku.ca/?p=299>. Accessed 27 Jan 2015.

Watson, R. I. (1963). *The great psychologists from Aristotle to Freud* (2nd ed. ). Philadelphia: Lippincott.

# Tradução de Clássico

# Definição de idiotia e imbecilidade

*Alfred Binet*

*Théodore Simon*

*Tradução de André Elias Morelli Ribeiro*

*Publicado originalmente em: Binet, A., Simon, T. (1910). Définition de l'idiotie et de l'imbécillité. Annales médico-psychologiques, mai-juin, 452 – 467.*

O que é um idiota?

O que é um imbecil?

Há muito tempo sentiu-se a necessidade de nomear, por meio de vocábulos específicos, o estado de sujeitos que não possuem a inteligência média; mas qual é o sentido exato se dá para essas denominações? Em que o idiota e o imbecil são diferentes? Como reconhecê-los, e de tal forma que não haja divergência nos diagnósticos feitos sobre eles? Essa é a questão que gostaríamos de examinar perante vós<sup>1</sup>.

Quando se pesquisa como os autores fizeram as classificações dos diversos estados de deficiência, percebemos que, a partir de pontos de vista muito diferentes, eles chegam a definições que não coincidem. Alguns procuram um ponto de apoio na etiologia e descreverão, por exemplo, uma idiotia *myxoedemateuse*<sup>2</sup>;

---

<sup>1</sup> [N. do T.] Conferência apresentada perante a *Société Médico-Psychologique*.

<sup>2</sup> [N. do T.] vem de *myxédème*, conforme a nova ortografia francesa, ou mixedema em português, trata-se de uma infiltração cutânea devido à insuficiência ou supressão das secreções da tireoide, caracterizando-se como um edema linfático.

outros autores apelarão à anatomia patológica; a classificação mais completa neste tipo é a de Bourneville<sup>3</sup>; a maioria dos alienistas, finalmente, propõe classificações clínicas, baseadas no grau de atraso.

As classificações etiológicas e anatomopatológicas não nos parecem atender a todas as necessidades da prática, pois é absolutamente necessário classificar os sujeitos de acordo com os serviços que eles ainda podem fazer, de acordo com as condições de ambiente às quais podem se adaptar, ou seja, de acordo com o grau de atraso; porém, nem a etiologia nem as lesões de que são portadores têm uma relação proporcional com esse atraso. Assim, nem todos os *myxoedemateux* são igualmente baixos, podendo haver alguns que permanecem no nível da idiotia, enquanto outros se elevam até a debilidade. E poderíamos fazer os mesmos comentários em relação aos microcéfalos ou aos deficientes com lesões circunscritas no cérebro.

Na verdade, se quisermos, todas essas classificações são válidas, todas nos ensinam alguma coisa; na presença de um caso particular, são tantos diagnósticos a serem feitos; mas há uma que domina as classificações: trata-se da classificação clínica pelo grau de atraso. Ela domina as outras por muitas razões. Observemos apenas duas principais: 1º enquanto a classificação etiológica exige uma investigação, um conhecimento dos antecedentes, enquanto a classificação anatomopatológica pode exigir uma autópsia, a

---

<sup>3</sup> [N. do T.] se refere a Désiré-Magloire Bourneville (1840-1909), médico francês com destaque nos campos da epilepsia, neurologia, psiquiatria, pediatria e educação especial, sendo um dos primeiros na França a criar uma escola específica para crianças consideradas deficientes mentais.

classificação pelo grau de atraso é imediata e direta; 2º exceto talvez para a idiotia *myxoedematense* e, ainda assim, é a classificação pelo grau de atraso que tem mais valor prático, por repartir os sujeitos, fazê-los se beneficiar da assistência e utilizar seu trabalho.

Mas como entendemos até agora esse último tipo de definição? Infelizmente, não procuramos introduzir aqui nada que seja preciso; apenas nos limitamos simplesmente a afirmar a evidência de diferenças intelectuais entre o idiota e o imbecil, e não se avaliou essas diferenças de outra forma senão qualificando-as melhor ou pior. Um tem um pouco mais de inteligência, o imbecil; um pouco menos, é o idiota. É isso o que encontramos nos melhores e mais recentes tratados. Algumas citações serão suficientes para mostrar isso. Rogues de Fursac<sup>4</sup>, na última edição de seu tratado, parece simplesmente aderir à classificação psicológica de Sollier<sup>5</sup>; no entanto, este distingue o idiota e o imbecil pelo grau de atenção, que é mais ou menos acentuada. Não precisamos procurar aqui se essa concepção é correta ou não; talvez pudéssemos interpretá-la favoravelmente ao observarmos que muitos alienistas, a exemplo de Esquirol, tomaram a palavra atenção no sentido amplo de processos superiores da mente, e que nesse

---

<sup>4</sup> [N. do T.] Georges Rogues de Fursac (1865-1942) foi um psicólogo e psiquiatra francês, um dos primeiros na França a adotar uma abordagem experimental para o estudo da psicologia, tendo sido influenciado por Wilhelm Wundt. Ele também se interessou pela psiquiatria e pela psicanálise, além de ter defendido a educação especial, tendo fundado uma escola para crianças consideradas mentalmente deficientes em Paris em 1911. A obra mencionada é Fursac, R. (1909). *Manuel de psychiatrie*. 3e édition revue et augmentée. Paris: Félix Alcan.

<sup>5</sup> [N. do T.] no original, Binet e Simon referem-se a uma obra denominada *La psychologie de l'imbécile*, que não foi localizada. Provavelmente trata-se de Sollier, P. (1891). *Psychologie de l'idiot et de l'imbécile*. Paris: Alcan.

caso a ideia de Sollier não é sem valor teórico. Mas coloquemos o ponto de vista prático. Perguntamos o seguinte a todos os clínicos: se houver dúvida em relação a um sujeito, se não se souber em que grupo de deficientes classificá-lo, é a fórmula de Sollier que pode ser útil, já que esta não indica a observação nem o experimento a serem utilizados para medir a atenção, nem os resultados a serem obtidos para fazer de um doente um idiota e do outro um imbecil? Entendemos, além disso, que Sollier não pensou em fazer uma definição capaz de fornecer ajuda prática, e seria mal compreendê-lo se o acusássemos de um erro que não cometeu. De qualquer forma, é necessário considerar que fraqueza da atenção não pode nos fornecer o critério de que precisamos.

Abramos agora o Tratado de Régis<sup>6</sup>. Na última edição, de 1909, ele divide os deficientes em duas classes: imbecis e idiotas, e estes últimos em dois subgrupos. Portanto, haveria imbecis, idiotas do 2º grau e idiotas do 1º grau. Não temos objeções importantes a fazer contra esses recortes, embora não compreendamos muito bem o porquê dos imbecis, que formam um grupo considerável de pessoas com habilidades muito variadas, se viram privadas da honra de uma subdivisão. Mas vamos examinar como Régis ensina a distribuir as pessoas nesses três grupos, pelas características precisas com os quais ele ensina a fazer essa repartição. Ficaremos surpresos com o vago, com a imprecisão das fórmulas, com o abuso de impressões subjetivas e a contradição de muitos dos termos.

Eis aqui o texto que se refere aos imbecis:

---

<sup>6</sup> [N. do T.] Binet e Simon não oferecem uma citação precisa, sugere-se então uma aproximada, Régis, E. (1909). *Précis de psychiatrie*. (4. éd., rev. et corr.) Paris: Doin. (Nouvelle bibliothèque de l'étudiant en médecine).

Do ponto de vista psicológico, [escreve ele], os imbecis possuem apenas uma soma *mais ou menos restrita* de inteligência; capazes de adquirir uma leve e superficial compreensão em todas as coisas, eles são incapazes de seguir uma linha de conduta correta e segura, nada fazendo de sério. No entanto, alguns deles se destacam *como os fracos de espírito, mas em menor grau*, por habilidades artísticas mais ou menos brilhantes, grandes qualidades de memória e muitas vezes também por uma certa vivacidade de espírito, sendo prestativos e tendo uma *fineza* nas respostas que fazem com que sempre tenham a última palavra e ficando ao lado do humor. (p.543)<sup>7</sup>.

Essa certamente é um belo retrato de um imbecil, vivamente arranjado e que produz uma imagem; só nos perguntamos se não é um pouco lisonjeira, e se muitos de nossos imbecis do asilo se parecem com esses humoristas sarcásticos das antigas cortes reais, cuja lembrança histórica Régis parece ter evocado. Imagina-se que muitos imbecis não merecem tantos elogios, e isto a ele recusamos ainda mais facilmente porque sabemos de muitos normais aos quais esta imagem não seria adequada. Mas, apesar das críticas, não é evidente que essa definição de Régis não pode conduzir a nenhum diagnóstico? É preciso mensurar um nível, que isto tenha precisão; o autor, quando é-lhe feita uma pergunta clara, sempre responde

---

<sup>7</sup> [N. do T.] Página adicionada com base em versão digitalizada da obra de Régis disponível na Coleção Gallica da Bibliothèque Nationale de France ([www.gallica.bnf.fr](http://www.gallica.bnf.fr)).

com uma frase vaga: *uma soma mais ou menos restrita de inteligência*, diz ele, é isto o que caracteriza um imbecil. É como se se dissesse: uma soma mais ou menos grande de dinheiro, isto é o que caracteriza um rico.

A definição do idiota não é mais satisfatória. Tomemos os idiotas de 2º grau. Régis nos diz que eles estão entre os imbecis e os idiotas completos, o que, de fato, não era difícil de prever. Mas qual é o nível de inteligência que permite que se reconheça isto?

Intelectualmente, [diz o autor], suas faculdades são extremamente limitadas e, por assim, dizer rudimentares. Exceto por algumas habilidades artísticas isoladas, eles não têm nenhuma inteligência propriamente dita (p. 546)<sup>8</sup>.

Nos perguntamos qual é exatamente o significado que se pode atribuir a frases como: "faculdades extremamente limitadas, faculdades rudimentares, não ter nenhuma inteligência". Não só não podemos nada tirar dessas frases para saber se um indivíduo é um idiota ou um imbecil, como também nos perguntamos, com um pouco de preocupação, quando vemos com que severidade o autor trata os idiotas de 2º grau, ou seja, os idiotas mais leves, quais são os qualificativos que ele reserva para os idiotas de 1º grau, os idiotas completos. E, de fato, o autor aplica a estes últimos descrições equivalentes: "Neles, [diz ele], a interrupção do desenvolvimento

---

<sup>8</sup> [N. do T.] Página adicionada com base em versão digitalizada da obra de Régis, conforme disponível na Coleção Gallica da Bibliothèque Nationale de France ([www.gallica.bnf.fr](http://www.gallica.bnf.fr)).

físico e intelectual atinge seu limite e se manifesta pela ausência completa de inteligência e de sentimentos" (p.547)<sup>9</sup>. Compare e avalie. Se há uma diferença entre "não ter, por assim dizer, inteligência" e "apresentar ausência completa de inteligência", ela nos parece tão pequena que pode ser ignorada. Essa é a consequência de abusar de uma fraseologia em que se usam palavras para as quais não se atribui um significado preciso, prático e controlável; de boa-fé, acabamos nos contradizendo.

Deve ficar bem claro que não estamos criticando a Régis nem a Sollier por terem fornecido um critério inadequado para a deficiência, mesmo que talvez não tenham tido nenhuma intenção fazê-lo; afinal, nem tudo está nas definições; as descrições desses autores contêm muitos detalhes clínicos corretos; mas o que nos importa é mostrar que é necessário um critério para distinguir o imbecil do idiota, e que o tratado de Régis não reconhece essa diferença. E talvez essa seja isto o que há de mais significativo.

Citaremos apenas mais um autor, mas que tem uma autoridade considerável e uma influência universal, Kraepelin. Sabemos de colegas nossos que chamam respeitosamente seu tratado de "Bíblia dos alienistas". É verdade que não corremos o risco de excomunhão ao discutir seus textos. Segundo Kraepelin, a idiotia deveria ser entendida como sujeitos cujo desenvolvimento corresponde ao das crianças até a idade de sete a oito anos; a imbecilidade, como sujeitos cujo desenvolvimento intelectual ultrapassa esse período sem alcançar a plena maturidade. Parece, a

---

<sup>9</sup> [N. do T.] Página adicionada com base em versão digitalizada da obra de Régis, disponível na Coleção Gallica da Bibliothèque Nationale de France ([www.gallica.bnf.fr](http://www.gallica.bnf.fr)).

princípio, que essa notável precisão finalmente fará avançar a questão. Infelizmente, logo se fica desapontado. É surpreendente, de fato, depois desse começo promissor, encontrar frases tão vagas quanto as seguintes, às quais autores franceses não têm nada a invejar:

No imbecil, não se faz nenhuma fusão das experiências isoladas em representações gerais... o essencial não se separa do accidental... o domínio das imagens é pobre... a marcha das ideias é desajeitada etc.<sup>10</sup>.

Estamos realmente surpresos que esse grande espírito, que dedicou tanto cuidado às questões do diagnóstico diferencial, se contente aqui com essas frases tão vagas, das quais não se pode extrair nenhum diagnóstico.

Pode-se prever que essa incerteza do critério da idiotia deve ter um impacto negativo na prática.

Lembramos em outro momento, conforme M. Blin<sup>11</sup>, como os mesmos atestados podem se mostrar contraditórios para o mesmo indivíduo em um intervalo de quinze dias. Acrescentamos hoje outra observação, que não deixa de ser interessante: se examinarmos os atestados emitidos por médicos não especialistas e por alienistas sobre uma série de indivíduos, notamos que os alienistas costumam ser indulgentes e usam facilmente a expressão

---

<sup>10</sup> [N. do T.] esta referência não é indicada com precisão por Binet e Simon e não foi possível localizá-la.

<sup>11</sup> [N. do T.] Binet e Simon não oferecem uma citação precisa deste autor, mas é possível tratar-se de Georges Blin, autor de *La démence précoce: manifestations oculaires, considérations sur la pathogénie*. A referência exata não foi localizada.

*imbecilidade*, enquanto os médicos que não são especialistas são, por outro lado, mais severos, e veem em todo indivíduo atrasado um *idiota*. E isso é compreensível: como o uso desses termos científicos é, de acordo com uma expressão muito adequada de Trénel<sup>12</sup>, apenas "uma questão de interpretação"<sup>13</sup>, o alienista que encontra em sua prática os graus mais diversos de atraso tem diversos pontos para comparação e faz avaliações com várias nuances; os médicos que não têm nenhum ponto de referência ou que só podem comparar um indivíduo atrasado com um normal só veem diferenças enormes e imediatamente recorrem aos termos mais energéticos para expressar grandes contrastes.

Esses desacordos são sempre prejudiciais, eles podem minar a autoridade do alienista perante o público e, o que é mais grave, no espírito do magistrado. Se você disser a um magistrado que determinado acusado é um imbecil, mas outro o chama de débil mental, o magistrado pedirá aos peritos que entrem em acordo, e se eles não conseguirem, o magistrado terá uma ideia lamentável da autoridade científica dos médicos.

As definições que vamos propor são especialmente adequadas para sujeitos adultos; deixamos de lado as crianças, por razões que indicaremos mais adiante. Os sinais distintivos que nós nos propomos a descrever têm um valor tal que não permitem qualquer equívoco de interpretação e, de imediato ou após um bastante breve exame, permitem classificar qualquer sujeito

---

<sup>12</sup> [N. do T.] apesar de Binet e Simon não apresentarem essa citação com precisão, possivelmente trata-se de Marc Trénel, médico que atuou na virada do século XIX para o XX no Asile d'aliénés de Saint-Yon.

<sup>13</sup> [N. do T.] do original "*question d'appréciation*".

retardado mental na idiotia, na imbecilidade ou na debilidade, ou em subdivisões desses três grandes grupos principais.

Os elementos de nossa definição são oriundos de três domínios:

1º- A linguagem falada e escrita;

2º- O nível intelectual, mensurado pelos testes;

3º- O nível hospitalar, verificado pelas qualidades do trabalho que o sujeito é capaz.

Trata-se de três métodos paralelos, equivalentes, concordantes, capazes de se complementar mutuamente ou de se completar. E, de fato, nos parece bastante preferível avaliar um sujeito pelo conjunto a pelo estudo isolado de uma função.

A. A prova da *linguagem* é a primeira prova pela qual convém começar o exame do sujeito, pois ela é a mais curta, a mais simples, a mais tópica. Nós formularemos as seguintes conclusões às quais o estado da linguagem nos conduz:

1º- É idiota todo sujeito que não chega a se comunicar pela palavra com seus semelhantes, ou seja, que não pode se exprimir verbalmente seu pensamento nem compreender o pensamento verbal expresso pelos outros, ainda que não tenha um problema de audição nem problemas nos órgãos fonadores, nem uma falha excepcional na educação que explique esta pseudo-afasia, que se dá inteiramente por uma deficiência mental.

Vamos dar ainda mais precisão: a definição anterior não se refere a uma experiência específica que porventura possa ter acontecido com um sujeito, mas sim uma forma de ser que é, para

ele, habitual. Consideramos as relações sociais que o sujeito mantém com outras pessoas, e o consideramos idiota se, nessas relações, ele se comportar apenas como um animal, comunicando suas ideias aos seus semelhantes apenas por sinais e não por palavras. Disto temos que, para trabalhar corretamente, o experimentador deve permanecer fazendo observações, vendo as relações que o sujeito tem com os outros e esperando por muito tempo, até eventualmente ter uma oportunidade para observar a manifestação dessas relações sociais. Nada seria menos prático. É preciso substituir a observação por uma experiência precisa e instantânea, e eis a que encontramos mais conveniente. Três objetos - uma faca, uma chave e um relógio - são colocados em um canto da mesa. Com um gesto, convida-se o sujeito a olhá-los e, em seguida, se diz para ele: “Me dê o relógio”; se ele pegar o relógio, a ele se diz: “Me dê a faca”. E rapidamente pode-se perceber se o sujeito é capaz de compreender o que lhe é pedido verbalmente e de associar uma coisa a uma palavra.

2º - É imbecil todo sujeito não idiota que não chega a se comunicar por escrito com seus semelhantes, ou seja, que não pode exprimir seu pensamento pela escrita, nem compreende aquilo que lê, ainda que não tenha problemas de visão ou nenhum problema motor no braço, ou nenhuma falha excepcional de instrução que explica a falta de aquisição desta forma de linguagem, sendo um defeito de aquisição que se deve a uma deficiência intelectual.

Essa definição é do mesmo tipo que a anterior: ela se refere ao mesmo fato importante, ou seja, as relações sociais que os indivíduos estabelecem para trocar ideias. A diferença é que o signo

utilizado para a comunicação de ideias é mais complexo e intelectualizado do que a fala, a escrita, que, como sabemos, requer uma civilização mais avançada. Portanto, tomamos de empréstimo para nossa definição um conjunto de fatos naturais, e não uma simples experiência que poderiam questionar como artificial.

Inicialmente, supusemos que, para testar a capacidade de usar a escrita para expressar o pensamento, poderíamos empregar o seguinte método: imprimir ordens e fazê-las ser lidas pelos sujeitos, sem fornecer nenhuma indicação; poderíamos observar, pela maneira como eles se comportavam, se haviam compreendido ou não a ordem escrita. No entanto, fomos surpreendidos. Imprimimos as seguintes ordens: "Abra a boca! - Feche a porta! - Levante-se da cadeira!" Nossos indivíduos com deficiência, aqueles que eram capazes de ler, olhavam curiosamente essas ordens escritas; depois de lerem com calma, nos olhavam indecisos, sem compreender que se tratava de ações para serem executadas e sem mostrar qualquer disposição para segui-las. Portanto, foi necessário abandonar esse procedimento que carece de clareza para essas simples naturezas. Propomos dois métodos mais diretos: o primeiro consiste em ditar quatro ou cinco palavras. Se o sujeito for capaz de escrevê-las sob ditado de forma legível e reconhecível – sem considerar qualquer questão de ortografia –, o nível está alcançado. O outro método é ler em voz alta uma notícia de jornal; em seguida, após a leitura, pede-se ao sujeito que conte o que leu, e se ele lembrar apenas alguns detalhes corretos, consideramos isso satisfatório e o classificamos no máximo como deficiente mental.

Este são os diferentes fatos que nós utilizamos:

“Três casas em chamas.

Châlons-sur-Marne, 5 de setembro de 1908. Um enorme incêndio acaba de destruir na noite passada três prédios localizados no centro da cidade.

Dezessete famílias estão desabrigadas. As perdas ultrapassam 150.000 francos.

Ao salvar uma criança no berço, um jovem cabeleireiro ficou gravemente ferido nas mãos.”

Se nosso sujeito responde: “Houve fogo. Houve um jovem queimado”, isso será suficiente para afirmar que ele compreendeu algo de sua leitura; isto quer dizer que ele não é um imbecil, mas um débil e talvez um normal.

Embora sejam úteis, as provas baseadas na linguagem, não são suficientes, pois há casos em que são inaplicáveis. Quando lidamos com uma pessoa surda, como saber se sua inteligência seria capaz de compreender a linguagem? Quando lidamos com alguém que não pode ler nem escrever, como saber se não é sua falta de instrução que a incrimina? Para responder a essas dúvidas e estabelecer uma interpretação, outras provas são necessárias.

B. *O nível intelectual.* Neste caso será necessário medir os níveis, o que pode ser feito com os testes que já tivemos a oportunidade de expor anteriormente e que dispensaremos de apresentar novamente<sup>14</sup>. Apresentamos a seguir as definições que deles vieram:

---

<sup>14</sup> Ver Binet e Simon. Le développement de l'intelligence chez les enfants. *Année psychologique*, Paris, Masson, 1908, t. XIV, p.1.

É idiota todo sujeito que não ultrapassa o nível intelectual de uma criança de dois anos.

É imbecil todo sujeito cujo nível intelectual se compreende entre o de dois anos e o de sete anos.

É débil todo sujeito cujo nível é superior àquele de sete anos.

Daremos apenas dois exemplos breves. Este é um indivíduo microcéfalo de vinte e quatro anos: ele não sabe ler nem escrever, não passa em nenhuma prova de cinco anos; entre as provas correspondentes à idade de sete anos, ele responde a apenas duas, uma que consiste em perguntar quantos dedos ele tem e outra que consiste em contar quatro moedas; ele passa em todas as provas de seis anos, exceto uma. Portanto, seu desenvolvimento corresponde ao de uma criança de seis anos: ele é afetado por imbecilidade.

Este é outro paciente: ele tem quarenta anos e também não sabe ler nem escrever, mas consegue contar 3 três moedas simples e 3 moedas duplas; compara objetos de memória e nomeia as cores; ele consegue, portanto, passar nas provas de oito anos que não envolvem instrução escolar propriamente dita. Já temos uma conclusão. De qualquer forma, apesar de sua falta de instrução, não colocaremos neste sujeito, que responde como uma criança de oito anos, a etiqueta de imbecil.

C. *O nível hospitalar.* Esta é uma questão nova, e estamos felizes em tratá-la pela primeira vez perante a Sociedade. Aqui vamos resumir pesquisas pelas quais agradecemos especialmente ao Sr. Hamel, que facilitou nosso trabalho com os homens, e ao Sr. Lallemand, que o facilitou com as pacientes mulheres. Nossa intenção foi descobrir se, na forma como ele participa da vida do

asilo, o atraso marca em qual o grau de conservação de suas faculdades em ele estacionou. A vida no asilo, por mais simplificada que seja, não deixa de exigir dos internos um certo número de atos de adaptação, alguns dos quais são até bastante complexos. Nós listamos na tabela a seguir uma série desses atos de adaptação, escolhidos dentre aqueles mais comuns, que fazem parte da vida regular do asilo, e estabelecemos uma hierarquia entre esses atos, agrupando primeiro aqueles que exigem menos inteligência para serem executados e, em seguida, aqueles cuja execução é mais difícil. Para estabelecer essa ordem, utilizamos o princípio bem conhecido: quem pode mais, pode menos. As provas mais fáceis são aquelas que são acessíveis a todos; as mais difíceis são aquelas que só podem ser realizadas por um pequeno número de pessoas.

Por fim, indicamos quais são os sujeitos capazes de realizar esses diferentes atos.

#### Escala de nível hospitalar

Idiotas tendo um nível de 0 a 2 anos:

Acompanhar um objeto com os olhos.

Pegar um objeto que foi apresentado.

Obedecer a um gesto simples.

Imbecis tendo um nível de mais de 2 anos a 4 anos:

Orientar-se dentro da casa.

Encontrar seu lugar à mesa.

Comer sozinho.

Assoar o nariz.

Despir-se.

Lavar as mãos.

Ser limpo.

Vestir suas roupas, colocar suas meias e sapatos.

Afivelar seu casaco ou abotoar seu paletó.

Conduzir um carrinho de mão ou carregar um peso.

Imbecis tendo um nível de mais de 4 anos a 7 anos:

Varrer.

Fazer uma cama.

Lustrar os sapatos.

Débeis tendo um nível de mais de 7 anos:

Fazer uma bainha.

Fazer um remendo ou reparo em uma roupa. Costurar uma peça.

Pentear-se.

Lavar.

Passar roupa.

Cozinhar um pouco (sopa de cebola ou ovo frito).

Trabalhar no jardim. Cavar.

Há muitas outras ações que o paciente pode fazer: patinar, escovar, arrumar tapetes, encerar, ajudar a limpar as algas, limpar vidros, acompanhar tarefas domésticas, vestir, pentear, alimentar outros pacientes, cortar o pão da sopa, descascar legumes, lavar a louça ou preparar a mesa, lavar o rosto etc. Mas a investigação, de fato, é particularmente delicada nesse campo. Os assuntos sobre as

quais se baseia a avaliação não são tão precisos quanto se gostaria para a conveniência da interpretação. Conservamos apenas os atos mais expressivos, embora certamente não estejam totalmente livres da imprecisão que mencionamos. Vestir-se, varrer, fazer uma cama, são todos exemplos de manifestações nas quais se pode mostrar mais ou menos imperfeição. Não acreditamos que seja necessário buscar muita minúcia. No entanto, forneceremos certas indicações para algumas provas.

Quando mencionamos atos como lavar as mãos e assoar o nariz, se perguntarmos ao enfermeiro ou aos pais, a resposta que normalmente obtemos é que é necessário dizer ao paciente para assoar o nariz. Não levamos em conta essa falta elementar de espontaneidade. É suficiente para nós que o paciente saiba fazer quando lhe é dito. Também fica claro que não se trata de uma lavagem de mãos minuciosa. A ação é apenas iniciada: ensaboar, movimentos de fricção, enxaguar rapidamente e secar; mas pode permanecer sujeira, e geralmente fica. No entanto, não podemos exigir uma limpeza absoluta.

Quando mencionamos, em outro momento, varrer, fazer uma cama, queremos dizer que o paciente é capaz de fazê-lo sem que seja realmente necessário intervir ou que o enfermeiro o oriente para isso. Aliás, o próprio paciente muitas vezes pode fornecer essa informação: "O que você faz como trabalho? Eu varro etc." Naturalmente, é preciso monitorar.

Por fim, não é preciso dizer que seria perigoso querer atribuir, à execução isolada de um ou outras destas ações, algum exagero. Assim como em nossos testes psicológicos, devemos levar em conta um conjunto de provas.

Seguindo essas indicações, repetimos as seguintes conclusões, às quais estamos convencidos:

É idiota todo sujeito cuja atividade mais elevada consiste na apreensão, mas que permanece incapaz de se despir etc.

É imbecil todo sujeito que é capaz de uma atividade além da apreensão, mas incapaz, no caso de uma mulher, de se pentear ou consertar suas roupas; no caso de um homem, incapaz de realizar tarefas mais complexas, como transportar cargas ou girar uma roda.

Se deseja estabelecer graus com maior precisão? Nada é mais fácil para o caso da idiotia. Pode-se distinguir o idiota com vida puramente vegetativa, o idiota com olhar voluntário, o idiota com apreensão etc.

No que diz respeito à imbecilidade, parece-nos suficiente distinguir dois graus com base em nossos testes psicológicos e hospitalares: um primeiro grupo compreenderá os sujeitos cujo desenvolvimento corresponde ao de crianças de três e quatro anos; vestir-se e arrastar um carrinho de mão é o que eles podem fazer.

Um segundo grupo, mais nobre, capaz de varrer e arrumar a cama, incluirá indivíduos que tenham atingido a idade de cinco, seis ou sete anos.

Poderiam ser levantadas várias objeções ao nosso projeto de distinção e classificação que não consideramos justas e às quais queremos responder antecipadamente:

1º- A distinção entre idiotia e imbecilidade com base no uso da linguagem não é recente, pois é mencionada por Esquirol, o

grande alienista, que já havia apontado essa diferença, mas sem buscar desenvolvê-la. De fato, é uma daquelas distinções que surgem naturalmente à mente.

Alguns autores contemporâneos recusaram-se a utilizar essa distinção, argumentando que o desenvolvimento da linguagem não é uma medida fiel do desenvolvimento da inteligência. Para apoiar sua posição, eles frequentemente citam o exemplo desses imbecis microcéfalos que são bastante conversadores, mas que não têm uma verdadeira superioridade de inteligência sobre imbecis mais taciturnos. Esses autores até gostariam de afirmar que quanto mais loquaz um imbecil, menos inteligente ele é. Apreciamos toda a verve e a sagacidade que podem ser usadas para essa ideia justa.

Nós somos os primeiros a reconhecer que encontramos diariamente pessoas em quem a redundância da forma esconde a pobreza do conteúdo. No entanto, essa não é a questão; os alienistas que se opuseram à distinção de Esquirol cometeram um erro. Nós não propomos de forma alguma tomar a fala excessiva ou a riqueza do vocabulário como medidas de inteligência no imbecil; o que propomos é completamente diferente: é considerar a existência da linguagem como um sinal de superioridade intelectual. Aliás, o falatório do microcéfalo é um pouco como a verborragia do maníaco, uma prova de problema ou perversão da função da linguagem, e se o desenvolvimento dessa faculdade pode ser tomado como a pedra de toque da inteligência, compreende-se que sua perversão não tenha o mesmo valor.

2º- Alguns alienistas recentes se viram na obrigação de contestar o valor de nossos testes de inteligência. Não lhes endereçaremos nada mais do que uma curta observação. Podemos

constatar que os autores que falaram sobre nossos trabalhos se dividem em duas categorias bem distintas: alguns publicaram extensamente suas experiências, mostrando o que fizeram, quantos sujeitos estudaram e quais resultados obtiveram. Às suas conclusões, eles podem muito bem juntar críticas ou novas percepções, mas, em geral, estes autores se mostram favoráveis ao método que testaram seriamente. Os outros, ao contrário, só falam para condená-la, mas não acrescentam ao anátema a exposição de nenhum resultado experimental que demonstre que eles tenham praticado o método; nesse aspecto, temos apenas uma afirmação sucinta: "Eu tentei o procedimento", dizem eles, "mas não me pareceu bom." A comparação entre essas duas categorias de críticas nos parece ser muito significativa. Isso nos encoraja a pedir aos críticos que apresentem provas de que realmente realizaram o controle do qual estão falando. Somente quando nos fornecerem essa prova é que nós nos daremos ao trabalho de responder-lhes.

3º- Poderiam nos reprovar por não incluir o elemento moral em nossas definições. Ao lado do idiota intelectual, existe o idiota moral, caracterizado sobretudo pela perversidade de seus instintos. Qual o lugar em que ele ocupa em nossa classificação? Quais meios recomendamos para estudá-lo? Neste ponto, nossa resposta é o silêncio. Nos parece legítimo fazer uma distinção entre a inteligência e os sentimentos afetivos. Encontramos idiotas, tranquilos e irritados. Da mesma forma, muitos dos imbecis merecem ser descritos como perversos ou antissociais, enquanto outros são modelos de doçura. A natureza dos sentimentos é de tal ordem independente da inteligência que já se falou de imbecilidade moral em indivíduos muito inteligentes. A distinção entre o elemento

intelectual e o elemento moral pode, portanto, ser feita e é feita na realidade todos os dias. É por isso que nos pareceu legítimo fazê-la em nossos estudos e imaginar métodos que permitam avaliar apenas o elemento inteligência. Esperamos que um dia possamos, de igual modo, medir os sentimentos morais. Mas isso nada mais é do que uma esperança.

4º- Os senhores podem ter notado que, ao longo deste texto, nunca falamos sobre crianças. De fato, é nossa intenção expressa deixá-las de fora de nossas definições.

Qual o motivo disso? Seriam os termos "idiotia" e "imbecilidade" não igualmente aplicáveis às crianças como aplicamos aos adultos? À primeira vista, não há nada de chocante em usar essas palavras para descrever crianças cujo nível intelectual é inferior ao normal. No entanto, acreditamos que há muitos inconvenientes práticos em aplicar esses termos a elas. Ainda não somos capazes, mesmo hoje, de dizer com precisão a diferença entre o desenvolvimento atrasado de uma criança de um jovem atrasado. Por exemplo, temos uma criança de cinco anos que ainda não fala; portanto, de acordo com nossas convenções, poderíamos rotulá-la como "idiota", mas se ela começar a falar em um ou dois anos, ela mereceria então a denominação de "imbecil"? É bom evitar tais rótulos mórbidos. Seria ainda mais chocante dizer de uma criança normal que ela é idiota apenas porque ainda não fala. Como, então, evitar todas essas confusões? Em nossa opinião, é não falar em idiotia ou imbecilidade para estados mentais em evolução, pelo menos no estado atual de nossa ciência. Acreditamos ser mais adequado nos limitarmos ao termo "atraso mental", que deixa o futuro em aberto, indicando para cada criança submetida ao exame

de quantos anos está atrasada em relação a um desenvolvimento normal. Por exemplo, diremos que uma criança de dez anos que ainda só sabe apontar as partes do rosto ou dizer seu sobrenome: essa criança tem um *atraso mental com um nível intelectual de três anos*.

É óbvio que nossas definições não podem resolver todas as dificuldades do problema. Sempre haverá casos constrangedores e incapacidades fora de nossa compreensão. Nossas definições não podem pretender resolver todas as questões. A determinação da etiologia do atraso mental, seu prognóstico no caso de crianças, certas particularidades do tratamento, exigem uma observação biológica completa. Nunca tivemos a pretensão de suprir essas questões. No entanto, como estão, nossas definições nos parecem permitir um estudo mais detalhado desses problemas, correlacionar as lesões com os graus de deficiência, avaliar os efeitos de uma terapia em indivíduos que foram previamente definidos em suas capacidades intelectuais e, por fim, acabar com essas divergências diagnósticas tão frequentes entre os alienistas. É por essa razão que temos a honra de submeter nossas definições à aprovação de uma assembleia tão competente como a Sociedade Médico-Psicológica.

A sessão encerrou-se às 6 horas.

J.-M. Dupain e A. Vigouroux

# Comentários ao Texto “Definição de Idiotia e Imbecilidade”, de Binet e Simon

*Regina Helena de Freitas Campos*

*Carolina Silva Bandeira de Melo*

O texto é uma apresentação sobre os conceitos de idiotia e imbecilidade em psiquiatria, feita aos membros da Société Médico-psychologique<sup>15</sup> de Paris na sessão de 22 de fevereiro de 1910. A apresentação foi realizada pelo psicólogo Alfred Binet (1857-1911) e pelo médico psiquiatra Théodore Simon (1873-1961), construtores do primeiro teste de medida objetiva da inteligência, elaborado no Laboratório de Psicologia da Universidade da Sorbonne e no Laboratório de Psicologia Pedagógica da Rua Grange-aux-Belles, em Paris, a partir de observações empíricas e entrevistas clínicas com crianças, e publicado em 1905 (Nicolas, 2004; Nicolas et al, 2013).

A finalidade da apresentação é definir o sentido das denominações de “idiota” e “imbecil”, conceitos presentes na nosologia psiquiátrica da época com referência ao “estado dos

---

<sup>15</sup> A Société Médico-psychologique (Sociedade Médico-psicológica) foi fundada em Paris e existe sem interrupção desde 1852, com o objetivo de reunir médicos especialistas em doenças mentais, que se denominavam alienistas e que hoje são chamados de psiquiatras. A sociedade é atualmente reconhecida como de utilidade pública e em 2022 completou 170 anos. As apresentações deste evento comemorativo foram publicadas nos *Annales Médico-Psychologiques* (número 10, volume 180, de dezembro de 2022), que é a revista da sociedade. Elas são consideradas a sociedade e a revista mais antigas do mundo na área da psiquiatria. A Société médico-psychologique reuniu os maiores nomes da história da psiquiatria francesa e conta aproximadamente com 600 membros. Para mais informações sugerimos consultar o site da sociedade <https://medicopsy.com> e o número comemorativo da revista.

sujeitos que não possuem inteligência mediana” (Binet & Simon, p. 452). Os autores pretendem responder questões relativas a: 1) qual seria o significado exato dessas denominações; 2) em que medida o “idiota e o “imbecil” seriam diferentes; e 3) como reconhecê-los de forma a que não haja discrepância entre os diagnósticos feitos sobre eles.

Binet e Simon iniciam sua argumentação criticando os métodos diagnósticos disponíveis na sua época. Afirmam que, ao adotar classificações vagas e imprecisas, os alienistas estariam cometendo muitos equívocos. Segundo os autores, os diagnósticos de idiotice e imbecilidade eram muito variáveis entre os diferentes profissionais, e causavam desentendimentos que prejudicavam os pacientes e a reputação dos psiquiatras diante da sociedade e dos tribunais. Num processo, por exemplo, em que um juiz precisaria do diagnóstico do réu, a discordância sobre se ele seria um imbecil ou um idiota, entre os médicos, levaria os juízes a questionarem a autoridade científica dos psiquiatras. Ainda segundo os autores, as classificações existentes sobre os vários estados de deficiência não coincidiam por ora se apoiarem na etiologia médica (relacionando esses estados a doenças físicas ou à anatomia patológica), ora em observações clínicas sobre os graus de retardo. A seu ver, as classificações etiológicas e anatomopatológicas não responderiam adequadamente às questões práticas. As classificações baseadas na observação clínica, por outro lado, ainda pouco precisas, eram dominantes entre os profissionais. No entanto, além de buscar melhorar a objetividade e precisar melhor os critérios das classificações, seria necessário acrescentar outros critérios para efetuar as classificações, considerando por exemplo a adaptação ao

ambiente e os serviços que os “anormais” poderiam prestar à sociedade.

Os indivíduos com atrasos da inteligência eram chamados, na época de Binet e Simon, de anormais, retardados ou simplesmente atrasados, e eram classificados em três categorias básicas conforme o grau de inteligência: idiota, imbecil e débil, com subdivisões. Hoje, tais termos são usados como sinônimos de insultos na linguagem comum, e fala-se mais comumente em deficiência intelectual ou Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, dividida em leve, moderada, grave e profunda, independentemente dos fatores causais (Brasil, 2020).

Para melhor fundamentar sua crítica às classificações psiquiátricas então existentes e à imprecisão das definições de anormalidade em que se baseavam, Binet e Simon citam alguns exemplos. Comentam, por exemplo, de maneira irônica, as definições propostas por um tratado da época (**Traité de Régis, 1909**)<sup>16</sup>, que adotou a divisão dos deficientes mentais em dois grupos – os idiotas (divididos em classe 1 e classe 2) e os imbecis. Nesse tratado, o principal critério de diferenciação entre os imbecis e os idiotas seria a existência de “uma soma mais ou menos limitada de inteligência”. Para os autores, contudo, esse critério seria pouco preciso, equivalendo a dizer, por exemplo, que o que caracterizaria

---

<sup>16</sup> Os autores parecem se referir ao *Précis de psychiatrie* escrito pelo médico Emmanuel Régis, professor de psiquiatria na Faculdade de Medicina de Bordeaux e inspetor escolar na mesma cidade da França. O livro parece ter sido editado pela primeira vez em 1885, em Bordeaux, na forma de um “Curso livre de medicina mental”. Edições revistas e ampliadas, com a denominação de *Précis de Psychiatrie*, e publicadas em Paris pela editora O. Doin em 1906, 1914 e 1923 constam da Coleção Gallica da Bibliothéque Nationale de France ([www.gallica.bnf.fr](http://www.gallica.bnf.fr)).

uma pessoa rica seria a posse de "uma quantia mais ou menos grande de dinheiro", ou seja, uma caracterização bastante indefinida, sem possibilidade de comprovação objetiva. Da mesma maneira, eles criticaram as definições que auxiliavam seus colegas a diferenciar a imbecilidade da idiotice, pois tal distinção se baseava em explicações como: "não ter, por assim dizer, inteligência" para um grupo e "apresentar completa ausência de inteligência" para o outro, expressões cujo significado seria muito semelhante. No entanto, a seu ver, essas imprecisões nas definições dos conceitos poderiam ser superadas mediante o uso de um sistema de classificação mais objetivo (Binet & Simon, 1910, p. 454-455).

Essa é a argumentação central que Binet e Simon utilizaram para convencer o público a adotar os métodos que eles estavam propondo. Eles prometem apresentar um sistema de classificação que não se prestaria a ambiguidades de interpretação, permitindo, após um exame breve, classificar qualquer atraso de inteligência em: idiota, imbecil ou débil, considerando algumas subdivisões dentro desses três grupos principais. O método apresentado consistia em avaliar os sujeitos em três aspectos: na linguagem falada e escrita; no nível intelectual, medido por testes; e nas observação das habilidades de trabalho do sujeito evidenciadas entre os internos em hospitais. De acordo com os autores, os três métodos seriam equivalentes, podendo ser utilizados em conjunto para um exame completo. Afirmam ser melhor julgar o sujeito no conjunto, e não a partir do estudo isolado de uma só função.

A seguir apresentamos as provas propostas para cada domínio, visando a diferenciação entre o idiota, o imbecil, o débil e o normal.

### 1) Provas de linguagem:

As provas de linguagem são consideradas pelos autores como as mais simples. A proposta é, em primeiro lugar, verificar se o sujeito não tem algum defeito físico ligado ao aparelho fonador. Na ausência de defeitos físicos, seria então necessário observar o sujeito em suas relações sociais, visando verificar se ele é capaz de se comunicar com palavras. Como isto demandaria muito tempo de observação, Binet e Simon propõem então duas pequenas provas relativas ao uso da linguagem oral e escrita. A primeira seria solicitar ao sujeito que aponte um objeto a partir do seu nome. Nesse caso, o experimentador deveria mostrar ao sujeito três objetos (por exemplo uma faca, uma chave e um relógio), e pedir ao sujeito que aponte um deles: “mostre-me o relógio”, a seguir que mostre a faca, e assim por diante. Desse modo, rapidamente se pode observar se o sujeito é capaz de associar a palavra ao objeto que designa. A segunda prova focaliza a capacidade de utilizar a linguagem escrita, seja pedindo ao sujeito que escreva um ditado de cinco palavras, seja que leia um pequeno texto que conte uma história e a reproduza oralmente.

Embora cômodas, essas provas não seriam, contudo, suficientes para o diagnóstico diferencial dos idiotas e dos imbecis, pois não se aplicariam a pessoas com problemas de audição, por exemplo, ou que não soubessem ler.

### 2) Provas de nível mental:

Com relação a provas de nível mental, Binet e Simon fazem referência aos testes de inteligência que já haviam proposto e

publicado no periódico *L'Année Psychologique* em 1908.<sup>17</sup> Com o auxílio desses testes, baseados nas perguntas típicas respondidas por crianças, escalonadas por idade, declaram que seria possível classificar os sujeitos com retardo mental de acordo com os seguintes critérios:

- o *idiota* apresentaria o nível mental de uma criança de dois anos, ou seja, responderia perguntas possíveis de serem respondidas por crianças dessa idade;
- o *imbecil* apresentaria o nível intelectual de uma criança de dois a sete anos, verificado através de respostas aos testes próprios dessas idades;
- o *débil* apresentaria o nível intelectual de sete anos em diante.

Esses critérios seriam aplicáveis aos adultos que apresentassem retardo mental.

### 3) Provas de nível hospitalar

Essas provas seriam baseadas em um conjunto de tarefas a serem realizadas pelos internos no hospital:

Os *idiotas* deveriam ser capazes de seguir um objeto com os olhos, pegar um objeto apresentado e obedecer um gesto simples.

Os *imbecis* com nível de 2 a 4 anos deveriam conseguir entrar na instituição, encontrar seu lugar à mesa, comer sozinho, assoar o nariz, despir-se, lavar as mãos, estar limpo, vestir suas roupas, meias e sapatos, abotoar o casaco, arrastar um carrinho de mão ou carregar uma carga.

---

<sup>17</sup> A referência da publicação é: Binet et Simon. Le développement de l'intelligence chez les enfants. *Année psychologique*, T. XIV, Paris, Masson, 1908.

Os *imbecis* com nível de 4 a 7 anos deveriam ser capazes de varrer, fazer a cama e engraxar os sapatos.

Os *débeis* deveriam conseguir fazer uma bainha, fazer um remendo, pregar um botão, arrumar o cabelo, lavar, passar roupa, fazer pequenas preparações culinárias como sopa de cebola ou ovo frito, trabalhar no jardim e cavar.

Essa comunicação evidencia o esforço de Binet e de Simon em modificar a prática diagnóstica dos atrasos da inteligência utilizada na época. Eles militavam especialmente entre educadores, desenvolvendo um amplo trabalho de difusão das novas medidas da inteligência em escolas e na formação de professores, além da divulgação de suas pesquisas entre os alienistas. Alfred Binet terá essa missão encerrada no ano seguinte, pois faleceu em 18 de outubro de 1911, com 54 anos. Quem irá prosseguir com o trabalho é Théodore Simon, seu colaborador mais importante e seu sucessor natural à frente da Société Libre pour l'Étude Psychologique de l'Énfant, cuja denominação passou a ser *Société Alfred Binet* a partir de 1917, e *Société Alfred Binet et Théodore Simon*, a partir de 1962.

Após a morte de Binet, Théodore Simon continuou a se dedicar ao trabalho de investigação dos atrasos de inteligência. No final da década de 1920, era considerado um dos maiores especialistas franceses na área da deficiência intelectual (Melo & Gutierrez, 2023). À frente da Société Alfred Binet, liderou uma força tarefa para desenvolver vários tipos de testes durante a década de 1920, alguns deles publicados em boletins da Société Alfred Binet e na *Révue Pédagogique*, na França. Graças a esse trabalho coletivo, desenvolvido em escolas francesas e na colônia de crianças de

Perray-Vaucluse, em Paris, Théodore Simon conseguiu elaborar um manual para professores de crianças atrasadas (Simon, 1924; 1927). O conjunto de testes propostos tinha como objetivo auxiliar os professores na adequação do ensino aos alunos com diversos graus de inteligência e de instrução, além de aperfeiçoar a integração deste público na sociedade.

Simon defendia a adoção de uma cartilha escolar a fim de melhor identificar os progressos, em cada uma das idades, ao longo da escolaridade das crianças. Defesa que ele trouxe quando foi convidado a dar um curso em Belo Horizonte, em 1929, na inauguração da Escola de Aperfeiçoamento de Professores (Bandeira de Melo, Freitas Campos & Gutierrez, 2016). Conhecendo a realidade das escolas hoje em dia, sabemos que essa cultura da medida e da testagem foi amplamente difundida. Ele preconizava, além da detecção da inteligência, o uso de testes de memória, de leitura, de escrita, de ortografia, de cálculo, de geografia, de desenho. A prática escolar foi transformada, com a realização regular desses testes, conhecidos também como provas, em uma nova área científica denominada Pedagogia Experimental.

Para além das instituições escolares, os médicos também adotaram cada vez mais o acompanhamento das medidas das crianças, haja vista as frequentes consultas pediátricas que consistem atualmente no acompanhamento das curvas do desenvolvimento físico das crianças. Por fim, a aplicação de testes de inteligência continua sendo uma etapa fundamental e inevitável para a identificação dos atrasos da inteligência. No Brasil, essa identificação fundamenta-se em testes padronizados para a análise da capacidade cognitiva, mas não antes dos 5 (cinco) anos de idade.

Para crianças com idade inferior a 5 anos que não atingiram os marcos do desenvolvimento esperados para a idade, são utilizadas atualmente, segundo a Portaria 21, de 25 de novembro de 2020, do Ministério da Saúde, que aprovou o protocolo para o diagnóstico das deficiências intelectuais, designações como “atraso global do desenvolvimento” ou “atraso do desenvolvimento neuropsicomotor” (Brasil, 2020). A Portaria tem caráter nacional, deve ser utilizada pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e altera a noção de deficiência mental e retardo mental para deficiência intelectual (DI), que compreende “os fatores relacionados ao comportamento adaptativo e não apenas a capacidade cognitiva do indivíduo”.

Sobre o texto de Binet e Simon, de 1910, vale a pena frisar o que os dois falam sobre o diagnóstico em crianças. Eles desaconselham a adoção de um diagnóstico definitivo entre as crianças e acreditam na educação para minimizar déficits da inteligência. Dessa forma, eles defendem, diante de seus colegas psiquiatras, a adoção da categoria de atraso mental e orientam o uso do conceito de idade mental ao invés de dar um diagnóstico que poderia comprometer o futuro da criança e que poderia mudar ao longo do processo de escolarização. A melhor menção seria, segundo os dois: retardo mental com nível intelectual de X anos, enfatizando que o retardo observado poderia se transformar no processo de desenvolvimento, sobretudo a partir da escolarização.

Binet e Simon trabalharam com a noção de idade mental desde a concepção do famoso teste de inteligência Binet-Simon. Em 1912, o psicólogo alemão William Stern, da Universidade de Breslau, propôs a adoção do conceito de “quociente de inteligência”

(*Intelligenzquotient*), para definir a relação entre idade cronológica e idade mental ( $IM/IC \times 100 = QI$ ) como método de pontuação para testes de inteligência. A escala métrica do desenvolvimento da inteligência, como era chamada por seus criadores, foi adaptada em vários países como uma abordagem científica para avaliar e medir os processos psicológicos superiores. O instrumento foi pensado para se diagnosticar a inferioridade intelectual, com promessas interessantes para aplicações pedagógicas e médicas. A dupla queria classificar o déficit intelectual com parâmetros sistematizados, uniformes e generalizáveis, evitando o uso de impressões vagas, subjetivas ou atreladas a simpatia ou antipatia ao sujeito avaliado.

Os franceses, em geral, adotavam um olhar clínico ao analisar o resultado dos testes (Pickren & Rutherford, 2010), aconselhando que os mesmos fossem considerados com base em outros elementos como habilidades linguísticas, capacidades para desempenhar tarefas, grau de instrução, idade e outras medidas físicas como altura e peso. Para Binet e Simon, era absolutamente necessário classificar os sujeitos de acordo com os serviços que ainda poderiam prestar, de acordo com as condições às quais poderiam se adaptar. Dessa maneira, eles não adotaram a noção de ineducável para nenhum dos grupos. Como eles mostram bem no texto de 1910, a autonomia dos sujeitos deveria ser considerada, dada a importância de tarefas simples como se vestir, arrumar a cama ou cuidar de sua higiene. Ou seja, falam não apenas em limitações, mas em potencialidades dos indivíduos, o que não se poderia conseguir tendo em conta a etiologia do atraso ou as possíveis lesões de que o sujeito atrasado seria portador.

Acrescenta-se ainda a função pedagógica dos testes. O instrumento serviria para treinar o olhar crítico e clínico dos professores e incentivá-los a observar e conhecer seus alunos. Em complemento aos testes, Binet e Simon desenvolveram a ortopedia mental para trabalhar com crianças atrasadas. O nome dos dois franceses se encontra atrelado ao teste de inteligência que eles conceberam, mas por outro lado, desconhece-se o uso que ambos faziam do instrumento. Em seu curso na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Belo Horizonte, Theodore Simon criticou o que ele considerava como desvios do uso dos testes, para legitimar preconceitos ou práticas excludentes.

É necessário aprofundar o conhecimento dos trabalhos de ambos, em especial sobre Théodore Simon, pois se Alfred Binet é muito citado e considerado um dos psicólogos franceses mais famosos do mundo e um dos mais importantes pesquisadores de psicologia do século XX (Huteau & Lautrey, 1999; Wolf, 1961), graças à invenção da escala métrica de inteligência, pouco ou quase nada se fala de Simon. Os dois foram responsáveis não apenas pela criação do primeiro teste de inteligência, mas estavam interessados em transformar a prática médico-psicológica do diagnóstico das dificuldades intelectuais com a adoção de métodos científicos, em substituição a definições baseadas em impressões vagas e subjetivas, com definições pouco precisas, para uma prática experimental, objetiva e científica.

## Referências

Bandeira de Melo, C. S., Freitas Campos, R. H. F., & Gutierrez, L. (2016). Théodore Simon: promoteur des tests psychologiques dans la formation des maîtres brésiliens (Belo Horizonte, 1929). *Penser l'éducation* (Mont Saint-Aignan, Presses Universitaires de Rouen et du Havre), 39, 9-22.

Brasil, Ministério da Saúde. (2020). Portaria conjunta nº 21, de 25 de novembro de 2020 que Aprova o Protocolo para o Diagnóstico Etiológico da Deficiência Intelectual. Brasília. Recuperado de <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt/arquivos/2020/deficiencia-intelectual-protocolo-para-o-diagnostico-etilogico.pdf>

Huteau, M., & Lautrey, J. (2006). *Les tests d'intelligence*. Paris, France: la Découverte.

Melo, C. S. B., & Gutierrez, L. (2023). A promessa do mestre: a psicometria como ferramenta essencial para o desenvolvimento de práticas educativas e para a construção de uma pedagogia clínica experimental. *Cadernos de História da Educação*, 22, 1-15. Recuperado de <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/67571/35034>

Nicolas, S. (2004). *L'élaboration du premier test d'intelligence (1904-1905) - Œuvres choisies*. Torino: Editions L'Harmattan.

Nicolas, S., & Ferrand, L. (2011). La psychologie cognitive d'Alfred Binet. *L'Année psychologique*, 111, 87-116.

Nicolas, S., Andrieu, B., Croizet, J. C., Sanitioso, R. B., & Burman, J. T. (2013). Sick? Or slow? On the origins of intelligence as a psychological object. *Intelligence*, 41(5), 699-711.

Pickren, W., & Rutherford, A. (2010). *A History of Modern Psychology in Context* (1st ed.). Hoboken, NJ: Wiley.

Simon, Th. (1924). *Pédagogie Expérimentale: écriture - lecture - orthographe*. Paris: Librairie Armand Colin.

Simon, Th. (1927). *Tests d'intelligence et d'instruction: Tests individuelles et collectifs*. Semaine pédagogique à la Faculté des lettres de l'Université de Lyon. Paris: A. Colin.

Wolf, T. H. (1961). An individual who made a difference. *American Psychologist*, 16(5), 245-248.

# Relatos

## XV Encontro Clio-Psyché e VI Congresso Brasileiro de História da Psicologia: memórias, reencontros e afetos...

*Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos*

Em uma das entrevistas de Tarsila do Amaral, na qual discorria sobre suas obras, ela dizia que inventava tudo na sua pintura e o que havia sentido ou vivido, estilizava... Pensando nesse meu breve relato sobre o XV Encontro Clio-Psyché e VI Congresso Brasileiro de História da Psicologia, que ocorreu no período de 24 a 27 de agosto de 2022 no Rio de Janeiro, talvez eu traga aqui muito mais das tessituras estilizadas que permeiam minha lembrança do que o relato formal dos acontecimentos deste evento.

Ainda no período de organização do Encontro vivíamos as incertezas pandêmicas. Ansiávamos pela presencialidade do evento, mas temerosos de que mais uma edição tivesse que ser empreendida de forma remota. Felizmente, em virtude da ampliação da vacinação e das medidas de prevenção, a intensidade da Covid-19 diminuiu, viabilizando assim o retorno às atividades presenciais.

Tendo como mote alguns marcos importantes no cenário brasileiro, tais como o bicentenário da Independência e, particularmente, o centenário da Semana de Arte Moderna, o tema deste Encontro foi *Saber moderno, saber nativo: por histórias antropológicas da Psicologia*. Dessa forma, buscou-se discutir sobre os pressupostos de uma História da Psicologia que levasse em conta as implicações decoloniais no contexto latino-americano evidenciando os atores locais bem como os atravessamentos políticos, sociais e culturais no

processo de construção do campo Psicologia. Além disso, em função das comemorações dos 60 anos da regulamentação da Psicologia como ciência e profissão, decidimos excepcionalmente antecipar nosso Encontro para o mês de agosto a fim de celebrar e refletir criticamente sobre as ressonâncias desta data.

Em meio a tantos receios e anseios, a concretização do XV Encontro Clio-Psyché e VI Congresso Brasileiro de História da Psicologia possibilitou o (re)encontro com pesquisadores e estudantes de diversos lugares do país, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul e também contou com a presença de pesquisadores e estudantes internacionais, principalmente da Argentina, Chile, Colômbia, México, Canadá, Estados Unidos da América, Espanha e Portugal, reunindo em torno de trezentas pessoas, um número significativo para a nossa área.

A programação do evento envolveu atividades culturais como as visitas guiadas ao Museu Bispo do Rosário de Arte Contemporânea e ao Museu de Imagens do Inconsciente. Além disso, foram ofertadas três oficinas pré-congresso, nas quais tivemos uma ampla participação, sobretudo de estudantes interessados em conhecer as especificidades do trabalho em História da Psicologia. Como de praxe, além das Conferências, Simpósios, Sessões Coordenadas e Apresentações de Livros, tivemos a Sessão Depoimento, na qual Cecília Maria Bouças Coimbra foi escolhida pela Comissão Científica para partilhar sua trajetória na Psicologia. No relato, Cecília Coimbra, uma das fundadoras do Grupo Tortura Nunca Mais, narrou sobre sua prisão e as torturas que sofreu no período da ditadura, ressaltando o impacto dessa vivência nos

desdobramentos do desenvolvimento do seu trabalho e na luta pelos Direitos Humanos.

Como efeito das “aprendizagens e heranças pandêmicas” mantivemos a transmissão on-line e ao vivo das Conferências, Simpósios e do Depoimento pelo canal do YouTube @ClioPsyche, visando não só o registro da memória do evento e sua difusão, mas também a ampliação das fronteiras, viabilizando que pessoas de diferentes lugares, que por alguma razão não puderam estar conosco presencialmente na UERJ, circulassem virtualmente por esse espaço de trocas e conhecimento.

Para além da relevância das atividades acadêmicas circunscritas na programação do evento, a potência do XV Encontro Clio-Psyché e VI Congresso Brasileiro de História da Psicologia esteve na materialização de uma presença sensível, nas animadas conversas de corredores, nos abraços tão esperados e calorosos, nos sorrisos carregados de alegria, nas trocas afetivas e, especialmente, no fortalecimento dos vínculos que compõe a imbricada trama que entrelaça tanto a nossa história pessoal quanto a História da Psicologia.

Submersos em um cenário de tensionamentos, de incertezas, de sucateamento da ciência e de discursos fascistas, que tentavam ruir com os saberes e fazeres emancipatórios de uma Psicologia crítica, este Encontro não deixou de ser um ato de resistência que intensificou as conexões entre pesquisadores da área e interessados em História da Psicologia, trazendo debates e reflexões vigorosas reforçando nossa responsabilidade na manutenção de uma postura ética capaz de produzir conhecimentos comprometidos com as realidades e pluralidades locais e latino-americanas.

# Entre a solidão e os encontros nas pesquisas em História dos Saberes Psi

*Daniele Corrêa Ribeiro*

*Wilma Fernandes Mascarenhas*

É comum que historiadores falem do trabalho solitário da pesquisa histórica e relatem os momentos de descoberta, reflexão e tédio das visitas aos arquivos, das tardes e noites em bibliotecas e de leituras em seu próprio quarto. De fato, a rotina da pesquisa acadêmica no campo da História, como em grande parte das Ciências Humanas e Sociais, tende a ser mais individual que coletivo. E para a grande maioria dos psicólogos as pesquisas históricas sobre nossos saberes não são um foco reconhecido como primordial para nosso fazer. Muitas vezes teorias e técnicas são assimiladas pelos profissionais sem que haja, da parte destes, uma preocupação prévia em investigar a fundo a história, as origens e as funções sociais vinculadas a estas práticas. Quais poderes do campo social se atualizam em nossos saberes? No entanto, neste relato, buscaremos falar dos encontros de pessoas e áreas do conhecimento que têm atuado para consolidar os campos de pesquisa em História das Ciências e, mais especificamente, da História dos Saberes Psi, e para afirmar a História como ferramenta primordial para a prática no presente. Falaremos destes encontros a partir de dois relatos de experiência.

Eu, Daniele Ribeiro, entrei na graduação de História sem conhecer muito sobre a atuação do Bacharelado, e certa apenas, desde a antiga 5º série, que seria professora de História. Aula vai,

aula vem, trabalhos, bares, pesquisas e reflexões, e fui descobrindo os laboratórios da UFRJ e me aproximando da realidade dos grupos de pesquisa. Em um primeiro momento, a certeza era apenas da predileção pela história das opressões, vista pelas lentes dos oprimidos. O primeiro laboratório que integrei era de História da América Latina, onde desenvolvi uma breve pesquisa sobre artistas mulheres vítimas da Ditadura Militar no Brasil.

Paralelamente, a necessidade de me manter na Universidade, sem me afastar da pesquisa, me fez acionar o radar para bolsas e estágios. Fui então informada sobre uma seleção da Casa de Oswaldo Cruz para auxiliar de pesquisa em um projeto sobre a antiga Colônia Juliano Moreira. Descobri então, que aquela havia sido uma das maiores instituições manicomiais da cidade e que, em processo de transformação, seu terreno havia sido fragmentado e parte dele passado à gestão da Fundação Oswaldo Cruz.

O projeto de pesquisa para o qual me inscrevi e fui selecionada, tinha como objetivo registrar a memória de um dos pavilhões daquele antigo manicômio, o Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios. Antes destinado a pacientes tísicos, naquele momento, durante a década de 2000, o pavilhão estava sendo desocupado, após um processo de ocupação por antigos funcionários e seus familiares como espaço de moradia. O que mais me motivou, num primeiro momento, foi este uso mais recente e as questões sociais relacionadas ao direito à moradia que envolviam as negociações para desapropriar o espaço. Essas discussões ficaram a cargo dos pesquisadores de Antropologia, mas já significaram um importante encontro de saberes em torno da questão da loucura, absolutamente nova para mim.

Minha tarefa, como auxiliar de pesquisa em História, era catalogar e descrever os registros de internação dos pacientes que haviam passado pelo Pavilhão durante a década de 1940. Apesar de desinteressante e muito menos engajado a minha primeira vista, topei. Mas, o que poderia um documento médico me dizer sobre a História? O que isso teria a ver com o que eu estudava na Graduação. Isso nunca havia sido apresentado como uma possibilidade. Mas, fui. Solidão no trajeto até a Taquara e no segundo ônibus até a Colônia.

Mas, ao chegar naquele mundo perdido, cujo portal de acesso nos recebia com *Praxis Omnia Vincit* (O trabalho vence tudo), expressão relacionada ao lema da praxiterapia que sustentava a organização das colônias agrícolas para alienados do início do século XX, foram muitos outros encontros. O estranhamento com o portal e a sensação de que algo se perdia sempre que se passava por ali, ia encontrando eco nos tais documentos médicos, que apesar de serem médicos, no sentido da autoria da produção, eram um outro universo. O universo das vidas, ali em centenas, dezenas e milhares, que se perderam ao ultrapassar o portal.

Algumas dessas vidas, ainda estavam ali, sobrevivendo. Dentre elas, Carlos era o interno do Arquivo, que diariamente me visitava com presentes e frutas. Foi com Carlos que aprendi aos poucos a não temer. Aos poucos porque desde as primeiras reuniões estava claro que entraríamos ali para lidar com um outro mundo, quase paralelo ao da cidade. Talvez uma outra cidade, que permanecia ali em ruínas. Além do Carlos, me encontrei com muitas outras vidas, em relatos e silêncios nos prontuários médicos. E ali também descobri que havia História, havia opressão e havia

inclusive a possibilidade de acessar os subalternizados da História: mulheres internadas pelos maridos, trabalhadores negros e pobres, loucos. O vínculo durou 9 meses, mas trouxe a certeza de que aqueles acervos tinham tudo a ver com a História Social a que eu vinha sendo apresentada na Graduação em História, no então Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Após cursar História do Brasil II (Império), fui me aproximando das reflexões sobre Escravidão e Pós-abolição. E ao ter contato com os documentos clínicos foi se moldando para mim o quão fértil poderia ser juntar as duas coisas. Foi aí que, nas reuniões de pesquisa, descobri que o primeiro hospício do Brasil foi inaugurado antes da Abolição da Escravidão, que ainda existiam os registros destes pacientes ingressos no século XIX, e que (pasmem!) outras pessoas já vinham fazendo esse tipo de estudo. Bingo! Eu tinha uma ideia e referências bibliográficas para estudar. Mãos à obra. Entre Magali Engel, Maria Clementina Pereira Cunha e o *Espelho do Mundo*, fui conseguindo me aproximar de Foucault e da construção de um projeto de pesquisa.

Rascunhei o desejo de estudar, através dos registros médicos, as experiências de escravos e libertos que haviam sido internados no Hospício no contexto de abolição da escravidão. Paralelamente, fazia a leitura do romance *A Viúva Simões*, de Julia Lopes de Almeida, que seria objeto de pesquisa da minha monografia, sobre as relações de trabalho pós abolição. Infelizmente, eu não via na graduação em História campo fértil para desenvolver o tema relacionado à loucura.

Mas fui, concomitantemente, desenhando o que seria o projeto do mestrado sobre os internos do Hospício de Pedro II. As

primeiras conversas com meu futuro orientador foram animadoras em relação à escrita do trabalho, mas extremamente desanimadoras sobre o acesso e sobre o que de fato eu encontraria na documentação. Primeiro ele me apresentava uma triste perspectiva sobre os acervos, até então pouco acessíveis, e dizia não saber se eu conseguiria efetivamente fazer a consulta. Depois, ele me jogava um banho de água fria sobre as vozes dos internos que eu buscava acessar e as suas lutas por liberdade. Por outro lado, me encorajava dizendo que o projeto era bom o suficiente para ser aprovado. E o resto discutiríamos depois.

Assim foi, foco na seleção, arredonda o projeto, e fui aprovada. Diante disso, fiz minha primeira tímida incursão ao Instituto Municipal Nise da Silveira, no Engenho de Dentro, onde estaria guardada a documentação dos internos do Hospício de Pedro II ao longo do século XIX.

Minha chegada ao Nise foi bastante acolhedora. A equipe do Centro de Estudos me orientou sobre os passos para autorização da pesquisa. Essa “facilidade” no acesso foi viabilizada pela Psicóloga Paula Barros, Presidente do Centro de Estudos, cujo olhar sensível para o papel dos acervos históricos foi decisivo. Aprovada no mestrado, iniciei a consulta, ainda bastante perdida, com os documentos que até então eram chamados de prontuários<sup>1</sup>. Estes documentos estavam organizados em pastas de papel alcalino, por nome do interno e ano de internação. Em cada pasta eram colocados os documentos que haviam sido localizados sobre aquele

---

<sup>1</sup> Atualmente a nomenclatura utilizada pelo Arquivo Permanente do Centro de Documentação e Memória para esta unidade documental é Dossiê de Internação.

interno específico. Todos eles iniciavam com uma ficha da instituição, que, embora tenha tido alguns modelos ao longo do tempo, continha sempre dados básicos da identificação do indivíduo (nome, cor/raça, idade, nacionalidade etc.) e alguns dados sobre a internação e o diagnóstico. A maioria dos dossiês apresentava outros documentos daquela pessoa, que eram variáveis em quantidade e conteúdo. Mas, alguns documentos aparecem com alguma prevalência, dentre eles: atestados de pobreza, solicitações de internação, encaminhamentos, pedidos de licença e atestados médicos.

Lembro que um dos maiores desafios foi entender a dinâmica e a estrutura física dos documentos, especialmente daqueles que acabariam assumindo um papel protagonista na minha pesquisa, as solicitações de acesso que eram escritas pelos internantes à Santa Casa de Misericórdia (SCM). Estes documentos eram espécies de cartas em que um familiar, amigo, patrão ou instituição requeria à provedoria da SCM a vaga para internação do alienado. O maior desafio foi entender a lógica do documento, que tinha uma série de informações, caligrafias e assinaturas diferentes. Em geral, no canto esquerdo do documento existia um “Sim”, ou “Sim, matricule-se”, com assinatura do Provedor. Só depois de alguns dossiês, entendi que aquele era o parecer final da solicitação. Mas, até chegar a ele, havia um labirinto de despachos em cada canto de uma única página, feitos pela Secretaria, pelo médico responsável do Hospício e outros funcionários, até que finalmente o “Sim” do Provedor viabilizasse a entrada daquele alienado.

A partir do momento que consegui efetivamente ler o documento, começou a me chamar bastante atenção, justamente por

ser a parte onde mais se apreendia vozes que não eram apenas as da classificação médica ou da burocracia institucional. Das solicitações apreendia-se o esforço das famílias pobres em recolherem a documentação necessária para a admissão e os apelos que se faziam, muitas vezes ao viés caritativo da irmandade, para conseguirem a vaga. Ali também podíamos perceber como esta população de fora do hospício ia manejando o vocabulário médico, e se apropriando dele, para convencer a estrutura médica e administrativa da necessidade de que o alienado fosse admitido.

A partir da leitura destes documentos, fui me perguntando e questionando sobre as hipóteses que havia formulado acerca do controle social a partir do aporte teórico dos estudos baseados nas obras de Foucault e da História Social, estudos estes que reforçavam o papel do discurso médico, aliado inclusive às forças policiais, no controle da ordem das ruas através da remessa de alienados ao Hospício. A pergunta que me fazia era: “Se existe um projeto de higiene em voga, que caça os alienados nas ruas, por que essas famílias se empenham tanto, juntam tantos documentos, e suplicam com tanta veemência a caridade da Santa Casa para conseguirem uma vaga?”.

Seguindo essa pergunta e em conversas com meu orientador, comecei a entender um pouco do que ele já vinha apontando de que talvez eu não encontrasse os resquícios de uma violência explícita naquela documentação, por exemplo. E assim, ao longo dos dois anos de pesquisa, foram se delineando as novas hipóteses e conclusões. A primeira que eu destaco é a ideia de que o projeto institucional do século XX não estava pronto e desenhado desde a fundação do Hospício, e que seriam necessários estudos

mais aprofundados e menos lineares sobre as diversas administrações da instituição. A segunda conclusão era sobre a própria participação das famílias no processo, o que abriria brechas para entender a complexidade das forças, atores e disputas que estavam postas naquele projeto institucional. Por fim, analisei o papel que as redes clientelares tinham na abertura de espaços para a população mais pobre acessar serviços e prestar socorro aos seus doentes.

Terminado o mestrado, fazia-se necessário sobreviver, mas também levar adiante alguns desses apontamentos, especialmente o olhar mais fino e detalhado sobre diferentes épocas e para períodos anteriores, onde já tinha desconfiado que encontraria mais registros de escravos e libertos. Foi então que submeti o projeto de doutorado, onde ampliaria a análise para todo o período imperial da instituição, de 1852 a 1889. Foi aprovada e retornei ao IM Nise da Silveira para solicitar nova autorização de acesso.

A partir daí, em 2012, iniciou-se uma nova jornada de pesquisa e estudo. Mas ali uma novidade foi colocada. Eu já havia ultrapassado os muros daquela instituição como “A Pesquisadora”, era assim que a equipe do Arquivo me chamava, ainda tímida e constrangida em um contexto onde o acesso seguia muito restrito e eu era a única pesquisadora que frequentava o espaço. Alguns meses depois do início do mestrado, antes mesmo de retomar as consultas no Arquivo, fui sondada pelo Centro de Estudos para indicação de um historiador. Eles buscavam alguém que pudesse ajudar na reconstrução da história institucional, de forma a reunir subsídios para montagem de um circuito de visitação a céu aberto e outros

projetos que dessem lugar à Memória na Instituição. Me candidatei e fui contratada.

A partir dali, dei sequência à minha pesquisa acadêmica de um outro lugar, onde eu passava boa parte da semana, conhecendo de perto, não apenas as vidas encerradas em outros hospícios de outros tempos, mas também novas e outras vidas, que se envelheciam ali, nas internações de longa permanência. Algumas dessas pessoas circulavam e se despiam pelo pátio. Outras “novas” entravam nas enfermarias de crise. E, de dentro do Centro de Estudos, eu começava uma articulação entre as leituras históricas da loucura e abordagens sobre o contexto mais recente da Reforma Psiquiátrica e das transformações que estavam em curso no campo da Saúde Mental. E foi ali que surgiram novos encontros, entre campos de estudo e pessoas diferentes.

À medida que fui avançando na coleta de dados, alguns apontamentos foram se confirmando e outros apareceram. A primeira confirmação relevante foi a de que o público-alvo da instituição variou ao longo das quatro décadas que eu estava analisando. E isso se devia, basicamente à limitação de acesso. Diante da superlotação que se efetivou já na primeira década e da reivindicação do corpo médico para limitar o perfil de diagnósticos a serem tratados, a administração do Hospício implementou medidas para restringir o acesso. Isso se efetivou em uma redução do número de entradas. E, com essa redução, houve também a redução de pessoas não brancas que eram internadas, logo, do número de escravos e libertos também. Além de explicitar a dificuldade que as camadas mais pobres tinham (e seguem tendo) de

acessar os serviços, se confirmava a ideia de que não era tão simples assim internar as pessoas em hospícios no século XIX.

Paralelamente à pesquisa do doutorado, as descobertas da história institucional da Colônia de Mulheres do Engenho de Dentro iam ganhando novos contornos, e eu me aproximava mais da gestão dos acervos, dos processos técnicos e da própria reflexão sobre o papel daquela documentação arquivística e bibliográfica. Em 2014, então, decidimos institucionalmente pela criação do Centro de Documentação e Memória, setor que passaria a gerir a guarda daquele patrimônio histórico e que seria responsável por ampliar o diálogo sobre o papel da memória para o projeto de desconstrução do manicômio. A partir de então, eu seguia a parceria com o Centro de Estudos e tive um dos encontros mais relevantes para minha “entrada” no campo da Saúde Mental, com a psicóloga Wilma Mascarenhas.

Principalmente a partir das visitas técnicas que oferecíamos às turmas de graduação que queriam conhecer o instituto, Centro de Memória e Centro de Estudos, representados por mim e pela Wilma, iniciamos muitas leituras e estudos em comum, até que montamos um curso sobre História da Psiquiatria no Brasil, que foi oferecido durante alguns anos, onde trocamos muitas figurinhas acadêmicas. No cerne dessas discussões, uma das pautas era a leitura feita sobre a obra de Foucault, onde eu apontava algumas das críticas feitas pelos historiadores e Wilma sempre me apresentava outras leituras, principalmente feitas a partir do campo da Psicologia, indicando um Foucault menos estruturalista e bem mais complexo.

Enquanto isso, os documentos clínicos iam me apontando também cada vez mais complexidade nas relações estabelecidas

dentro do Hospício de Pedro II, mas também entre o hospício e o lado de fora. Fui apreendendo a forma como a população leiga do Rio de Janeiro se apropriava e moldava os próprios discursos médicos para negociar a entrada e saída dos seus. Consegui acompanhar também uma certa transformação do olhar da população sobre a instituição, passando de uma esperança terapêutica, nas primeiras décadas, para um sentido mais prático e pouco esperançoso das internações posteriores.

Entre a complexidade de forças, atores e discursos que apareciam nos documentos, as elaborações reflexivas a partir do campo da Saúde Mental e da Psicologia, também surgiram nas orientações com Flávio Edler contribuições fundamentais da Filosofia, principalmente a partir dos textos de Ian Hacking, que me ajudaram a delinear e apresentar o controle social a partir de outras perspectivas. A conjunção de leituras e encontros me fizeram compreender a complexidade da conformação de um mecanismo de controle social muito mais sofisticado que o exercício da força policial em aliança com o discurso médico. A partir de então, evidenciou-se como algumas formações discursivas iam se tornando hegemônicas, ao mesmo tempo que iam sendo apropriadas e ressignificadas pela população leiga e por outras instituições do Império, que também acabavam por atribuir novos sentidos à instituição, impondo, em alguma medida, demandas outras e algumas vezes alheias ao projeto médico inicial.

Estes foram alguns dos resultados da pesquisa de doutorado apresentada. Por outro lado, estas reflexões também produziram outros encontros institucionais. E o Centro de Documentação e Memória foi se delineando e configurando como um espaço de

reflexão e produção de conhecimento, não apenas para a História da Psiquiatria, mas para o próprio campo da Saúde Mental, a partir do fomento de debates e encontros que aproximavam a História da construção de conhecimento no presente. O principal desenrolar deste processo foi o Seminário Memórias da Loucura, que este ano vai para sua 6ª edição, e que vem sendo viabilizado por muitos outros encontros, especialmente com a psicóloga Gisela Giannerinni. Neste Seminário, onde pesquisas acadêmicas do campo da História são apresentadas junto a pesquisas de outras áreas ou mesmo a relatos de experiências de profissionais e usuários da Rede de Atenção Psicossocial, abordamos temas transversais como racismo, estigmas de classe, papel da institucionalização prolongada, dentre outros, em uma relação dialógica entre Memória, História e Saúde Mental.

Eu, Wilma Mascarenhas, sempre fui uma curiosa por histórias e por entender os motivos pelos quais as coisas são o que são. História, Geografia, Biologia e Jornalismo estiveram em meu campo de opções como escolhas que me fariam feliz. Tal diversidade nunca me pareceu contraditória já cada uma destas áreas me contava coisas importantes, me instigavam a vontade de saber mais e pareciam me oferecer importantes ferramentas para entender e agir no mundo. Jovem, meu maior desejo era trabalhar com algo que pudesse ter um impacto concreto e libertário sobre a realidade, o velho e fundamental clichê de “mudar o mundo”. Cheguei ao curso de Psicologia em 1995 pelas mãos no acaso e estive dividida entre o fascínio e o desapontamento até metade do curso. A maioria das disciplinas e teorias específicas do campo Psi me pareciam

desconectadas do mundo real, por mais que eu compreendesse seus fundamentos não conseguia deixar de sentir todo aquele discurso como algo por demais abstrato – desencarnado.

A primeira solidão que senti ao ir me tornando uma psicóloga foi então a ausência do mundo. Foram as disciplinas de História, Filosofia, Antropologia e Psicologia Social que me sustentaram por um tempo. Era ali que sentia que havia um mundo real onde aqueles inconscientes familiaristas flutuavam soltos no éter. Por mais que falássemos de cultura, subjetividade, sistemas políticos e econômicos, eu ainda sentia que a relação que se fazia entre o indivíduo e o mundo era o de mero contexto. Como se houvesse um contexto social em segundo plano sobre o qual o inconsciente tocava o terror.

Isso mudou no meio do curso, quando eu já estava em vias de prestar novo vestibular. Dois acontecimentos mudaram meus caminhos: eu comecei a clinicar em um estágio e eu conheci o movimento de Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial.

E aqui a Psicologia ganhou corpo e o mundo deixou de ser um mero contexto, passando a ser matéria prima da psique. Não havia a possibilidade de compreender a experiência psíquica sem compreender os modos de organização da cultura em todas as suas dimensões. Para que uma relação de cuidado se estabeleça é preciso compreender o mundo do outro. E a Psicologia passou a ser o campo de conhecimento e prática onde era imprescindível flunar por diversos saberes.

Para compreender o processo de Reforma Psiquiátrica foi preciso em primeiro lugar estudar histórias. A história da Psiquiatria e da Psicologia, e a história dos processos sociais e culturais que

possibilitaram o nascimento destes dois tipos de conhecimento e suas instituições. Foi preciso estudar a história das técnicas que desejávamos superar e seus impactos iatrogênicos e repressores. Foi necessário compreender os sistemas estruturais de nossa sociedade: Patriarcado, Racismo e Capitalismo. Foi e segue sendo fundamental estudar e estar aberta a conhecer outras formas dos grupos humanos se organizarem individualmente e coletivamente. A Filosofia, a História, as Ciências Sociais e Biológicas são tão importantes para a Psicologia como os saberes populares, as culturas originais, a Arte, o Corpo.

A solidão da Psicologia, sua ignorância e poder normativo, se combatem com o encontro. Seja você um psicólogo clínico, um psicólogo organizacional, social ou de qualquer outra área.

Ainda durante a graduação iniciei meus estágios e pesquisas tendo a Saúde Mental e a Reforma Psiquiátrica como norte. E entrei pela primeira vez em um Manicômio! Ali o passado, o presente e o futuro me esbofeteavam por todos os lados. Como foi possível chegarmos até aqui? Como este sistema de “cuidado” continua de pé? A que mandato social este sistema perverso atende? Como faremos para destruí-lo e o que construiremos em seu lugar?

Em 2002 entrei para rede de Saúde Mental do município do Rio de Janeiro como servidora pública e fui trabalhar no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), no Núcleo Teixeira Brandão, um hospital destinado apenas a mulheres e que na época tinha 312 internas<sup>2</sup>. Foi no trabalho de

---

<sup>2</sup> Em 2002 havia 789 pessoas em situação de longa permanência no IMAS Juliano Moreira, com uma média de 40 anos de internação, distribuídos pelos hospitais: Núcleo Teixeira Brandão (312 mulheres), Núcleo Rodrigues Caldas (163 homens), Núcleo Ulisses Viana

desinstitucionalização que compreendi verdadeiramente a necessidade de tornar fluídas e intercambiáveis as fronteiras do meu corpo de conhecimento, de modo que a Clínica Ampliada e o modelo da Atenção Psicossocial pudessem operar como novo paradigma de cuidado e como potência de produção de saúde e vida. O olhar e a escuta que direcionam a clínica precisam ser transdisciplinares e reconhecerem em gestos e ações não ortodoxas a função do psicólogo. Então, neste artesanal trabalho de tecer novos mundos como psicóloga eu cozinhei, dei banho, alimentei, aprendi sobre a lógica e os efeitos das medicações, articulei retiradas de novas documentações, benefícios, organizei festas e velórios, busquei histórias da cidade no passado para rerepresentar a cidade no presente, escutei e atuei terapeuticamente nos jardins, nas ruas, nas enfermarias e precisei encontrar caminhos para a comunicação de formas criativas e inusitadas. O trabalho horizontal e colaborativo com assistentes sociais, musicoterapeutas, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, médicos, cuidadores, oficinairos e artistas neste cotidiano foram ampliando meu olhar e minha compreensão sobre nossos processos de saúde/doença, de produção de subjetividades e sua relação com as realidades sociais e culturais. Aprendi que para ser uma boa terapeuta eu precisaria manter o olhar transdisciplinar e dialogar com outros campos do conhecimento – das ciências ao saber popular.

---

(156 homens), Núcleo Rodrigues Caldas (114 mulheres) e o Pavilhão Agrícola (44 homens). Havia também um programa de reabilitação psicossocial e Residências Terapêuticas – o Centro de Reabilitação e Inserção Social (CRIS) – o programa de lazer assistido Clube de Lazer, o Museu Bispo do Rosário, o programa de geração de renda Arte, Horta e Cia, e o Hospital Jurandyr Manfredini para atendimento à crise.

Em 2006 inicio meu trajeto no IM Nise da Silveira, onde atuo até a presente data. Após trabalhar como coordenadora da Enfermaria de Curta Permanência e psicóloga do ambulatório, me afastei do trabalho de 2008 a 2011, por motivos de saúde. O sucateamento do SUS, e especialmente das redes de atenção psicossocial, a realidade de hiperexploração e desvalorização, adoecem trabalhadores e impactam na real possibilidade de construção de outros modos de cuidar – afinal, quem cuida de quem cuida? E como pode cuidar quem está sem condições de trabalho e necessitando de cuidado? Sob a saúde de quantos trabalhadores fazemos uma Reforma Psiquiátrica? Em 2011 retornei de minha licença e passei a atuar no Centro de Estudos (CETAPE) do IM Nise da Silveira e este retorno tornou-se um novo ponto de virada em minha trajetória. Há 12 anos o foco de meu trabalho tem sido a formação crítica e antimanicomial dos trabalhadores, e a pesquisa sobre a memória e história da Psiquiatria no Brasil e, especificamente, a história do IM Nise da Silveira. Em 2014, com a criação do Centro de Documentação e Memória (CDM), encontrei aquela que se tornou uma grande companheira e interlocutora, Daniele Ribeiro, uma das fundadoras e coordenadora do CDM. Nossas conversas sobre História, Memória e narrativas dominantes me ajudaram a sair de mais uma bolha. Foi me retirando do discurso único que eu mesma já não conseguia enxergar. Ao tencionar as interpretações hegemônicas sobre a História entre os estudiosos ligados a Reforma Psiquiátrica, ao problematizar algumas noções e interpretações criadas por autores totêmicos como Foucault, foi me permitindo ampliar minha visão para a complexidade da realidade e aprimorar meus métodos de estudo e pesquisa. Juntas montamos

um curso de História da Psiquiatria que se repetiu por alguns anos e atuamos na formação permanente através da realização de visitas técnicas ao Instituto, de aulas, palestras e artigos acadêmicos onde a memória e história foram ganhando lugar fundamental para que pudéssemos transmitir a lógica das transformações que operávamos no presente. Nesta caminhada fui compreendendo que se desconhecemos o passado temos menos chances de perceber as armadilhas e os erros do presente. É preciso conhecer a história das ciências psis que desejamos superar, e é fundamental conhecer a história desta nova ciência que estamos a criar e abraçar.

O CDM guarda um acervo valioso para todos nós. Sob sua guarda estão documentos relativos à História da Psiquiatria no Brasil – documentos de pacientes, documentos institucionais e muito da produção teórica dos médicos nos séculos XIX e XX. São vestígios de relações de poder, das forças sociais em jogo para que estes saberes, o saber psiquiátrico e psicológico, fossem se consolidando como necessários nos sucessivos projetos de sociedade no Brasil. Os documentos, livros e peças museológicas guardam, para aqueles que se dispuserem a ouvir, as vozes dos que perderam suas vidas no sistema psiquiátrico. Guardam toda a dor e sofrimento, não acolhido ou produzido pelo próprio sistema. Guardam sinais de alerta preciosos para o presente, se conseguirmos compreender o passado para além das formas, se conseguirmos entender a lógica que moviam os homens.

No presente atuo na Direção Científica do CETAPE, mas sigo vinculada ao projeto de Memória do IM Nise da Silveira, e estou realizando meu mestrado, cujo tema é o estudo do sistema psiquiátrico na década de 1910, com recorte específico na história

das mulheres da Colônia de Mulheres Alienadas do Engenho de Dentro. Busco compreender como se estabeleceu na prática cotidiana o vínculo estreito entre o sistema patriarcal e a Psiquiatria. Como a Psiquiatria brasileira via e agia em relação às mulheres no início do século XX, período de sua consolidação. Busco ouvir o que este passado tem a nos dizer sobre como os saberes psis concebem as mulheres e suas existências, traumas e dores ontem e hoje.

Como psicóloga e militante da luta Antimanicomial o encontro com os documentos primários, ou seja, os documentos originais do período, vêm aprofundando minha compreensão da complexidade da realidade. Compartilho um exemplo de como não podemos entender os processos históricos, os processos de institucionalização e desinstitucionalização de saberes e práticas, apenas com o conhecimento sensível advindo do presente. Quando chegamos nos hospitais psiquiátricos na década de 1980 para o início do processo de Reforma Psiquiátrica, encontramos o holocausto brasileiro, como bem nomeou a jornalista Daniela Arbex.<sup>3</sup> Instituições superlotadas, pessoas com históricos de internação de 20/30 anos, adoecidas institucionalmente, dor e miséria humana. O cemitério dos vivos. Sabíamos que o isolamento era um fundamento básico da Psiquiatria Tradicional e que as Colônias Agrícolas eram destinadas aos “doentes crônicos”. Ao juntar estas duas realidades entendemos que as colônias eram desde sempre lugar de desterro, para onde eram enviados os pacientes

---

<sup>3</sup> Arbex, Daniela. *Holocausto Brasileiro. Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

incuráveis, onde deveriam viver pelo resto de suas vidas. Porém, os documentos não corroboram esta tese comum entre a militância antimanicomial. As Colônias eram destinadas aos “alienados indigentes (...) capazes de entregar-se à exploração agrícola e a outras pequenas indústrias”<sup>4</sup>, as Colônias eram antes de tudo lugar de trabalho, não eram lugares para a velhice ou para pessoas vulnerabilizadas e/ou adoecidas a ponto de não conseguir trabalhar. Altas e licenças eram práticas comuns na primeira década da Colônia. No mesmo decreto citado estão explícitos motivos para concessão de períodos de licença: promover a experiência clínica da reintegração no meio familiar; promover influencia curativa; averiguar o estado de cura definitiva; entre outros. Ou seja, não era o projeto terapêutico institucional inicial manter as pessoas presas nas Colônias. Tal fato não muda a compreensão de que o isolamento social era visto como fundamental para o tratamento da loucura, não muda o papel de controle das subjetividades e opressão exercido pela Psiquiatria, não muda a necessidade de superação do modelo tradicional manicomial. Perceber as nuances, descobrir e estudar as contradições do passado – recusando o lugar consideravelmente fácil de demonizar o passado que buscamos superar – nos torna mais afiados em nossas críticas do presente, com mais ferramentas para realizar nossas análises de implicação, análises institucionais e seguir no permanente processo de desinstitucionalização dos saberes psis.

---

<sup>4</sup> Decreto nº 8834/11.07.1911, Reorganiza a Assistência a Alienados. Indigente era o termo utilizado para todo aquele que não pudesse pagar pela internação, e pensionista o termo utilizado para os pagantes.<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8834-11-julho-1911-507693-publicacaooriginal-1-pe.html>

Consideramos que a compreensão dos complexos processos sociais e científicos que compõem nossa história são fundamentais não só para que possamos enfrentar os desafios de nossos projetos atuais – como o que enfrentam os CAPS III, onde já temos relatos de acolhimentos de longa permanência – como para podermos vislumbrar a falha no muro manicomial que cerca nossas subjetividades, instituições e sistemas. E é somente nos encontros, de saberes e de pessoas, que conseguimos amadurecer nas reflexões sobre um mundo tão complexo.

# Lista de Autores

## Pesquisadores

Adrian Brock

PhD em psicologia pela York University em Toronto, Canada e atualmente aposentado, foi docente na Oglethorpe University in Atlanta, University College Dublin, Irlanda, e Universidade de Cape Town, África do Sul. Autor de inúmeros livros, artigos, análises, entre outros, tem uma vasta e importante obra para a história da psicologia.

André Elias Morelli Ribeiro

Docente no Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e do programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ). É doutor em psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e coordenador do projeto Portal História da Psicologia, além de ser o editor da Editora do Portal História da Psicologia.

Carolina Silva Bandeira de Melo

Docente na Universidade Federal de Viçosa, é doutora pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em cotutela com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Daniele Corrêa Ribeiro

Coordenadora do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal Nise da Silveira, é historiadora e História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz.

Kurt Danziger

É considerado um dos maiores historiadores da psicologia, com uma vasta obra reconhecida internacionalmente e tida como central para o desenvolvimento do campo da história da psicologia. Atualmente está aposentado.

Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos

Docente na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino (UNIFAE), é doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Além de sua produção acadêmica, participa de várias Sociedades e Associações científicas no campo da história da psicologia.

Regina Helena de Freitas Campos

Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais, atua e atuou em vários programas de pós-graduação. Fundadora da Sociedade Brasileira de História da Psicologia, presidente do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff. Em 2018, recebeu prêmio do Conselho Federal de Psicologia por sua contribuição à construção da profissão de psicóloga no Brasil. Em 2020, foi contemplada com o *Career Achievement Award* concedido pela Society for the History of Psychology, Division 26 da American

Psychological Association, por sua contribuição à pesquisa em história da psicologia. Já publicou 72 artigos científicos, 65 capítulos de livro, e escreveu ou organizou 27 livros. Orientou até o presente 26 teses de doutorado e 23 dissertações de mestrado. É membro do Conselho Editorial dos periódicos *History of Psychology*, *Psicologia e Sociedade*, *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *Memorandum*, entre outros.

Wilma Fernandes Mascarenhas

Faz mestrado em história das ciências no programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ), atua no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, no Rio de Janeiro.

### **Discentes e Outros Colaboradores**

Alessandra Costa de Souza

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Anna Clara Domingues Cabral de Andrade

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Artur Medeiros Leite

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Clara Lyra Santos

Discente de psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo

Gabriel Siqueira Alves

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Gunther Mafra Guimarães

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Isadora Melquiades Santos Costa

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Jessica de França Santana

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Júlia Fernandes da Silva

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Júlia Tavares Chahestian

Discente de psicologia na Universidade Federal de São Carlos

Kamilly Gomes da Silva

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Maria Clara Ribeiro Colli

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em  
Rio das Ostras

# Contribuições para o Boletim do Portal História da Psicologia

A submissão de propostas para novas edições do Boletim do Portal História da Psicologia pode ser feita por meio do formulário eletrônico disponível na seção *Boletim do Portal* no *website* da Editora do Portal História da Psicologia.

Os editores do Boletim do Portal História da Psicologia aceitam as seguintes modalidades de texto para serem publicados em seus volumes:

## **Verbetes de Enciclopédia**

Estes devem ser publicados também na WikiHP (Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia), seguindo as diretrizes desta enciclopédia. Por gentileza, verifique as normas para identificação de autores.

## **Traduções de Textos Clássicos**

Estes devem conter comentários e explicações que auxiliem o leitor a compreender o conteúdo, seja na forma de notas de rodapé ou como uma seção à parte.

## **Traduções em Geral**

Estes devem estar acompanhados da devida autorização para tradução e publicação em língua portuguesa.

## **Reedição de Textos Clássicos**

Estes devem conter comentários e explicações que auxiliem o leitor a compreender o conteúdo. Os textos clássicos reeditados podem ser em português ou espanhol, e não podem ser traduções de textos escritos originalmente em outros idiomas, exceto casos excepcionais.

## **Ensaio**

Não se estabelece limites de tamanho para este tipo de publicação.

## **Resenhas**

Resenhas de livros publicados a qualquer tempo também podem ser integrados ao Boletim. Resenhas de textos clássicos também poderão ser aceitos.

## **Relatos**

São aceitos relatos de eventos, viagens de pesquisa, estágios de pesquisa, visitas a instituições relevantes entre outros relatos de acontecimentos importantes para a história da psicologia.

## **Entrevistas**

Podem ser entrevistados ou atuarem na condição de entrevistadores quaisquer pessoas que apresentem condições de conduzir entrevistas ou de apresentar informações relevantes para a história da psicologia.

## **Comentários sobre Manuscritos Publicados em Edições Anteriores**

Caso tenha objeções, questões ou deseja concordar, discordar ou dialogar com textos publicados em qualquer volume do Boletim do Portal, os materiais também podem ser enviados para os organizadores.

A publicação de materiais nos volumes do Boletim pode envolver custos a serem cobrados dos autores e/ou proponentes. Todas as publicações precisam ser aprovadas pelo Conselho Editorial da Editora do Portal História da Psicologia.

A Editora do Portal História da Psicologia só publica materiais na área da história das ciências humanas, e dá preferência para materiais da área da história da psicologia. Todas as propostas de publicação devem ser enviadas para [editora@historiadapsicologia.com.br](mailto:editora@historiadapsicologia.com.br), ou pelo *website* <https://editora.historiadapsicologia.com.br/index.php/como-publicar/> .

